

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ENILDA MARIA LEMOS

**O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E AS PROPOSTAS DE
IMPLANTAÇÃO DE USINAS DE ÁLCOOL NO PANTANAL DE MATO
GROSSO DO SUL (1979-2009):
UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL PARA O
SERVIÇO SOCIAL DE MS**

FRANCA

2015

ENILDA MARIA LEMOS

**O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E AS PROPOSTAS DE
IMPLANTAÇÃO DE USINAS DE ÁLCOOL NO PANTANAL DE MATO
GROSSO DO SUL (1979-2009):
UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL PARA O
SERVIÇO SOCIAL DE MS**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Formação e prática profissional.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Maria David

FRANCA

2015

Lemos, Enilda Maria.

O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009): um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS / Enilda Maria Lemos. – Franca : [s.n.], 2015.
235 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Célia Maria David

1. Proteção ambiental. 2. Pantanal Mato-grossense (MS e MT).
3. Álcool - indústria. I. Título.

CDD – 301.31

ENILDA MARIA LEMOS

**O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E AS PROPOSTAS DE
IMPLANTAÇÃO DE USINAS DE ÁLCOOL NO PANTANAL DE MATO
GROSSO DO SUL (1979-2009):
UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL PARA O
SERVIÇO SOCIAL DE MS**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Formação e prática profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof.ª Dra. Célia Maria David

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2015.

Dedico a minha querida e admirável mamãe, que aos 93 anos esteve presente na banca de qualificação do meu projeto. Hoje, ela não está mais aqui.

AGRADECIMENTOS

À mamãe e à Marfati (irmã), amigas e companheiras que estiveram comigo nas alegrias e nos obstáculos, e ao Elcio (irmão), pela certeza de continuar o trabalho;

À Profa. Dra. Célia Maria David, por ter aceitado orientar-me, concedendo-me a autonomia necessária para a construção deste trabalho;

Aos pesquisadores que compõem esta banca examinadora, pela presença e pelas importantes contribuições para o enriquecimento deste estudo;

Aos ambientalistas que disponibilizaram conhecimentos essenciais e imprescindíveis para a pesquisa;

Aos assistentes sociais que motivaram a discussão sobre a importância do Serviço Social no movimento;

À estudante de Serviço Social, por mostrar que vale a pena elucidar;

Ao produtor rural que aceitou o desafio e deu sua contribuição e aos representantes das secretarias de Estado;

Ao grupo de estudos “Teoria Social de Marx e Serviço Social”, da Unesp-Franca/SP, que ampliou o horizonte desta pesquisa;

Ao Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves, que mostrou o caminho para discutir a questão ambiental na sociedade capitalista;

À Profa. Dra. Alexandra Anache da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), pelas relevantes conversas;

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp-Franca/SP, em especial, ao Mauro e à Luzinete, e à bibliotecária Laura pelas orientações certas;

Aos meus colegas do mestrado e do doutorado, pela convivência durante as disciplinas, em especial, José Antônio Pereira;

À Ana Paula Z. Andrade que me acolheu em sua casa em Franca durante os meus estudos;

A todas as pessoas que ajudaram na realização deste trabalho.

LEMOS, Enilda Maria. **O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009): um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS.** 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

RESUMO

Este estudo discute o movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (Pantanal/MS) no período de 1979-2009. Teve como objetivo investigar as origens e o desenvolvimento do movimento ambientalista em MS e sua relação com sucessivas tentativas de implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS. Foram aplicados questionários semiestruturados aos ambientalistas, aos técnicos das Secretarias de Estado: Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR/MS) e Secretaria de Fazenda de Mato Grosso do Sul (SEFAZ/MS), aos produtores rurais, aos assistentes sociais do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/MS) e a uma estudante de Serviço Social. Foi necessário, então, analisar a campanha de Bodoquena (1980-1982) e as campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS (2003-2009) para apreender a operacionalização do movimento, que sempre esteve articulado ao Estado. A vitória da campanha de Bodoquena (1980-1982) se concretizou com a Lei n. 328/1982 de proteção ao Pantanal/MS. Contudo, o discurso em defesa do Pantanal/MS encobria a base ontológica do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS: a defesa da propriedade privada. O movimento realizou as campanhas (2003-2009) de enfrentamento às propostas de usinas obtendo vitórias e derrotas, e os governos Zeca do PT (1999-2006) e Puccinelli (2007-2014) ora se abriam ao diálogo com os ambientalistas ora enrijeciam a sua postura. Em 2009, o governo negociou com o movimento porque foi pressionado pelo anúncio de uma passeata. De lá até o presente momento, o governo cumpriu o seu acordo com os ambientalistas, mas estes ainda temem novas propostas de usinas. Este estudo revelou que a defesa da propriedade privada acompanhou a campanha de Bodoquena (1980-1982) e as campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS (2003-2009), como também, que a crise financeira de 2008/2009 determinou o bloqueio das usinas de álcool no Pantanal/MS. Com isso, o movimento foi plasmado para operar articuladamente com o Estado e não para realizar um trabalho organizativo e educativo permanente. O Serviço Social pode ajudar o movimento e outros segmentos da sociedade a pensar criticamente as usinas de álcool no Pantanal/MS e articular estratégias em favor das comunidades tradicionais e de outros segmentos das classes subalternas. De fato, o movimento não pode ser visto como “o salvador da pátria”. O movimento necessita de um acúmulo de forças pois ele esteve sempre pronto para organizar e/ou reorganizar a resistência às propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS. Essa luta vem sendo construída historicamente e está na memória da sociedade sul-mato-grossense.

Palavras-chave: movimento ambientalista/MS. Estado. usinas de álcool no Pantanal/MS. serviço social e questão ambiental.

LEMOS, Enilda Maria. **O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009): um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS.** 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

ABSTRACT

This study discusses the environmental movement and the proposals of ethanol plants implementation in the Wetlands of Mato Grosso do Sul (Pantanal/MS) from 1979 to 2009. The goal was to investigate the origins and development of the environmentalist movement in MS and its relation with the successive attempts to implement ethanol plants in Pantanal/MS. Semi-structured questionnaires were applied to environmentalists, to the technicians of the State Departments: Department of Agricultural Development, of Production, of Industry, of Commerce and Tourism (SEPROTUR/MS) and Department of Finance of Mato Grosso do Sul (SEFAZ/MS), to rural producers, to the social workers of the Regional Council of Social Workers (CREESS/MS) and to a Social Service student. It was thus necessary to analyze the campaign of Bodoquena (1980-1982) and the campaigns against ethanol plants in Pantanal/MS (2003-2009) to apprehend the operation of the movement, which has always been articulated to the State. The victory of Bodoquena campaign (1980-1982) was established by the law 328/1982 of protection to Pantanal/MS. However, the discourse in defense of Pantanal/MS hid the ontological basis of the movement against ethanol plants in Pantanal/MS: the defense of private property. The movement carried out the campaigns (2003-2009) against the ethanol plants and obtained victories and failures, and the governor Zeca of PT (1999-2006) and Puccinelli (2007-2014) sometimes were opened to dialogue with the environmentalists and some other times were rigid to it. In 2009, the government made negotiations with the movement because it was pressured by the announcement of a protest march. Since then, the government has fulfilled its agreement with the environmentalists, however they still fear for proposals of new plants. This study revealed that the defense of private property followed the Bodoquena campaign (1980-1982) and the campaigns against alcohol plants in Pantanal/MS (2003-2009); it also showed that the financial crises of 2008/2009 determined the blockage of alcohol plants in Pantanal/MS. Giving that, the movement was articulated to operate together with the State and not to carry out a permanent organizational and educational work. The Social Service can help the movement and other segments of society to critically reflect on the alcohol plants in Pantanal/MS and to articulate strategies in favor of the traditional communities and other segments of lower classes. As a matter of fact, the movement cannot be seen as “the savior”. The movement needs an accumulation of forces since it has always been ready to organize and/or reorganize the resistance against the proposals of alcohol plants in Pantanal/MS. This fight has been historically constructed and is in the memory of the society of Mato Grosso do Sul.

Keywords: environmental movement/MS. State. alcohol plants in Pantanal/MS. social service and environmental issue.

LEMOS, Enilda Maria. **O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009): um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS.** 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

RESUMÉN

Este estudio discute el movimiento ambientalista y las propuestas de implantación de usinas de alcohol en el pantanal de Mato Grosso del Sur (Pantanal/MS) en el periodo de 1979 -2009. Tuvo el objetivo de investigar los orígenes y el desarrollo del movimiento ambientalista en MS y su relación con los sucesivos intentos de implantación de usinas de alcohol en el Pantanal/MS. Se aplicaron cuestionarios semiestructurados a los ambientalistas, a los técnicos de las Secretarías del Estado: Secretaria de Desarrollo Agrario, de Producción, de la Industria, de Comercio y de Turismo (SEPROTUR/MS) y la Secretaria de Hacienda de Mato Grosso del Sur (SEFAZ/MS), a los productores rurales, a los asistentes sociales del Consejo Regional de Servicio Social (CRESS/MS) y a una estudiante de Servicio Social. Fue necesario, entonces, analizar la campaña de Bodoquena (1980 – 1982) y las campañas contra las usinas de alcohol en el Pantanal/MS (2003-2009) para aprehender la operación del movimiento, que siempre estuvo articulado al Estado. La victoria de la campaña de Bodoquena (1980-1982) se concretizó con la Ley n.328/1982 de protección al Pantanal/MS. Sin embargo, el discurso en defensa del Pantanal/MS encubría la base ontológica del movimiento contra las usinas de alcohol en el Pantanal/MS: la defensa de la propiedad privada. El movimiento realizó las campañas (2003-2009) de enfrentamiento contra las propuestas de las usinas, contando con victorias y derrotas, y los gobiernos Zeca do PT (1999-2006) y Puccinelli (2007-2014) bien se abrían al diálogo con los ambientalistas, o bien se mostraban rígidos en su parecer. En 2009, el gobierno negoció con el movimiento porque fue presionado por el anuncio de una marcha. Desde entonces hasta el momento actual, el gobierno cumplió su acuerdo con los ambientalistas, pero los mismos aún tienen el temor de que surjan nuevas propuestas de las usinas. Este estudio reveló que la defensa de la propiedad privada acompañó la campaña de Bodoquena (1980-1982) y las campañas contra las usinas de alcohol en el Pantanal/MS (2003-2009), como también, que la crisis financiera de 2008/2009 determinó el bloqueo de las usinas de alcohol en el Pantanal/MS. Considerando esto, el movimiento fue plasmado para operar articuladamente con el Estado y no para realizar un trabajo organizativo y educativo permanente. El Servicio Social puede ayudar al movimiento y a otros sectores de la sociedad a pensar críticamente las usinas de alcohol en el Pantanal/MS y articular estrategias en favor de las comunidades tradicionales y de otros sectores de las clases subalternas. De hecho, el movimiento no puede ser visto como “el salvador de la patria”. El movimiento necesita de una acumulación de fuerzas porque siempre estuvo listo para organizar y/o reorganizar la resistencia contra las propuestas de las usinas de alcohol en el Pantanal/MS. Esta lucha viene siendo construida históricamente y está en la memoria de la sociedad de Mato Grosso del Sur.

Palabras clave: movimiento ambientalista/MS. Estado. Usinas de alcohol en el Pantanal/MS. servicio social y cuestión ambiental.

LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ANAI	Associação Nacional de Apoio ao Índio
ASPADAMA	Associação da Pesca Amadora e de Preservação do Meio Ambiente
BAP	Bacia do Alto Paraguai
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIOSUL	Associação de Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Bacia do Paraná
CBAA	Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCJR	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
CEDAMPO	Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CI	<i>Conservation International</i>
CIMA	Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool
CMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COREDES	Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte de MS
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social

CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCRN	Departamento de Conservação dos Recursos Naturais
DEAM	Departamento de Educação Ambiental
DLAP	Departamento de Licenciamento Ambiental
EA	Educação Ambiental
ECOA	Ecologia & Ação
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EPA	<i>Environmental Protection Agency</i>
EVTEA	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental
FACSUL	Faculdade de Mato Grosso do Sul
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FESMAT	Federação de Teatro de Mato Grosso do Sul
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMMA	Fundo Municipal de Meio Ambiente
FORMADS/MS	Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul
FUCONAMS	Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul
FUNCESP	Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
GLBTs	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços
ICV	Instituto Centro de Vida
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
INAMB	Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul

IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviço
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso
OMC	Organização do Comércio Mundial
ONG ambientalista	Organização não governamental ambientalista
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PANTANAL-MS	Pantanal de Mato Grosso do Sul
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PGT/MS	Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul
PL	Partido Liberal
PLANURB	Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNMA	Programa Nacional de Meio Ambiente
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
SAS	Secretaria de Assistência Social

SBB	Sociedade Botânica do Brasil
SEFAZ/MS	Secretaria de Fazenda de Mato Grosso do Sul
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMAC	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
SEMADES	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEPROTUR	Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SODEPAN	Sociedade de Defesa do Pantanal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUPEMA	Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco de Mato Grosso do Sul
UEMT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICA	União da Indústria de Cana-de-açúcar
UNIDERP	Centro Universitário da Grande Dourados
UNIFRAN	Universidade de Franca
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados
ZAE-Cana	Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar
ZAT	Zona do Alto Taquari
ZCH	Zona do Chaco
ZDM	Zona Depressão do Miranda
ZEE-Cana	Zoneamento Ecológico-Econômico da Cana-de-Açúcar
ZEE-MS	Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul
ZIG	Zona Iguatemi
ZMO	Zona das Monções
ZPP	Zona Planície Pantaneira

ZPPP	Zona de Proteção da Planície Pantaneira
ZSB	Zona Serra de Bodoquena
ZSM	Zona Serra de Maracaju
ZSA	Zona Sucuriú-Aporé

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - Instalação de unidades produtivas de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul (1979-1983)	39
TABELA 2 - Evolução da área plantada (hectares) com cana-de-açúcar no Brasil e no Mato Grosso do Sul entre 1990 e 2008.....	53
TABELA 3 - Usinas de álcool e açúcar em operação em MS	56

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mato Grosso do Sul: períodos de instalação de usinas	40
FIGURA 2 – Mapa das Zonas Ecológico-Econômicas do Estado de Mato Grosso do Sul	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 A CANA-DE-AÇÚCAR EM MATO GROSSO DO SUL	24
1.1 Breve apresentação da regulamentação e desregulamentação sucroalcooleira.....	24
1.2 A expansão da cana-de-açúcar em MS	31
1.3 MS: um estado promissor para o agronegócio canavieiro.....	44
1.4 O Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS)	59
1.5 O domínio do capital na produção canavieira em MS.....	69
 CAPÍTULO 2 A RESISTÊNCIA AMBIENTALISTA ÀS USINAS DE ÁLCOOL NO PANTANAL/MS.....	 75
2.1 A campanha contra a usina de álcool em Bodoquena no Pantanal/MS	75
<i>2.1.1 Antecedentes da campanha de Bodoquena.....</i>	<i>76</i>
<i>2.1.2 O processo social de criação da FUCONAMS</i>	<i>78</i>
<i>2.1.3 A apologia às primeiras lideranças da FUCONAMS</i>	<i>80</i>
<i>2.1.4 A posição de classe de Astúrio e de Francelmo.....</i>	<i>84</i>
<i>2.1.5 Maria Helena Brancher e a Revista CAMPO Agropecuária</i>	<i>87</i>
<i>2.1.6 A base ontológica da campanha de Bodoquena no Pantanal/MS.....</i>	<i>90</i>
2.2 As campanhas dos anos de 2000: resistência às propostas de alteração da Lei n. 328/1982.....	94
<i>2.2.1 O Fórum Permanente de Defesa do Pantanal</i>	<i>96</i>
<i>2.2.2 A campanha “Não às Usinas de Álcool no Pantanal”</i>	<i>98</i>
<i>2.2.3 A Frente Parlamentar em Defesa do Pantanal.....</i>	<i>107</i>
<i>2.2.4 O processo das usinas de álcool em 2009.....</i>	<i>111</i>
<i>2.2.5 A legislação em vigor</i>	<i>117</i>
 CAPÍTULO 3 A RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO E O ESTADO NAS CAMPANHAS	 133
3.1 Os sujeitos sociais intrincados na campanha.....	133
<i>3.1.1 A proteção ambiental no Pantanal/MS</i>	<i>135</i>
<i>3.1.2 As políticas de combustíveis</i>	<i>141</i>
<i>3.1.3 A crise de 2008-2009</i>	<i>149</i>

3.2 Algumas características que o movimento assumiu	157
3.3 Um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social no movimento contra as usinas de álcool no Pantanal/MS	166
<i>3.3.1 Pequena alusão às monoculturas</i>	<i>170</i>
<i>3.3.2 O Serviço Social e a EA no movimento contra usinas no Pantanal/MS</i>	<i>175</i>
3.4 Reflexões em aberto	197
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 207
 REFERÊNCIAS.....	 218
 APÊNDICE	
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO AOS SUJEITOS DA PESQUISA	230
 ANEXOS	
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	233
ANEXO B – DECLARAÇÃO QUE APROVA O RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA	235

INTRODUÇÃO

Este estudo discute o movimento ambientalista e as sucessivas tentativas de implantação de usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (Pantanal/MS), no período compreendido entre 1979 e 2009. O tema surgiu da seguinte inquietação: Por que o movimento ambientalista de Mato Grosso do Sul (MS) se reorganizou para o enfrentamento das propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS, nos anos de 2000, se já existia a Lei n. 328 (MATO GROSSO DO SUL, 1982, p. 6), que proíbe a instalação de usinas de álcool no Pantanal/MS? A resposta a essa pergunta se pauta na configuração do Estado ampliado, que oferece elementos para discutir a relação que o movimento estabeleceu com sucessivas tentativas de implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS. Nessa relação, é essencial apreender o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS na identificação entre Estado e sociedade civil (GRAMSCI, 1968, p. 32) e na tese que explica os “movimentos de questão única” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Não fosse esse o caminho, a análise se resumiria nas vitórias e/ou derrotas das duas campanhas que o movimento fez contra as usinas de álcool, a campanha contra a usina de álcool em Bodoquena (1980-1982) e a campanha “Não às usinas de álcool no Pantanal” (2005). Como no período de 2003-2009 ocorreram diversas ações do movimento, optou-se por trata-las como campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS e não apenas tratar como campanha a campanha “Não às usinas de álcool no Pantanal”. O movimento se reorganizou nas sucessivas tentativas de implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS que ocorreram entre 2003-2009. Esta pesquisa captou o vínculo do movimento com a propriedade privada na sua origem.

Esta pesquisa levou em consideração o entendimento de que a sociedade burguesa é rica em mediações que obscurecem a realidade a cada movimento do capital. Isso requer novas pesquisas que irão descortinar as insistentes propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS. É certo, porém, que ainda há muitos elementos por descobrir, uma vez que o esforço empreendido por esta pesquisadora nas diversas tentativas de aproximação com o movimento deixou lacunas que não foram percebidas neste processo de trabalho.

É importante esclarecer, também, que este trabalho partiu da minha dissertação (2004), que estudou a Fundação para Conservação da Natureza de

Mato Grosso do Sul (FUCONAMS) e as origens do movimento ambientalista no Estado. A dissertação mencionada mostrou a participação de setores da burguesia na FUCONAMS – a Organização Não Governamental (ONG), que ancorou o Comitê de Defesa do Pantanal, coordenou a campanha de Bodoquena – mas, não conseguiu explicar o envolvimento da burguesia sul-mato-grossense na FUCONAMS, apenas constatou a presença de membros dessa classe na ONG. Alguns dados da dissertação foram sendo incorporados à medida que o estudo ia solicitando elementos para elucidar a relação que o movimento estabeleceu com o Estado. Por exemplo, dados da dissertação permitiram verificar que a FUCONAMS, de 1980, e a Sociedade em Defesa do Pantanal (SODEPAN), de 1984, tiveram a sua origem na defesa da propriedade privada. Sobre a criação da FUCONAMS, há registros publicados que comprometem a própria construção do movimento ambientalista de MS e que podem ser utilizados inapropriadamente, atribuindo a criação da FUCONAMS, ora a uma liderança ambientalista ora a outra.

O tema requereu algumas considerações acerca da cana-de-açúcar em MS, as quais contribuíram, sobremaneira, para pensar o processo de produção das duas campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS. Por isso, foram considerados o livro de Raquel Santos Sant’Ana (2012), a tese de Ana Maria Soares de Oliveira (2009), as dissertações de José Roberto Nunes de Azevedo (2008) e de Thaine Regina Backes (2009), assim como, um artigo de Alex Torres Domingues e Antonio Thomaz Júnior (2012). Também trouxeram contribuições as dissertações de Carolina Albuquerque Lima (2008), sobre a construção do Zoneamento Ecológico-Econômico de MS (ZEE/MS), e de Robson Coelho Cardoch Valdez (2011a e 2011b), sobre a política de biocombustíveis.

Em decorrência disso, foi incluído neste trabalho, um capítulo sobre a cana-de-açúcar em MS para melhor compreensão do tema. Essa sugestão veio da professora doutora Raquel Santos Sant’Ana, na banca de qualificação, tendo sido acatada pelos demais componentes: o professor doutor José Fernando Siqueira Silva e a professora doutora Célia Maria David, orientadora deste trabalho, que presidiu a banca. Uma observação mais cuidadosa do título “O movimento ambientalista e as propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS”, já reclama uma menção à cana-de-açúcar no Estado, pois ela é a matéria-prima da produção sucroalcooleira, uma vez que a lavoura da cana ocupa áreas da Bacia do Alto

Paraguai (BAP) e tem se espalhado em áreas da Bacia do Paraná (BP). Portanto, a inclusão desse tema foi considerada pertinente.

Nessa pesquisa foram aplicados questionários semiestruturados a cinco ambientalistas, a dois técnicos das secretarias de Estado, Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR/MS) e Secretaria de Fazenda de Mato Grosso do Sul (SEFAZ/MS), a quatro produtores rurais, a nove assistentes sociais do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/MS) e a uma estudante de Serviço Social. Os ambientalistas foram escolhidos a partir de sua militância no movimento. A aproximação com os técnicos das secretarias se deu a partir de uma visita aos órgãos. Eles contribuíram para conhecer o pensamento do governo em relação às propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS. No Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, como já era esperado, não foi possível aplicar o questionário. Isso demonstrou uma insegurança em relação ao tema. As diversas aproximações com os ambientalistas e a vivência dessa autora com a Educação Ambiental (EA) fizeram o estudo chegar aos assistentes sociais e à estudante de Serviço Social e vislumbrar um espaço para o Serviço Social no movimento. Inicialmente pretendia-se aplicar o questionário aos assistentes sociais da Secretaria de Estado, Trabalho e Assistência Social. Mas, a Secretaria não aceitou alegando que não lida com a questão ambiental, uma nítida separação entre meio ambiente e sociedade. Diante disso, o convite foi feito aos assistentes sociais do CRESS/MS.

É importante perceber algumas distinções entre as duas campanhas. Se as campanhas (2003-2009) exigiram muito mais pesquisa para apreender o bloqueio das usinas de álcool no Pantanal/MS na crise financeira de 2008-2009, a campanha de Bodoquena (1980-1982), que foi realizada no recém-nascido estado de Mato Grosso do Sul (MS), na redemocratização do país, trazia em si um porvir esperançoso.

Para a pesquisa das campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS (2003-2009), foi fundamental o depoimento de um ambientalista que concedeu, mais que a sua opinião como membro de uma ONG, a sua opinião pessoal. Foram igualmente relevantes os depoimentos dos ambientalistas que participam e/ou participaram da ONG Ecologia & Ação (ECOIA), do Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares (CEDAMPO), da Associação Bálsamo, da SOS Pantanal e do parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT). A negociação entre

governo e o movimento em 2009 e a determinação do capital no recuo de propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS são alguns dos dados reveladores dos ambientalistas. Somam-se aos depoimentos dos ambientalistas as declarações do produtor rural do Pantanal da Nhecolândia, que deu confiança para se afirmar que no território sul-mato-grossense convivem a pecuária, a cana-de-açúcar, a soja e a floresta do eucalipto. Dos quatro produtores rurais, somente o do Pantanal da Nhecolândia participou da pesquisa. Dois se interessaram aparentemente mas não deram retorno. Isso significa que ficaram temerosos em assumir alguma posição que pudesse comprometer seus interesses. Afinal de contas, o movimento no seu início contou com a participação de políticos e produtores rurais. Já o produtor de soja da parte alta da Bacia do Alto Paraguai (BAP), embora tenha ficado interessado, não pode participar, pois à época estava ocupado com a colheita da soja.

Quanto à relevância da pesquisa, são observados dois pontos. Um deles se refere ao tratamento, já mencionado, que alguns autores ambientalistas vêm dando no reconhecimento de lideranças do movimento, atribuindo a eles feitos que independem deles. Explicações desse tipo podem levar as pessoas a incorporarem as informações “fetichizadas”, que tiram qualquer possibilidade de estudar as propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS nas determinações do capital e estudar a resistência às usinas como se o movimento tivesse autonomia para atuar. O outro ponto se refere à possibilidade de o capital sucroalcooleiro querer investir no Pantanal/MS e, acima de tudo, a preocupação com os ataques que o capital vem fazendo na Bacia do Alto Paraguai (BAP), nos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Então, quanto mais elucidações sobre o uso capitalista da BAP, tanto mais se poderá adensar o enfrentamento do movimento, fazendo alianças com aqueles que lutam por uma sociedade que considere as necessidades das comunidades tradicionais. Essa consideração não aparece nas propostas de usinas de álcool, de hidrelétricas, da Hidrovia Paraná-Paraguai, entre outras.

Diante do exposto, este trabalho investigou as origens e o desenvolvimento do movimento ambientalista em MS e sua relação com sucessivas tentativas de implantação de usinas de álcool no Pantanal entre 1979 e 2009, perseguindo três objetivos: a) identificar o rebatimento da produção sucroalcooleira brasileira em MS; b) descrever e analisar o processo de produção das duas campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS; e c) discutir as campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS na relação entre o movimento e o Estado.

Os desafios que se colocam nesta pesquisa apontam para a tentativa de tirar o movimento contra usinas de álcool das amarras do projeto sucroalcooleiro. A certeza de que isso não se concretizará na ordem burguesa – daí a necessidade de lutar por outra ordem social – está fundada nos mesmos valores defendidos pelo projeto ético-político do Serviço Social. Este projeto é resultado de um processo histórico de construção coletiva sob a direção das entidades nacionais da categoria: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) / Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Ele se explicita no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 e orienta o exercício e a formação profissional. Nos espaços sócio-ocupacionais os profissionais devem se pautar em princípios como a ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a defesa e aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia (socialização da riqueza socialmente produzida e da participação política); a defesa da equidade e da justiça social, universalizando o acesso a bens e serviços relativos a programas e políticas sociais e a sua gestão democrática; o compromisso com a qualidade na prestação dos serviços, competência profissional e articulação com outros profissionais e trabalhadores.

Contrariando estes princípios o poder quase que imbatível do capital sucroalcooleiro controla o governo a ponto de ele ceder ao movimento e de embrutecer sua autoridade política. No desejo de entender a relação que o movimento estabelece com o Estado que apoia o empresariado sucroalcooleiro, o trabalho se estruturou em três capítulos:

O primeiro capítulo mostra que a entrada da cana-de-açúcar em MS se deu a partir do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), criado pelo governo Geisel (1975), e que, nos anos de 2000, o agronegócio canavieiro recebeu apoio do governo estadual, municipal, federal, e de outras fontes de recursos que diminuíram com a crise financeira de 2008/2009.

O segundo capítulo trata especificamente do processo de produção da campanha de Bodoquena (1980-1982) e das campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS (2003-2009). As manifestações ambientalistas foram divulgadas pela

mídia, presumindo-se que boa parte da sociedade estivesse a par delas. O mesmo capítulo faz alusão às intercorrências do executivo em alterar a Lei n. 328/1982 com a Lei n. 3.335/2006.

O terceiro capítulo identifica o movimento e o Estado como sujeitos sociais intrincados nas campanhas e discute a relação estabelecida entre eles a partir da proteção ambiental no Pantanal/MS, da política de biocombustível e da crise financeira de 2008/2009. Mostra que a relação entre o movimento e o Estado oscila entre a conciliação e a oposição. Este capítulo atendeu à necessidade de compreender algum traço em comum nas duas campanhas, contando em especial, com o apoio teórico de Valdez (2011a e 2011b). Destaca o papel que a crise de 2008/2009 teve no recuo das propostas do governo, ao mesmo tempo em que evidencia a força do movimento na pressão exercida entre os anos de 2003 e 2009. Mostra, ainda, a preocupação dos ambientalistas com o possível retorno das propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS.

À vista disso, o estudo descortinou no movimento um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS¹. Surgiu a necessidade de incorporar neste trabalho os depoimentos de alguns assistentes sociais que representam e/ou representaram o Conselho Regional de Serviço Social de Mato Grosso do Sul (CRESS/MS). A pergunta básica versou sobre o conceito de meio ambiente que os assistentes sociais adotam e a outra pergunta versou sobre o envolvimento deles nas campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS. Dos nove assistentes sociais convidados, quatro responderam ao questionário. Uma assistente social aceitou, porém não concluiu as etapas da pesquisa e as outras não responderam e não deram justificativa. Sem dúvida, esses sujeitos da pesquisa deram sustentação para propor esse espaço sócio-ocupacional, que já era uma inquietação que surgiu das experiências ambientalistas vivenciadas por essa pesquisadora, nos anos de 1990. A estudante de Serviço Social mostrou que é preciso discutir Serviço Social e questão ambiental.

Os projetos de Educação Ambiental (EA) que esta pesquisadora desenvolveu no Instituto Municipal de Meio Ambiente (PLANURB) e a sua atuação como representante dos assistentes sociais de MS no Fórum de Desenvolvimento e Meio

¹ A necessidade de criar um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social no movimento fez o seguinte acréscimo no título do trabalho: O movimento ambientalista e as propostas de usinas de álcool no Pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009): um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS.

Ambiente (FORMADS/MS) tiveram um papel singular na proposta desse espaço. Mesmo que, à época, tais ações tenham sido desenvolvidas com base em um conceito de meio ambiente ingênuo que distorce os acontecimentos. Ao contrário disso, neste estudo, as experiências foram ganhando um sentido histórico, pois elas fazem parte do processo de construção desta pesquisa. Hoje, o espaço de atuação e representação não é mais o FORMADS/MS, mas poderá vir a ser a Comissão de formação do CRESS/MS, em que esta pesquisadora participa já com o entendimento da questão ambiental como resultado do conflito entre capital e trabalho. No lugar do Fórum, a Rede Clima Pantanal que foi criada em 2014.

Retomando, a probabilidade de volta das propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS criou nessa pesquisadora a motivação necessária para vislumbrar a participação de assistentes sociais no movimento ambientalista de MS, visto que o Serviço Social atua na perspectiva dos trabalhadores, e, como tal, qualificará o debate sobre as usinas de álcool no Pantanal/MS. Entretanto, este estudo ressalta, sobremaneira, o papel importante que o movimento desempenhou na resistência às usinas de álcool no Pantanal/MS, beneficiando a sociedade sul-mato-grossense, assim como, a de Mato Grosso, da Bolívia e do Paraguai, que também trazem em seus territórios o ecossistema pantaneiro.

A construção das considerações finais teve a preocupação de demonstrar que os objetivos propostos foram alcançados na constatação de que os ambientalistas não desenvolvem um trabalho independente e autônomo. Daí a necessidade de um trabalho educativo permanente para fazer frente ao discurso ambientalista que responsabiliza cada vez mais o indivíduo e a comunidade local pelos desastres ambientais.

Há que esclarecer, ainda, que o projeto desta pesquisa foi submetido à apreciação e avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Franca (UNIFRAN), em conformidade às Resoluções 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), tendo sido aprovado pelo Parecer CAAE: 05022612.0.0000.5495. Também foi aprovado o relatório final desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 A CANA-DE-AÇÚCAR EM MATO GROSSO DO SUL

1.1 Breve apresentação da regulamentação e desregulamentação sucroalcooleira

O objetivo deste capítulo é identificar o rebatimento da produção sucroalcooleira brasileira em MS.² Isso implica em trazer para a discussão alguns elementos que configuraram a produção canavieira em MS no processo de regulamentação e de desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil. Este capítulo embasa-se de maneira especial no livro da profa. dra. Raquel Santos Sant'Ana (2012) e nos estudos de Ana Maria Soares de Oliveira (2009), bem como de José Roberto Nunes de Azevedo (2008), Antonio Thomaz Júnior e Alex Torres Domingues (2012), Thaine Regina Backes (2009) e Carolina Albuquerque Lima (2008).

No Brasil a cana-de-açúcar é a matéria prima da produção sucroalcooleira e nos Estados Unidos a matéria prima do etanol é o milho. Essa lavoura vem sendo praticada séculos e mais séculos em terras brasileiras, desde a escravatura do período colonial até o agronegócio canavieiro dos tempos atuais. Segundo Alves (2003, p. 20) no período colonial o: “[...] surgimento das manufaturas avançadas, como os engenhos de açúcar, eram soluções impensáveis numa Europa cujas terras ainda eram dominadas, em grande parte, por uma produção de caráter feudal voltada à subsistência.”

Se, no período colonial a produção da cana-de-açúcar no Brasil se desenvolveu as custas das mãos sofridas dos escravos, posteriormente, ela vem sendo feita à custa da exploração dos trabalhadores assalariados, hoje, regidos pelo modelo de produção toyotista. Vale dizer que o processo canavieiro incorporou desde o seu início a exploração da natureza, como se sabe, a exploração da natureza e dos trabalhadores se dá no âmbito do processo de produção capitalista. Alves (2003, p. 20), ao se referir à colonização das Américas, afirma que “[...] as relações de produção no campo já nasceram com o sinete do capital.” Desde a época colonial (século XVI) a lavoura açucareira ocupa terras de grandes fazendas e

² O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado pelo desmembramento da área de Mato Grosso pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, e sua estrutura administrativa foi implantada em janeiro de 1979.

visa o mercado externo. Um dado marcante na economia canavieira é o apoio que o Estado dá para este setor. Sant'Ana (2012, p. 19) destaca que:

A aliança histórica do setor canavieiro com o Estado permite afirmar, no entanto, que quando o mercado externo não absorve seu excedente de açúcar, ou depois o álcool, o Estado cria mecanismos para garantir os lucros do setor, é, portanto, um ramo extremamente lucrativo para os grandes produtores e principalmente para os usineiros e proprietários de destilaria que hoje, via de regra, atuam em sintonia ou são subsumidos pelos grandes grupos financeiros.

Portanto, no Brasil, o alvo da produção canavieira não é somente o mercado interno, é também o mercado externo, apesar de seus produtos de subsistência como a rapadura, o melado, ainda hoje cumprirem o papel de alimentação para alguns grupos que escolhem os alimentos sem agrotóxicos e praticam uma luta política em torno do arroz, do feijão, enfim uma luta política votada para a vida do trabalhador.

É importante, ainda, recuperar alguns fatos da década de 1960 que se ligam à produção canavieira no Brasil. Ianni (1984, p. 48) afirma que a “[...] vitória da revolução socialista em Cuba, em 1959-60, foi também um acontecimento de importância na evolução do setor açucareiro no Brasil.” O rompimento comercial dos Estados Unidos com Cuba abriu as portas da agricultura brasileira para o mercado norte-americano. Sant'Ana (2012, p. 20) confirma:

A partir de 1960, com a intensificação da industrialização do campo, a cultura canavieira passava por uma ampla expansão da produção desencadeada pela abertura do mercado externo, principalmente com os Estados Unidos que haviam rompido relações comerciais com Cuba, seu principal fornecedor de açúcar.

Entretanto, essa expansão da cana-de-açúcar não ocorreu de forma linear, pois em 1965, como diz Sant'Ana (2012, p. 20):

[...] nova crise afetou o setor de forma drástica, desencadeada por diversos motivos, dentre os quais o mais importante foi a queda do preço do produto em nível internacional. Como a maioria da produção destinava-se ao mercado externo, a crise da superprodução mundial afetou de maneira direta o açúcar brasileiro; por outro lado, o baixo nível tecnológico da produção brasileira dificultava as possibilidades de participar de forma vantajosa da concorrência internacional.

Apesar de as dificuldades que perpassaram a cultura canavieira o setor açucareiro segue as pegadas do capital financeiro que de acordo com Ianni (1984, p. 247), o açúcar produz “[...] divisas essas das quais se beneficiam bancos e indústrias, ou o grande capital financeiro.” O açúcar produzido no campo se beneficiou da modernização a partir da implantação de empresas estrangeiras no Brasil (OLIVEIRA, 2009, p. 59). A autora segue dizendo:

Com a implantação da indústria de base (siderúrgica, petroquímica etc), as empresas produtoras de insumos, máquinas e equipamentos também se instalaram no país, internalizando a produção e, conseqüentemente, aumentando a capacidade de modernização da agricultura. Essa modernização criou as condições para que emergisse, a partir de (1965) o processo de industrialização da agricultura brasileira. (OLIVEIRA, 2009, p. 59).

A sua exposição, rica em detalhes acerca da influência da indústria na agricultura:

[...] o setor industrial à montante da produção agrícola passou a impor o desenvolvimento tecnológico da agricultura, ao forçar a utilização de novas técnicas, sob a justificativa de que a produção e o consumo de tecnologias mais modernas ofereciam maiores possibilidades de acumulação do capital. Nesse sentido, ‘se a compra de um trator é bom para a agricultura, é muito melhor para a indústria de tratores’. (GRAZIANO NETO, 1985, p. 42 apud OLIVEIRA, 2009, p.59-60).

Mas, não foi somente à montante da produção agrícola que se deu a influência da indústria, pois como diz Oliveira (2009, p. 60, Grifo do autor), ela se deu também:

[...] à jusante da produção agrícola, pois, com a ‘necessidade’ de padronizar a matéria-prima, obter maiores ganhos de produtividade e garantir o controle do processo de trabalho, os produtores passaram a adotar novas técnicas, sistema de cultivos e novas formas de gestão do processo de trabalho.

Viu-se, então, que a modernização no campo foi essencial para a sua industrialização, entretanto, essa modernização é conservadora, e, como tal, ela não mexe na estrutura da produção exploradora que é totalmente voltada para o lucro.

De fato, a partir da década de 1960, o setor canavieiro passou a vincular-se com a industrialização no campo, daí a importância de fazer algumas considerações

acerca da regulamentação e da desregulamentação da cana-de-açúcar no Brasil. E isso, com certeza, trará rebatimentos para a cana-de-açúcar em MS.

A modernização e a industrialização no campo são contemporâneas do período de regulamentação do setor sucroalcooleiro em que o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) exercia no setor um papel expoente. A bem da verdade, o IAA regulava as relações do setor canavieiro ficando a seu encargo definir os preços do setor e normatizar as relações entre os usineiros e fornecedores (SANT'ANA 2012, p. 27).³ O governo Geisel (1974-1979) criou o Proálcool, sendo ele instituído pelo “[...] Decreto n. 76.593, de 14/11/1975 [...]”, conforme o registro de Sant’Ana (2012, p. 20).

O Proálcool (1975) era ligado ao IAA (1933) e a primeira etapa desse Programa é simultânea ao primeiro choque do petróleo (1973). Para o governo brasileiro o Proálcool (1975) representava a garantia de alternativa de combustível ao consumidor. (SANT'ANA, 2012, p. 20).

Porém, Sant’Ana (2012, p. 20) desmistifica essa crença colocando um outro elemento em sua análise:

Embora o discurso governamental fosse à procura de uma alternativa energética para o Brasil diante da crise do petróleo nos anos de 1974 e 1975, na realidade, para além desta alternativa, havia um compromisso histórico com o setor canavieiro e este foi mantido com o lançamento do Programa.

Portanto, por conta do compromisso histórico do governo com o empresariado do setor sucroalcooleiro, não dá para entender o Programa apenas como uma alternativa ao petróleo, mesmo reconhecendo que o choque do petróleo, de fato, impulsionou o governo a criar o Proálcool (1975). Na análise do Proálcool, Andrade, (1994, p. 236 apud OLIVEIRA, 2009, p. 65), chama a atenção para outro ponto:

[...] o objetivo era, entre outros, economizar divisas por meio da substituição de importações e expandir a produção de bens de capital, estimulando as empresas metalúrgicas com capacidade ociosa, mediante o crescimento da demanda de equipamentos voltados à modernização e implantação de novas unidades processadoras.

³ O capítulo 1 do livro da Profa. Dra. Raquel Santos Sant’Ana “Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social”, faz uma análise minuciosa sobre o modelo de desenvolvimento agrário.

Em Mato Grosso do Sul o processo de “implantação de novas unidades processadoras” se deu com a usina de Sonora, na segunda metade de década de 1970. Oliveira (2009, p. 65) ressalta, ainda, o apoio que o governo deu para o setor: “[...] o governo concedeu empréstimos aos empresários agroindustriais canavieiros, praticamente a fundo perdido, pois eram fornecidos a juros reais abaixo da inflação com três anos de carência e 16 anos para o pagamento do principal.”

Mais uma vez se confirma a “aliança histórica” entre o governo e o empresariado: O projeto da usina de álcool em Bodoquena (1979), em MS, possuía incentivos do governo federal. A usina de Bodoquena iria ser implantada em pleno Pantanal/MS e do ponto de vista ambiental o empreendimento ali traria problemas. Felizmente, o movimento ambientalista fez uma dura resistência e impediu a implantação da usina de Bodoquena, no Pantanal/MS.

O segundo choque do petróleo (1979) motivou o Decreto-Lei n. 83.700/1979, que inaugurou a segunda etapa do Proálcool em 1980, sobre o qual Sant’Ana (2012, p. 21) afirma:

[...] o governo redireciona o Programa para a produção do álcool hidratado como carburante direto, retirando a ênfase do álcool anidro que até então correspondia quase à totalidade da produção (82,2% na safra 1979-1980) [...].⁴

Foi assim que o governo promoveu a articulação entre a produção do automóvel e a produção do álcool, uma vez que o álcool hidratado foi e continua sendo incorporado como um combustível renovável a ser utilizado no lugar da gasolina. Oliveira (2009, p. 65) descreve este processo na seguinte frase: “Desse modo, os interesses do capital agroindustrial canavieiro foram associados aos das montadoras de automóveis, bem como aos das empresas fabricantes de máquinas e implementos agrícolas, entre outras.”

É fato que a articulação que o governo fez entre a produção de automóveis e a produção do álcool requereu equipamentos voltados à modernização do setor que, por sua vez, criou demandas para as empresas de implementos agrícolas e de máquinas. Sant’Ana, fornece, ainda, dados numéricos acerca dos investimentos que o governo fez no setor, na segunda década de 1980:

⁴ O álcool anidro é misturado à gasolina e o álcool hidratado é utilizado em carro a álcool.

Os recursos públicos novamente foram destinados a financiar o capital privado: entre os anos de 1984-89, o Programa absorve 53% dos recursos públicos aplicados (US\$ 2,1 bilhões) e 74% dos recursos próprios (US\$ 2,3 bilhões) (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 93 apud SANT'ANA, 2012, p. 21).

Com base nos dados numéricos apresentados, Sant'Ana (2012, p. 21), também reforça o apoio do governo ao setor automobilístico na segunda metade dos anos de 1980. "Além do financiamento direto, novamente com juros de mercado em condições muito favoráveis, o governo criou o mercado consumidor do carro a álcool de maneira a viabilizar as atividades do setor." Segue, então, Sant'Ana, dizendo que:

A partir de então, o consumo de veículos a álcool foi lastreado a incentivos fiscais aos consumidores, tais como rebaixamento de IPI, IPVA, isenção de ICMS e preços atraentes para o consumo do combustível direto, a base de 65% do valor da gasolina, sem contar o estímulo à conversão dos motores à gasolina para álcool. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 95 apud SANT'ANA, 2012, p. 21-22).

O que houve foi uma combinação de interesses do capital agroindustrial canavieiro, das montadoras de automóveis e das empresas fabricantes de máquinas e implementos agrícolas, entre outras (OLIVEIRA, 2009, p. 65). A exemplo disso, a tecnologia do motor do carro a álcool é um dos fatores que requer o uso de máquinas modernas.

Se durante o período de regulamentação o setor sucroalcooleiro pôde contar com amplo apoio governamental, na desregulamentação do setor sucroalcooleiro que ocorreu na década de 1990 - marcada pela extinção do IAA e pelo término da vigência do Proálcool - o governo não tirou o seu apoio aos usineiros, como bem diz Sant'Ana (2012, p. 28): "[...] a aliança histórica com a classe dominante mantém-se." A modernização e a industrialização no campo e o Proálcool prepararam o campo para a implantação do agronegócio no Brasil, do qual participa o agronegócio canavieiro. De acordo com Oliveira (2009, p. 50):

[...] o agronegócio é por nós apreendido não somente como um termo usado para definir um modelo de desenvolvimento econômico agroindustrial, mas também como um modelo que possui uma carga ideológica muito forte no sentido de maquiar a imagem da agricultura capitalista, historicamente exploradora do trabalho do homem e concentradora de terra, renda e capital, à medida que se apresenta como gerador de empregos e proporcionador de desenvolvimento social e econômico das áreas das quais se territorializa.

A leitura crítica que Oliveira (2009) faz sobre o termo agronegócio chama a reflexão para outros termos ideológicos como o desenvolvimento sustentável, o ambientalmente correto, entre tantos outros que chegam ao mesmo lugar: “maquiar a imagem da agricultura capitalista”. Essa maquiagem pode ser atribuída também ao uso e à ocupação do solo urbano (as edificações e a revitalização de uma área para o capital, por exemplo, nas duas formas de intervenção são expropriadas formas estabelecidas de convivência humana etc), entre outras práticas urbanísticas burguesas. Os termos ideológicos conseguem, muitas vezes, capturar o pensamento e a vontade dos sujeitos convertendo-os em pessoas que cumprem mandatos externos para atender exclusivamente ao lucro. E isso está presente em todos os campos da vida social.

A agricultura que na sua originalidade serviu à sobrevivência humana passou a ser um “grande negócio”, o agronegócio. O aniquilamento de práticas agricultáveis desenvolvidas em pequenas áreas em favor da agroindústria praticada em grandes extensões de terras é bem aceito pela sociedade, em geral, em nome da geração de empregos. O representante da Secretaria de Fazenda de Mato Grosso do Sul (SEFAZ/MS)⁵ (24 maio 2013) afirma que: “[...] a indústria de açúcar e álcool gera muitos empregos, mais do que as demais indústrias, uma média de 100 empregos fora os da parte administrativa, [...]” Este é o discurso oficial sustentado pelo governo de MS que se preocupa em garantir a imagem social do governo e da empresa.

A implantação e operacionalização das empresas sucroalcooleiras em MS obedecem a determinações maiores vindas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e da Organização do Comércio Mundial (OMC), instituições essas que requerem o apoio do governo para fazer acontecer o modelo de desenvolvimento do agronegócio. Ilustra bem o apoio governamental ao agronegócio, a referência que Oliveira (2009, p. 52) faz ao governo Lula. Para o governo Lula o agronegócio brasileiro “[...] é a solução para o desenvolvimento do país e para o aumento da participação no comércio exterior.” Essa é uma expressão dos vínculos do governo brasileiro com o agronegócio.

A “carga ideológica” que Oliveira (2009) menciona, pode dar a entender que o agronegócio é uma solução “mágica” dos tempos atuais. No entanto, a autora explica que o agronegócio surgiu como modelo de desenvolvimento no século XIX e

⁵ Representante da SEFAZ/MS, entrevistado por Enilda Maria Lemos, em 24 de maio 2013.

que nos Estados Unidos a difusão desse modelo se deu nos anos de 1950 (OLIVEIRA, 2009, p. 52). A autora afirma que no Brasil, o agronegócio “[...] começou a se difundir [...] na década de 1990 [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 52), década da extinção do IAA e do Proálcool. Sant’Ana (2012, p. 23) lembra que “[...] o Proálcool viabilizou o processo de modernização do setor canavieiro sem destruir as bases latifundiárias da estrutura agrária brasileira.”

Mais uma vez, se confirma que a discussão sobre o agronegócio canavieiro deve estar atrelada ao processo de modernização e à industrialização no campo, sendo que o Proálcool foi um Programa que preparou o terreno para o agronegócio no Brasil. Se assim é, torna-se um imperativo considerar que a modernização e a industrialização no campo e o Proálcool são expressões do modelo de desenvolvimento econômico agroindustrial. Isto é, a partir dos anos de 1990, a articulação da indústria com a lavoura canavieira e o Proálcool desencadearam mudanças na operacionalização no campo que favoreceram o agronegócio como modelo de desenvolvimento.

1.2 A expansão da cana-de-açúcar em MS

As terras sul-mato-grossenses têm como divisor de águas a Serra de Maracaju. De um lado, encontra-se o bioma cerrado, pertencente à BP, e do outro, o bioma do pantanal e do cerrado, pertencentes à BAP. Enquanto a produção de cana-de-açúcar na BP quase não encontra barreiras de parte da sociedade civil, a produção de cana-de-açúcar na BAP em MS, tem sido uma das bandeiras de luta dos ambientalistas, considerando que as terras pantaneiras não se limitam apenas à planície, pois elas incorporam também as terras do planalto. A interdependência dos elementos naturais leva a crer que o desenvolvimento da atividade sucroalcooleira na parte alta da BAP pode destruir alguns elementos naturais da planície, é o que argumentam os especialistas.

Em MS o solo e o clima, aliados à posição estratégica do Estado, concorrem para que empresários da cana-de-açúcar coloquem as terras sul-mato-grossenses nas suas agendas de negócios. O Estado faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai e com os estados de Mato Grosso (MT), Goiás, Paraná e São Paulo. Os dois estados Paraná e São Paulo colocam o Estado de MS próximo aos principais produtores e consumidores de cana-de-açúcar do país. Em tempos atuais a cana-de-açúcar

ocupa uma grande extensão de terras no MS, mas, o Estado não possui uma tradição histórica nessa lavoura.

A bem da verdade, na década de 1960, o gado pantaneiro era a expressão da riqueza da parte sul do “velho Mato Grosso” e, na década de 1970, o grão da soja passou a compor a economia desse Estado junto com o gado que nunca perdeu o seu lugar em MT e de MS, ao menos por enquanto. A cana-de-açúcar foi encetada em MS na década de 1970, como já foi comentado. Antes disso, no Estado, a lavoura canavieira era incipiente.

Sabe-se que a produção bovina é tradicional da economia de MS e mesmo com o “[...] recuo na quantidade de animais, Mato Grosso do Sul ainda fechou 2013 como o quarto maior rebanho bovino do país [...],” segundo o IBGE. (EQUIPE..., 2013). Também foi dito que a soja e a cana-de-açúcar são da década de 1970. Cabe ainda, com base em Centeno (2009) fazer uma pequena alusão aos ervais que reinaram na economia entre 1870 e 1930 na parte sul do “velho” Estado de MT, à custa da exploração de trabalhadores paraguaios. Segundo Centeno (2009), no final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) começou a exploração dos ervais no sul de MT tendo à frente Tomás Larangeira. De acordo com Centeno (2009, p. 192):

Tomás Larangeira [...] conseguiu, em 1882, permissão do governo imperial para explorar a erva-mate da região. Apesar de não ter sido o único a explorar ervais na região, Larangeira obteve mais benefícios e monopolizou por mais tempo essa atividade (CENTENO, 2000). No ano de 1892, Larangeira associou-se aos irmãos Murtinho, poderosa família de políticos locais e maiores acionistas do Banco Rio e Mato Grosso, formando a Companhia Matte Larangeira. Configurou-se, pela primeira vez em Mato Grosso, a interferência do capital financeiro na produção (ALVES, 1984, p. 31).

Através do favorecimento político, essa Companhia chegou a arrendar cerca de 5 milhões de hectares, tendo sido essa área reduzida, em 1916, para menos de 2 milhões. Com sede em Buenos Aires, tornou-se uma potência na região do Prata. Essa empresa teve uma importante atuação na economia mato-grossense, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Como resultado, passou a exercer um controle político e econômico muito grande na região.

[...] Após a década de 1930, devido à política nacionalista de Vargas, seus sócios procuraram nacionalizar a empresa. A década de 1930 foi desfavorável à empresa e à produção ervateira como decorrência da crise econômica e política. Afetada, profundamente, o resultado foi a diminuição de suas atividades já na década de 1940. A Argentina, grande importadora da produção mato-grossense de erva-mate, ameaçava as exportações com o crescimento de suas plantações e o aumento em sua produção. Também nessa época, o governo de Getúlio Vargas passou a rever as concessões de terras em Mato Grosso, atingindo a Companhia, que monopolizava grandes

extensões. Contudo, seu declínio acentuou-se após a autossuficiência dos ervais argentinos.

Os dados de Centeno (2009) provam que na parte sul de MT a cana-de-açúcar não exerceu o seu domínio nas atividades econômicas no período anterior à década de 1970, e, sequer era citada entre as atividades principais econômicas. Nos tempos atuais o quadro é bem diferente. Faria e Frata (2010, p. 17) constataram que a região da bacia do rio Paraná “[...] concentra mais de 80% da produção de cana-de-açúcar no país e que nela estão as principais áreas de expansão atual [...],” atraindo grupos nacionais e internacionais. No que se refere aos grupos econômicos que desenvolvem atividades na sub-bacia do rio Ivinhema, Faria e Frata (2010, p. 1) destacam que:

Os grupos econômicos presentes na sub-bacia são diversificados e não é simples definir exatamente a sua conformação, mas podem, grosso modo, ser divididos em 3 categorias: nacionais tradicionais do setor como Unialco e Cosan; nacionais novos como a Odebrecht - mais conhecida como grande empreiteira - e os grupos com capitais internacionais ou conformados a partir da criação de fundos com captação em bolsas de ações dos principais centros do mercado de capitais. Neste bloco estão Ceron e Clean Energy Brazil, entre outros que passaram por processos de fusões e aquisições após a crise econômica mundial.

Os processos de aquisição e de fusão nas empresas sucroalcooleiras, então, expressam a rentabilidade do agronegócio canavieiro em MS. Mas, essa rentabilidade se dá à custa da exploração do trabalhador e da natureza como também era explorado o trabalhador nos ervais, ainda que a cana-de-açúcar esteja no modelo toyotista de produzir e a erva-mate nos moldes “manufatureiros” (CENTENO, 2009). Como afirma Centeno (2009, p. 195) “[...] o trabalho nos ervais” “[...] estava organizado segundo os moldes da manufatura.”

Para Marx (2010, p. 84, grifo do autor) o trabalho na sociedade capitalista estranha do homem a natureza e o homem de si mesmo, “[...] estranha do homem o gênero humano.” O seu processo de trabalho lhe rouba a parte que ele trabalhou e não recebeu por ela, sendo que o excedente vai para as mãos do capitalista; rouba ainda a possibilidade de o trabalhador se reconhecer no produto final. Então, ele não se reconhece no produto final e nem a ele tem acesso. É desse processo de trabalho que deriva a alienação do trabalhador.

Depois da erva-mate, do boi e da soja, o Proálcool que visava aos mercados interno e externo, chegou às terras sul-mato-grossense no final da década de 1970 aguçando os interesses empresariais com os seus incentivos no setor sucroalcooleiro. A usina Sonora, localizada na parte alta da BAP e o projeto da usina de Bodoquena no Pantanal/MS, como já dito anteriormente, foram às primeiras investidas do capital sucroalcooleiro no Estado, lembrando que o movimento não deixou que a usina de Bodoquena fosse implantada.

De um lado tem-se a resistência que o movimento ambientalista faz às usinas de álcool no Pantanal/MS, de outro lado, o território sul-mato-grossense que dispõe de grandes extensões de terras com características que favorecem a produção de cana-de-açúcar. Um exemplo disso são as terras da sub-bacia do Ivinhema, citada pelo líder ambientalista:

Na Bacia do Ivinhema, é onde concentra as usinas em MS. Lá tem terra boa, tecnologia, máquinas sofisticadas com comunicação com satélite, têm a infraestrutura de transporte, a qualidade da terra e o clima, água e seca, duas situações combinadas, na chuva desenvolve o vegetal e na seca concentra o açúcar. E também tem a geografia, um solo com pouca declividade. Tem um conjunto de fatores que pesa muito, teria que ver o preço da terra também. (Informação verbal).⁶

Além da infraestrutura na sub-bacia do Ivinhema, citada acima, o texto de Faria e Frata (2010, p. 12) dá a conhecer que “[...] novas redes estão sendo instaladas para escoar a produção de energia gerada a partir da cogeração.” Um outro dado importante que Faria e Frata (2010, p. 13) apresentam informa:

Uma das regiões de maior expansão do plantio da cana-de-açúcar e instalação de usinas para a produção de energia elétrica, etanol e açúcar, são os 4,64 milhões de hectares da sub-bacia hidrográfica do rio Ivinhema, território que deverá contar com 60 unidades produtoras até a safra 2014/2015 [...]. Na safra 2006/2007, 6 delas estavam em funcionamento, 3 das quais investem na ampliação. Outras 37 estão em implantação e 17 são planejadas [...].

Os números alarmantes previstos para a implantação de usinas demonstram que, de fato, o setor sucroalcooleiro contava com a disponibilidade de dinheiro não só do capital interno como também do capital externo. Certamente a previsão feita sobre as usinas a serem instaladas ocorreu no período antes da crise de 2008. Em

⁶ Líder ambientalista entrevistado por Enilda Maria Lemos em 7 de abril de 2014.

termos do abastecimento de energia no Brasil, o site União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA)⁷ indica:

Hoje mais de 47% de toda a energia utilizada no país vem de fontes renováveis. O setor sucroenergético tem papel-chave neste quadro: a cana-de-açúcar, matéria-prima para a produção de etanol e bioeletricidade, é a segunda maior fonte de energia do país, respondendo por 18% de toda a energia consumida pelo Brasil. (UNICA, 2015).

A infraestrutura, a qualidade da terra e outros fatores concorrem para que MS seja um Estado promissor para o agronegócio canavieiro o que faz com que, vez por outra, a mídia se reporte ao setor sucroalcooleiro. Ilustra bem isso, a entrevista de Roberto Hollanda Filho, presidente da Associação de Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul (BIOSUL). Ele falou sobre as onze usinas de álcool e o aumento de área plantada de cana-de-açúcar em MS. Hollanda (2013) afirma: “Em termos de área plantada, o Estado deve aumentar 15% no atual ciclo, para 738 mil hectares.” No que se refere ao MS, registra que, em 2012, MS teve “[...] uma área de 558.664 mil hectares plantada com cana [...]” E acrescenta: “O Mato Grosso do Sul, hoje, é o quinto principal Estado produtor de cana do País [...]” (UNICA, 2012). Um comparativo sobre a cana-de-açúcar de Thomaz; Dominguez (2012, p. 145) registra que: no estado de MS: “[...] na primeira safra, em 1984/1985, produziu-se pouco mais de 02 milhões de toneladas (segundo o IBGE) e, vinte e seis anos depois, na safra de 2010/2011, tem-se uma produção de mais de 34 milhões de toneladas.”

No que se refere à área plantada com cana-de-açúcar, Thomaz e Dominguez (2012, p. 145), especificam que em 2005 “[...] era de 136.803 hectares. Em 2009, subiu para 285.993 hectares, representando um ganho de 109%.”

Como se vê, desde a década de 1980 até os anos de 2000, a cana-de-açúcar que é a matéria-prima do setor sucroalcooleiro mudou muito em MS, tendo em conta que, neste Estado, a atividade canavieira passou a se expandir depois da metade da década de 1990, sempre à custa da exploração social e ambiental, acirrada em tempos da reestruturação produtiva do capital. Consta da citação de Thomaz e Dominguez (2012, p. 139):

⁷ A UNICA foi criada em 1997, sendo a maior organização que representa o setor de açúcar e bioetanol do Brasil.

Dessa forma, estamos com as atenções voltadas para as repercussões da reestruturação produtiva do capital encimada nas cadeias produtivas do agronegócio canavieiro e para as vinculações que estão sendo construídas com os conglomerados/corporações transnacionais agroquímico-alimentar-financeiros que estão à frente da produção de insumos, processamento e comercialização da produção. Estas repercussões expressam ainda novos elementos de uma nova divisão internacional do trabalho.

Além da reestruturação produtiva do capital, o agronegócio canavieiro que inovou, de certa forma, o setor sucroalcooleiro demandou a “nova divisão internacional do trabalho”, entendida por Thomaz e Dominguez (2012, p. 139) como aquela em que “[...] cada região ou país fica designado a produzir certo tipo de produto – de acordo com o clima, relevo, precipitação de cada país.” Os estudos que mostram que o clima e o solo das terras sul-mato-grossenses permitem a mecanização da lavoura sem maiores obstáculos, podem ter convergido para a inserção do Estado nos processos de implementação do setor canavieiro na “nova divisão internacional do trabalho”. A cana-de-açúcar, então, vem se “territorializando” nas áreas rurais de MS dentro do padrão produtivo do agronegócio que prioriza a exportação. Para garantir o mercado internacional dos produtos sucroalcooleiros, o agronegócio brasileiro vem introduzindo no âmbito do trabalho os novos equipamentos a serem utilizados pelos trabalhadores, ainda que os tais equipamentos custem o sofrimento dos trabalhadores para se adaptarem a eles. O trabalhador é persuadido a usar o tal equipamento em nome da “proteção e segurança no trabalho”. Do mesmo modo, incorporam os selos ambientais nos produtos como uma das formas que a gestão empresarial utiliza para colocar o produto no mercado internacional.

À medida que essa lavoura cresce, ela vai expulsando das grandes áreas o gado e, até certo ponto a soja, lembrando que nas três monoculturas (soja, pecuária extensiva e cana-de-açúcar) não cabem culturas de subsistência. É dessa maneira que pequenos produtores são engolidos por grandes produtores canavieiros perdendo suas propriedades e suas atividades produtivas e, muitas vezes, eles têm que ocupar as periferias urbanas vivendo a miséria e o desemprego, etc. Em contrapartida a cana-de-açúcar vem se sobressaindo em diversos estados brasileiros. Thomaz e Dominguez (2012, p. 145) demonstram que a soja, que em 2005 ocupava uma área plantada de “[...] 2,038 milhões de hectares [...]”, em 2009 “[...] cai para 1,717 milhões de hectares, o que gera uma perda de 15,7%.” Em 2005,

os autores apontam que o rebanho bovino “[...] era de mais de 24,504 milhões de cabeças e, em 2009, 22,325 milhões. Uma diminuição de mais de 8,8%.” (2012, p 145). O boi ainda é uma das bases da economia do Estado, assim como a soja, o milho e a floresta, esta vem com bastante força no Estado.

A agricultura em geral e a cana-de-açúcar pela sua maior rentabilidade e por consequência, maior remuneração por hectare, empurra o boi para locais menos viáveis a essa atividade, que em nosso estado é a região do Pantanal.

Em acréscimo, vale dizer que o interesse pelo capital internacional na empresa rural se firmou no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) e no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61). Conforme indicam Schallenberger e Schneider (2010, p. 210), isso ocorreu quando a política brasileira transitou: “[...] de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente, ou associada aos mercados estrangeiros.”

Um dos elementos constitutivos dessa política, conforme indicam Schallenberger e Schneider (2010, p. 211), é “[...] o incentivo à exportação de produtos agrícolas [...]” que alimenta a “[...] empresa rural, associada aos interesses do mercado agroexportador e de commodities.” De acordo com Becker (1997 apud SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p. 214), depois de 1975, na política de colonização da Amazônia Legal, “[...] passou a predominar na região a empresa agropecuária voltada ao mercado exportador.”

No Serviço Social do Migrante, na Secretaria responsável pela assistência social de Campo Grande (MS), na primeira década de 1980, o trabalho que a autora deste texto desenvolveu, confirma que a política agroexportadora e a usina de álcool tratam a condição dos trabalhadores no seu limite de sobrevivência. À época, os usuários desse serviço eram trabalhadores de usinas de álcool – que vinham em condições deploráveis – e famílias, em trânsito, que vinham do Sul e do Sudeste do Brasil para MT e Rondônia à procura de melhores condições de vida. Era comum o retorno de famílias e de trabalhadores que não tinham dado conta de sobreviver nas “novas terras” e, muito menos, de tornar a terra produtiva. É consternador trazer à memória a imagem de um trabalhador paulistano que pediu exoneração de um emprego público para buscar as terras do “eldorado” e retornou sem ter para onde ir, sem ter o que fazer. Quanto aos trabalhadores das usinas de álcool, vale dizer que a empresa os levava para a usina por meio da figura empresarial denominada de

“gato”, que por sinal fazia a eles sedutoras promessas. Na usina os trabalhadores eram obrigados a comprar os gêneros de primeira necessidade superfaturados utilizando boa parte do seu salário.

Aqui se cumpre fielmente a elucidação de Marx (1985, p. 154) sobre o trabalho: “O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, [...]”. Nas usinas o controle era e é feito por um trabalhador de confiança da gestão. Mas, não é somente este o controle necessário numa empresa, existe ainda o controle que é feito, inclusive, pelo assistente social, pelo psicólogo, pela EA entre outros, no sentido de persuadir o trabalhador a fixar a mente e a utilizar a sua força física na execução de suas tarefas, sem ter espaço e sem momentos para refletir sobre todo o processo de trabalho. Para Kosik (1976, p. 11) essa é a “[...] práxis fetichizada [...]” que se contrapõe a uma “[...] práxis revolucionária [...]”, aquela que questiona, que se empenha por desvendar as mediações que determinam a “práxis fetichizada”. Melhor dizendo, a “práxis fetichizada” é a que dita formas estereotipadas de operar e que retiram toda e qualquer possibilidade de a sociedade compreender os processos sociais na relação capital e trabalho. O discurso oficial dá o comando certo: “[...] cada um faça a sua parte” e isso chega na ideologia ambientalista por meio da EA e do movimento ambientalista.

Quando a EA dita a uma comunidade periférica que cada um faça a sua parte, esse comando impede reflexões acerca de como a comunidade se insere no planejamento da cidade, por exemplo. Numa comunidade que ocupa as margens de um córrego urbano, em que o caminhão de lixo da prefeitura passa somente uma vez por semana, em geral, a EA tende a enfatizar as mensagens “não jogar o lixo na rua, no córrego”. Essas mensagens não possibilitam o debate sobre a distinção que o serviço da Prefeitura faz em relação a um bairro nobre e a uma comunidade periférica. Também não viabilizam discutir com a comunidade formas de ela se articular com entidades do bairro, com ONGs e outras representações para desenvolverem ali práticas de organização.

Em relação à mercadoria produzida pelo trabalhador, Marx (1985, p. 154) esclarece: “[...] o produto é propriedade do capitalista e não do produtor direto, do trabalhador.” Não bastasse à condição a que submetia o migrante que ia ao plantão social, muitos deles vinham do “eldorado prometido” angustiados, derrotados,

temerosos, estraçalhados, pois, no desespero, até os documentos haviam sido perdidos. Nessa situação, como foi dito, grande parte dos trabalhadores voltavam ao plantão social para retornarem aos seus estados. E pior, em vez de salário, tinham que se submeter aos benefícios assistenciais sem a consciência de que aquele benefício era um direito seu. Eles eram vítimas de promessas ideológicas “fetichizadas” que ao mexer com os seus sonhos os levava a terras longínquas sem condição de sobrevivência, assim como eram também os trabalhadores que vinham para as usinas. A referência feita aos trabalhadores de usinas de MS, onde o Proálcool deu os contornos das primeiras “unidades processadoras de cana-de-açúcar”, aponta para a tabela abaixo:

TABELA 1: Instalação de unidades produtivas de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul (1979-1983)

Unidades	Cidades	Instalação	Grupos	Fundos
Usina Aquarius	Pedro Gomes	1979	Sr. Raul Kelvin Thuin	Próprio e Proálcool
Usina Santa Helena	Nova Andradina	1982	Benedito Coutinho – AL	Próprio e Proálcool
Usina Maracaju	Maracaju	1982	Tavares de Melo – PE	Próprio e Proálcool
Usina Passatempo	Rio Brilhante	1982	Tavares de Melo – PE	Próprio e Proálcool
Usina Santa Fé	Rio Brilhante	1982	Benedito Coutinho – AL	Próprio e Proálcool
Usina Santa Olinda	Sidrolândia	1982	José Pessoa – AL	Próprio e Proálcool
Usina Santa Quitéria	Aparecida do Taboado	1983	Santa Quitéria-SP	Próprio e Proálcool
Usina Coopernavi	Naviraí	1983	Cooperativa-MS	Próprio e Proálcool

Fonte: THOMAZ JÚNIOR; DOMINGUES (2012, p. 144) e BACKES (2009, p. 37).

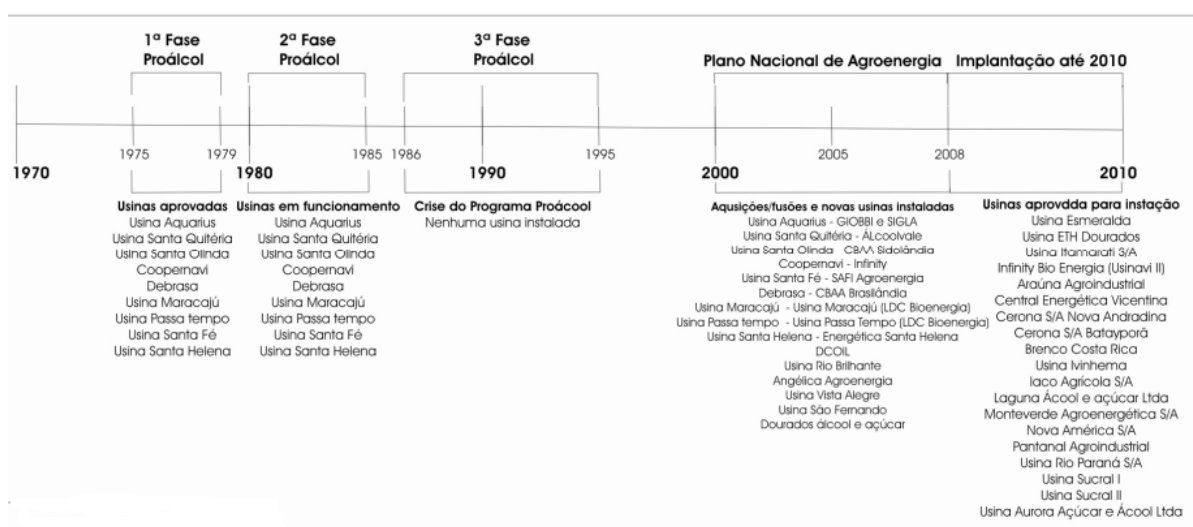
Os dados provam que em MS as usinas de álcool começaram em 1979 e, portanto, sob o comando do capital usineiro. Vale lembrar que entre 1984-1989 o governo viabilizou o setor sucroalcooleiro com financiamento do capital privado e com o carro a álcool (SANT’ANA, 2012, p. 21). De fato, a primeira usina de álcool de MS é a Aquarius (1979) seguida de outras tantas na década de 1980, todas com recursos do Proálcool. Provam que a produção mercadológica usineira começou em 1979 e demonstra também que o período ervateiro - que teve seu início no final do século XIX, uma expressão do capital monopolista nas terras do sul de MT, como detectou Centeno (2009, p. 192) – se concluiu na década de 1930, assim como foi o reinado absoluto do boi (1960) associado ao da soja (1970).

Já que o Proálcool está entranhado na produção sucroalcooleira, cabe dar a conhecer (para aqueles que não o conhecem) o estudo de Dominguez; Thomaz Júnior (2012, p. 144), acerca das fases do Proálcool (1975). Na verdade, o setor sucroalcooleiro no Brasil levou em conta os antecedentes do agronegócio canavieiro implantado nas mudanças impostas pelo neoliberalismo. Segue então as fases do Proálcool:

A primeira fase do Proálcool (1975-1979) se deu no primeiro choque do petróleo e a segunda fase do Proálcool (1980 a 1986) corresponde ao segundo choque do petróleo. O Proálcool (1986 e 1995) viveu na sua terceira fase um período de estagnação. Na quarta fase do Proálcool (1995 e 2000), conforme indica o estudo mencionado - lembrando que na década de 1990 ocorreu a desregulamentação do setor sucroalcooleiro, inclusive com a extinção do IAA '[...] os mercados de álcool combustível, encontram-se liberados em todas as suas fases de produção, distribuição e revenda sendo os seus preços determinados pelas condições de oferta e procura.' A quinta fase que é a última teve início nos anos de 2000. (DOMINGUEZ; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 144).

O texto acrescenta, conforme Dominguez e Thomaz Júnior (2012, p. 144). “Hoje [...] o Brasil vive uma nova realidade com expansão do setor agro-sucroenergético e das exportações de açúcar e álcool em grande escala.”

FIGURA 1 – Mato Grosso do Sul: períodos de instalação de usinas



Fonte: BACKES (2009, p. 43).

Em MS, no ano de 2000, grupos maiores compraram empresas de grupos que entraram no Estado nos anos de 1980 e que faliram (BACKES, 2009, p. 90). A

autora mencionada confirma que em MS os investimentos sucroalcooleiros se condicionam à disponibilidade dos recursos públicos oferecidos por meio do Proálcool e do Programa Nacional de Agroenergia, sendo o primeiro Programa da época do governo militar e o segundo Programa do governo Lula.

Seguem alguns trechos de textos publicados os quais apresentam o ponto de vista do capital. Popov (2013, p. 25) chama a atenção para a fala de Plínio Nastari⁸ “[...] a expectativa é de que os Estados Unidos ampliem em um bilhão de litros sua importação de etanol brasileiro.” Por falar em Estados Unidos, o site da ÚNICA, faz o seguinte informe:

‘Não por acaso, a ONU, através do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgou neste domingo (13/04) seu mais novo relatório, que destaca a importância de uma adoção global mais rápida de alternativas energéticas limpas como forma de acelerar o combate ao aquecimento global. Nesse contexto, o etanol brasileiro de cana-de-açúcar é o biocombustível mais eficiente produzido em larga escala que existe no mundo’, frisou Farina. Diversos estudos comprovam que o etanol de cana reduz as emissões de gases causadores das mudanças climáticas em até 90% comparado com a gasolina. Graças a esse índice, o biocombustível brasileiro é o único etanol produzido em larga escala do mundo considerado ‘avançado’ pela Environmental Protection Agency (EPA), a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. (ÚNICA, 2014, grifo do autor).

O argumento sobre a eficiência do etanol brasileiro de cana-de-açúcar pode ter concorrido para o discutido aumento da porcentagem do etanol na gasolina brasileira. O jornal O Estado de S. Paulo, anunciou que:

A partir de 16 de fevereiro, a mistura de etanol na gasolina deve subir de 25% para 27%. A proposta foi acordada entre setor produtivo e o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, nesta segunda-feira (2) e será apresentada amanhã para a presidente Dilma Rousseff, a quem caberá a decisão final. (RODRIGUES, 2015, online).

Depois de muita discussão o governo consolidou o aumento do percentual de etanol na gasolina, conforme segue:

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro, assinou hoje resolução do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA) que ampliou percentual obrigatório de adição de etanol anidro combustível de 25% para 27% à gasolina comum. No caso da gasolina premium, permanecem os

⁸ Plínio Nastari é presidente da consultoria canavieira Datagro de São Paulo.

25% hoje vigentes. A medida levou em consideração o abastecimento adequado de combustível em todo o território brasileiro, a existência de etanol suficiente para atender a demanda no período de entre safra da produção de cana-de-açúcar e ainda a importância de se elevar o uso de combustível renovável.

A fixação dos percentuais ocorrerá a partir da zero hora do dia 16 de março de 2015. Também assinaram a resolução a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. (RODRIGUES, 2015, online).

O fato de a regulação do etanol estar sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com anuência dos outros ministérios citados acima, sugere que haja algum vínculo da decisão do governo com o mercado internacional. Que a resolução do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA) beneficiou sobremaneira os produtores da cana-de-açúcar, os usineiros e, em decorrência, o setor energético, isso não há dúvida. O site da ÚNICA registra: “A ministra Kátia Abreu afirmou que o aumento de significará 1 bilhão de litros de etanol a mais consumidos no mercado por ano.” (RODRIGUES, 2015, online). Além das vantagens econômicas, o site aborda outros fatores impactados com a resolução:

O possível impacto no preço da gasolina para o consumidor e ganhos importantes em termos ambientais, de saúde pública e até para a balança comercial brasileira, estão entre os principais argumentos a favor do aumento da mistura de etanol anidro na gasolina, dos atuais 25% para 27,5%. Essa hipótese vem sendo considerada pelo governo desde o início do ano, por sugestão da União da Indústria de Cana-de-Açúcar. (RODRIGUES, 2015, online).

A título de lembrança, o álcool anidro é o álcool que é misturado à gasolina. De acordo com o representante da SEFAZ/MS⁹:

O álcool anidro é um álcool que será misturado na gasolina A para formar a gasolina C, que é a gasolina consumida pelos automóveis. (informação verbal).

Sant’Ana (2012, p. 27) chama a atenção para o período de regulamentação do setor sucroalcooleiro em que o IAA “[...] regulamentava a destinação do álcool anidro para a Petrobrás [...]”. Conclui o representante:

⁹ Representante da SEFAZ/MS, entrevistado por Enilda Maria Lemos em 24 de maio 2013.

A gasolina que se consome no carro é feita com uma parte de álcool (anidro), sem adição de água. Já o álcool hidratado, que é usado como combustível tem água. Se houver a desidratação do álcool, ele vira o álcool anidro, que é mais sofisticado e exige mais investimento. (informação verbal).

Como se viu, do ponto de vista do capital, mais dia, menos dia, o governo consegue aprovar medidas que, muitas vezes, ele decide em particular. Ao repassar para a sociedade, em geral, utiliza um discurso ideológico travestido de meio ambiente e de saúde pública, entre outros, que alcançam apenas o emergencial. O arranjo do agronegócio não se encerra no fator econômico, pois ele depende também de fatores ambientais. Por exemplo, uma região de clima frio que pratica a lavoura da maçã, com o aquecimento da terra, que já vem acontecendo, terá que reorganizar a sua produção agrícola. Clivonei (2012, p. 3) registra o que Neves¹⁰ diz sobre a seca “[...] alguns pesquisadores têm alertado que estas secas tendem a ser mais frequentes, principalmente nos Estados Unidos, o que deve estimular o plantio no Hemisfério Sul, beneficiando o Brasil.” De acordo com Clivonei (2012, p. 3): “O Meio Oeste americano enfrenta a pior seca desde 1988 [...],” afetando a produção de milho e, em decorrência disso, do etanol. Já Savenhago (2012, p. 23) diz que “[...] na atual safra, mesmo com os Estados Unidos enfrentando a maior seca dos últimos cinquenta anos, as exportações brasileiras do combustível não devem ter aumento significativo.” O mesmo Savenhago (2012, p. 23) justifica que “[...] o etanol vem despertando a atenção do mercado externo por causa da necessidade de reduzir poluentes na atmosfera.” Pode ser que as variações climáticas bruscas que vêm ocorrendo – um fenômeno de agora – e suas interferências já representem uma preocupação do governo e do capital.

O açúcar também tem boas perspectivas. Nesse caso, Barros se reporta à declaração de Nastari (apud BARROS, 2012, p. 38): “[...] a demanda por açúcar no mundo deve crescer em mais de 28 milhões de toneladas na safra 2020/21, e grande parte dessa demanda deve ser suprida pelo Brasil e pela Tailândia [...]”. As alterações ambientais que ocorrem nos dias atuais e que repercutem diretamente no mercado mundial podem favorecer ou não o setor sucroalcooleiro brasileiro e de MS.

¹⁰ Marcos Fava Neves é professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP).

1.3 MS: um estado promissor para o agronegócio canavieiro

A exposição feita até o momento confirma que o agronegócio canavieiro está concorrendo para mudar o cenário da economia sul-mato-grossense: a cana-de-açúcar compõe com a soja e o boi. No caso do boi a composição está expressa no arrendamento de terras de pastagens para esta lavoura. Sem entrar no mérito para verificar o grau de importância de um setor ou de outro para a economia sul-mato-grossense (esta não é a preocupação maior deste trabalho), a expansão da cana-de-açúcar para Oliveira (2009, p. 205) “[...] está provocando alterações na sua base produtiva e, enquadrando-o numa nova divisão territorial do trabalho em escala nacional e internacional.” Nessa divisão o estado continua exercendo o seu papel de coadjuvante do empresariado. Assim, os projetos empresariais vêm sempre acompanhados de promessas de aumento de emprego. Esse foi o discurso persuasivo utilizado pelos governos de José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2002/2003-2006), conhecido como o Zeca do PT, e de André Puccinelli (2007-2010/2011-2014), para comunicar a sociedade sobre as vantagens dos projetos sucroalcooleiros na região do Pantanal/MS.

O agronegócio canavieiro é um outro ramo especializado da produção, antes, ela era restrita ao negócio do boi e da soja. A pesquisadora Oliveira (2009, p. 205) faz um destaque para os diversos fatores que atraem empresários do setor sucroalcooleiro e contribuem “[...] assim, para que esse novo arranjo econômico e territorial se materialize no estado de MS e o coloque entre as principais frentes de expansão atual.” Oliveira (2009, p. 206) compartilha alguns fatores que já foram apontados anteriormente:

[...] o clima, os solos, que favorecem até 100% da mecanização; a proximidade dos principais estados produtores (SP, PR, MG), corredores de exportação e maiores centros consumidores; o preço da terra para compra e/ou arrendamento; apoio do Governo e Lei Estadual de Incentivo.

Cabe lembrar que as terras permitem incorporar no seu uso a dimensão ambiental e a tecnológica. Thomaz Júnior e Dominguez (2012, p. 158) lembram três pontos que concorrem para a expansão da cana-de-açúcar em MS: o primeiro se refere às “[...] pesquisas tecnológicas agropecuárias por parte dos institutos estatais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) [...]”. O segundo

concerne aos “[...] trabalhadores sem mobilização por seus direitos [...].” E o terceiro, aos “[...] poucos embates por parte dos movimentos sociais.” O registro de Thomaz Júnior e Dominguez (2012, p.147) chama a atenção para a luta pela terra em MS: “[...] tem-se poucas lutas consistentes e constantes por parte das organizações que envolvem a luta pela terra [...].” Fazem parte dessas organizações: “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).” Para os autores, essa fragilidade social apresenta “[...] certa tranquilidade no que diz respeito à questão da terra, criando um clima ainda mais propício para a expansão canavieira.” (THOMAZ JÚNIOR; DOMINGUEZ, 2012, p.147).

Os pontos já mencionados, incluindo a “certa tranquilidade” pela fragilidade das organizações que lutam pela terra, concorrem para que o governo estadual promova a oferta de incentivos ao empresariado sucroalcooleiro sem maiores contestações. Os incentivos fiscais fazem parte da relação entre governo e empresariado, como afirma o representante da SEFAZ/MS:

[...] as empresas costumam se instalar onde tem melhores incentivos. (informação verbal).

O representante da SEFAZ/MS (24 maio 2013) afirma:

O estado de Mato Grosso do Sul tem um Programa estadual de incentivo fiscal para indústrias que se instalam, ampliam ou modernizam o seu parque industrial, baseado em duas leis: Lei Complementar n. 93/2001 e Lei n. 4049/2011. Existe, ainda, o Decreto n. 13.275/2011 que regula a atividade de álcool e o Decreto n. 9.745/1999 que regula a atividade do açúcar. (informação verbal).

No que se refere à implantação de usinas o representante da SEFAZ/MS (24 maio 2013) ressalta:

É demorado para se implantar uma usina, pois os investimentos são altos. (informação verbal).

Em vista disso, o Estado disponibiliza incentivos que recaem no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De acordo com o representante:

O prazo máximo para os incentivos concedidos sobre o ICMS é de 15 anos, sendo que os incentivos e o prazo concedidos são iguais para todas as usinas. (informação verbal).

Segundo o representante, os incentivos fiscais não recaem nos grupos empresariais, como fala:

Existem grupos, como por exemplo, o grupo SCH Usina Brenco, a Eldorado e a Agroenergética Santa Luzia que têm várias usinas, mas o incentivo fiscal é dado para cada usina em separado. A maioria das usinas está localizada no sul do Estado [...].

Apesar de as usinas serem representadas por Grupos, o ICMS incide em cada empresa individualmente. Se a empresa pertence a uma holding com 4 usinas, por exemplo, não haverá tratamento tributário para o grupo, mas para cada estabelecimento, mesmo que seja uma filial todas têm o mesmo tratamento. (informação verbal).

Ainda que o grupo empresarial não seja o beneficiado direto, o “tratamento tributário do ICMS” que o Estado oferece para cada unidade sucroalcooleira, barateia o processo produtivo sucroalcooleiro. O representante da SEFAZ/MS (24 maio 2013) presta o seguinte esclarecimento:

Com isso o Estado desonera os investimentos das usinas, vez que há uma desoneração parcial sobre o ICMS, e assim as usinas conseguem também se manter competitivas no mercado.

Há também uma desoneração sobre o custo pré-operacional, vez que há um custo muito alto na aquisição de máquinas para moer a cana. E isso implica no custo reduzido no momento da produção do açúcar, álcool hidratado, anidro e outros utilizados para os demais fins.

[...] A desoneração inicial é importante para elas se instalarem e também é importante a desoneração parcial quando vendem os produtos, tanto dentro do Estado quanto para fora do Estado. (informação verbal).

A fala do representante confirma a preocupação que o Estado tem em assegurar o lucro das usinas. Desse modo, o Estado dá o “tratamento tributário do ICMS” para cada unidade produtiva, tratamento que mostra os compromissos do Estado com o setor sucroalcooleiro (SANT’ANA, 2012, p. 19). Conclui-se então que, o “tratamento tributário do ICMS” é um mecanismo que o Estado utiliza para garantir o lucro do agronegócio canavieiro. O representante da SEFAZ/MS chama atenção ainda para a energia elétrica empregada no processo do álcool:

Para a produção do álcool anidro e do álcool hidratado é necessária uma grande quantidade de energia elétrica. As usinas produzem uma

quantidade tal que conseguem se sustentar e o excedente da energia pode ser vendido. Só que a energia não é incentivada pelo Estado. A usina vende, mas tem que pagar. (informação verbal).

O que foi dito sobre a utilização da energia elétrica no processamento do álcool certifica que o excedente de energia processada na usina possibilita que o empresário tenha uma nova fonte de renda. Eis aí um elemento que foi incorporado pelo setor sucroalcooleiro no modelo de desenvolvimento do agronegócio canavieiro. O representante da SEFAZ/MS (24 maio 2013) acrescenta:

As usinas têm o mesmo tratamento tanto na BAP quanto no sul do Estado. Todas fazem o álcool a partir da cana-de-açúcar, pois no Brasil é uma tradição fazê-lo a partir da cana-de-açúcar, porém existe projeto em andamento para fazê-lo a partir do milho. Para essa usina o tratamento será o mesmo concedido às que utilizam como matéria-prima a cana-de-açúcar. (informação verbal).

Sobre o projeto do etanol que tem por matéria-prima o milho não foi possível obter outras informações. Mas, o destaque que o depoimento acima faz é que o etanol do milho terá o mesmo tratamento tributário que tem o etanol da cana-de-açúcar. O mesmo tratamento é dado para a operacionalização do álcool na BAP e na BP, onde estão a maioria das usinas instaladas, no sul do Estado. É assim que o governo se atenta para os interesses dos investidores e dos empresários procurando atender também às exigências sociais e ambientais. Contudo, o cumprimento das exigências sociais nem sempre supre as necessidades dos trabalhadores. Acerca disso Sant'Ana (2012, p.105) faz o seguinte comentário: "Os trabalhadores vão até os limites de suas forças porque têm que atingir a meta de produção imposta pelas usinas [...]." A preocupação do governo e do empresariado, em geral, é manter uma imagem social e ambiental, para que os produtos sucroalcooleiros possam competir no mercado nacional e internacional.

Azevedo (2014, p. 75 -76) chama a atenção para as diversas fontes de apoio ao setor sucroalcooleiro:

A partir de 2005, se materializam estímulos internos, ou seja, oriundos do próprio Estado, através de programas de incentivos fiscais – Programa MS Empreendedor - e de crédito, como, por exemplo, Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como de políticas de

cunho regional/municipal, as quais estão atraindo investimentos nesse segmento produtivo, viabilizando dessa forma a territorialização de novas usinas e destilarias, no MS.

Há todo um esforço por parte do Estado em alinhar mecanismos de proteção ao agronegócio canavieiro em MS. Os municípios propiciam a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Sobre Serviço (ISS), fazem doação de áreas no setor industrial e, ainda, realizam obras de infraestrutura. (AZEVEDO, 2014, p. 76). Aqui cabe lembrar o apoio que o governo federal disponibiliza ao setor sucroalcooleiro, com o financiamento de projetos para longo prazo, como também – e até –, o perdão das dívidas (SANT'ANA, 2012). Sobre a participação do BNDES no setor, Thomaz Júnior e Dominguez (2012, p. 155) salientam: “O BNDES [...] tomou como sua responsabilidade o projeto de expansão (a qualquer custo) do agronegócio canavieiro no Brasil [...]”. Na publicação que a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) fez sobre o 11º Congresso Brasileiro de Agronegócio, encontra-se o registro da declaração de Luciano Coutinho, presidente do BNDES: “Temos de caminhar em direção do etanol de terceira geração, [...]” enfatizando as inovações tecnológicas em prol do aumento da produtividade (AGROLINK, 2012a, online). De acordo com Thomaz Júnior e Dominguez (2012, p. 155):

[...] o governo federal está atuando no setor por meio da Petrobrás Biocombustíveis (subsidiária da empresa estatal brasileira de petróleo). O objetivo dessa empresa é comprar a participação acionária e se tornar sócia de empreendimentos ligados ao ramo do etanol.

Os mesmos autores afirmam que a Petrobrás Biocombustíveis fez um acordo com “[...] a estatal chinesa Petrochina para estudar projetos conjuntos direcionados à exportação.” Essa estatal brasileira “[...] utiliza-se de créditos financeiros [...]” provenientes de órgãos e políticas de fomento compostos por:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste [...], Agência Especial de Financiamento Industrial [...], Programa de Geração de Emprego e Renda [...] Banco Interamericano de Desenvolvimento.¹¹ (THOMAZ JÚNIOR; DOMINGUEZ, 2012, p. 155).

¹¹ Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O governo privilegiou sobremaneira o setor sucroalcooleiro. Thomaz Júnior e Dominguez (2012, p. 156), afirmam que o governo Lula deu uma atenção para os grandes investimentos.

A nova política é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nesta, a construção de um alcooduto/poliduto ligando o Mato Grosso ao Porto de Paranaguá/PR, passando por Mato Grosso do Sul e Paraná; investimentos em hidrovias, ferrovias e rodovias com o objetivo de escoamento da produção, e a construção de pontes estão previstos, dentre outras obras de infraestrutura e saneamento básico.

A falta de familiaridade que alguns possam ter com o termo poliduto levou ao registro da explicação que Oliveira (2009, p. 206) faz sobre o termo. Poliduto é “[...] um canal destinado ao escoamento de mais de um produto, no caso em questão o álcool a gasolina e o diesel.” Tem-se uma política que beneficia também o setor sucroalcooleiro e a integração mercadológica para a qual o alcooduto e o poliduto exerceriam um papel relevante, caso fosse construído. Mas, a crise de 2008/2009 levou a um redimensionamento do projeto. De acordo com a notícia da Petrobras, veiculada no Jornal Campo Grande News:

A Petrobras confirmou hoje que vai congelar investimentos em Mato Grosso do Sul, devido à crise econômica mundial. A estatal foi forçada a desmembrar o projeto de construção do alcoolduto que vai transportar etanol até o porto de São Sebastião, no litoral paulista. Em vez de pedir o licenciamento ambiental para toda a obra, que começa em Senador Canedo (GO), a estatal priorizou a construção do duto entre Uberaba (MG) e Taubaté (SP), trecho que passará por Ribeirão Preto. A crise fez com que os planos de investidores nas chamadas novas fronteiras da cana-de-açúcar – Oeste paulista, Goiás e Mato Grosso do Sul – ficassem congelados após a crise. (PETROBRAS..., 2009, online).

Até o momento, esta foi a última informação sobre o projeto. O representante da SEFAZ/MS (24 maio 2013), confirma que a crise concorreu para o recuo das usinas no Estado.

Hoje estamos num período de pouca implantação de usinas. Depois da crise de 2008 diminuiu o interesse dos empresários pela implantação de usinas. (informação verbal).

Segue adiante o que Oliveira (2009, p. 109) destacou da presença do capital externo em unidades agroindustriais de alguns estados brasileiros:

[...] a presença do capital externo, em projetos e aquisição de unidades agroindustriais processadoras está ganhando mais expressividade nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. Tanto por meio de investimentos diretos, como indiretamente através de participação acionária nos grupos nacionais (especialmente paulistas) que investem nesses estados.

A bacia do rio Ivinhema, anteriormente comentada, é um exemplo em MS do processo de aquisição e de fusão de empresas por investimentos diretos e por participação acionária. Sob o comando do neoliberalismo, a expansão do agronegócio canavieiro tem se dado por “fusão e/ou aquisição” (SANT’ANA, 2012). Mas, não se pode dizer que somente nestes tempos do agronegócio as usinas de álcool e de açúcar se consolidam como alvo do capital internacional. Por exemplo, o Proálcool (1975) era voltado para o mercado interno e para o mercado externo. Prova disso é a usina de Sonora e o projeto da usina de álcool em Bodoquena (Pantanal/MS), já citados.

Sobre Sonora, o site da usina informa que a destilaria Sonora Estância começou a ser construída em 1977 sendo negociada em 1983 com “[...] o Grupo Giobbi e Cigla (construtora brasileira com participação italiana do Grupo Impregilo S.P.A), subsidiária da Fiat [...],” recebendo a denominação de Companhia Agrícola Sonora Estância (1983). (USINA SONORA, online). Essa usina, a primeira do Estado, foi também a primeira a receber investimentos do capital internacional.

Quanto ao projeto Bodoquena, vale dizer que no final de 1979 a população da “nova capital”, Campo Grande (MS), recebeu a notícia da construção da usina de álcool em Bodoquena, no Pantanal/MS. Entre 1979 e 1982, o movimento ambientalista se organizou em torno dessa questão e conseguiu impedir a usina, como indica (LEMOS, 2004, p. 44-45).

Nos primeiros anos da década de 1980 haviam nove unidades produtivas de cana-de-açúcar no Estado, conforme indica a Tabela 1: Instalação de unidades produtivas de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul (1979-1983). Uma dessas unidades produtivas, a usina de álcool Quebra Coco, R.S. S/A, no município de Sidrolândia, por volta de 1980-1981, despejou sete milhões de litro de vinhoto no rio Dois Irmãos, causando a morte de gado, de peixes e de outros seres vivos (LEMOS, 2004, p. 30-45). O movimento se mobilizou porque “[...] a colônia Quebra-Coco, no Município de Sidrolândia, é rodeada por caminhos fluviais, que terminam no pantanal sul-mato-grossense, [...],” é o que registra Lemos (2004, p. 45). À

época, previa-se o funcionamento das usinas de Sonora, de Bodoquena e de Sidrolândia, independente dos prejuízos que elas pudessem causar ao ecossistema pantaneiro. A usina de Bodoquena teria participação do capital nacional e do capital internacional, conforme registra o Diário Oficial de Mato Grosso do Sul:

O capital social de 490.000.000 de ações foi dividido entre o grupo Ometto, o grupo Dedini, o Votorantim e a Atlântica Boavista, que compõem a Empresa Brasil Warrant – Sociedade de Comércio e Participação Ltda., totalizando [...] 249.900.364 [...] ações. Enquanto [...] 120.049.639 [...] das parcelas ficou para David Rockefeller, domiciliado em Nova York, e, [...] 120.049,997 [...], para The Diamond A Cattle Company, com sede no Novo México, Estados Unidos. (MATO GROSSO DO SUL, 1980, p. 12-13).

Tais investimentos combinavam com o Proálcool (1975), que subsidiou financeiramente a Companhia Agrícola Sonora Estância (1983) e a usina Santa Olinda (1982), que é a de Sidrolândia. Vale lembrar que o Proálcool (1975) – que era incentivador do setor sucroalcooleiro – seguia as diretrizes da política do governo militar, totalmente escancarada ao capital internacional; portanto, este Programa era voltado também ao mercado externo. Em MS a expansão desenfreada da cana-de-açúcar só ocorreu em tempos do agronegócio justamente quando o estado de São Paulo assumiu a liderança do setor. Thomaz Júnior e Dominguez (2012, p. 141) afirmam que, no final do século XX, São Paulo substituiu o Nordeste que era o principal produtor de cana-de-açúcar até o século XIX. O objetivo dessa substituição era que a cana-de-açúcar se expandisse “[...] para outras áreas não tradicionais, tais como: Triângulo Mineiro, Noroeste do Paraná, Centro-Sul-Leste do Mato Grosso do Sul e Centro-Sul-Sudeste de Goiás.” Sobre o agronegócio o representante do CEDAMPO¹² (10 jan. 2013) fez um comentário:

O grande problema vem do setor produtivo, do agronegócio e não da agricultura familiar. Hoje qual é a inserção deles? Hoje o foco deles é o monocultivo eucalipto, da cana aqui na região, o agronegócio está arrebatando com a agricultura familiar. Hoje se você quer comida em Três Lagoas você tem que ir ao supermercado. Eles acabaram com as pequenas propriedades, acabaram com a diversificação da cultura. (Informação verbal).

¹² Representante do Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares (CEDAMPO), entrevistado por Enilda Maria Lemos, em 10 de jan. 2013.

Diante do quadro que os autores apresentam não há outra coisa a dizer senão concordar que o estado de MS está devidamente amparado por mecanismos fiscais para o desenvolvimento do agronegócio canavieiro que incorpora investimentos públicos e investimentos do capital externo.

Se de um lado a expansão da cana-de-açúcar em MS está se dando depois da desativação do Proálcool, por outro, as oportunidades mercadológicas do agronegócio canavieiro têm atraído não somente investidores e empresários do ramo, mas também fazendeiros. Sobre isso, Lima (2008, p. 68) faz a seguinte declaração: “Muitos fazendeiros vêm arrendando terras para produtores de cana, [...]. Assim como os usineiros, os atuais criadores de gado têm grande interesse no desenvolvimento da indústria canavieira no estado.”

O arrendamento de terras de pastagens para a lavoura da cana-de-açúcar é uma forma de os fazendeiros abrirem uma nova frente de negócio diversificando a sua produção, evitando assim perdas quando o mercado oscilar fazendo cair o preço da arroba do boi. Enquanto os fazendeiros usufruem do arrendamento de terras e os usineiros usufruem da proteção de mecanismos fiscais, a proteção aos trabalhadores e à natureza fica restrita a ações sociais imediatistas e às ações que procuram diminuir e/ou compensar os estragos que as empresas sucroalcooleiras possam causar, mostrando na aparência que a gestão empresarial tem um zelo pelo trabalhador e pela natureza.

De fato, a relação social que imprime o caráter de mercadoria na exploração da natureza plasma a produção na indústria sucroalcooleira. Quando a cana-de-açúcar é cultivada para fins de mercado a natureza é degradada e o trabalhador é explorado até exaurir todas as suas forças e, por fim, ele é expulso do processo produtivo. Esse trabalhador desgastado, sem conhecimento especializado em tecnologia, portanto, não tem chance de incorporar a um novo trabalho. Ele vai para as fileiras dos miseráveis que ficaram sem trabalho e sem casa para viver. O usineiro pode contar tanto com os trabalhadores que possuem refinado conhecimento tecnológico, como também, com aqueles que estão desempregados e sem poder escolher aceitam as mais árduas tarefas. O que conta para estes trabalhadores é que eles sejam incorporados na usina, não importando as condições. A eficiência da máquina, a diminuição das despesas sociais com o trabalhador e também o apoio governamental conspiram a favor do capital para

produzir o etanol, o açúcar e a energia para o consumo da indústria e/ou para a comercialização do excedente.

Os dados comprovam que o Proálcool (1975) promoveu um impulso ao setor sucroalcooleiro em MS no final da década de 1970 e na década 1980. Em relação à lavoura da cana-de-açúcar, houve uma variação entre os anos de 1990 e os anos de 2000, como indica a Tabela 2.

TABELA 2 - Evolução da área plantada (hectares) com cana-de-açúcar no Brasil e no Mato Grosso do Sul entre 1990 e 2008¹³

Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul
1990	4.322.299	67.921
1991	4.241.352	65.358
1992	4.224.561	61.884
1993	3.953.047	63.879
1994	4.359.200	59.905
1995	4.638.281	75.315
1996	4.830.538	82.085
1997	4.881.648	82.007
1998	5.049.953	86.921
1999	4.975.189	93.790
2000	4.879.841	98.958
2001	5.022.490	99.673
2002	5.206.656	112.100
2003	5.377.216	120.534
2004	5.633.700	130.970
2005	5.815.151	136.803
2006	6.179.262	152.747
2007	7.080.000	202.800
2008	8.982.700	275.800

Fonte: AZEVEDO (2008, p. 31).

Se atentar bem, a queda da produção da cana-de-açúcar em MS se deu entre 1990 e 1994, período que corresponde à fase da desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil. Certamente, isso contribuiu para retrain a produção canavieira no Estado. Contudo, entre 1995 e 2008 verificou-se um aumento

¹³ Conforme o autor, os dados da tabela correspondem até setembro de 2008.

crescente da lavoura, o que se pode confirmar na tabela 2, apresentada acima. (AZEVEDO, 2008, p. 31).

É interessante verificar que a campanha de Bodoquena foi realizada entre 1980 e 1982 e o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS só vai ressurgir nos anos de 2000, justamente no período em que a produção canavieira teve uma expansão considerável. Vale lembrar que entre 1979 e 1986 foram implantadas as primeiras usinas de álcool em MS. E que a década de 1990 apresentou um cenário diferente da década de 1980, quando foram desativados o IAA e o Proálcool (1975). Importante destacar que entre 1982 e 2003 praticamente o movimento ambientalista não se organizou contra usinas de álcool no Pantanal/MS, salvo em pequenas e pontuais manifestações (LEMOS 2004, p. 78-96). O período subsequente é de estagnação sendo que os anos de 2000 apresentam um cenário promissor para o agronegócio canavieiro em MS o que demandou a ação do movimento.

Após a extinção do Proálcool e do IAA o governo continuou buscando alternativas energéticas renováveis. De acordo com Sant'Ana (2012, p. 39), o governo lançou o "Plano Nacional de Agroenergia [...] para o período de 2006 a 2011." Sobre o Plano, Sant'Ana (2012, p. 40) diz que:

No Plano foram colocados os desafios e as propostas nas diversas áreas de produção de bioenergia. O Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 (2006, p. 71-76), ao elencar os desafios da ampliação da cultura da cana-de-açúcar no estado de São Paulo e Minas Gerais, reconhece que a concentração da cultura traz graves problemas socioeconômicos e ambientais e que esta cultura provoca concentração fundiária. Estes elementos são citados como problemas técnicos passíveis de serem resolvidos mediante fiscalização do Estado:

A forma como os problemas socioeconômicos e ambientais são tratados, como problemas técnicos que podem ser resolvidos com a fiscalização do Estado, é assumida por diversos segmentos sociais, sem, contudo, levar em conta as catástrofes ambientais. Se o que conta é o lucro, o monocultivo da cana-de-açúcar tem o seu predomínio garantido na fiscalização e nas medidas mitigadoras e compensatórias exigidas pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), por exemplo. Assim, as soluções técnicas são assumidas como se elas dessem conta do problema. Em tempos neoliberais Sant'Ana (2012, p. 28-29, Grifo do autor) descreve o comportamento que o Estado adota no período corrente:

O Estado deixa o setor mais livre de regulamentações e, com isto, permite o acirramento das disputas entre os grupos e facilita a entrada de capitais internacionais, num contexto geral do processo de internacionalização do país que já estava em curso há muito tempo; as empresas mais modernas do setor vão se associando e formando o que na linguagem do capital denomina-se de *trading*, *joint ventures*, que na realidade são denominações que caracterizam novas formas de gestão e circulação do capital com ênfase no mercado financeiro e com o apoio do Estado.

À medida que vai se processando a aquisição e/ou a fusão de empresas de grupos familiares para grupos maiores – um comportamento do capital monopolista que deixa sem força os grupos familiares, enfim, grupos menos estruturados – vão sendo incorporadas na gestão empresarial os componentes social, ambiental e tecnológico dentro do padrão mercadológico internacional. Porém, as medidas sociais, ambientais e tecnológicas não visam e nem conseguem atender às necessidades humanas e da natureza. Serve como exemplo a imposição dos equipamentos de “segurança no trabalho” que, exige um adestramento do trabalhador no seu uso, conforme observado no início do texto. O mesmo raciocínio serve para o projeto da hidrovía Paraná-Paraguai que quer tirar as curvas sinuosas do rio Paraguai para otimizar o transporte de mercadorias. E assim outros projetos de intervenção na natureza. O que está em jogo não é a “segurança do trabalhador” e nem as correções técnicas que se pode fazer nas áreas degradadas por uma empresa, e sim os ganhos do empresário e/ou do grupo empresarial.

Entretanto, o empresário que não consegue atingir o padrão mercadológico internacional vende sua empresa a grupos estruturados: assim grupos brasileiros praticam a venda de parte das suas unidades para se manterem no setor (OLIVEIRA, 2009, p. 104). Tipifica bem o arranjo empresarial a vinda de empresas do Nordeste para São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2009, p. 94). No ano de 2000, afirma Backes (2009, p.86), duas usinas somam-se as nove em operação: “[...] a usina Eldorado em Rio Brilhante e a usina Dcoil em Iguatemi.” Na mesma década de 2000, as usinas Santa Olinda (Sidrolândia) e a Debrasa (Brasilândia) foram adquiridas pela Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (CBAA) de José Pessoa (BACKES, 2009, p. 89). Só que a usina CBAA de Sidrolândia/MS, localizada no distrito de Quebra Coco, foi fechada em 2013 e ainda está em negociação, conforme notícia do jornal Correio do Estado:

A Marambaia Energia Renovável e o Grupo J. Pessoa - controlador das usinas de açúcar e álcool em Brasilândia e Sidrolândia - iniciaram estudos para avaliar uma possível parceria. [...] Se a sociedade for concretizada, a Marambaia, sob o comando do banqueiro Luiz César Fernandes (ex-Pactual e Garantia) ficará com os ativos do Grupo J. Pessoa que, em troca, terá participação societária na companhia. Está prevista ainda a captação de recursos no mercado, pela Marambaia, para financiar os investimentos necessários para a modernização e expansão das usinas do grupo. Parceria pode ajudar. (PARCERIA..., 2014, online).

Outro grupo nordestino que também investiu em usinas de álcool e açúcar em MS é o grupo Tavares de Melo (1971). Diz Oliveira (2009, p. 96-97) que o grupo que era proprietário:

[...] da Usina Passa Tempo, no município de Rio Brilhante/MS (primeira do grupo no estado); da Usina Maracaju, no município de mesmo nome, [...] vendeu todas estas unidades para o Grupo francês Louis Dreyfus Commodities Bioenergia, que já possuía três unidades: a Cresciumal (SP), a Luciânia (MG) e a São Carlos (SP).

Tanto a usina Passa Tempo (Rio Brilhante/MS) como a de Maracaju (Maracaju/MS) foram adquiridas, segundo (BACKES, 2009, p. 89), na década de 2000, pelo Grupo LDC Bioenergia. O mesmo se deu com a usina Santa Helena (Nova Andradina/MS) que foi adquirida pelo grupo Odebrecht. E assim outras, como demonstra a Tabela 3 a seguir:

TABELA 3 – Usinas de álcool e açúcar em operação em MS

Razão social	Grupo	Produto	Município
Adeagro Vale do Ivinhema Ltda (Angélica Agroenergia)	Adeagro/Georges Soros, JB Agropecuária	AEAC AEHC AÇÚCAR	Angélica
Usina Aurora Açúcar e Alcool Ltda	Fiovarante Scalon/Nogueira Mollo	AEHC	Anaurilândia
Alcoovale S/A – Alcool e Açúcar Ltda	Unialco/Zancaner	AEHC AÇÚCAR	Aparecida do Taboado
Usina Laguna Alcool e Açúcar Ltda	Medeiros e Carvalho Cunha	AEHC	Batayporã
Ex Debrasa – grupo José Pessoa - Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (CBAA)	CBAA	AEAC AEHC AÇÚCAR	Brasilândia
Raizen Caarapó S/A Açúcar e Alcool	Rezende Barbosa S/A	AEHC AÇÚCAR	Caarapó
Iaco Agrícola S/A	Sociedade Shmidt Grendene Pactual	AEAC AEHC AÇÚCAR	Chapadão do Sul

Razão social	Grupo	Produto	Município
Brenco Companhia Brasileira Energia Renovável	Brenco (sócios estrangeiros)	AEHC	Costa Rica
São Fernando Açúcar e Alcool Ltda	Odebrecht/ETHBionergia /Sojitz Corporation	AEAC AEHC AÇÚCAR	Dourados
Usina Rio Paraná S/A – URP	Usaciga/Clean Energy/Brazil	AEHC AÇÚCAR	Eldorado
Fátima do Sul		AEHC	Fátima do Sul
Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda (DECOIL)	Nelson Donadel, Petronave/Alcool, Coama	AEHC	Iguatemi
Adeagro Vale do Ivinhema Ltda	Irmãos Gadotti Transportes e Serviços Ltda	AEAC AEHC AÇÚCAR	Ivinhema
BIOSEV S/A (Usina Maracaju/LDC)	LDC Bioenergia S/A – Louis Dreyfus Commodities	AEAC AEHC AÇÚCAR	Maracaju
Usina Navirai S/A – Açúcar e Alcool	Infinity	AEAC AEHC AÇÚCAR	Navirai
Agro Energia Santa Luzia Ltda	Odebrecht	AEAC AEHC AÇÚCAR	Nova Alvorada do Sul
SAFI Brasil Energia S/A	Grupo Italiano SAFI	AEHC	Nova Alvorada do Sul
Energética Santa Helena Ltda.	Odebrecht	AEAC AEHC AÇÚCAR	Nova Andradina
Monteverde Agro-energética S/A	FLAMARPAR	AEHC	Ponta Porã
BIOSEV S/A (Usina Passatempo/ LDC)	LDC Bioenergia S/A – Louis Dreyfus Commodities	AEAC AEHC AÇÚCAR	Rio Brilhante
BIOSEV S/A (LDC Bioenergia)	LDC Bioenergia S/A – Louis Dreyfus Commodities	AEAC AEHC AÇÚCAR	Rio Brilhante
Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (Santa Olinda)	CBAA	AEAC AEHC AÇÚCAR	Sidrolândia
Sonora Estância S/A	Giobbi e Cigla (subsidiária da FIAT)	AEAC AEHC AÇÚCAR	Sonora
Central Energética Vicentina Ltda.	Edilberto Meneguetti e Wagner Meneguetti	AEHC	Vicentina

Fonte: BACKES (2009, p. 94-96).

Nesse processo de negociação, algumas usinas fecham e outras mudam a razão social, como vem ocorrendo na dinâmica empresarial. Mas, os empresários

não vendem somente as empresas. Quando eles estão fragilizados financeiramente vendem aqueles projetos que estão em processo de licenciamento. As usinas devem ter a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação (com estudo e relatório de impacto ambiental dos quais faz parte a audiência pública). Aqui cabe um parêntese: as audiências públicas – previstas em 1981 pela Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) como um espaço de participação da comunidade – em MS, eram realizadas em locais fora do acesso da comunidade e em horário comercial, portanto, impedia a participação de trabalhadores.¹⁴

Felizmente, a portaria sobre audiências públicas, definiu o horário das audiências públicas: “Horário do evento 19h00 (horário oficial de MS)”. (MATO GROSSO DO SUL, 2010). Isso significou um avanço, antes era mais fácil enganar a população interessada. Outro problema observado na Portaria do Imasul n. 142 é que:

[...] o plano de comunicação e o layout do material de divulgação deverão ser enviados a Unidade de Educação Ambiental e Desenvolvimento para análise e posterior aprovação, pelo Gerente, ou Diretor da área, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da audiência pública. (MATO GROSSO DO SUL, 2010, online).

Apesar de a empresa ter que submeter o seu plano de comunicação à Unidade de Educação Ambiental e Desenvolvimento, o diálogo que essa Unidade estabelece com o Departamento de Licenciamento, em geral, é incipiente. Não há espaço para se processar mudanças, porque é essa estrutura que reclama este tipo de EA, apesar de a audiência pública ser “[...] regulamentada pelas Resoluções Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) n. 009/87 e Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) n. 004/89.” O setor responsável pela EA não consegue realizar um trabalho de consciência política com a comunidade que será afetada com o empreendimento do qual se trata a audiência pública. Não é interesse nem do órgão ambiental e nem da empresa que a EA desenvolva um trabalho de consciência política. O setor da EA sequer consegue perpassar os setores de licenciamento ambiental e de recursos naturais e, de forma isolada, em geral, realiza um trabalho operativo nos moldes permitidos pela estrutura administrativa.

A audiência pública e a EA são mecanismos que ajudam a esconder o domínio do capital na defesa dos seus interesses, mecanismos que protegem o

¹⁴ Isso se confirma em algumas audiências públicas que a autora deste trabalho participou. Entre outros, este foi um grave problema detectado na década de 1990.

empresariado. Como afirma Sant'Ana (2012, p. 29), o Estado “[...] facilita as ações destes grupos mais modernos, ao mesmo tempo que mantém o apoio ao setor de uma maneira geral.” E reafirma com o seguinte registro:

[...] depois de efetivado o Proálcool e do Estado ter destinado vultuosos montantes de recursos por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural para o cultivo da cana-de-açúcar e ainda recursos para a montagem das destilarias de álcool, com amplas carências e juros abaixo dos praticados no mercado, 20 anos depois o governo ‘perdoou’ ou renegociou em condições muito favoráveis grande parte das dívidas, mesmo em tempo de ênfase neoliberal da política.

De fato, não é a desregulamentação e/ou a regulamentação do setor sucroalcooleiro que vai tirar ou não o apoio do governo ao empresariado. No caso de MS, os dados apresentados mostram que a lavoura canavieira nasceu na época da ditadura, na esteira do Proálcool – portanto, quando o setor sucroalcooleiro era regulamentado – e que a partir da década de 1990 – na sua desregulamentação – a cana-de-açúcar vem se espalhando pelo Centro-Sul do Estado dentro do agronegócio canavieiro.

O MS Industrial registra que o setor sucroenergético apresenta uma ampliação em MS: para a safra de “[...] 2012/2013, em Mato Grosso do Sul a indústria sucroenergética prevê obter crescimento de até 9,6% em relação à safra passada 2011/2012.” (EXPORTAÇÃO..., 2012, p. 10). O setor sucroalcooleiro ocupa um lugar nas exportações de produtos industrializados de MS ficando o grupo “Açúcar e Álcool” com “[...] (11,9%) [...]”, em relação à carne, papel e celulose, entre outros. A participação do setor sucroalcooleiro no mercado nacional e internacional e a colocação do MS como o 5º produtor de cana-de-açúcar no país, assim como o apoio governamental que esse setor recebe, são indícios de que este Estado reúne condições para o agronegócio canavieiro. (EXPORTAÇÃO..., 2012, p. 10). Consideradas as características ambientais e econômicas do Estado, é importante fazer uma breve alusão ao Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS).

1.4 O Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS)

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981, online), alterada pela Lei n. 7804, de 18 de julho de

1989 - tem como um dos seus instrumentos o zoneamento ambiental (art. 9, inciso II). O Decreto Federal n. 4.297, de 10 de julho de 2002¹⁵, define o ZEE como “[...] um instrumento de organização do território [...]” e “[...] estabelece os critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE), e dá outras providências.” É na esteira desse Decreto que os estados brasileiros vêm elaborando e validando o ZEE.

Sem conhecer os antecedentes do zoneamento ambiental, pode-se pensar que o ZEE-MS nasceu das preocupações ambientais dos tempos atuais, tempos em que os desastres naturais ocorrem amiúde. A publicação Mato Grosso do Sul (2009, p. 1) traz, na íntegra, o registro que “[...] institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a primeira aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS) [...]”, (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 1).

O Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS) – criado para fornecer subsídios para as ações estaduais de desenvolvimento – assenta dois objetivos voltados para a gestão ambiental estadual: um deles visa: “[...] III - orientar a exploração e aproveitamento sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente; [...]”. O outro alude a critérios e diretrizes “[...] V - [...] para os procedimentos relativos ao licenciamento ambiental, [...]”, bem como para a “[...] implantação de unidades de conservação e espaços territoriais protegidos, à regularização fundiária e à concessão de incentivos e subsídios; [...]”. Entre as diretrizes ambientais do PGT/MS, estão a “[...] I - promoção do desenvolvimento estadual sustentável [...]”; II - ampla participação democrática, [...]”, que já constam do Decreto Federal n. 4.297, de 10 de julho de 2002, conforme foi dito anteriormente (MATO GROSSO DO SUL, 2009).

É óbvio que por conta desse Decreto Federal e do PGT/MS o desenvolvimento sustentável e a participação democrática orientam o conteúdo do ZEE/MS. O documento Mato Grosso do Sul (2009, p. 1) registra que o art. 6º do PGT/MS diz que o ZEE-MS “[...] é instrumento de organização territorial a ser obrigatoriamente observado para a consolidação do processo de licenciamento ambiental, [...]”. Assim, do conjunto de instrumentos do PGT/MS – composto pelo ZEE/MS, por planos diretores municipais, por planos de bacias hidrográficas, entre

¹⁵ Decreto Federal n. 4.297, de 10 de julho de 2002, regulamentou o art. 9ª, inciso II, da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). (BRASIL, 2002, online).

outros – indica que o ZEE-MS foi incorporado na gestão ambiental do Estado, devendo servir para orientar as políticas e os “usuários dos recursos naturais.”

Quer dizer, então, que o desenvolvimento sustentável e a participação democrática devem compor a ação do Poder Público e da iniciativa privada. Um exemplo de mecanismo de participação da população é a audiência pública – mencionada anteriormente – para discutir os impactos ambientais e sociais de empreendimentos que exigem o licenciamento ambiental. O próprio processo de construção do ZEE-MS submeteu-se a audiências públicas. De acordo com Lima (2008, p. 53) participaram da discussão do ZEE-MS “[...] diversos componentes sociais, entre técnicos, usineiros, ambientalistas, representantes empresariais, governamentais ou da sociedade civil.” O depoimento do jornalista ambientalista¹⁶ (9 julho 2013) expressou sua opinião sobre o ZEE e o governo:

Desde o começo dos trabalhos do ZEE em reuniões públicas, como aconteceu no Sebrae em 2008, o Governador deixava claro que provaria tecnicamente a possibilidade de instalação desses empreendimentos na região. O que configura a influência política sobre o estudo e tira sua isenção técnica que abre de maneira inconsequente o Pantanal para plantio de cana e instalação de Usinas de Alcool. (informação verbal).

A fala do jornalista entrevistado, confirmou que as reuniões públicas foram realizadas para cumprir o dever, mas, o governador previu que os critérios técnicos aprovariam o ZEE/MS. E foi o que aconteceu. O jornalista ambientalista (2013, 9 de julho) acrescentou:

O Fórum de Defesa do Pantanal sugeriu revisão do ZEE, uma consulta mais detalhada, um estudo específico a ser realizado por uma instituição de PESQUISA isenta das possibilidades desses empreendimentos na região, visando aferir qual o real risco de maneira séria e responsável como um governo tem que ser. E aí sim, encaminhamento para a Assembleia, ou seja, o Governador assumiu o compromisso de retirar a urgência de votação e se comprometeu a encaminhar apenas depois de esgotar o diálogo. Não só descumpriu o que havia dito em reunião com os movimentos, (como já descumpriu outros acordos como destino dos trilhos que retirou na madrugada, de uma pacata manhã.) Comprometer o Pantanal, seja pela razão que for, é ir além de todos os limites, o que eles não entenderam é que Pantanal é Patrimônio da Humanidade. (informação verbal).

¹⁶ Jornalista ambientalista de Campo Grande (MS), entrevistado por Enilda Maria Lemos em 9 de julho de 2013.

Quando o ZEE estava em votação não havia outras contestações por parte do movimento ambientalista, o que evidenciou mais uma vez que o governo está muito mais para confirmar uma proposta do empresariado do que para levar em conta os interesses da população como um todo. A esse respeito, Lima (2008, p. 13) diz:

Se técnicos definem uma área como de conservação, como o Pantanal, a participação de interessados na produção da cana-de-açúcar, por exemplo, possibilita uma satisfatória remediação e identificação de outras áreas possíveis de exploração. Ao contrário, a mera proibição do cultivo em certas áreas e edição do zoneamento sem alternativa pode gerar conflitos posteriores que ponham em risco todo o zoneamento tecnicamente produzido.

O ponto que a autora destaca é pertinente, uma vez que, ao não participarem da validação da proposta governamental, os “interessados” poderão se melindrar e emperrar o trabalho técnico proposto. Esse entendimento – que é cabível no contexto – confirma que a tão propalada e almejada participação da comunidade, em geral, tem cumprido a sua função legitimadora das ações públicas, quando o governo necessita. Os interesses da população são colocados num patamar de menor relevância. No entanto, com todos os percalços que possam advir da postura de governantes em se abrirem à comunidade, essa atitude é louvável, pois ela é atinente aos princípios da democracia, o que já não ocorre com os princípios que vigoraram na ditadura. Se assim o é, toda a resistência que os movimentos fazem deve ter o apoio da comunidade, uma vez que a resistência é rica em contestação podendo gerar até uma negociação, o que é muito melhor do que a mera aceitação passiva.

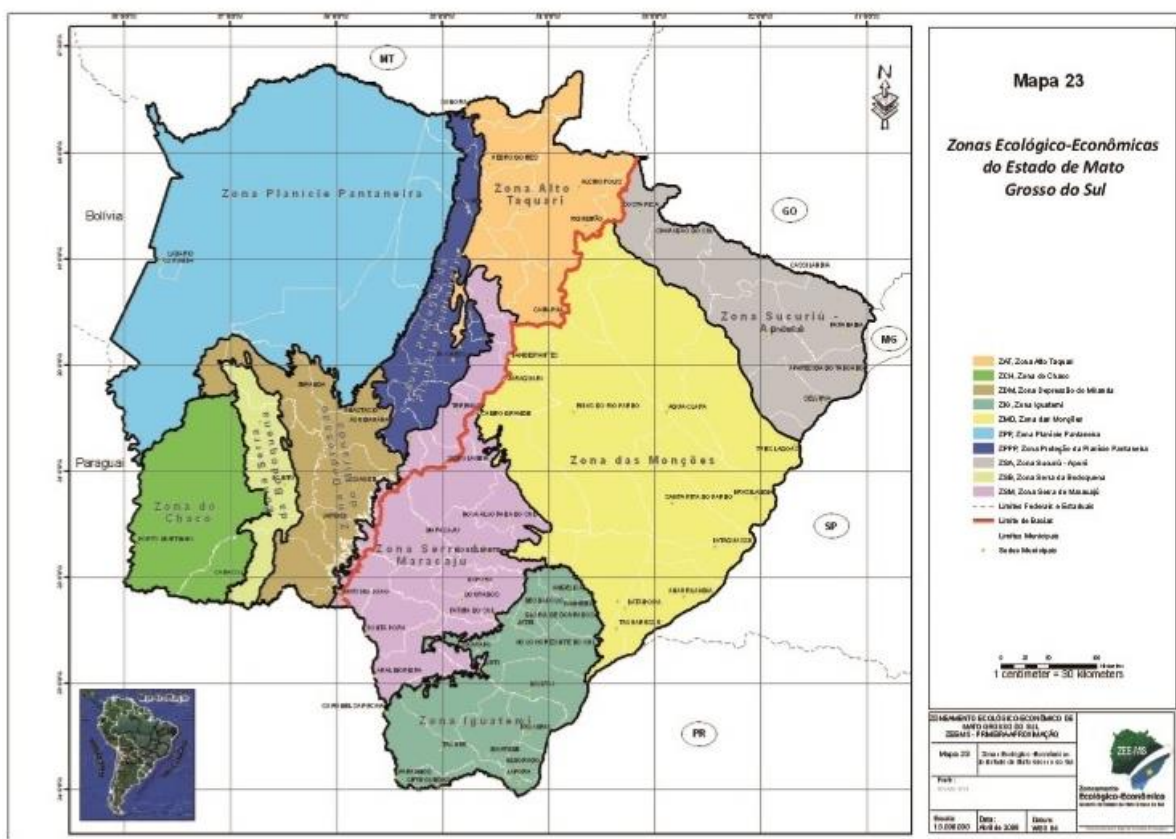
Disposto esse item da metodologia de construção do ZEE/MS, parte-se agora para um outro aspecto do documento: o que trata das Zonas que dividem o Estado. O documento Mato Grosso do Sul (2009, p. 86) entende Zona como:

[...] uma porção delimitada do território onde se materializam as malhas, se expressam as formas de utilização do solo e se estabelecem, concretamente, a relação entre as potencialidades socioeconômicas pertinentes e a vulnerabilidade natural, indicando a situação de consolidação, expansão, recuperação ou de preservação no uso do solo.

O ZEE-MS então faz indicações de atividades produtivas a serem desenvolvidas em cada Zona – de acordo com as condições naturais e

potencialidades econômicas –, tendo por base estudos técnicos anteriores sobre o território sul-mato-grossense. As Zonas que compõem o território sul-mato-grossense são: Zona do Alto Taquari (ZAT); Zona do Chaco (ZCH); Zona Depressão do Miranda (ZDM); Zona Iguatemi (ZIG); Zona das Monções (ZMO); Zona Planície Pantaneira (ZPP); Zona de Proteção da Planície Pantaneira (ZPPP); Zona Serra de Maracaju (ZSM); Zona Serra de Bodoquena (ZSB); Zona Sucuriú-Aporé (ZSA). Segue a seguir o mapa abaixo, que consta do documento Mato Grosso do Sul (2009, p. 40):

FIGURA 2 – Mapa das Zonas Ecológico-Econômicas do Estado de Mato Grosso do Sul



Do mapa apresentado, foram destacadas três Zonas para serem comentadas, com a intenção de apenas mostrar o teor restritivo das indicações do ZEE/MS: a Zona do Alto Taquari (ZAT), região do planalto com nascentes de rios; a Zona Planície Pantaneira (ZPP) e a Zona de Proteção da Planície Pantaneira (ZPPP). A escolha das três zonas se deveu ao fato de que a região pantaneira não possui

suporte natural para abarcar usinas sucroalcooleiras, assim como outras atividades econômicas que possam agredir ao ecossistema pantaneiro. Mas, a alusão feita se propõe, apenas, a dar a conhecer algumas recomendações e não recomendações relativas a cada Zona escolhida.

A primeira delas é a ZAT, que se localiza ao norte do Estado, fazendo limite com o estado de MT ao norte; a “oeste, com a ZPPP”; “a leste, pelos divisores da Bacia do Rio Taquari” e ao sul com “a ZSM”. Fazem parte da ZAT, os municípios de Figueirão, Alcinópolis, Camapuã, Pedro Gomes e Sonora e parte dos municípios de São Gabriel do Oeste, Rio Verde, Coxim, Rio Negro e Corguinho (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 86). Um dado importante, que já foi citado, é que na ZAT está localizada a Sonora Estância S.A., a primeira usina de álcool do Estado, dado este que importa ao estudo em curso por se tratar do movimento contra as usinas no Pantanal/MS. Nas diretrizes quanto ao uso do solo, o documento Mato Grosso do Sul (2009, p. 41) adverte:

[...] a ocupação desordenada produziu danos ambientais relacionados ao empobrecimento do solo e processos erosivos com deposição de sedimentos e assoreamento em cursos de água, em especial nas nascentes dos rios que deságuam na Planície Pantaneira, com nascentes de seus afluentes em estado elevado de degradação.

Embora o documento seja fiel ao retratar os prejuízos causados pela “ocupação desordenada”, as recomendações e as não recomendações não são colocadas de forma incisiva quanto à proibição de usinas de álcool, por exemplo. Se existem “nascentes dos rios que deságuam na Planície Pantaneira”, os ambientalistas utilizam argumentos de especialistas para dizerem que o agrotóxico utilizado no cultivo da cana-de-açúcar no planalto pode escorrer para o ecossistema pantaneiro. Ao defender este discurso o representante da ONG Associação Bálsamo (7 jan. 2013)¹⁷ falou acerca do ambiente pantaneiro:

O Pantanal é toda a bacia a parte alta e a planície. Aí entra uma discussão mais pontual. Os defensores da cana falavam que a cana não vai chegar até na planície. Mas, a planície só se mantém intacta preservada se o planalto tiver preservado. É na parte alta que nascem os rios que viram os cursos d'água no Pantanal. É no planalto que está toda a essência de nascimento do Pantanal porque

¹⁷ Representante da Associação Bálsamo de Campo Grande (MS), entrevistado por Enilda Maria Lemos, em 7 de janeiro de 2013.

é na parte alta que nascem as formações hidrológicas do Pantanal. A relação planalto e planície precisa ser bem cuidada. (informação verbal).

De fato, o representante da ONG Associação Bálsamo (2013) expressou de forma cuidadosa acerca de pequenas características do Pantanal/MS que devem, sim, ser consideradas no ZEE/MS. Aqui cabe um parêntese: esse é um argumento utilizado pelos defensores do meio ambiente na luta pela não implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS, tanto na parte alta da BAP como na planície pantaneira, o que mostra uma preocupação dos ambientalistas em fundamentar seus argumentos em defesa do Pantanal/MS em estudos de especialistas. Para o jornalista ambientalista (9 jul. 2013).

O Pantanal hoje é considerado um Ecossistema preservado, ou conservado? Alguns batem na mesma tecla, mas pelo que estou acompanhando nesses últimos anos, temos muito que comemorar e ao mesmo tempo se indignar, podemos ver nos quatro cantos do Pantanal ações que posso falar: 'ações positivas' ou 'boas práticas'. O que realmente é uma boa prática para o Pantanal? Isso se refere ao bom trabalho feito em tal região, ou em tal propriedade, ou com o próprio grupo, assim podemos replicar e multiplicar para outras regiões, isso é uma boa prática, e hoje temos bons trabalhos sendo realizado no estado de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. (informação verbal).

O jornalista mostra um certo grau de preocupação quanto às atividades desenvolvidas no Pantanal/MS, mas, reconhece que existem "ações positivas" no Pantanal. Ao considerar que a BAP possui a sua parte alta e a sua parte baixa onde se localiza a planície pantaneira, o depoimento feito pelo representante da ONG Associação Bálsamo (7 jan. 2013) sobre a interdependência da planície pantaneira com a parte alta do Pantanal, sugere que o governo tem uma preocupação em comprovar tecnicamente que a cultura da cana-de-açúcar na área do planalto não traz qualquer comprometimento para a área da planície pantaneira. Consta das recomendações da ZAT, registradas no documento Mato Grosso do Sul (2009, p. 41):

Implantação de empreendimentos agroindustriais, com instalação e processos produtivos considerando a vulnerabilidade dos solos, o uso racional e a preservação de recursos hídricos, bem como a restauração ecológica de áreas de preservação permanente e de cabeceiras de rios e proteção de áreas de beleza cênica.

Quando o documento diz que pode implantar empreendimentos agroindustriais, mas indica “a restauração ecológica” para as áreas frágeis, ele já acenou com a possibilidade de que os empreendimentos poderão causar estragos ali. Ao se referir às atividades “não recomendadas” o ZEE-MS cita as “usinas hidrelétricas”, estas sim não são recomendadas, mas, não são terminantemente proibidas, pois elas estão como “não recomendadas”. Ora, se o ZEE-MS é um documento indicativo e se de fato o governo tivesse um interesse na preservação, utilizaria palavras mais assertivas quanto à implantação de “usinas hidrelétricas”. O documento dá o mesmo tratamento para “[...] os empreendimentos e atividades causadoras ou que acelerem processos erosivos e o carregamento fluvial de sedimentos”. Mas, não define o tipo de empreendimento que é “recomendado” ou não. Pode ser as usinas de álcool e de açúcar? Por que o governo manteve essa indefinição? Essa última pergunta será parcialmente respondida na discussão proposta no terceiro capítulo deste trabalho.

A segunda Zona a ser comentada é a ZPP, que está localizada na Bacia Hidrográfica do rio Paraguai, na porção noroeste do Estado. Na ZPP, conforme o documento Mato Grosso do Sul (2009, p. 46):

[...] encontram-se duas sedes municipais, Ladário e Corumbá, situadas na margem oposta do Rio Paraguai, em território brasileiro, onde também se localiza a Morraria do Urucum, e nas quais residem, aproximadamente, 119 mil habitantes. Deste total, 100 mil habitantes têm como domicílio o município de Corumbá. Abrange também partes dos municípios de Sonora, Coxim, Rio Verde, Aquidauana e Miranda.

A afirmativa de que a ZPP abrange parte dos municípios de Rio Verde, Coxim e Sonora é extremamente importante para a permissão ou não de usinas de álcool na parte alta do Pantanal/MS, uma vez que há uma predisposição do Estado aliada ao interesse do empresariado de permitir a cultura da cana-de-açúcar na região do planalto da BAP. Se se ocupa o território com a cana-de-açúcar há o uso de agrotóxico que poderá acarretar danos para a planície pantaneira, como este trabalho salientou. O fato de Coxim, Rio Verde e Sonora terem uma parte na ZPP, já sinaliza a necessidade de impedir a lavoura da cana-de-açúcar e a implantação de usinas sucroalcooleiras nessa área, bem como para a área da ZAT, bandeira defendida pelos ambientalistas. A ZPP possui uma área de aproximadamente 79.101,145 Km², sendo, em sua maior parte, composta pela Planície Pantaneira, que é formada pelo frágil ecossistema pantaneiro, como é conhecido o Pantanal.

Quanto ao uso do solo, o documento indica que “[...] toda e qualquer atividade produtiva na planície pantaneira deverá ser monitorada, [...]” (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 47).

Não recomenda a instalação de empreendimentos e atividades que alterem a moldura do terreno (mecanização de lavouras com destruição de ‘cordilheiras’, aterramento de lagoas, polderização, dentre outros), o regime hídrico dos rios da planície pantaneira, nos termos do Plano Estadual de Recursos Hídricos e respectivos comitês de bacias hidrográficas pertinentes.

Instalação de empreendimentos e atividades industriais potencialmente causadoras de significativos impactos ambientais, na planície pantaneira, em conformidade com a legislação de licenciamento ambiental vigente.

Implantação de silvicultura com espécies exóticas ao bioma Pantanal.

O fato de o documento só recomendar empreendimentos e atividades industriais que estejam em consonância com o licenciamento ambiental vigente, que tem um dos seus componentes, a Lei n. 328/1982 alterada pela Lei n. 3.839/2009 também já citada neste capítulo, dá um certo rigor ao disciplinamento do uso da ZPP, mas, não dá para a ZAT.

A terceira é a Zona é a ZPPP, sobre a qual o documento Mato Grosso do Sul (2009, p. 47) afirma que “[...] está situada em posição contígua à Zona da Planície Pantaneira, [...]” A ZPPP abrange os municípios de: “[...] Coxim, Rio Verde, Rio Negro, Rochedo e Corguinho, que tem sede na Zona, e parte dos municípios de Sonora, Pedro Gomes, Aquidauana, Terenos, Dois Irmãos do Buriti, São Gabriel do Oeste e Bandeirantes.”

A ZPPP é importante porque ela serve como “[...] área de proteção da Planície Pantaneira, assim, o seu uso deve ser cauteloso.” Por meio dessa Zona “[...] os Rios Miranda, Correntes, Taquari e Negro atingem a Zona da Planície Pantaneira, [...]” O documento Mato Grosso do Sul (2009, p. 48) registra como atividades não recomendadas tem-se a “[...] instalação de empreendimentos e atividades causadoras ou que acelerem processos erosivos e o carregamento fluvial de sedimentos [...]” bem como a implantação “[...] de empreendimentos e atividades industriais potencialmente causadores de significativo impacto ambiental.”

É bom lembrar que as zonas que compõem a BAP em MS não se resumem à ZAT, à ZPP e à ZPPP, mas abrange também a ZCH, a ZDM e a ZSB. Contudo, as três zonas comentadas englobam a planície, o planalto e uma intermediária. A bem

da verdade, a ZAT, a ZPP e a ZPPP estão do lado da BAP, que tem como divisor de águas a Serra de Maracaju, localizada entre a BAP e a BP, como foi observado. Vale lembrar, ainda, que é no território de MS localizado na BP que a lavoura canavieira vem se expandindo e onde estão instaladas, em sua maioria, as usinas de álcool e de etanol do Estado.

Aqui cabe uma breve consideração acerca da BAP que dará uma ideia da área que engloba o ambiente pantaneiro. A publicação Brasil (2006, p. 29, on-line) informa: “O Pantanal é uma planície sedimentar com superfície de 147.574 km. Está inserido na BAP, que se localiza no oeste do Brasil [...]” (GALDINO; VIEIRA; PELLEGRIN, 2006, p. 30). Além dos estados de MT e de MS, o Pantanal engloba áreas da Bolívia e do Paraguai. “Ao todo, a bacia transfronteiriça, abrange uma área de 624.320 km², sendo aproximadamente 62% no Brasil, 20% na Bolívia e 18% no Paraguai [...]” (WWF-BRASIL, 2015). “A BAP em território nacional possui uma superfície de 362.376 km [...] além da Planície Pantaneira, e compreende também planaltos adjacentes [...]” (GALDINO; VIEIRA; PELLEGRIN, 2006, p. 30). A afirmativa de que a BAP é formada pela planície pantaneira e pelo planalto é importante para este estudo, além de que “[...] nos planaltos, com altitudes superiores a 200m, estão as nascentes dos rios pantaneiros.” (GALDINO; VIEIRA; PELLEGRIN, 2006, p. 30). Foi mencionado que a região do planalto da BAP em MS tem sido alvo das propostas de investimento em usinas sucroalcooleiras.

O fato de a parte alta da BAP em território de MS abarcar nascentes de rios que correm para a planície é um argumento forte para impedir o plantio de cana-de-açúcar na planície pantaneira e no planalto. O açúcar e o álcool são elaborados no âmbito do processo de produção capitalista. No sistema capitalista, a mercadoria é produzida para gerar lucro, sendo este obtido não na venda da mercadoria, mas na parte excedente que o trabalhador produziu e que vai para o capitalista e não para o seu salário. Logo, na produção capitalista o lucro não vem da venda da mercadoria e sim da mais valia (MARX, 1985).

Se a natureza também é explorada no sistema capitalista, dá para entender a razão da superficialidade de algumas diretrizes de uso do solo. Ao serem ditas de forma superficial, elas não especificam a lavoura e nem o tipo de manejo adequado e/ou de medidas que poderiam minimizar os impactos ambientais e sociais. O mesmo entendimento vale para as atividades industriais. Assim, partindo do entendimento de que o meio ambiente ultrapassa as fronteiras geográficas, tem-se a

indicação de que o agrotóxico aplicado numa lavoura cultivada no planalto da BAP fatalmente irá atingir o ecossistema da planície pantaneira, o que poderá comprometer a vida do ecossistema de toda a Bacia, lembrando que na BAP estão os estados de MT e de MS, o Paraguai e a Bolívia.

1.5 O domínio do capital na produção canavieira em MS

De início é bom reafirmar o interesse do governo do Estado na indústria sucroalcooleira e as implicações do ZEE-MS na produção canavieira, uma vez que o MS possui terras propícias à pecuária, à agricultura e, como tal, ao agronegócio canavieiro, além de possuir ainda resquícios de áreas naturais. O foco no componente ecológico e no componente de participação da comunidade como critério do processo de construção do ZEE/MS, coloca o ZEE-MS como um instrumento de desenvolvimento sustentável, um requisito do mercado internacional.

Diversos segmentos da sociedade sul-mato-grossense participaram das audiências públicas que foram realizadas durante elaboração do ZEE/MS. Por ser o ZEE-MS um documento indicativo da agricultura, pecuária e empreendimentos industriais, as audiências públicas promovidas pelo governo¹⁸ contaram com a participação de usineiros, de ONGs ambientalistas e sociais, de especialistas, entre outros representantes da sociedade. É bom lembrar que à época de construção do ZEE-MS as ONGs haviam realizado a campanha pela não implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS. Por isso, é importante registrar o pensamento acerca da cana-de-açúcar não só de usineiros, de pecuaristas e do governo, mas também o pensamento das ONGs. Alguns trechos de entrevistas realizadas por Lima (2008) são expressivos do ponto de vista de cada segmento.

A preocupação dos usineiros, segundo Lima (2008, p. 80-81), “[...] é justamente o crescimento do negócio, praticamente atrofiado pela impossibilidade de novas instalações na região.” Já o chefe de gabinete de um deputado estadual entrevistado por Lima (2008, p. 81) confirma que:

[...] os usineiros têm grande interesse na liberação do cultivo em região de Pantanal, não só no caso dessas usinas já instaladas em

¹⁸ Da parte do governo estadual participaram da construção do ZEE/MS a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC), o Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL), a Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SUPEMA), quer dizer, os órgãos envolvidos com o meio ambiente.

Bacia do Paraguai, como em outras regiões mesmo às margens do Rio Paraguai, sob a desculpa de que já existem em torno de dez usinas no Estado do Mato Grosso instaladas no Pantanal e que tais usinas não trazem qualquer prejuízo ao meio ambiente.

Este não é o caso das usinas em MS visto que na planície pantaneira não há usinas sucroalcooleiras, embora tenha havido a tentativa do projeto Bodoquena. Segue adiante a continuação da entrevista feita por Lima (2008, p. 81) na qual ele afirma que:

[...] nunca ter tido notícia de qualquer acidente no Estado de Mato Grosso envolvendo tais usinas, e, ao disso, não ser apontado nenhum indício de prejuízo ambiental no Estado do Mato Grosso do Sul, já que o leito do Rio Paraguai poderia trazer qualquer resíduo danoso ao meio proveniente do Estado do MT, localizado ao norte do MS.

Assim, o discurso acima se coloca a favor das usinas no Pantanal/MS e descarta qualquer possibilidade de algum prejuízo que as usinas possam causar para a região pantaneira, tanto no MT como no MS.

No que se refere ao conhecimento do ZEE-MS pelos fazendeiros, Lima (2008, p. 80), relata que o pecuarista de Corumbá que ela entrevistou “[...] sequer tem noção do que está ocorrendo no ZEE-MS, imaginando apenas que o zoneamento não trará imposições à sua atividade no Pantanal [...]”. O texto indica que, de fato, o ZEE-MS não se tornou conhecido por grande parte dos pecuaristas, apesar de a atividade da pecuária fazer parte das recomendações e das não recomendações do documento.

Quanto aos ecologistas, é bom mencionar o pensamento deles sobre a cana-de-açúcar no bioma do Cerrado/MS e no bioma do Pantanal/MS. Sobre o bioma do cerrado, diz Lima (2008, p. 67):

[...] os ecologistas veem no incremento da indústria canavieira no MS novo estímulo à devastação do bioma cerrado, já bastante degradado não só pela agricultura e pecuária da região, mas especialmente pelas siderúrgicas instaladas no estado, que utilizam o carvão vegetal para o aquecimento de seus fornos.

Em Lima (2008, p. 67-68) também consta o registro do pensamento dos ecologistas acerca do bioma do pantanal:

Ao lado disso, há preocupação referente à possível invasão de terras da região do Pantanal, ou, de terras de mata de transição, o que poderia representar uma grande região desmatada com produção de cana no entorno da planície do Pantanal. Isso levaria a uma erosão ainda maior, com acúmulo de sedimentos diretamente na planície pantaneira, assoreando o Rio Paraguai e ameaçando aquele importante ecossistema.

Os textos acima mostram o quanto os ambientalistas de MS se preocupam mesmo em defender os dois biomas que perpassam o território sul-mato-grossense. E o quanto eles qualificam o seu debate sobre o Pantanal e sobre o Cerrado com argumentos técnicos.

Ainda sobre o pensamento dos ambientalistas acerca do ZEE/MS, foram destacados da dissertação de Lima dois depoimentos. Um deles diz respeito a um militante da ECOA. Segundo Lima (2008, p. 77) o militante da ECOA “[...] afirmou que o governo pensa em desenvolvimento e que uma das poucas ferramentas que diz ser questão de conservação é o ZEE, no que [...] não acredita [...]”. Ele ressalta a crítica que a ECOA faz sobre o ZEE/MS:

[...] o zoneamento hoje tem muito mais características econômicas do que ecológicas, até mesmo por causa do tempo em que foi produzido, não acreditando que nesse tempo, sem dinheiro e sem equipe, consigam fazer algo que realmente contenha a complexidade do estado do MS.

O porta-voz do pensamento da ECOA, conforme indica Lima (2008, p. 77), critica o conteúdo do ZEE-MS dizendo: “[...] o que foi colocado no zoneamento é praticamente o consolidado num desenvolvimento que já está em curso no estado.” O que ele espera de um zoneamento ecológico e econômico é que “[...] o Estado seja o regulador e indutor de uma política de desenvolvimento sustentável e não que aconteça o inverso, ou seja, que o desenvolvimento da região seja o indutor da política do estado.” Por desacreditar do ZEE/MS, esse ambientalista o entende como “[...] uma forma de possibilitar o desenvolvimento mascarando uma preocupação ambiental.”

O outro registro se refere ao representante da *Conservation International* (CI), que, segundo Lima (2008, p.78) faz alusão ao documento que as ONGs entregariam ao governo e às reuniões públicas para discutir o ZEE/MS. Ele, de acordo com Lima (2008, p.79) opina sobre o formato das reuniões: “[...] pequena parte das reuniões realmente apresentava a forma de discussão de ideias, permanecendo as demais

meras reuniões políticas, sem maior importância prática para o processo de zoneamento.” As duas reuniões que ele considerou importantes foram a da Fazenda Caymman e a da Embrapa Gado de Corte.

Enquanto os ambientalistas expressam um pessimismo e, até, um ceticismo em relação ao ZEE/MS, que visa ao desenvolvimento sustentável, o governo do Estado, o proponente do Zoneamento, é incentivador da cana-de-açúcar. O ZEE-MS e outros instrumentos de gestão ambiental – que passam a imagem de um governo preocupado com a comunidade e com os recursos naturais –, aliados aos incentivos fiscais, são motivadores do governo que busca o aumento da balança comercial do Estado e do país. Isso é tão verdade que a Revista MS Industrial, publicou a seguinte informação: “No caso específico dos grupos ‘Açúcar e Alcool’ e ‘Celulose e Papel’, os preços pagos pelos compradores externos aumentaram, beneficiando o saldo da balança comercial sul-mato-grossense.” (INDÚSTRIA..., 2013, p. 25).

Nesse processo, o discurso ideológico da geração de empregos e do desenvolvimento local que a usina propicia ao município – ao convencer a sociedade da importância da implantação de uma usina para o desenvolvimento local – favorece os usineiros e fortalece a aliança política entre eles e o Estado.

No MS, a aliança política entre governo e usineiros é fato. Azevedo (2008, p. 81-82) detectou isso em sua dissertação: em Três Lagoas (MS) o vereador Antonio Rialino apresentou um projeto de lei “[...] que restringia a 10 mil hectares a área com a gramínea, bem como disciplinava o plantio, mão-de-obra e a eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar.” Mas, diz ele que o projeto de lei “[...] foi vetado pela Prefeita Simone Tebet, que contou com o apoio do Sindicato Rural de Três Lagoas, apostando na geração de empregos pelas indústrias que estão se instalando na área.” (AZEVEDO, 2008, p. 82). O autor atesta que o ex-deputado Dagoberto Nogueira, do PDT, que ocupou uma pasta no governo de Zeca do PT: “[...] recebeu R\$ 333.000,00 para a campanha política de 2006, o que representa 33,6 % do valor total arrecadado na sua corrida pela eleição junto às agroindústrias canavieiras, sendo que somente na usina Sonora foram arrecadados R\$ 95.000,00.” (AZEVEDO, 2008, p. 82). É hora mesmo de se implantar uma reforma política que não autorize as empresas privadas a financiarem as campanhas; uma reforma transparente e sem brechas tendenciosas.

Alguns deputados estaduais dizem, segundo Azevedo (2008, p. 82) ao se reportar a uma notícia do jornal Campo Grande News, também “[...] receberam apoio

de usineiros no Estado.” É o caso de: “[...] José Teixeira (DEM), Ary Rigo (PDT), Reinaldo Azambuja (PMDB), Junior Mochi (PMDB), Youssef Domingos (PMDB), Maurício Picarelli (eleito pelo PTB), Onevam de Matos (PDT), Paulo Correa (PR) e José Ivan de Almeida (sem partido).”

Além dos referidos deputados, do vereador e do chefe do executivo, destacou o ato dos usineiros que “[...] também teriam doado R\$ 720 mil para a campanha do governador.” (AZEVEDO, 2008, p. 82). Por sua vez, em 2007, o governador deixou clara a aliança política dele com os usineiros na seguinte afirmativa registrada por Azevedo (2008, p. 83): “Venham para o Estado aqueles que sabem empreender e que pretendem colaborar com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, gerando empregos e renda.” Para o autor, de certa maneira o governador tem uma atitude submissa ao empresariado ao enfatizar que “[...] tudo será feito para agilizar o processo de implantação das indústrias.” (AZEVEDO, 2008, p. 83). De acordo com Azevedo (2008, p. 83), a afirmativa do governador acima expressa a “[...] ideologia desenvolvimentista que associa a industrialização ao progresso [...]” assumida pelo governo. Diante da troca de favores entre governo e usineiros, não há como duvidar de que o estado de MS foi configurado nos padrões burgueses do agronegócio canavieiro.

É louvável a ênfase que o ZEE-MS dá para o licenciamento ambiental, uma vez que o condiciona à integração dos fatores naturais, econômicos, culturais e à concessão de crédito oficial ou benefícios tributários. Embora o licenciamento seja um instrumento da Lei Federal n. 6.938/1981, na prática ele tende a refletir interesses particulares ficando para os recursos naturais e para a comunidade apenas o discurso de convencimento. É claro que muitos projetos econômicos têm sido barrados graças à luta de ambientalistas que conseguem envolver especialistas e a comunidade como um todo; porém, a força que domina é aquela que se impõe e tem a seu dispor uma infinidade de informações ideológicas colocando empecilhos que em certas lutas conseguem deixar o movimento ambientalista sem ação.

Com todo esse aparato legal que sustentou o processo de elaboração do ZEE/MS, não dá para atribuir a sua feitura tão somente à figura do governador, pois que o ZEE-MS se apoiou no Decreto Federal n. 4.297, de 2002, e no PGT/MS de 2009. Não se pode também perder de vista que o cumprimento dessa exigência legal não dá conta de colocar a sobrevivência social e ambiental acima dos interesses econômicos, uma vez que na sociedade burguesa o que impera são as

leis do capital. Dessa forma, quaisquer medidas compensatórias e/ou mitigadoras para os impactos sociais e ambientais são válidas até o limite que assegura o equilíbrio e a manutenção do projeto do governo amarrado aos compromissos com o empresariado. Entretanto, reconhece-se que as reuniões públicas realizadas pelo governo foram um espaço para a comunidade conhecer e estar a par do processo de construção do ZEE/MS.

Nesse contexto, a construção do ZEE-MS pode ser vista como um espaço que os ambientalistas tiveram para se pronunciarem sobre os riscos do uso das terras pantaneiras do MS para a produção sucroalcooleira. Sendo assim, a desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil, que teve o empurrão das políticas neoliberais, não conseguiu tirar a proteção do Estado aos usineiros, de forma tal que esse apoio persiste. Tanto isso é verdade que o MS tem sido uma expressão da “aliança histórica” entre usineiros e governo, sendo fato que este, ao criar facilidades políticas e fiscais, obtém o aumento da balança comercial do Estado.

Em MS, já por duas vezes, o movimento ambientalista fez campanha pela não implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS. Por isso, foi valiosa a participação do movimento nas discussões acerca da produção canavieira no Estado, inclusive, nas reuniões públicas sobre o ZEE/MS. É importante também buscar elementos que deem pistas para compreender a resistência ambientalista às usinas de álcool no Pantanal/MS, propósito do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 A RESISTÊNCIA AMBIENTALISTA ÀS USINAS DE ÁLCOOL NO PANTANAL/MS

2.1 A campanha contra a usina de álcool em Bodoquena no Pantanal/MS

A primeira informação obtida no início da pesquisa é que o movimento ambientalista de MS realizou a campanha de Bodoquena, entre 1979 e 1982, e a campanha “Não às Usinas de Álcool no Pantanal”, no ano de 2005. A partir desse dado, foi definido como objetivo deste capítulo descrever e analisar o processo de produção das duas campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS. Para isso, tentar-se-á pôr às claras a gênese do movimento contra usinas no Pantanal/MS e traçar os contornos da campanha “Não às Usinas de Álcool no Pantanal”. Um detalhe: as campanhas contra as usinas no Pantanal/MS se desenrolaram em duas conjunturas sociais distintas -- a última ocorrida no século XXI -- e dentro da mesma estrutura social.

As campanhas dão a perceber que, em parte, a sociedade sul-mato-grossense reconhece que o ambiente pantaneiro está sendo protegido; entretanto, as frequentes propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS e o movimento ambientalista que a elas faz resistência mostram a fragilidade dessa proteção. A Lei n. 328/1982, que dispõe sobre a proteção e preservação ambiental do Pantanal/MS, é um exemplo disso. O governo do Estado para fazer face aos investimentos no setor sucroalcooleiro, em 2003, passou a contestar a Lei n. 328/1982. O documento registra no artigo 1:

Fica proibida a instalação de destilaria de álcool ou de usina de açúcar e similares na área do Pantanal Sul-Mato-Grossense, correspondentes a área da bacia hidrográfica do Rio Paraguai e de seus tributários, delimitada de acordo com o anexo I. (MATO GROSSO DO SUL, 1982, p. 6).

Para os integrantes da Fundação para a Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS), essa lei foi fruto de um amplo movimento popular que recebeu o nome de campanha de Bodoquena. De fato, as entidades sociais de MS ampliaram o alcance do movimento ao envolver entidades de âmbito nacional e de âmbito internacional, o que deu peso maior para a Campanha. O executivo estadual que promulgou a Lei n. 328/1982 é o mesmo poder que propôs suas alterações na

primeira década dos anos de 2000, assumindo uma desconsideração, quase que total, da relevante conquista que o movimento obteve em 1982. Mas, até essa vitória deve ser analisada dentro dos padrões capitalistas de produção, pois o Estado, nesse sistema, é um fiel aliado do empresariado, como foi visto no primeiro capítulo. Se o Estado exerce esse papel, cumpre aqui destacar o que Coutinho (1996) explicita sobre a gênese do Estado moderno.

De acordo com Coutinho (1996, p. 18), Marx não vê o Estado da mesma forma que Hegel, ou seja, como a “[...] encarnação da Razão universal.” Marx percebe “[...] que o Estado tem sua gênese nas relações sociais [...]”, por isso é um Estado de classe. Segundo o autor, o Estado “[...] passa a ser visto como um organismo que exerce uma função precisa [...]”, a de garantir a propriedade privada, uma vez que “[...] assegura e reproduz a divisão da sociedade em classe [...]”. É também porque o Estado é “[...] uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses comuns de uma classe particular.” (COUTINHO, 1996, p. 19). O Estado, então, não é um elemento neutro, ele opera no âmbito da economia e desenvolve ideologias para que a classe trabalhadora aceite os seus argumentos. Se o Estado existe para defender os interesses da classe dominante, é certo que tem uma base na contradição capital e trabalho e opera com políticas autoritárias e com políticas sociais quando necessita legitimar-se. Foi assim que o governo de MS agiu ante as propostas de usinas no Pantanal/MS, até 2009: ora cedia às pressões ambientalistas ora endurecia a sua postura.

Ao que parece, o movimento se organizou em resposta às demandas que foram surgindo mediante ataque do capital. Isso chama a responsabilidade deste estudo para tentar conhecer/reconhecer e decifrar alguns aspectos dessa luta, começando pela campanha de Bodoquena (1980-1982).

2.1.1 Antecedentes da campanha de Bodoquena

A análise da campanha de Bodoquena remete às manifestações ambientalistas que ocorreram na parte sul do “antigo” estado de MT, em meados da década de 1970, em Campo Grande, em Aquidauana – a porta de entrada do Pantanal – e em Dourados (LE MOS, 2004, p. 5-25). Neste estudo importa o movimento de Campo Grande (MS), que teve início com Arnaldo de Oliveira, engenheiro agrônomo professor na Universidade Estadual de Mato Grosso

(UEMT)¹⁹ e com Astúrio Ferreira dos Santos, ligado às entidades da sociedade civil. Os dois líderes²⁰ realizavam suas lutas em separado.

Arnaldo criou o Clube de Jardinagem (1976) na UEMT, coordenou, com Claudio Conceição, a “Semana de Botânica e Ecologia” (nov/1977), que teve a participação de pesquisadores e botânicos reconhecidos²¹, elaborou o plano da Área de Jardinagem do Campus da UEMT²² presidiu a Sociedade Botânica do Brasil (SBB) e trouxe para Campo Grande (MS) o XXX Congresso Nacional de Botânica, em 1979.²³ (LEMOS, 2004, p. 5-6). A discussão sobre o ambiente urbano – que à época não era tão debatido como é hoje –, a vinda de especialistas para Campo Grande (MS) e a representação na SBB marcaram a atuação de Arnaldo na UEMT e no ambientalismo de MT. Isso prova que Arnaldo militou na causa ambientalista desde antes da criação de MS.

Astúrio também começou sua trajetória ambientalista ainda no “velho MT”. Em 1974, a invasão de pescadores em sua chácara, localizada à beira do Rio Aquidauana, o levou à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que lhe deu autorização para fiscalizar a pesca predatória junto com alguns companheiros. A temática pautou uma reunião da Loja Maçônica Estrela do Sul em Campo Grande (MS) – da qual ele fazia parte –, ocasião em que foi deliberado o abaixo-assinado contra a caça e a pesca predatórias (1978). Astúrio foi um dos coordenadores desse abaixo-assinado, sendo o documento entregue a diversas autoridades, entre elas o presidente da República, General Ernesto Geisel; o primeiro governador do estado de MS, Harry Amorim Costa; o titular da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Neraldo Marques; o titular da SEMA, Paulo Nogueira Neto. (LEMOS, 2004, p. 9-11).

De acordo com Lemos (2004, p. 8), “[...] o documento, abaixo-assinado, foi considerado como a primeira grande ação desses pioneiros ambientalistas da região

¹⁹ Em 1979, com a implantação da estrutura administrativa de MS, a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) se transformou na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

²⁰ A partir de agora, Arnaldo de Oliveira será tratado por Arnaldo e Astúrio Ferreira dos Santos por Astúrio.

²¹ A Semana teve a colaboração da Prefeitura de Campo Grande (MS), do Jardim Botânico, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Comando Aéreo do Rio de Janeiro e de Campo Grande (MS) e da Floricultura Arakaki. Entre outros, contou com a colaboração de Graziela Maciel Barroso, Elsie Franklin Guimarães, Irenice Alves Rodrigues, Haroldo Cavalcante e de Briolango Corrêa de Souza.

²² Isso desencadeou a criação da Reserva Biológica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) pela Resolução n. 095/1985.

²³ Arnaldo foi presidente da SBB nos períodos de 1979 a 1980 e de 1981 a 1984, e presidiu a Seccional Regional de Mato Grosso do Sul de 1981 a 1984.

sul do estado de Mato Grosso.” Em virtude da importância que teve o abaixo-assinado (1978) para os pioneiros ambientalistas, era de se supor que a luta contra a pesca e a caça predatórias acabasse por ser a principal bandeira do movimento ambientalista. Mas, o capital, desavisadamente, deu o seu comando com a notícia do projeto da usina de álcool a ser instalada em Bodoquena, no Pantanal/MS, no final de 1979. A notícia mobilizou os pioneiros ambientalistas na criação da Associação dos Defensores do Meio Ambiente, registrada em 1980, com o nome de Fundação para a Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS).

2.1.2 O processo social de criação da FUCONAMS

A FUCONAMS, então, surgiu no contexto do anúncio da usina de Bodoquena, no Pantanal/MS, lembrando que os pioneiros ambientalistas tinham feito a luta contra a caça e a pesca predatórias que resultou no abaixo-assinado (1978). Ao olhar para este episódio no seu imediato, não se percebe que a produção agropecuária é um dos elementos constitutivos do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS e, em decorrência, também é um elemento constitutivo da FUCONAMS. Sobre o imediato, Lukács (1981, p. 102), se refere à crítica que Marx faz às análises feitas pelos economistas vulgares “[...] prescindindo inteiramente das conexões reais.” Quando Lukács (1981, p. 98) trata do empirismo, afirma que o empirismo era ontológico “[...] enquanto tomava como ponto de partida o insuprimível caráter de ser dos fatos dados [...].” Mas, o empirismo era “[...] ingênuo porque se mantinha preso, por princípio, a esse imediato ser-dado e não se preocupava com as mediações sucessivas [...].” Muito menos “[...] com as conexões ontológicas decisivas.” Conclui-se que, se a análise do movimento for baseada no imediato, produzirá um conhecimento falso, porque as conexões só poderão ser percebidas nas mediações e não no imediato.

Essa forma de interpretar os dados encontra-se também em Alves (2003), que, entre outros temas, analisa os regionalismos em MS. O autor diz que a análise dos regionalismos presa ao singular concorre para o “[...] estranhamento entre povos.” (ALVES, 2003, p. 20), lembra as designações de “[...] ‘paraguaio’ ou ‘boliviano’ [...]” para as pessoas supostamente desinteressadas de trabalhar ou ligadas ao ócio, assim como eles chamam os brasileiros de “[...] ‘imperialistas brasilenõs’.” (ALVES, 2003, p. 20). Também é comum em MS o uso da expressão

“arrancada do cavalo paraguaio” para a pessoa que só tem o impulso, mas não concretiza a ação. Então, o estudo feito somente à base do fato dado tende a não desvelar a sua essência. Assim, os argumentos de Lukács (1981, p. 98) e de Alves (2003, p. 20) ajudam a compreender que a análise baseada no fato dado tende a produzir um conhecimento distorcido da realidade.

Pode parecer que a criação da Associação dos Defensores do Meio Ambiente (dez. 1979), registrada como FUCONAMS, tenha sido resultado da luta ambientalista que vinha se formando, capitaneada por Astúrio. Isso explica o processo de criação da FUCONAMS em parte, visto que não leva em conta os interesses que entrariam em choque com a construção da usina de Bodoquena no Pantanal/MS. Tanto isso é verdade, que Lemos (2004, p. 20) detectou na ata da primeira reunião para criação da Associação, que um dos seus objetivos era “[...] evitar uma catástrofe futura em nosso Estado, com instalações de usinas e altos corrosivos que sem dúvida contaminará o solo do Estado e principalmente o ‘pantanal’.” A alusão às usinas, que consta da ata, é uma resposta ao projeto da usina de Bodoquena utilizando um discurso que se mostra em defesa do Pantanal/MS, mas, que no fundo defende interesses ruralistas.

Acontece que a usina de Bodoquena acrescentaria à produção rural da região um componente industrial dentro dos padrões desenvolvimentistas, assim explicado por Ianni (1984, p. 243): “A agricultura se desenvolve e se transforma segundo interesses do capital centrado na indústria nacional e estrangeira.” Nos governos militares, segundo o autor, “[...] as multinacionais avançaram bastante na agricultura.” (IANNI, 1984, p. 245). Portanto, o projeto da usina de Bodoquena, que incorporava capital nacional e norte-americano, foi uma expressão desse modelo de desenvolvimento (LEMOS, 2004, p. 29). Essa foi à época da vigência do Proálcool, que subsidiou todas as usinas implantadas na década de 1980 em MS, conforme demonstrou a Tabela 1, que consta no primeiro capítulo. Parte dos investimentos da usina de Bodoquena viriam do Proálcool.

Foi no contexto do projeto Bodoquena que o Pantanal/MS começou a ser alvo de manifestações em sua defesa, vindo a ser uma nova bandeira de luta dos pioneiros ambientalistas no Estado, para os quais, até então, a caça e a pesca predatórias eram a maior preocupação (LEMOS, 2004, p. 5-25). Mas foi somente no ano seguinte, em 1980, que a notícia da usina de Bodoquena no Pantanal/MS

convergiu Astúrio e Arnaldo para coordenarem a campanha de Bodoquena²⁴ no Comitê de Defesa do Pantanal, um braço da FUCONAMS.

2.1.3 A apologia às primeiras lideranças da FUCONAMS

A criação da FUCONAMS tem sido tratada pelas publicações de ambientalistas locais com apologias às suas lideranças, ora atribuindo a criação da ONG a um líder, ora a outro, respeitando sempre a ordem dos interesses dos acontecimentos daquele momento. Contudo, os documentos que Lemos (2004) pesquisou, mostram que a FUCONAMS só pode ser entendida se for discutida na sua gênese. Por exemplo, o fortalecimento da campanha de Bodoquena com a entrada da burguesia na FUCONAMS. Ilustra bem isso alguns trechos dos livros “O paladino do pantanal”, de Reginaldo Alves de Araújo (2002), “Terra até quando?”, de Francisco Anselmo Gomes de Barros²⁵ (a primeira edição de 1992 e a segunda edição de 2006), e da dissertação “O Zoneamento ecológico e econômico como instrumento político de planejamento e como instrumento jurídico: sua dimensão política e regulatória à luz da compreensão dos atores no estado de Mato Grosso do Sul”, de Carolina Albuquerque Lima (2008).

Reginaldo Alves de Araújo (2002), no livro “O paladino do pantanal”, traz informações sobre o ambiente pantaneiro, a trajetória ambientalista de Astúrio, narrando a sua participação no abaixo-assinado (1978), na campanha de Bodoquena, no Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul (INAMB) e na criação da Associação da Pesca Amadora e de Preservação do Meio Ambiente (ASPADAMA), em 1986. O próprio título do livro “O paladino do pantanal” sugere uma forma messiânica de tratar Astúrio. Mas, o que mais chama a atenção no livro é o destaque que o autor confere para as características pessoais de Astúrio como ser “arrojado”, “entusiasmado”, dando a entender que essas características, por si só, dessem a amplitude que o movimento teve. (LEMONS, 2004, p. 125-126). Sem tirar o mérito do trabalho que as lideranças tiveram na campanha, as entrelinhas do livro confirmaram que os elementos constitutivos do

²⁴ O capítulo 2 da Dissertação de Enilda Maria Lemos, trata da FUCONAMS e do Comitê de Defesa do Pantanal: de 1979 a 1982, p. 26-77.

²⁵ Este texto tratará Francisco Anselmo Gomes de Barros por Francelmo, como era conhecido entre os ambientalistas.

movimento estão enraizados na produção bovina e sucroalcooleira e não no poder mágico dos líderes pioneiros do movimento ambientalista em MS.

Na leitura do livro “Terra até quando?” (1992), de Francisco Anselmo Gomes de Barros, observou-se que o autor fala muito mais em seu nome, em nome dos ecologistas e pouco se refere à sua representação na FUCONAMS. Em 2006, o livro de Barros (2006, p. 3-7), foi reeditado com a apresentação de Iracema Sampaio Barros, esposa de Francelmo e prefácio de Mário Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica, ONG respeitada e reconhecida no cenário ambientalista nacional e internacional. Mantovani apropriadamente, situa a morte de Francelmo em novembro de 2005 “[...] dentro do contexto de uma militância de três décadas, a qual ajudou a transformar o Pantanal no que ele efetivamente é hoje: um patrimônio da humanidade.” Nesse livro, encontra-se o registro de uma homenagem feita pelos ambientalistas a Francelmo, nomeando a FUCONAMS de Associação Francisco Anselmo para Conservação da Natureza, reconhecendo a sua militância. (BARROS, 2006, p. 11) e, consta também que a FUCONAMS:

[...] nasceu na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul, antes da divisão e instalação do novo Estado, anos 70, tendo como fundador e primeiro presidente o botânico e professor Arnaldo de Oliveira. (BARROS, 2006, p. 11).

Não foi bem assim. De fato, na UFMS nasceu uma vertente do movimento ambientalista com o pioneirismo de Arnaldo. Mas, a FUCONAMS nasceu na outra vertente do movimento que teve à frente Astúrio. Na dissertação de Lemos (2004), fica demonstrado que Arnaldo iniciou seus trabalhos na FUCONAMS quando, com Astúrio, coordenou a campanha de Bodoquena no Comitê de Defesa do Pantanal, ligado à FUCONAMS. Na data de registro da FUCONAMS a que Barros (2006, p. 12) se reporta também há equívocos: a ONG foi registrada “[...] na gestão de Francelmo, de setembro de 1982 a 13 de novembro de 2005 [...]” Lemos (2004, p. 22) descobriu, em pesquisa ao estatuto da ONG, que a FUCONAMS foi registrada em “[...] 6 de maio de 1980.” Isso se confirma porque, se o registro da FUCONAMS ocorreu em setembro de 1982, ela não poderia ancorar o Comitê de Defesa do Pantanal, que foi desativado em 12 de fevereiro de 1982 (LEMOS, 2004, p. 75).

Quando Lima (2008), em sua dissertação sobre a construção do ZEE/MS, indica o pensamento do governo, do empresariado e de algumas ONGs

ambientalistas sobre os processos ambientais do Estado, presta grande contribuição para o movimento ambientalista, para a pesquisa acadêmica, para o governo e para a sociedade como um todo. Lima (2008, p. 77) diz: “[...] Francisco Anselmo fundou a antiga ONG FUCONAMS, cujos trabalhos pela conservação do Pantanal ganharam continuidade na ONG ECOA.” Embora a FUCONAMS não seja o foco de estudo de Lima (2008), o dado que ela levantou está totalmente equivocado.

As informações que foram citadas concorrem para que o movimento ambientalista seja conhecido de forma distorcida. O pesquisador Loureiro (2003, p. 100), alia o conhecimento imediato sobre o problema ambiental ao personalismo dos líderes do movimento:

A busca por esta articulação política é complexa, uma vez que o elemento caracteristicamente mobilizador, diante de um tema que é difuso, é o problema imediato vivenciado. Além disso, há outros elementos [...] que definem este quadro: a falta de análise crítica, histórica e estrutural; baixa compreensão pelo militante de que a luta ambientalista é social e política; baixo grau de institucionalidade das ONG's; e o caráter personalista e centralizador de lideranças [...].

Essa limitação de conhecimento crítico permeia não só a FUCONAMS, mas outras ONGs também, e pode contribuir para o “caráter personalista e centralizador de lideranças”. Também abre brechas para o enaltecimento de figuras do movimento e para a afirmação de inverdades, o que distorce, por completo, a forma como se dão os acontecimentos. O fato é que nem Francelmo e nem Arnaldo criaram a FUCONAMS. Astúrio sim, foi o seu primeiro presidente, como atesta a ata da segunda reunião de “[...] três de dezembro de um mil novecentos e setenta e nove [...],” registrada por Lemos (2004, p. 21): “O plenário manifestou por aclamação sendo desta forma eleito o Sr. Astúrio Ferreira dos Santos, que doravante presidirá os trabalhos da Associação.” Francelmo e Arnaldo não fizeram parte das reuniões que criaram a Associação em Defesa do Meio Ambiente em MS. Esses ambientalistas vão integrar o movimento posteriormente. (LEMOS, 2004, p. 18-20). Astúrio, Arnaldo, Francelmo e Maria Helena Brancher²⁶ são da primeira geração de ambientalistas em MS e tiveram uma importância histórica para o movimento ambientalista no Estado. Francelmo, sucessor de Astúrio na FUCONAMS, tornou-se reconhecido entre os ambientalistas da segunda geração e das que vieram posteriormente. Exerceu o seu mandato até a sua morte em 2005.

²⁶ De agora para frente, Maria Helena Brancher será chamada de Maria Helena.

Mesmo enaltecendo lideranças, o livro de Araújo (2002), o livro de Barros (2006) e a dissertação de Lima (2008) prestam relevantes contribuições para o movimento ambientalista no Estado. Sobre isso, Marx e Engels (1986, p. 61) afirmam:

[...] escrever uma história do passado para fazer brilhar a glória de um personagem não histórico e de suas fantasias, e de acordo com isso não mencionar todos os acontecimentos históricos reais, inclusive as ingerências realmente históricas da política na história, e oferecer, em compensação, uma narração não baseada em estudos, mas em artifícios e tagarelices literárias [...].

Ao atribuírem a criação da FUCONAMS a Astúrio, Arnaldo e Francelmo, Araújo (2002), Barros (2006) e Lima (2008), afirmam esse dado sem fazer qualquer conexão com a realidade e isso pode levar a informações distorcidas a serem utilizadas pela EA, pelo movimento ambientalista ou por outro sujeito individual e coletivo. Marx e Engels (1986, p. 57) se referem à forma como a sociedade burguesa trata os acontecimentos.

Toda concepção histórica, até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história, ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história. Isto faz com que a história deva sempre ser escrita de acordo com um critério situado fora dela. A produção da vida real aparece como algo separado da produção da vida comum, como algo extra e supraterrrestre. Com isto, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e a história. Consequentemente, tal concepção apenas vê na história as ações políticas dos príncipes e do Estado, as lutas religiosas e as lutas teóricas em geral, e vê-se obrigada, especialmente, a compartilhar, em cada época histórica, a ilusão dessa época.

De acordo com o texto, a história da FUCONAMS tem sido escrita fora do âmbito das relações de produção, uma vez que ela não visibiliza os seus vínculos com o Estado. Assim, a história da FUCONAMS foi “[...] escrita de acordo com um critério situado fora dela.” O propósito aqui não é tirar a importância da liderança no movimento; o problema é que explicar a história da FUCONAMS fora das relações de produção retira toda a possibilidade de querer desocultar os elementos ideológicos nela existentes. A explicação da FUCONAMS nessa interpretação também não articula o seu surgimento à gênese do movimento ambientalista contra

usinas de álcool no Pantanal/MS, porém, dá a entender que a FUCONAMS foi um instrumento de luta do movimento. E tem mais, não se atém ao fato de que a FUCONAMS teve a sua raiz na disputa entre o capital bovino e o capital sucroalcooleiro. Melhor dizendo, o movimento nasceu para defender a propriedade privada.

O que se apreendeu desse momento de criação do movimento e da FUCONAMS é que ambos são de base ontológica e a campanha contra usinas também o é. Tem-se aí uma garantia de que a FUCONAMS e o movimento não foram criados somente para defender o ecossistema pantaneiro de MS e nem pelo compromisso social de um ou de outro líder ambientalista. Se de um lado, a FUCONAMS beneficiou o ecossistema pantaneiro e a sociedade, de outro, ela foi um instrumento de luta que garantiu os interesses de um grupo dominante que disputava, com o grupo sucroalcooleiro, a primazia na economia bovina do Estado. O movimento, então, inviabilizou a construção da usina de Bodoquena, evitou a exploração desmedida do ecossistema pantaneiro e dos trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar, bem como respondeu a uma demanda do capital bovino.

2.1.4 A posição de classe de Astúrio e de Francelmo

Para compreender a FUCONAMS, ainda é preciso conhecer alguns aspectos da origem social de Astúrio (1979-1982) e de Francelmo (1983-2005), lembrando que a complexidade social mostra que uma coisa os uniu: os dois eram proprietários.

Astúrio, o primeiro presidente da FUCONAMS, era comerciante e chacareiro. De acordo com Araújo (2002, p. 50), Astúrio abriu, em 1973, “[...] em Campo Grande (MS) a Distribuidora Mato Grosso, empresa que passou a abastecer, com medicamentos farmácias e laboratórios de todo o Estado.” Em 1974, comprou uma chácara à beira do Rio Aquidauana, que, segundo Araújo (2002, p. 50) localizava-se “[...] na disputada região de Piraputanga, no Distrito de Camisão, município de Aquidauana.” Vale dizer que Piraputanga é ornamentada pelo Rio Aquidauana e pelo Morro do Chapéu, por isso continua sendo um lugar para o deleite dos que sabem apreciar e usufruir das belezas naturais. Tudo indica que a chácara era dotada de uma natureza admirável.

Segundo Lemos (2004, p. 23), quando Astúrio encontrou os pescadores “[...] em sua propriedade, onde, aos finais de semana, desfrutava com a família daquele ambiente, sentiu-se lesado nos seus direitos, que hoje seriam direitos ambientais.” A Constituição de 1988 registra no art. 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo [...] impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo [...]” (BRASIL, 1988, s.p.). Se a autora deste texto fosse reescrever esse fato hoje, diria que Astúrio “[...] sentiu-se lesado nos seus direitos [...]” e não nos seus “[...] direitos ambientais.” O que está em jogo na destruição ambiental não é o “[...] bem de uso comum do povo [...]” e sim a propriedade privada vinculada à produção e reprodução do capital.

Francelmo, o sucessor de Astúrio na FUCONAMS, trabalhava na Revista Executivo Plus, de sua esposa Iracema Sampaio. A Revista foi criada em 1983, pois em sua publicação de 1996, ressalta que a Revista em “[...] fevereiro de 1993 entrou no seu ano X.” Foi justamente em 1983 que Francelmo assumiu a presidência da FUCONAMS, quando Wilson Barbosa Martins (1983-1986) levou para o seu governo Astúrio²⁷ e João Pedro Cuthy Dias.²⁸ De fato, Wilson, João Pedro e Astúrio exerceram um papel relevante na FUCONAMS.²⁹ Porém, a vitória da campanha de Bodoquena e a vitória de Wilson Barbosa Martins nas eleições de 1982 para governo do Estado esvaziaram a FUCONAMS (LEMOS, 2004, p. 82).

O esvaziamento e cooptação das lideranças da FUCONAMS³⁰ pelo governo deixaram Francelmo sem mobilidade para articular movimentos, restando para ele a denúncia. Nessa condição, a ONG nunca mais teve uma ação do porte da campanha de Bodoquena, mas ela continua ativa e reconhecida pelos ambientalistas.

A partir daí, o movimento ambientalista se atomizou, lembrando que os pioneiros começaram com a caça e a pesca predatória, seguida da campanha de Bodoquena. Em 1984, surgiu a SODEPAN, composta por fazendeiros do Pantanal para se defenderem dos “coureiros”, os caçadores de jacarés; em 1986, a

²⁷ Astúrio Ferreira dos Santos foi diretor de operações do Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul (INAMB).

²⁸ João Pedro Cuthy Dias foi titular da SEMA/MS e presidente do Instituto de Preservação e Controle Ambiental de Mato Grosso do Sul (INAMB).

²⁹ A colaboração da FUCONAMS com o governo foi registrada tanto na ata da primeira reunião para formação da Associação em Defesa do Meio Ambiente (1979) quanto em seu estatuto.

³⁰ A dissertação de Lemos (2004), no capítulo 3 “A FUCONAMS após a desativação do Comitê de Defesa do Pantanal: de julho de 1982 a 1989”, traz um registro das lutas que a FUCONAMS realizou sob a liderança de Francisco Anselmo Gomes de Barros nesse período.

ASPADAMA para lutar contra a pesca predatória, presidida por Astúrio; em 1989, a ECOA, formada por biólogos da UFMS. Hoje, a ECOA se desponta no cenário nacional e internacional.

No início dos anos de 1990, as instituições oficiais e as entidades sociais se preparavam para a Rio-92. Na ocasião, o Fórum Brasileiro de ONGs, com os movimentos sociais, “[...] realizou o encontro paralelo da sociedade civil [...]” a Rio-92, quando nasceu a Rede Brasileira de Educação Ambiental, como indicam Costa, Martinho, Fecuri e Kritsch (2003, p. 79). O Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, realizado em 1991, ainda que timidamente, representou MS no Fórum Brasileiro de ONGs.

Foi no contexto da Rio-92 que Francelmo publicou o livro “Terra até quando?”, no ano de 1992. Barros (2006, p. 8) assinala que, por falta de tempo para pesquisar, no livro optou “[...] por mostrar apenas o que saiu da Revista Executivo Plus, onde aparece um trabalho mais regionalizado.” Francelmo tratou os fatos ambientalistas com neutralidade. Como ele mesmo afirma, “[...] a melhor política, era a da neutralidade.” (BARROS, 2006, p. 8). Quando Barros (2006, p. 93) diz que “[...] a revista é distribuída em Brasília a todos os congressistas; nós propositadamente sempre abordamos os problemas ecológicos de forma generalizada [...],” Francelmo confirma a sua posição neutra que denota um interesse de classe.

Os dados indicam que, além da cooptação das lideranças da FUCONAMS pelo governo, o fato de ter parte na Revista Executivo Plus, ou seja, a condição de proprietário da publicação, levou Francelmo a atender os congressistas e outros públicos requerendo dele uma postura neutra. Barros (2006, p. 8), elogia Sarney e critica o seu governo “[...] quando os US\$ 350 milhões de dólares do Banco Mundial sumiram no Ministério do Interior.” Com relação ao papel relevante que Francelmo teve no movimento, importa acrescentar que ele realizou e participou de importantes lutas ambientalistas em Campo Grande (MS), em todo o Estado, assim como de lutas nacionais e internacionais e ainda das redes. De fato, ele deu uma contribuição expressiva para o movimento, para os sul-mato-grossenses e para a sociedade como um todo.

2.1.5 Maria Helena Brancher³¹ e a Revista CAMPO Agropecuária

Maria Helena, outra líder do ambientalismo em MS nos anos de 1980, dirigiu a Revista CAMPO Agropecuária. De acordo com a representante da FUCONAMS (3 mar. 2013):

[...] em agosto de 1978 os jornalistas Afonso Abraham Leureux e Maria Helena fizeram o lançamento da Revista CAMPO Agropecuária, extinta em fevereiro de 1980.³² (informação verbal).

Maria Helena conheceu Francelmo quando era contato comercial na TV Morena, que fazia o anúncio da Revista CAMPO. Logo, a Revista CAMPO teve sua criação bem anterior à da Revista Executivo Plus. A representante da FUCONAMS (3 mar. 2013) relata os primeiros contatos que teve com Francelmo:

Assim nos conheceu e passou a frequentar nossa redação. Ele se identificou muito com nosso trabalho na Revista Campo e nossas lutas com relação às questões ambientais e indígenas. O Francelmo e a Iracema fizeram escola editorial com a gente na Revista Campo. Penso que ele se motivou e recebeu influências do nosso trabalho na sua vida pessoal e profissional.

Desse modo, diz a representante (3 mar. 2013), “[...] Iracema e Francelmo faziam os contatos, inclusive com a Fazenda Itamarati, organizavam estande e nos representavam.” A Revista CAMPO Agropecuária foi a primeira revista agropecuária do Estado e abordava temas políticos como a divisão do Estado de MT e a implantação do Estado de MS, como também tratava de técnicas inovadoras de agricultura,³³ de eventos científicos, a exemplo do XXX Congresso Nacional de Botânica.³⁴ (LEMOS, 2004, p. 12-17). Na primeira edição de 1979³⁵ a Revista se

³¹ Maria Helena participou do lançamento do Seminário “O Índio brasileiro. um sobrevivente?”, realizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1977, e do lançamento do “Manifesto da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI).” (MANIFESTO de Fundação da ANAI, 13 maio 1977).

³² Representante da Fundação para Conservação da Natureza de MS (FUCONAMS), entrevistada por Enilda Maria Lemos, em 3 mar. 2013.

³³ A técnica do plantio direto que evita erosões, baseada nos estudos do engenheiro Ruy Schardong, as posições de alguns segmentos sociais acerca de problemas e/ou soluções técnicas de meio ambiente e a divulgação de experiências de outros lugares são alguns dos temas abordados na edição n. 1 em 1978 da Revista CAMPO.

³⁴ Vale lembrar a participação de congressistas nacionais e de outros países nesse Congresso.

³⁵ Além dessa, destacaram-se duas reportagens: a que trata da vinda dos gaúchos que introduziram a lavoura de soja, arroz e a pecuária no município de Chapadão Gaúcho, hoje, Chapadão do Sul, e a que se reporta à implantação da estrutura administrativa do Estado de MS (janeiro de 1979).

referiu ao município de Chapadão do Sul, na BP, onde predomina o Cerrado, sendo que o Pantanal/MS, na BAP³⁶ era o bioma mais conhecido (LEMOS, 2003, p. 12-13). Esse texto, no entanto, ajudou na valorização do Cerrado, tido como um ecossistema “feio”. Merece destaque ainda, o registro de Lemos (2004, p. 14) sobre as ideias ambientalistas do governador Harry Amorim Costa:

Nada impede hoje que se tenha o desenvolvimento econômico com as práticas adequadas de preservação ambiental. Podemos muito bem harmonizar as duas coisas. Elas podem coexistir de maneira adequada. Vamos aproveitar os recursos naturais sem degradá-los.

Se Harry teve a preocupação em aliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, significa que ele estava em sintonia com o conceito integrado de meio ambiente. Vale dizer que a Conferência de Estocolmo (1972) deliberou esse conceito, que subsidia até hoje a EA, ratificado na Conferência de Tbilisi.³⁷ (DIAS, 1993, p. 267-270). O conceito integrado de meio ambiente concilia o crescimento econômico com a preservação ambiental e não dá margem para discutir práticas ambientalistas na produção capitalista. Outra coisa, se Harry teve a preocupação com o meio ambiente, os seus sucessores no governo nem sempre compartilhavam da mesma preocupação.³⁸ (LEMOS, 2004, p. 15). Pedro Pedrossian, por exemplo, não era sensível à causa ambientalista.

Outro ponto que deu credibilidade à Revista CAMPO, segundo a representante da FUCONAMS, é que o “[...] Lutzemberg mandava os textos para alimentar a Editoria da Revista CAMPO denominada de ECOLOGIA.” Esse editorial, as reportagens sobre os congressos e sobre o cerrado, até então não muito conhecido, entre outros assuntos, qualificaram os textos publicados na Revista CAMPO, colocando-a como uma importante manifestação do ambientalismo no Estado entre os anos de 1978 e 1980. Nas palavras da representante da

³⁶ A Serra de Maracaju no Estado do Mato Grosso do Sul é o divisor de águas dos rios que drenam para a bacia do Paraná e para a bacia do Alto Paraguai. Ao sair de Campo Grande (MS) em direção a Bonito (MS), logo depois de Sidrolândia (MS) já se tem uma vista dessa Serra.

³⁷ A Conferência sobre o Ambiente Humano foi realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, de 5 a 16 de junho de 1972. Nessa Conferência foram elencados como princípios que visam à melhoria do ambiente humano, compatibilizar o desenvolvimento com proteção ambiental, bem como educar em assuntos ambientais os jovens, adultos, enfocando populações menos privilegiadas. A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental foi realizada em Tbilisi, na Geórgia - Comunidade dos Estados Independentes, de 14 a 26 de outubro de 1977. Ela é conhecida como a Conferência de Tbilisi.

³⁸ Depois de Harry exonerado, em 12 de junho de 1979, foram indicados para governar o Estado Marcelo Miranda Soares (de 30 de junho de 1979 a 28 de outubro de 1980) e Pedro Pedrossian (de 7 de novembro de 1980 a 15 de março de 1983). Pedrossian foi o último governador indicado.

FUCONAMS (3 de mar. 2013): “Fizemos escola com Lutzemberger tido como radical no Rio Grande do Sul, com ele despertamos para os abusos das famigeradas multinacionais que devoravam nossas reservas naturais [...].”

Sobre Lutzemberger, Lemos (2004, p. 41) registrou que ele subsidiou os ambientalistas, na campanha de Bodoquena. Ao passar por Campo Grande (MS): “[...] o ecólogo José Lutzenberger [...] firmou posição contra a usina de álcool e as queimadas, em sua primeira visita ao Pantanal.”

Maria Helena fazia a assessoria de imprensa e marketing no Comitê de Defesa do Pantanal, como relata a representante da FUCONAMS (3 mar. 2013):

Quando começou o Comitê, eu fazia nele a assessoria de imprensa e marketing. Fazíamos faixas com os artistas, sugeri para fazer o livro de assinatura com adesão ao movimento e passamos a criar matérias em cima disso para estar sempre na mídia. Quando chegava alguém importante na cidade, algum artista, político ou liderança, a gente convidava para assinar o livro, assumindo a campanha contra a instalação de usina de álcool carburante na Serra da Bodoquena e fazíamos repercutir esse fato nacionalmente. Foi uma luta vitoriosa e a primeira grande mobilização social do Estado e do país sobre uma questão ambiental. Assim, o Pantanal acabou sendo conhecido e se transformou em Patrimônio Ambiental na Nova Constituição que estava sendo construída. (informação verbal).

Depois de marcar sua presença no Comitê e resumir as ações que ela desempenhou ali, a representante da FUCONAMS complementa: “Francelmo começou sua militância ambiental em MS, no Comitê de Defesa do Pantanal, em 1978, influenciado pela revista Campo, da qual era vendedor de anúncio.” Esse é mais um dado confuso a que a líder ambientalista se reporta. Se o Comitê de Defesa do Pantanal teve início em 1980, não procede que Francelmo tenha iniciado sua militância nesse Comitê, precisamente no ano de 1978. Os dados indicam que Francelmo participou sim da campanha de Bodoquena, mas não em 1978. Nesse ano, sequer existia a Associação em Defesa do Meio Ambiente, menos ainda a FUCONAMS, que veio posterior a ela. (LEMOS, 2004, p. 36). Um dado impreciso concorre para obscurecer o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS.

Conclui-se que Maria Helena é uma figura que está presente no ambientalismo do Estado desde 1978 e que compôs com Francelmo, Astúrio e Arnaldo, as primeiras lideranças do ambientalismo de MS. Em especial, Astúrio, Arnaldo e Maria Helena ajudaram a deflagrar o ambientalismo. Astúrio, na luta contra a pesca e a caça predatórias, Arnaldo na UEMT e na UFMS e Maria Helena

na Revista CAMPO Agropecuária. Frise-se, quem fez parte do processo social de criação da FUCONAMS foi Astúrio, que coordenou, com Arnaldo, a campanha de Bodoquena. Maria Helena teve uma participação expressiva na campanha e Francelmo também dela participou.

2.1.6 A base ontológica da campanha de Bodoquena no Pantanal/MS

Para entender a campanha de Bodoquena é necessário buscar os vínculos que essa campanha estabeleceu com o modelo de desenvolvimento agrário. Um pouco mais de atenção para a campanha permite ver que ela teve como pano de fundo o modelo de desenvolvimento agrário que não se importa em explorar a natureza e o ser humano – que é o produtor de mais valia – em benefício exclusivo do lucro. É de relevância lembrar a disputa entre o capital sucroalcooleiro e o capital bovino, o que trouxe para a campanha – coordenada pelo Comitê de defesa do Pantanal, ligado à FUCONAMS – uma diversidade de setores sociais, como ruralistas, políticos, profissionais, entidades civis etc. Foi nesse contexto que nasceu o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS, reeditado nos anos de 2000 em resposta às novas propostas.

Viu-se, então, que a disputa entre o capital bovino e o capital sucroalcooleiro é um dos elementos constitutivos do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS e da FUCONAMS. Se assim o for, a ameaça ao ecossistema pantaneiro não foi um fator determinante para que o movimento tomasse a proporção que tomou. Por outro lado, este estudo reconhece a importância de o movimento ter impedido a construção da usina de Bodoquena. Afinal de contas, o movimento conseguiu reunir entidades que militavam em diversas frentes sociais e ambientalistas, entidades vindas das mais diferentes localidades e que representavam as populações das mais longínquas terras do planeta.

Entre as entidades internacionais, a campanha recebeu o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), da Confederação Maçônica dos Estados Unidos e de entidades ligadas ao meio ambiente de diversas partes do mundo. O ecólogo José Lutzenberger registrou o interesse dos europeus pelo Pantanal/MS, manifestado em uma reunião que aconteceu na Alemanha, em que ele se fez presente (LEMOS, 2004, p. 67).

Outro segmento da sociedade que o movimento alcançou foi a Rede Globo, quando a campanha de Bodoquena foi tema de uma reportagem no Programa “Globo Rural”. Um detalhe: nos anos de 1980, a campanha de Bodoquena não contou com as facilidades das tecnologias de informação e de comunicação. Hoje não há distância espacial para mobilizações; elas ocorrem em simultâneo na imprensa falada, na imprensa escrita, jornais on-line e nas redes sociais. Dessa forma, a participação de ONGs internacionais, da UNESCO e da ONU, sem as facilidades tecnológicas de hoje, de fato, deu um alcance excepcional para a campanha de Bodoquena.

Mas, de onde veio a força do movimento? A força do movimento veio da necessidade de os ruralistas locais defenderem a hegemonia econômica que o boi exercia na região. Sobre isso, Araújo (2002, p. 83) ressalta:

Associaram-se aos ambientalistas políticos e empresários simpáticos ao Comitê abraçando a ideia de que a base econômica da região pantaneira deve continuar sendo a agropecuária, com predominância da criação de gado, considerando-se as peculiaridades do solo e do clima.

Assim, evidencia-se a importância singular e histórica da pecuária no Pantanal/MS para a economia do Estado. De acordo com Azevedo (2008, p. 25-26):

É a partir das primeiras décadas do século XX que a pecuária, e mais tarde a agricultura, são inseridas gradualmente no âmbito estadual, sendo que já em 1960 era visível a predominância da pecuária. No contexto da agricultura, vamos verificar maior expansão da soja, a partir da década de 1970, devido ao modelo de ocupação da fronteira proposto pelos governos militares, durante a ditadura que se seguia e que facilitaria a expansão da monocultura.

O que se vê é que a economia local agregou a pecuária as monoculturas da soja e, mais recentemente, da cana-de-açúcar, sendo que a agroindústria canavieira vem expandindo seus lucros em terras antes ocupadas pela pecuária. Então, nos tempos atuais, a pecuária deixou de reinar sozinha na economia sul-mato-grossense. Alguns pecuaristas da região têm trocado a pecuária pela agroindústria, seja ela concernente à soja ou à cana-de-açúcar. Quanto à cana-de-açúcar, alguns fazendeiros arrendam uma parte de suas terras para usineiros, diversificando a sua produção. Isso não ocorre somente em MS, mas em outros estados que abraçaram a cultura canavieira. O conflito entre o setor sucroalcooleiro e o setor bovino formou

as condições objetivas sob as quais o movimento empreendeu a sua luta contra a usina de Bodoquena. E como o movimento milita na causa ambientalista, ele atua em nome da defesa do ecossistema pantaneiro. Para Guerra (2013, p. 1-2, Grifo do autor):

Condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Condições subjetivas são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras.

As condições objetivas levaram o movimento a optar por uma estratégia da campanha que deixava de lado a sua luta pioneira contra a caça e a pesca predatórias. Contudo, é preciso lembrar que a pecuária ainda é expressiva em MS, conforme demonstra o texto abaixo, ao tecer considerações sobre essa atividade econômica no Estado, entre 2011 e 2010. De acordo com o IBGE:

Na Região Centro-Oeste, o Estado de Mato Grosso do Sul registrou queda importante em seu rebanho de bovinos, sendo em parte contrabalançada pelos aumentos registrados nos Estados de Goiás e Mato Grosso. (EQUIPE..., 2013, online).

A fonte pesquisada, diz que o maior rebanho de bovinos ficou por conta de MT, seguido por Minas Gerais, Goiás e MS (EQUIPE..., 2013, online). Mas, além da pecuária, a cana-de-açúcar vem se alastrando nos territórios dos três últimos estados mencionados. É pela força da pecuária que os ruralistas participaram da FUCONAMS, do Comitê de Defesa do Pantanal/MS e da campanha de Bodoquena. O embate político não tratou dos vínculos que o movimento estabeleceu com o Estado/empresariado, pois o movimento nasceu amarrado ao capital e não ao trabalhador. Por sua parte, a origem do movimento por si só obstaculiza qualquer trabalho que ele queira realizar em direção a outra ordem social. No máximo, o movimento consegue fazer e, com especial importância, uma forte resistência às propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS; contudo, ele não tem força para impedir de vez as usinas.

De acordo com Mészáros (2002, p. 175): “O aspecto mais problemático do sistema do capital, [...] é a total incapacidade de tratar as causas como causas [...]”. Com base nessa afirmação, conclui-se que a FUCONAMS, o Comitê de Defesa do Pantanal e a campanha de Bodoquena atuaram na consequência, sem deixar de considerar a relevância que tiveram para o ecossistema pantaneiro e para a população de MT, MS, Bolívia e Paraguai. Como foi dito, a FUCONAMS trouxe para si o Comitê de Defesa do Pantanal e a vitória da campanha de Bodoquena, com a Lei n. 328/1982.

É bom reforçar que ontologicamente o movimento ambientalista de MS teve suas raízes no embate entre os dois distintos capitais e teve como uma de suas expressões a campanha contra usinas de álcool no Pantanal/MS. Não importa qual seja a bandeira de luta, o que está na raiz do movimento é a defesa da propriedade privada, como foi à luta contra a caça e a pesca predatórias. De acordo com Marx (2010, p. 106, grifo do autor): “A propriedade privada material, imediatamente sensível (*sinnliche*), é a expressão material-sensível da vida humana estranhada.” Diferente da “vida humana estranhada” é a “vida genérica”. De acordo com Marx (2010, p. 84): “A vida produtiva é, porém a vida genérica. É a vida engendradora de vida.” Se o movimento vem sendo estruturado na propriedade privada, significa que ele possui limites e é funcional à sociedade burguesa, porque o movimento não mexe com o processo de exploração. Portanto, ele atua nos efeitos.

Os dados utilizados na análise indicam que a FUCONAMS consolidou a vitória de Bodoquena. Entre os diversos componentes sociais, a ONG contava com um segmento burguês que reforçou a sua luta. Tanto isso é verdade, que, tão logo o setor ruralista local teve garantidos os seus interesses, abandonou a FUCONAMS, deixando a ONG claramente enfraquecida. Por tudo isso, é verdadeiro afirmar que o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS é de base ontológica, visto que não foi a defesa do ecossistema pantaneiro que deu origem ao movimento e sim a defesa da propriedade privada.

Agora, então, serão alinhavados os elementos que compuseram a campanha “Não às usinas de álcool no Pantanal/MS” e, como foi dito, essa campanha ocorreu no ano de 2005, em uma conjuntura econômica, política e social bem diferente da que ocorreu na década de 1980, no século anterior, logo, necessita também de um exame minucioso.

2.2 As campanhas dos anos de 2000: resistência às propostas de alteração da Lei n. 328/1982

Antes de abordar as campanhas dos anos de 2000, se faz importante tecer considerações acerca de dois acontecimentos que ocorreram na década de 1990: a experiência na assessoria socioambiental na SEMA/MS e FORMADS/MS, ambos são expressões do ambientalismo em MS.

O primeiro deles se refere à atuação da autora deste texto na SEMA/MS, no segundo mandato de Wilson Barbosa Martins (1995 e 1999), mandato que marcou o fim da alternância de poder entre ele e o governador Pedro Pedrossian. Em 1995, o secretário Frederico Freitas inovou a estrutura da SEMA/MS ao compor a assessoria socioambiental³⁹, representada pelas áreas de Serviço Social, Comunicação Social, Economia, Direito e Biologia. A assistente social tentou por diversas formas promover a integração entre os departamentos da Secretaria. Aparentemente era óbvia a integração, mas fatores que fugiram, e hoje ainda fogem das atribuições de ordem técnica colocaram obstáculos para que tal ocorresse. O Departamento de Educação Ambiental (DEAM), o Departamento de Conservação dos Recursos Naturais (DCRN) e o Departamento de Licenciamento Ambiental (DLAP) funcionavam em prédios separados, dando um peso maior ao licenciamento e aos recursos naturais.

O Serviço Social não conseguiu desenvolver ações para integrar os departamentos. A impressão que dava era a de que eram colocadas “bombinhas” que obstruíam o caminho do Serviço Social. Ficou demonstrado para aquele momento que o governo estava assentado numa estrutura cimentada e dura que impedia qualquer movimento em direção contrária, ainda que esse movimento não expressasse qualquer atitude em direção a uma mudança na organização social burguesa. Imagine o espanto que o Serviço Social causou com a pretensão de promover a integração entre os departamentos. Se o DCRN e o DLAP mexiam e mexem com fortes interesses econômicos, e o DEAM tendia e tende, até hoje, para a harmonização de conflitos, não há integração entre os departamentos.

De fato, a assessoria socioambiental era inovadora e combinava com o governo de Barbosa Martins, um governador cuja trajetória política foi marcada por atos democráticos e que nos anos de 1980 teve um papel relevante na FUCONAMS.

³⁹ Em MS, no ano de 1995, o Serviço Social ocupou um lugar na gestão socioambiental.

Mesmo ele tendo uma postura mais aberta e afeita à participação da população, o governo teve que se ajustar à estrutura já montada. Havia uma rixa explícita entre Pedrossian e Barbosa Martins. Ao final de um ano, a assessoria foi desfeita.

Curioso é que, decorrida uma década dessa experiência, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES), de Campo Grande (MS), criada em 2004, teve a mesma conformação. Se na SEMA/MS cada departamento funcionava em um prédio, na SEMADES a EA ficava nos fundos da casa onde funcionava a SEMADES. Não que a disposição conjunta dos prédios fosse garantir o planejamento de ações conjuntas entre os setores da Secretaria. Muito menos se pode dizer que a resolução dos problemas ambientais dependa muito do entrosamento entre os setores. Por outro lado, essa dificuldade não pode ser vista como uma exclusividade da área ambiental, pois o que se vê, em geral, é cada secretaria fazendo o seu trabalho dentro do seu feudo.

Como se viu, o Estado é um Estado de classe. Assim, o Estado liberal, o Estado intervencionista e o Estado neoliberal, todos, defendem a sociedade burguesa. Respeitadas as diferenças entre os partidos, todos mantêm uma aliança com o setor sucroalcooleiro, como destaca Sant'Ana (2012).

O segundo acontecimento concerne ao FORMADS/MS, que foi criado em 1991 pela FUCONAMS, pela ECOA e pela SODEPAN, para que houvesse uma representação estadual no Fórum Brasileiro de ONGs, paralelo à Rio-92, assim como fizeram as ONGs de outros estados brasileiros. Por volta de 1993, o FORMADS/MS realizou, em Campo Grande (MS), o Seminário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em parceria com entidades do governo. Esse Seminário⁴⁰ contribuiu para que, no ano de 1994, fosse criada a Assessoria Municipal de Meio Ambiente⁴¹ (LEMOS; ALVES, 2004, p. 60). Entre os pesquisadores palestrantes, o Seminário contou com a presença do professor doutor Genebaldo Freire Dias, que discutiu a EA à luz dos princípios de Tbilisi. Se à época a discussão da EA em Campo Grande (MS) era muito frágil, quanto mais o era discutir os princípios de Tbilisi. O FORMADS/MS foi o espaço para esta autora firmar o seu pensamento na visão socioambiental, o que resultou na representação do CRESS/MS nesse Fórum, nos anos de 1990.

⁴⁰ O FORMADS/MS e a organização do Seminário marcaram o início da autora deste trabalho na área ambiental.

⁴¹ Em 1995, as atribuições dessa Assessoria foram incorporadas pelo PLANURB.

O FORMADS/MS ainda é uma organização atuante nos momentos em que é acionado, tanto que, quando começaram as propostas de implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS, nos anos de 2000, os ambientalistas acionaram o FORMADS/MS. Compete ainda a esse Fórum escolher o representante do movimento no Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) de Campo Grande (MS).

A partir desse breve comentário sobre a SEMA/MS e sobre o FORMADS/MS, será estudado o movimento que fez irromper as campanhas⁴² que o movimento fez nos anos de 2000 entre as quais a campanha “Não às Usinas de Álcool no Pantanal” (2005). As propostas de usinas no Pantanal/MS a partir de 2003 foi mesmo uma surpresa para a sociedade sul-mato-grossense, uma vez que haviam passado duas décadas desde a edição da Lei n. 328/1982. Nesse processo, de fato, o governo estadual não respeitou o ato governamental (1982) e sequer teve a consideração com a conquista memorável dos ambientalistas. Em parte, isso mobilizou a indignação dos ambientalistas que, de imediato, organizaram um embate com o governo.

Cabe lembrar que em MS as propostas de usinas ocorreram por ocasião da segunda alternância entre governadores: os governadores José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2002 / 2003-2006), conhecido como o Zeca do PT, e André Puccinelli (2007-2010/2011-2014), cujos mandatos ocorreram de forma consecutiva. A primeira alternância foi entre os governadores Pedro Pedrossian (1980-1982/1991-1994) e Wilson Barbosa Martins (1983-1986/1995-1998)⁴³. Portanto, a campanha de 2000 está inserida nos dois governos subsequentes.

2.2.1 O Fórum Permanente de Defesa do Pantanal

Foi no segundo governo do Zeca do PT (2003-2006) que recomeçaram as investidas do capital sucroalcooleiro no Pantanal/MS, por meio de três tentativas. A primeira se deu em 2003 e foi registrada pelo jornal Correio do Estado: o governador Zeca do PT “[...] tentou por meio do Decreto n. 11.409 alterar a lei. No entanto, o Decreto foi revogado após intensa pressão das ONGs.” (ASSUNTO..., 2005, online).

⁴² Cabe lembrar que este estudo denominou de campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS, todas manifestações que ocorreram entre 2003 e 2009.

⁴³ O governador Wilson Barbosa Martins foi integrante da FUCONAMS e participou da campanha de Bodoquena. Pedro Pedrossian foi o último governador indicado e assinou a Lei n. 328/1982.

O Decreto n. 11.409/23/09/2003 permitia a instalação de usinas e destilarias de álcool e açúcar na região do Pantanal. Pretendia-se implantar 19 projetos de usinas de álcool, dos quais quatro estavam previstos para a BAP, sob a justificativa de geração de muitos empregos, promessa que ainda ilude a sociedade.

Os ambientalistas fizeram uma reunião na ASPADAMA com a participação de 32 representantes de ONGs ambientalistas, os quais, ao pressionarem o governo Zeca do PT, obtiveram êxito na revogação do decreto (LEMOS, 2004, p. 114). Em 30 de setembro de 2003, esse mesmo grupo criou o Fórum Permanente de Defesa do Pantanal. Conforme registra o representante da SOS Pantanal⁴⁴ (18 fev. 2013):

[...] sempre visamos conscientizar a população e os políticos sobre o perigo que essas usinas vão trazer para o ecossistema da região. (informação verbal).

Segundo ele, fizeram parte do Fórum, entre outras entidades,

[...] a FUCONAMS, ASPADAMA, ECOA, SOS Mata Atlântica [...]. (informação verbal).

Essas entidades compõem o FORMADS. Um jornalista do movimento (9 jul. 2013) deu o seguinte depoimento:

O Fórum em Defesa do Pantanal, algo que foi muito comentado na época da campanha das Usinas de Álcool, movimento que mobilizou muitos interessados principalmente aqui no Estado, Mato Grosso do Sul.

O depoimento reafirmou a atuação desse Fórum na campanha, o qual, em sua criação, contou com Astúrio pela ASPADAMA, Francelmo pela FUCONAMS e Alcides Faria pela ECOA.

A segunda tentativa se deu com o projeto que o deputado Paulo Corrêa apresentou na Assembleia Legislativa, no dia 25 de novembro de 2003, o qual dispunha sobre a instalação de empreendimentos agroindustriais na BAP (LEMOS, 2004, p. 114). Os ambientalistas reagiram e venceram mais essa luta em defesa do Pantanal/MS.

⁴⁴ Representante da SOS Pantanal, entrevistado por Enilda Maria Lemos, em 18 de fev. 2013.

Essas investidas do capital remetem à Tabela 2, que mostra, em 2003, a área plantada de cana-de-açúcar em MS era de “120.534” ha, sendo que em 1990 era de “67.921” ha; portanto, a cana-de-açúcar em MS já estava em expansão em 2003, o que mostra também uma sintonia da política do governo com o agronegócio canavieiro. O aumento da cana-de-açúcar no Estado confirma o interesse do setor sucroalcooleiro em ocupar todos os cantos das terras sul-mato-grossenses. A terceira investida aconteceu dois anos depois e merece uma descrição à parte.

2.2.2 A campanha “Não às Usinas de Álcool no Pantanal”

A terceira tentativa de mudar a Lei n. 328/1982 ocorreu em março de 2005. Dessa vez, o projeto para fixar usinas de álcool na BAP partiu de Dagoberto Nogueira Filho, secretário da Produção e Turismo, no segundo governo de Zeca do PT (2003-2006). Atento à resistência que os ambientalistas fizeram nos anos de 1980 e à resistência às duas primeiras tentativas que o governo fez no ano de 2003, de mudar a regulação sucroalcooleira no Pantanal/MS, Nogueira, de imediato, teve a preocupação de abrir o seu projeto à sociedade. Na ordem dos acontecimentos, os ambientalistas se rearticularam para “[...] iniciar a mobilização contra o envio à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul do projeto que pretende alterar a Lei Estadual n. 328, de 1982, [...]”, é o que afirmou o representante da SOS Pantanal (18 fev. 2013). É bom lembrar que a Lei n. 328/1982 proíbe a instalação de usinas de álcool na BAP, não só na planície pantaneira, mas também no planalto.

Nessa campanha, os ambientalistas da segunda e da terceira geração recuperaram figuras da campanha de Bodoquena, como Maria Helena e Francelmo, militantes da FUCONAMS, Astúrio, da ASPADAMA, ainda em atuação, e Arnaldo, que se desligou do movimento, ao se aposentar pela UFMS. De acordo com o site ECOA (2005, online): “Ambientalistas e pesquisadores se reúnem e avaliam que a implantação das usinas podem causar impactos irreversíveis na biodiversidade do Pantanal e o Aquífero Guarani.”

O cenário de 2005 era outro, bem distinto do cenário da campanha de Bodoquena. Nesse ano já existiam as redes de ONGs que, ao contarem com os recursos on-line, tinham abertas as possibilidades de agregar ao movimento entidades que estivessem fora dos limites de fronteiras geográficas. Para Costa et al. (2003, p. 16), “[...] foi somente a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90

[...] que a articulação em redes passou a ter uma nova dimensão [...]” Da parte da EA brasileira, ela iniciou o seu processo de rede no encontro paralelo na Rio-92, quando o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais articulou a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA). A Rede Pantanal fez parte da campanha “Não às Usinas de Álcool no Pantanal”, em 2005. A reportagem (CAMPANHA..., 2005, online), informou que as ONGs que estavam promovendo a campanha eram “[...] ECOA-Ecologia e Ação, Fundação SOS Mata Atlântica, Fórum de Defesa do Pantanal, Rede Pantanal, Rede Cerrado e Rede de ONGs da Mata Atlântica.”

No que se refere à Rede Pantanal, essa Rede é composta por ONGs, movimentos sociais, comunidades tradicionais e populações indígenas de MS, de MT, da Bolívia e do Paraguai. São de MS a ECOA, a FUCONAMS, a ASPADAMA, a Associação Bálsamo, o CEDAMPO, entre outras. As ONGs de MT que compõem a Rede são o Grupo Raízes (MT) e o Instituto Centro de Vida (ICV). Do Paraguai, a Guyra de Assunción, a Sobrevivência e Amigos de La Tierra de Assunción, e da Bolívia, a Probioma de Santa Cruz (REDE PANTANAL, online). O site Rede Pantanal (online) registra que a Rede Pantanal foi criada em 2002 e que constituiu hoje: “[...] uma importante referência para a sociedade civil promovendo a participação e representatividade nos processos de planejamento e iniciativas relacionadas ao Pantanal e Bacia do Alto Paraguai.”

Aí está a razão do envolvimento da Rede Pantanal na campanha “Não às Usinas de Álcool no Pantanal”. Ainda que é inegável o fato de que a Rede ampliou o leque de entidades nessa campanha, como enfatizou o representante da Associação Bálsamo (7 jan. 2013):

A Rede Pantanal é dos dois estados e envolve organizações da Bolívia e do Paraguai. Ela é representativa porque ela traz a extensão geográfica de onde o Pantanal está localizado. (informação verbal).

Bem, ocorreu que a Rede e a internet conectaram a campanha ao movimento ambientalista internacional. No contexto da internet, o texto (CAMPANHA..., 2005, online) especificou que a campanha “Não as Usinas de álcool no Pantanal” foi também virtual, sendo que ela “[...] começou virtualmente no dia 22 de agosto [...],” mas o seu lançamento se deu “[...] em São Paulo no dia 27 de agosto [...]” Sobre isso, o representante da SOS Pantanal (18 fev. 2013) afirmou:

Na época, fizemos em São Paulo um lançamento da campanha 'Não às Usinas de Álcool no Pantanal'. O ato será realizado no Pavilhão da Bienal do Parque Ibirapuera, com promoção da Fundação SOS Mata Atlântica, ECOA (Ecologia e Ação), Fórum em Defesa do Pantanal e Rede Pantanal. (informação verbal).

A participação da SOS Mata Atlântica conferiu uma importância especial à campanha "Não às Usinas de Álcool no Pantanal". O representante da Associação Bálamo⁴⁵ (7 jan. 2013) conferiu a essa participação o seguinte realce:

Tinha algumas organizações, como a SOS Mata Atlântica, que já tinha um braço de um lobby político no Congresso Nacional que de certa forma esse lobby sobre a preservação da Mata Atlântica ajudou. Eles cederam essa articulação para levar a pauta do Pantanal para dentro do Congresso. Se você não discutisse no Congresso, não chegava aqui. (informação verbal).

O representante da Associação Bálamo (7 jan. 2013) comentou a participação dele no movimento:

[...] quando eu fui para o movimento, a Associação Bálamo foi integrar o movimento de resistência à instalação de usinas de álcool no Pantanal/MS. Era um movimento que já vinha de um histórico anterior da década de 80, numa movimentação que houve uma grande passeata, esse levantamento que você conhece e até fez. A gente integrou a segunda fase do movimento, que foi a resistência da não implantação de usinas de álcool no Pantanal. Daquilo que participamos enquanto associação da campanha, mais importante entre as campanhas teve um muito forte que era a 'usina de álcool não no Pantanal' não implantação de usinas de álcool no Pantanal. Isso produziu adesivos, com manifestações, simpósios, com seminários, foi um mote de campanhas com faixas. A gente integrou a segunda fase, a instalação de usinas de álcool no Pantanal. Não às usinas de álcool no Pantanal. (informação verbal).

Alguns promotores deram a sua contribuição para a campanha, assim como políticos nas assembleias de MT e MS, diz o representante da Associação Bálamo (7 jan. 2013). Ele citou Ben-Hur, deputado federal, como também, Paulo Corrêa, Paulo Duarte e Pedro Kemp, deputados estaduais:

Teve o Paulo Corrêa, embora com interesses diversos mas pelo menos entrou na agenda política. Pedro Kemp, Paulo Duarte. Paulo Duarte, por ser um deputado que veio da região do Pantanal, que

⁴⁵ Representante da Associação Bálamo de Campo Grande (MS), entrevistado por Enilda Maria Lemos, em 7 de janeiro de 2013.

veio de Corumbá, sempre discutindo a pesca e o turismo dentro do Pantanal e ao mesmo tempo a viabilidade econômica. (informação verbal).

Quanto ao envolvimento de Ben-Hur no movimento, deputado federal do PT, o representante da Associação Bálsamo (7 jan. 2013) comentou:

Ele não aprofundou muito a sua posição contrária, mas ele fez uma marcação de território quando ele traz uma audiência pública que discute, que bota a agenda em situação mais de posicionamento político. Ele fez uma agenda pontual como deputado federal. Depois não teve grandes discussões a mais. (informação verbal).

O depoimento ressalta a participação de Ben-Hur, mas deixa claro que foi uma agenda pontual, diferente do envolvimento de Pedro Kemp, um envolvimento mais constante, ambos do PT, um da bancada federal e outro da estadual. Convém recuperar um fato que marcou a atuação de Ben-Hur, como deputado estadual, no segundo governo de Wilson Barbosa Martins (1995-1998), e que interessou sobremaneira ao Serviço Social. Ben-Hur apresentou, na Assembleia Legislativa (1995), o projeto de lei de EA “[...] instituindo a obrigatoriedade da disciplina de educação ambiental nas escolas da rede pública do Estado de Mato Grosso do Sul [...],” como indica o documento Campo Grande (1995, p. 2). Nesse documento, consta também o parecer técnico emitido pela assistente social da assessoria socioambiental da SEMA/MS. O argumento sobre a EA utilizado no documento Campo Grande (1995, p. 1) estava em conformidade com o pensamento nacional e internacional que vigora ainda hoje, e com o pensamento da SEMA/MS, que:

[...] optou por tratar a questão ambiental não apenas do ponto de vista de um dos seus aspectos, o ecológico, mas considerando de relevante importância os aspectos éticos, políticos e sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais.

Tal registro evidencia que o Secretário⁴⁶ partilhava da visão socioambiental, entendendo a EA “[...] como um processo desencadeador do processo de formação da consciência crítica, elemento fundamental para o envolvimento da população nas questões ambientais [...].” Frise-se que hoje essa autora não concordaria que a EA pudesse dar conta de formar uma consciência crítica que municiasse uma discussão

⁴⁶ É importante registrar a participação de Frederico Freitas, engenheiro sanitarista que representava a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES/MS) nas reuniões do PLANURB e do FORMADS de MS, fórum que o Serviço Social, também tinha uma representação.

dos problemas ambientais no âmbito da produção capitalista. Todavia, ela reconhece o avanço que a Conferência de Estocolmo (1972) promoveu ao deliberar o conceito integrado de meio ambiente. Antes disso, meio ambiente se restringia aos elementos naturais. Ao final, o parecer técnico Campo Grande (1995) propõe que, no lugar da disciplina de EA, o projeto de lei deveria “[...] incluir em todos os níveis e em todas as disciplinas, conceitos ambientais a partir das relações sociais dos indivíduos no meio ambiente.” O projeto de lei não chegou a ir à votação o que inviabilizou também a proposta de a dimensão ambiental perpassar todas as disciplinas. Parece que os ambientalistas não se pronunciaram a respeito do referido projeto de lei. Quem sabe isso tenha ocorrido em razão da atuação das ONGs, que trabalham com lutas específicas.

Trazendo de volta as usinas, o representante da Associação Bálsamo (7 jan. 2013) fez o seguinte comentário sobre o discurso dos defensores de usinas de álcool, que, segundo ele é sempre um discurso econômico:

A cana foi apresentada como a salvação econômica dos municípios do Mato Grosso do Sul porque não tinha outra viabilidade. (informação verbal).

A geração de emprego interessa à comunidade porque vai ao encontro da necessidade de grande parte da população.

E com esse discurso do desenvolvimento trazia as pessoas pro lado da questão econômica, mas não se discutia os outros pontos, por exemplo, quanto de isenção de imposto estava se dando, por quanto tempo. Não se discutia os possíveis impactos ambientais. Então tinha todo esse pano de fundo dos interesses que eram jogados aí. (informação verbal).

Se por um lado o discurso desenvolvimentista consegue trazer parte da comunidade para aderir aos empreendimentos sucroalcooleiros, por outro lado esse mesmo discurso move os ambientalistas a se posicionarem contra as propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS. O certo é que os ambientalistas temiam a ação do governo, como enfatiza o representante da SOS Pantanal (18 fev. 2013):

[...] tínhamos absoluta certeza que os governantes iriam acabar com o Pantanal, tínhamos dados, informações, pesquisas e muito mais, por isso fizemos um ato tão grandioso. (informação verbal).

Na capital sul-mato-grossense, os ambientalistas realizaram:

[...] uma ação em Campo Grande no dia 3 de setembro para informar a população e recolher adesões ao abaixo-assinado. (informação verbal).

O ato aconteceu na Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua 14 de Julho, e contou com a participação de parlamentares, tendo à frente o deputado Pedro Kemp, autor do projeto de criação da Frente Parlamentar em Defesa do Pantanal. O site da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul registra que ato fez parte “[...] da campanha nacional em defesa da região pantaneira lançada no dia 27 de agosto em São Paulo [...]” (MATO GROSSO DO SUL, 2005).

Outra mobilização ocorreu no dia 21 de setembro do mesmo ano, na rampa da Assembleia Legislativa de MS, tendo os manifestantes, em seguida, participado da sessão plenária (CAMPANHA..., 2005, online). A reportagem noticiava:

O deputado Londres Machado, presidente da Assembleia, cedeu 10 minutos para Mário Mantovani (foto ao lado), diretor de Relações Institucionais da SOS Mata Atlântica, falar para plenária. Mantovani aproveitou sua fala para enfatizar que a campanha ‘Não às Usinas de Álcool no Pantanal’ não é contra as usinas de álcool no Estado, mas sim na Bacia do Alto Paraguai e que para desenvolver a região é preciso investir no turismo. Após sua fala Mário Mantovani entregou para o deputado Londres Machado o abaixo assinado com mais de 10 mil assinaturas. (CAMPANHA..., 2005, online).

Na audiência pública sobre as usinas de álcool na Assembleia Legislativa de MS, as lideranças ambientalistas e sociais sem discriminar as bandeiras de luta, as representações e tampouco a geração dos ambientalistas, formaram um coro uníssono. Figuras expoentes como Francelmo, Alcides⁴⁷, Alessandro e Astúrio eram frequentes na mídia local. Ocorre que, dois meses após, depois de uma manifestação significativa, aconteceu a fatalidade, conforme documenta Zerlotti (2005, online):

Francisco Anselmo de Barros trocou sua vida pela salvação do Pantanal. Em um gesto corajoso e incompreensível, para alguns, o ambientalista ateou fogo em seu próprio corpo no dia 12 de novembro, no final da manifestação contra as usinas de álcool no Pantanal, realizada no centro de Campo Grande, MS.

⁴⁷ Alcides Faria é uma liderança ambientalista reconhecida em MS, no Brasil e internacionalmente.

Francelmo, num ato público, deu a sua vida para salvar o Pantanal/MS. Isso ocorreu na esquina da rua Barão do Rio Branco com a rua 14 de Julho. Bem ali, onde os pioneiros ambientalistas se reuniam para traçar estratégias contra a usina de Bodoquena (década de 1980). O local onde funcionou o Comitê em defesa do Pantanal, que ficou marcado como o local das manifestações contra usinas, hoje é expressão de um forte protesto em defesa do Pantanal/MS. O gesto de Francelmo surpreendeu os ambientalistas e a sociedade como um todo e forçou o governo a retrair o seu furor em relação às usinas no Pantanal/MS. Francelmo mobilizou a comunidade internacional. Parece que Francelmo fechou o ciclo dos ambientalistas da primeira geração, como ele assim os chamava. Já não se ouve falar com a mesma ênfase em Astúrio, Arnaldo e até Maria Helena. O fato chocou a sociedade em geral, de forma especial, os ambientalistas, e trouxe repercussões para o Pantanal e para a sociedade, justamente quando o movimento estava em pleno embate com o governo pela não implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS (2005). Francelmo sem alardear protestou em defesa do Pantanal e mais que isso, em defesa do meio ambiente. Ele demonstrou que, de fato, acreditou na causa que ele defendia.

O governo estadual arquivou o projeto das usinas, ainda que este mesmo governo no ano seguinte tenha editado uma lei que suprimiu o artigo 4º da Lei n. 328/1982. Francelmo, ao mobilizar os sentimentos da sociedade, conferiu um peso maior ao trabalho das ONGs ambientalistas e sociais, derrotando mais uma vez o governo. Esse acontecimento não foi qualquer coisa. Uma pessoa que doou a sua vida como ele doou, chamando a atenção para a destruição do Pantanal/MS, do meio ambiente e até para a destruição de um modo de vida. E assim Francelmo, Chico Mendes e outras personalidades vêm resistindo nesse contexto de massificação e transformando a sua causa particular numa causa maior.

O representante do PT (14 mar. 2013) opinou:

O fato da morte do ambientalista Francisco Anselmo (Francelmo), que ateou fogo no próprio corpo em praça pública em protesto ao projeto que tramitava na Assembleia, foi decisivo para que o governo recuasse da proposta. Quando o projeto foi reapresentado, já no governo André Puccinelli, nos articulamos com as mesmas entidades, porém, o movimento perdeu força. (informação verbal).

Os ambientalistas partilham do mesmo pensamento do representante do PT. O ato de Francelmo decidiu a ação do governo em favor do Pantanal/MS, ou seja, a de retirar o projeto da pauta de votação.

O representante da Associação Bálsamo (7 jan. 2013) enfatizou o uso da tecnologia na divulgação do movimento:

[...] a estratégia da ECOA de ter um núcleo de comunicação que produzia o informativo digital Ecologia em Notícias, semanal que era distribuído semanalmente para todos os meios de comunicação do Brasil. Isso foi uma ferramenta muito forte porque dava visibilidade ao que estava acontecendo. (informação verbal).

Como se vê, a movimentação ambientalista foi intensa, tendo envolvido, inclusive, a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na campanha, quando ela veio a Campo Grande (MS) para participar da II Conferência Estadual de Meio Ambiente. Brunetto (2005, online) registra a crítica de alguns deputados à visita da ministra, à exceção dos três deputados do PT, Pedro Kemp, Pedro Teruel e Semy Ferraz, que se posicionaram a favor: “Kemp esteve com ela ontem na visita à família do ambientalista Francelmo.” O episódio chegou a causar um estranhamento entre ela e o governo, conforme reportado por Thuswohl (2005, online, Grifo do autor)⁴⁸:

[...] uma nova discussão ganhou as páginas dos jornais nos últimos dias, colocando em lados opostos do ringue o Ministério do Meio Ambiente (MMA), comandado pela ministra petista Marina Silva, e o governo do Mato Grosso do Sul, chefiado por José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT. O motivo da briga foi a nova tentativa do governador de realizar um antigo sonho: permitir a construção de usinas de álcool na bacia do Alto Paraguai, em região próxima ao Pantanal. Condenado por ambientalistas e qualificado como ‘inconstitucional’ por Marina, o projeto agora corre o risco de ser rejeitado na Assembleia Legislativa, o que causou a ira de Zeca. Muito pior que tudo isso, a disputa em torno das usinas do Pantanal provocou a morte do ambientalista Francisco Anselmo Gomes de Barros, mais conhecido como Francelmo, que se suicidou no último domingo (13) após atear fogo ao próprio corpo durante um protesto.

A ministra foi radical em sua postura contra o projeto do governo estadual, apesar de eles serem do mesmo partido político, o partido do presidente Lula. Ela tornou pública a sua posição, registrada por Thuswohl (2005, online): “Marina já deixara bem claro que o ministério [...] é contra a implantação de agroindústrias de

⁴⁸ O artigo original pertence à Revista Carta Maior.

exploração de cana-de-açúcar e seus derivados em áreas limítrofes ao Pantanal sul-mato-grossense’.” Na mesma publicação consta que, além das declarações, a ministra fez encaminhamentos na sua vinda a Campo Grande (MS):

Na quarta-feira (16), a ministra enviou uma carta ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Londres Machado (PL), pedindo que o projeto enviado por Zeca do PT não fosse aprovado: ‘Sou contra a implantação de empreendimentos sucroalcooleiros na planície pantaneira e adjacências. Isso é inconstitucional, e por isso enviei ao presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul uma carta pedindo seu apoio para que ajude a reprovar o projeto do governador’, disse Marina. (THUSWOHL, 2005, online).

A notícia segue narrando um posicionamento duro que o governador Zeca do PT teve em relação à ministra. Thuswohl (2005, online, Grifo do autor) registrou:

[...] ‘A ministra não entende nada de Pantanal, pois tem uma visão muito amazônica do meio ambiente, por isso está falando besteira. É lamentável que ela venha interferir num assunto que não conhece apenas para fazer média com os ambientalistas’, disse. O governador argumenta que as usinas previstas no projeto de lei serão construídas na região norte do Estado e não ameaçam o Pantanal: ‘O local (da construção das usinas) fica num altiplano e é bem distante da planície pantaneira, quem conhece o Mato Grosso do Sul sabe disso’, disse.

O argumento que persistia no discurso do governo é que a parte alta da BAP não compreende o Pantanal, entendendo que Pantanal é só a planície pantaneira. Mas, como já foi dito, os ambientalistas recorreram aos argumentos da comunidade científica que demonstram os perigos que a produção sucroalcooleira e, até mesmo, a produção canavieira podem trazer às nascentes ali existentes, sem contar ainda com o risco de contaminação para a planície. Por motivos que não cabem ser aqui apresentados, a polêmica entre governo estadual e ministra foi acirrada, em tom agressivo, carregado até de palavras evasivas e grotescas utilizadas pelo governo. A verdade é que o governo queria mesmo, a qualquer custo, aprovar o projeto. De acordo com a publicação da (ECOIA, 2005, online): “O projeto de lei 170/05 que propunha a implantação de usinas de álcool no Pantanal foi arquivado no dia 30 de novembro na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul por inconstitucionalidade.”

Entre os 22 deputados, somente quatro votaram contra o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). O site Mato Grosso do Sul

(2005, online), registra que no final de 2005, depois de conquistarem mais essa vitória em defesa do Pantanal/MS:

[...] o presidente da ONG ECOA, Alessandro Menezes, defendeu que o Governo do Estado realize o Zoneamento Ecológico-Econômico. O estudo vai redirecionar as atividades na região. 'A discussão precisa ser feita com base em estudos técnicos', disse. (Grifo do autor).

Na opinião dele o zoneamento poderia representar um disciplinamento da atividade sucroalcooleira no Estado, assim como de outras atividades econômicas.

2.2.3 A Frente Parlamentar em Defesa do Pantanal

A organização da Frente Parlamentar em Defesa do Pantanal foi uma iniciativa de um representante da bancada do PT, em prol do Pantanal e da sociedade sul-mato-grossense. Como ocorreu na campanha de Bodoquena, que contou com a resistência de deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a campanha de 2005 contou com a participação expressiva da bancada do PT, a qual, pelo apoio e força que deu ao movimento, merece ser trazida neste estudo.

O envolvimento da Assembleia Legislativa de MS no projeto de Dagoberto Nogueira teve início com uma conversa entre ele e o presidente da Assembleia, sobre a alteração de Lei n. 328/1982. O jornal Correio do Estado reportou a fala de Dagoberto:

O que queremos é atualizar a lei que tem 23 anos, convencendo os deputados sobre a importância da instalação desses investimentos em municípios da parte alta, onde não é Pantanal, como é o caso de São Gabriel, Sonora, Pedro Gomes e Rio Negro. Nestas regiões a soja já é cultivada em larga escala e também há pecuária. Além disso, em Sonora já existe uma usina e não têm ocorrido problemas em relação ao meio ambiente. O que queremos é rever a lei e reordenar melhor suas diretrizes, frisou o secretário. A meta, segundo ele é fazer um desenvolvimento de forma sustentada, garantindo maior geração de emprego nestes municípios. (ESTADO..., 2005, p. 10).

Como dizer que a parte alta não é Pantanal se o agrotóxico aplicado ali pode escorrer para a planície pantaneira. Como ocorre até hoje, o discurso de geração de empregos tem exercido um poder ideológico na adesão da sociedade às usinas de

álcool, sejam elas instaladas ou não em qualquer canto do país. Depois que foi à Assembleia, Dagoberto conversou com outros segmentos sociais. Na mesma reportagem, o deputado informou que iria: “[...] falar com os ambientalistas e a sociedade para discutir as questões técnicas e ambientais, pois não queremos causar nenhum dano ao meio ambiente, e também com os produtores rurais.” (ESTADO..., 2005, p. 10).

O governo numa postura mais aberta ao diálogo com os ambientalistas e com a sociedade, em geral, como ele disse, recebeu amplo apoio do presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Norte de MS (COREDES), Moacir Kohl do Partido Democrático Trabalhista (PDT), prefeito de Coxim (COREDES, 2005, online). Kohl declarou que “[...] acha perfeitamente possível a Assembleia Legislativa aprovar projeto modificando a lei de 1981, que proíbe a instalação de usinas na região pantaneira.” De acordo com Halfen (2005, p. 15a), o secretário Dagoberto Nogueira pretendia encaminhar à Assembleia projeto de lei “[...] que prevê incentivo fiscal de até 90% às indústrias que produzem álcool e açúcar.” Viu-se, então, que a proposta do governo era mesmo destrutiva, indo além da permissão às usinas de álcool na BAP. Ainda segundo Halfen (2005, p. 15a) Dagoberto Nogueira afirma que: “[...] a implantação de usinas nas regiões do planalto de Mato Grosso do Sul, onde estão os municípios de Costa Rica, São Gabriel do Oeste e Coxim, é a única saída para desenvolver esta parte do Estado [...]”. Não aparece nesse discurso quem será o beneficiado com este tipo de desenvolvimento.

Os argumentos a favor da cana-de-açúcar se apoiam no discurso de que na parte alta da BAP é praticada a soja e a pecuária, assim como os itens geração de emprego e desenvolvimento. Não se pode esperar desse discurso qualquer alusão aos prejuízos ambientais e nem esperar que esse modelo de desenvolvimento dê prioridade para a agricultura de subsistência em vez de priorizar o monocultivo. Quando o discurso se atém à soja ou à cana-de-açúcar alimenta a concorrência entre as duas lavouras e tira a possibilidade de discutir a produção sucroalcooleira e a produção da soja e de outras culturas no modelo de desenvolvimento do agronegócio. Por outra parte, o governo, ao chamar os ambientalistas para conversar, buscou legitimar o seu projeto que levou em conta a força da mobilização que os ambientalistas fizeram em 2003, impedindo duas tentativas de alterar a Lei n. 328/1982.

Diante da apresentação do projeto de autoria de Dagoberto na Assembleia Legislativa, os deputados estaduais Ary Rigo (PDT), Pedro Kemp (PT), Waldir Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Antonio Carlos Arroyo do Partido Liberal (PL) se posicionaram contra; mas, Londres Machado, segundo Bittencourt (2005, p. 14a) o presidente da Assembleia, também do PL, ponderou: “[...] já existem novas tecnologias para evitar a degradação da planície.” A deputada Celina Jallad⁴⁹ também teve uma postura neutra afirmando que tais empreendimentos seriam “[...] inviáveis no Pantanal, mas poderiam dependendo do caso ser viabilizados em algumas cidades do planalto com atenção de especialistas e critérios especiais.”

Segundo Avancini (2005, online)⁵⁰ a declaração do governador Zeca do PT de que “[...] a discussão em torno da instalação de usinas de álcool em municípios peripantaneiros é ‘uma polêmica boba’ [...]”, provocou uma resposta nos ambientalistas. Astúrio disse que “[...] o governador está tentando forçar uma situação favorável ao projeto, desafiando e ignorando a sociedade sul-mato-grossense.” Diante disso, os ambientalistas intensificaram a sua ação. O representante do PT⁵¹ (14 mar. 2013) relatou a sua experiência nesse movimento:

Fui procurado por entidades ambientalistas, militantes da defesa do meio ambiente e professores de universidades preocupados com a flexibilização da legislação de proteção do Pantanal sul-mato-grossense. Passei a estudar o assunto e resolvi abraçar a causa no parlamento estadual. (informação verbal)

Isso levou o parlamentar a buscar apoio de outros deputados. Nas palavras dele:

Fiz uma articulação interna na Assembleia, criando a Frente Parlamentar em Defesa do Pantanal, por ocasião da primeira apresentação do projeto, ainda no governo Zeca do PT. (informação verbal).

A Frente foi criada em 23 de junho de 2005. Conforme o parlamentar do PT (14 mar. 2013), o seu trabalho na Assembleia teve adesão de um grupo:

⁴⁹ A deputada Celina Jallad, então líder do PMDB, é filha do ex-governador Wilson Barbosa Martins.

⁵⁰ A reportagem original é do Jornal Correio do Estado de 4 de maio de 2005.

⁵¹ Representante do PT na Assembleia Legislativa de MS, entrevistado por Enilda Maria Lemos em 14 mar. 2013.

Os deputados ficaram divididos em três grupos: um grupo, mais identificado com a defesa do meio ambiente, se posicionou contra a mudança da legislação; outro grupo defendia a mudança, pressionado pelos prefeitos e representantes da região norte, que entendiam que a instalação de usinas na região poderia alavancar o desenvolvimento econômico e gerar empregos em municípios tão carentes e pouco desenvolvidos; e um terceiro grupo de deputados era um tanto quanto indiferente nos debates, porém tendia a acompanhar a orientação do governo nas votações, apoiando a aprovação das alterações da Lei. Os dois últimos grupos se uniram e garantiram a aprovação do projeto. (informação verbal).

Ao ser procurado pelos militantes do meio ambiente, o deputado passou a atuar em parceria com o movimento ambientalista. De acordo com ele (13 mar. 2013): “Fizemos alianças com as entidades ambientalistas, que promoveram atos públicos e abaixo-assinados, e promovemos audiências públicas e reuniões com técnicos e professores universitários contrários a mudanças na Lei 328/82.” Informou, ainda, que foram feitos “[...] debates em plenário durante as sessões ordinárias da Assembleia.” O representante do PT (14 mar. 2013) fez alusão ao conflito criado com as alterações na legislação estadual.

As alterações da legislação do Mato Grosso do Sul entraram em conflito com a legislação federal, que proíbe a instalação de usinas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai (Resolução do CONAMA) e o plantio da cana no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai (Zoneamento Agroecológico Econômico no Brasil). A legislação federal é superior e mais restritiva, o que a faz prevalecer sobre a legislação estadual. É por isso que a bancada do PT na Assembleia apresentou representação junto ao Ministério Público Federal contestando as alterações da Lei 328/82, logo após a aprovação do projeto no final de 2009. (informação verbal).

Pelo que consta, essa proposta não teve resposta e o ZEE-MS (2009) continuou inalterado. Mais uma vez o governo criou brechas numa lei estadual para favorecer o setor sucroalcooleiro por meio da aliança entre o governo e o empresariado. Kemp é um deputado que está sempre em evidência nas causas sociais e, por último, nas ambientais, sendo reconhecido pelas ONGs e pelas demais entidades, assim como tem o reconhecimento de professores, assistentes sociais e outros tantos segmentos da sociedade sul-mato-grossense.

2.2.4 O processo das usinas de álcool em 2009

O ano de 2009 também foi um ano marcante para o movimento ambientalista, visto que foram aprovadas duas leis: o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, do governo federal (ZAE-Cana) e o ZEE-MS (Lei n.3.839 de 28/12/2009). O ZAE-Cana preservou áreas da Amazônia Legal e do Pantanal das agressões do plantio da cana-de-açúcar. Consta no Decreto n. 6.961, de 17/09/2009: “1º Fica aprovado o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar no Brasil, a partir da safra 2009/2010 [...]” (BRASIL, 2009). Em outro trecho, o documento faz o seguinte esclarecimento: “Adicionalmente, foram excluídas [...] os biomas Amazônia e Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai [...]” Os dois documentos foram publicados em 2009 (BRASIL, 2009).

Interessante destacar que o ZAE-Cana/2009, ao proteger os biomas Amazônia e Pantanal, deu força para a resistência ambientalista. Essa resistência vinha se processando em resposta aos ataques dos investidores da cadeia sucroalcooleira em MS, na proposta da usina de Bodoquena (1979-1982) e persistiu nos governos do Zeca do PT e de Puccinelli (2003-2009). Ocorre que, a partir de 2009, o próprio governo deu uma segurada nos seus propósitos sucroalcooleiros. Quanto ao processo de construção do ZEE/MS, o governador André Puccinelli (2007-2010) chamou ONGs, ruralistas e outros segmentos sociais para as audiências públicas, como foi comentado no primeiro capítulo. O representante da SOS Pantanal (2013) diz: “Houve uma mobilização tímida, fizemos algumas intervenções específicas no debate do ZEE, mas não houve uma mobilização do porte das anteriores.” O mesmo representante acrescenta: “O ZEE deu justificativa técnica para usinas na BAP.” Por último, ele admitiu: “O movimento estava desarticulado e aprovaram o ZEE.” O porta-voz da ECOA, segundo Lima (2008, p. 77), entende o ZEE-MS como “[...] uma forma de possibilitar o desenvolvimento mascarando uma preocupação ambiental.”

O fato é que tanto o governador Zeca do PT como o governador Pucicelli, do PMDB, defenderam abertamente o agronegócio canavieiro. No entanto, a aprovação do ZAE da Cana (em 17/09/09), suscitou no governador Puccinelli um desconforto que criou embaraços entre ele e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. De acordo com Camargo (2009, online): “[...] ao ser questionado por empresários do setor da indústria e comércio sobre a proibição de plantio de cana-de-açúcar na

região da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, Puccinelli usou palavrões para criticar o ministro.”

Na mesma publicação, consta que o ministro do meio ambiente “[...] Carlos Minc, afirmou nesta terça-feira (21) que o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), é um truculento que quer destruir o Pantanal.” Como era de se esperar, o ataque verbal entre as duas autoridades governamentais terminou em desculpas. O motivo da discussão, segundo Lopes (2009, online)⁵², foi:

Pelo plano estadual, a cana poderia ser plantada na área conhecida como Bacia do Alto Paraguai, situada em Coxim e cidades da redondeza. Para o governo federal, essa localidade é tida como parte do Pantanal e, portanto, não poderia ser ocupada por lavouras de cana.

Se de um lado, o ZAE-Cana (2009) proíbe o plantio de cana na região da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (MS) e Puccinelli defende a plantação da cana-de-açúcar na BAP, de outro lado, esse barulho no setor público criou agenda para os ambientalistas, como afirmou o representante do CEDAMPO⁵³ (22 set. 2009), em relação à Puccinelli:

Ele (fez) deu declaração agressiva ao Minc, uma coisa absurda. Aí nós reagimos e propusemos uma passeata no dia 11 de outubro de 2010, no dia da divisão do estado de Mato Grosso do Sul. Aí o Puccinelli ficou assustado porque iria mobilizar o Estado inteiro. (informação verbal).

Sobre a declaração Camargo (2009, online) registra: “Puccinelli também afirmou que se o Minc participasse da Meia Maratona Internacional do Pantanal, marcada para o dia 11 de Outubro [...]”, advertiu o governador irado com palavras inadequadas. De certa forma, essa advertência mostrou que o governador temia mesmo a passeata e, por conseguinte, nessa situação, temia também os ambientalistas.

O CEDAMPO é uma entidade que tem credibilidade social. O seu representante (10 jan. 2013) informou que a Entidade é uma ONG socioambiental:

[...] participa na organização do movimento e na mobilização dessas entidades ligadas aos movimentos sociais e às Pastorais e

⁵² A reportagem original pertence ao site Midiamax, de 6 out. 2009.

⁵³ Representante do CEDAMPO, entrevistado por Enilda Maria Lemos em 10 de janeiro de 2013.

comunidades eclesiais de base ligadas à Igreja Católica, porque o CEDAMPO é ligado à Diocese de Campo Grande. (informação verbal).

Por sua tradição histórica nos movimentos sociais, no impasse entre o governo e o movimento contra usinas que ocorreu em 2009, a ONG teve um papel expressivo, como declarou o seu representante (10 jan. 2013):

Quem estava coordenando a mobilização era o CEDAMPO através do Fórum. (informação verbal).

Os próprios ambientalistas reconheceram que o CEDAMPO deu uma amplitude maior ao movimento. Para o representante da Associação Bálsamo (7 jan. 2013), a

[...] ONG mais representativa dos movimentos sociais é o CEDAMPO [...]. (informação verbal).

Esse representante (7 jan. 2013) enfatiza:

O CEDAMPO era um grande articulador de diversas organizações [...] ele que conseguia trazer para as ações. A gente vai fazer uma manifestação no centro da cidade em Campo Grande para coletar assinaturas para dar visibilidade para isso. Então eles convidavam organizações, mobilizavam, traziam, agregavam. (informação verbal).

De fato, o representante do CEDAMPO se destacou na mobilização de ONGs sociais que ele trouxe para a campanha, como afirmou o representante da SOS Pantanal (18 fev. 2013):

A participação do CEDAMPO foi fantástica nesse processo, [...]. (informação verbal).

Quem esteve à frente na campanha de Bodoquena (1980-1982) e na campanha “Não às Usinas de Alcool no Pantanal” (2005) foram ONGs ambientalistas: a FUCONAMS, na primeira, e as ONGs do Fórum em Defesa do Pantanal, na segunda, lembrando que as duas campanhas foram subsidiadas com

argumentos científicos de especialistas, o que deu sustentação ao debate e à luta.⁵⁴ Em 2009 o movimento se deu de maneira diferente. Foi o CEDAMPO que reuniu organizações sociais e ambientalistas para discutir a posição que o movimento iria assumir em relação à persistência do governo estadual. Participaram dessa reunião, disse o representante do CEDAMPO (10 jan. 2013):

O movimento ambiental, o GLS, parte do movimento comunitário. Foi uma mobilização ampla, muita gente mesmo, cinquenta, setenta pessoas lá no CEDAMPO. (informação verbal). (Grifo do autor).

Na mesma ocasião, esse representante relatou:

Aí nós fizemos uma votação. Havia movimentos que achavam que a gente tinha que ir 'pro pau' mesmo, fazer o enfrentamento com passeata, e havia movimentos que entendiam que era melhor o diálogo se ele cumprisse. O André mandou o Athayde Nery lá na reunião e disse: 'olha, nós vamos cumprir o que vocês decidirem.' Vocês dizem o que vocês querem e nós vamos cumprir. (informação verbal). (Grifo do autor).

A maioria votou pela negociação. Lopes (2009, online) comunica o resultado dessa reunião (3 out. 2009): "Ficou definido que conversaríamos com o governador e não havendo entendimento, faríamos um ato de protesto. A maioria decidiu pela conversa com ele, [...]." Nessa ocasião, o movimento ficou dividido, como explica o representante do CEDAMPO (10 jan. 2013):

[...] e nós ganhamos essa votação por dois votos. Eu, por exemplo, defendi o diálogo se ele cumprisse o que prometeu. Houve um racha no movimento. O Eduardo estava presente, o Alessandro, movimento do consumidor, então tudo isso votou pelo diálogo. Os movimentos que não são radicais votaram pela negociação. O primeiro a negociar foi o movimento ambientalista. (informação verbal).

Já que o movimento ambientalista votou pela negociação, cabe utilizar a explicitação de Montaño e Duriguetto (2011) sobre a luta social e a luta de classes. Se a decisão de negociar é expressão de uma luta social que trata de um fragmento da vida social, significa que o movimento ambientalista desenvolve uma luta social e não uma luta de classes. De acordo com Montaño e Duriguetto (2011, p. 117):

⁵⁴ Cabe aqui lembrar Arnaldo, um dos líderes pioneiros do movimento em MT, e que teve uma relevante atuação na campanha de Bodoquena. Era professor da UEMT e posteriormente da UFMS.

[...] no estudo das lutas de classes e sociais a verificação de uma dinâmica social, heterogênea e diversificada, não nega – muito pelo contrário, pressupõe – os fundamentos estruturais do MPC: a polarização das classes fundamentais e a contradição ineliminável de seus interesses, a partir da exploração de uma classe por outra.

Se o movimento não discute a questão ambiental como uma das expressões da questão social, trata-se, segundo Montañó e Duriguetto (2011, p. 338), ele se insere nos movimentos '*transclassistas*'. (Grifo do autor). Na sequência, esses pesquisadores esclarecem que, ainda, que, sob essa ótica, o movimento não considera os vínculos da questão ambiental “[...] com os fundamentos capitalistas e da contradição de classes.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 338). Voltando à mobilização de 2009, o representante do CEDAMPO (10 jan. 2013) explicou que o outro grupo queria ir para as ruas:

Aí, o que aconteceu. Aqueles setores mais radicais ligados ao PT achavam que não, que tinha que ir para o enfrentamento, aqueles movimentos mais radicais CDDH, MST, CPT, CIMI, várias entidades, assessoria parlamentar de Paulo Duarte, Pedro Kemp, PT, e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), todo esse pessoal defendia que tinha que ir para a luta. (informação verbal).

As lutas sociais, ao trabalharem nos fragmentos sociais da sociedade burguesa, mostram que elas alcançam o problema ambiental descolado do processo de produção e de reprodução do capital. Fatalmente, e até de forma coesa, a ação decorrente desse entendimento não será o confronto direto, mas a de tentar todos os meios possíveis de conciliação e de harmonização dos conflitos. Ao optar pela negociação, o movimento trouxe para a conversa as diversas demandas na área social, como disse o representante do CEDAMPO (10 jan. 2013):

Nós tínhamos outras demandas na área social, que era a questão dos Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLTBS), que tinha polícia batendo e maltratando gays, tinha a questão do Minc, a questão indígena. Falamos, olha nós aceitamos negociar. Ele falou, (o governo) olha, não façam passeata que a gente negocia. (Grifo nosso). (informação verbal).

Lopes (2009, online) anunciou o encontro entre o governo e as ONGs, especificando as entidades que participariam:

Hoje, no fim da tarde, na Governadoria, no Parque dos Poderes, na Capital, Puccinelli deverá receber representantes dos movimentos sociais ligados ao meio ambiente, como a ONG ECOA, SOS Pantanal, CEDAMPO, Conselho Municipal da Juventude e grupos de GLBTs.

De fato, a reunião aconteceu. E de acordo com o representante do CEDAMPO (10 jan. 2013),

[...] em maioria, os representantes do movimento foram conversar com o governador André Puccinelli. (informação verbal).

Na reunião, segundo o representante do CEDAMPO (10 jan. 2013), eles se posicionaram: “Olha nós não queremos mais esse papo de usina no Pantanal, na bacia do Pantanal e adjacências”. O André falou:

Eu me comprometo não vai ter mais. (informação verbal).

Ele ainda confirma que teve uma reunião com o GSL e conclui:

Daí para cá, especificamente no governo do André Puccinelli, a questão das usinas de álcool no Pantanal foi encerrada nessa reunião em que nós decidimos que não haveria mais tentativa do governo dele com relação à usina de álcool na bacia do Alto Paraguai no governo dele ou na planície e no planalto. Foi aí que encerrou. (informação verbal).

Mas, o líder do CEDAMPO (10 jan. 2013) não se mostra confiante que a tentativa de propostas de implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS tenha se encerrado. Pois, como ele mesmo diz:

Nós ainda achamos que vai ter mais tentativa. Essa pauta, o empresário vai e volta, ele tenta, mas a sociedade civil tem que (estar), sempre em alerta, sempre tentando, sempre preparada para mobilidade no sentido de não deixar acontecer. (informação verbal).

Se, por um lado, o movimento mostrou-se vitorioso com a sua habilidade de mobilizar e sua capacidade de negociar com o governador, isso só ocorreu porque ambos precisavam de conciliação e/ou de concessão; tanto é que, até o momento, o governo vem cumprindo o que foi estabelecido. Por outro lado, sem deixar de reconhecer que consegue aí mobilizar entidades, a escolha que o movimento fez

indica que ele atua realmente no fragmento ambiental. Quando o líder entrevistado diz que “[...] o empresário vai e volta [...]”, significa que o conteúdo da sua luta vai contra as usinas no Pantanal/MS; mas, o mesmo conteúdo não consegue explicar os obstáculos da ação ambientalista. Contudo, ao que parece, a luta, ainda que fique no âmbito da mobilização, ela já representa um ganho social expressivo. A própria conformação do embate não permite buscar momentos para o movimento pensar a sua luta, pois, circunstancialmente, o Estado que representa a burguesia opera com o movimento ambientalista em duas situações: ora ele ignora o movimento, ora o Estado se alia a ele.

No “racha”, o movimento negociou com o governo e se enfraqueceu, não indo “para o enfrentamento”, como queriam os “setores mais radicais ligados ao PT”, inclusive a assessoria parlamentar de “Pedro Kemp”, já citada. Tudo indica que aí o representante do PT (2013) mostrou o seu descontentamento em relação ao movimento ao afirmar:

Quando o projeto foi reapresentado, já no governo de André Pucinelli, nos articulamos com as mesmas entidades, porém o movimento perdeu a força. (informação verbal).

Os argumentos do representante do CEDAMPO e do PT mostram um conteúdo carregado de certa ingenuidade, que está expresso na decepção do representante do PT e na ênfase dada pelo representante do CEDAMPO à vitória do movimento via negociação. O fato é que há benefícios para todos com a estagnação, ainda que ela tenha sido resultado de uma conciliação marcada por uma posição encoberta por neutralidades. Assim se dá a convivência harmoniosa entre sociedade e natureza. Essa não é a referência explicativa que este trabalho busca, pois o movimento não nasceu pelos “feitos gloriosos de um líder” (MARX; ENGELS, 1986), mas de uma demanda do padrão produtivo financeiro internacional.

2.2.5 A legislação em vigor

Na medida em que foi se processando a pesquisa, surgiu a necessidade de fazer um breve comentário sobre outros projetos do capital que ameaçam o ecossistema pantaneiro, os quais exigem atenção, sem, contudo, perder o foco nas propostas de usinas no Pantanal/MS. Esses outros projetos não são o objeto desta

pesquisa, mas é preciso considerar que eles compõem a agenda de lutas do movimento ambientalista. Desse modo, mesmo não sendo objeto deste trabalho, é importante o conhecimento dos projetos que o capital vem tentando impor ou mesmo impondo ao Pantanal/MS, pois é de relevância mostrar à sociedade que ele tem sido implacável nos seus ataques à BAP como um todo. Acredita-se que essa simples menção aos projetos possa atrair as representações de profissionais para o Pantanal/MS, sobretudo aqueles que já realizam trabalhos com vistas a uma outra ordem social, entre eles os assistentes sociais, arquitetos, educadores e outros. O projeto neoliberal no Pantanal/MS atua em diversas frentes como as usinas sucroalcooleiras, a Hidrovia Paraná-Paraguai, as hidrelétricas, entre outras.

No contexto da produção sucroalcooleira, falar em práticas sociais que contraponham ao que está colocado pode parecer ingênuo, afinal, o que está em vigor é o projeto neoliberal que vem engenhando as mais distintas formas de controle social para não atrapalhar a produção. Em outros campos da sociedade se processa o mesmo mecanismo. Por exemplo, existem escolas particulares que fazem do ensino presencial um trampolim para o ensino à distância, introduzindo alterações que quase extinguem a figura do professor. Impõe-se ao professor jeitos de agir que já vêm prontos, para que ele, o professor, não atrapalhe o processo. O seu contato com os estudantes e o número de horas pagas vão diminuindo; em contrapartida, a informatização vai exigindo maior número de horas dedicadas ao ensino em casa. Isso também se aplica às exigências burocráticas que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) impõe aos assistentes sociais que lidam com os problemas intermináveis e insolúveis de usuários que terminam nas periferias da sociedade. E isso pode ocorrer com outros usuários das mais diversas políticas sociais.

Em cada parte social, o sistema atua confinando os profissionais necessários àquela política com ações determinadas. Guerra (2015, p. 14), ao discutir “[...] a ação puramente instrumental, imediata, espontânea [...]”, distingue a razão instrumental da razão dialética: “Na elaboração de respostas mais qualificadas, na construção de novas legitimidades, a ‘razão instrumental’ não dá conta. Há que se investir numa instrumentalidade inspirada pela ‘razão dialética’.” (Grifo da autora).

A prática desenvolvida na “razão instrumental” é aquela que faz imposições à assistência social, à educação e à EA, à saúde etc. De acordo com Guerra (2015, p. 14), a “razão instrumental” é: “[...] limitada a operações formal-abstratas e a práticas

manipuladoras e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas, por isso ela é funcional à reprodução social da ordem burguesa.”

Portanto, não há como esperar da EA ações pensadas criticamente. O neoliberalismo não abre espaço e nem momentos para questionar e, por isso, mantém o profissional preso às tecnologias, exigindo-lhe o cumprimento de uma diversidade de tarefas: leitura e respostas a capacitações e a e-mails, pesquisa on-line, manejo de portal, entre outras. Nem de longe é possível pensar em produzir conhecimentos e práticas que chamem os sujeitos a pensarem criticamente a sua condição de vida. As pesquisas que seguem a “razão instrumental” não questionam e não explicam o objeto no movimento do capital e, por conseguinte, orientam ações interventivas e educativas para mudanças inovadoras e não mudanças de fundo. A “razão instrumental” não almeja qualquer estudo na perspectiva da totalidade. Esta é uma prerrogativa da “razão dialética”, que procura ler o objeto de pesquisa por trás das formas “fetichizadas” que o apresenta por meio do que Paulo Netto (1981, p. 79) chama de “[...] representações alienadas [...]”. Nela é possível articular conhecimentos que sustentem processos de resistência – à exploração social e à apropriação privada da riqueza produzida socialmente – e processos de formação continuada de sujeitos históricos. Isso se aplica a todas as políticas sociais com suas respectivas áreas profissionais e, igualmente, ao movimento ambientalista e a outras manifestações da sociedade.

O movimento ambientalista de MS também foi concebido para dar respostas funcionais na “razão instrumental”. Se é assim, a militância e as lutas ambientalistas tem que dar mais visibilidade ao seu trabalho. Mesmo sabendo que alguns ambientalistas trocaram a militância pelo governo, eles pertencem à memória do movimento. Pode ser que uma das frentes que atua no movimento contribua para que a sociedade saiba da instabilidade do Pantanal (MT, MS, Bolívia e Paraguai), e se agregue aos sujeitos sociais coletivos.

Sabe-se, então, que o Pantanal/MS é um espaço disputadíssimo pelo agronegócio em geral, tanto quanto por projetos de intervenção que mexem no curso natural dos rios, como, por exemplo, o da Hidrovia Paraná-Paraguai e os de hidrelétricas. De acordo com o site Rios Vivos (ECOIA, 2013, online): “[...] a hidrovia é um plano dos cinco países da Bacia da Prata para transformar os rios Paraguai e Paraná em um canal industrial de navegação.” Essa hidrovia é composta pelo Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina. As obras de engenharia comprometeriam o

curso natural das águas dos rios desde Cáceres no Mato Grosso, Brasil, até Nova Palmira no Uruguai. Estudos indicam que com a construção da Hidrovia há previsões de seca para o Pantanal.

Os investidores saem numa procura desenfreada de espaços para ali realizar os seus lucros. Exemplo disso, são os depoimentos apresentados no evento “O Pantanal e a Bacia do Prata: estratégias frente às alterações climáticas e obras de infraestrutura” (19-20 nov. 2014), promovido pela ECOA. Em Corumbá (MS), cidade à beira do Rio Paraguai, há as empresas de mineração que atuam na região. De acordo com o site da ECOA: “Moradora da comunidade Antônio Maria Coelho, localizada há 35 km de Corumbá/MS, há mais de 20 anos, dona Edil falou de forma emocionada sobre a ação negativa das empresas de mineração que atuam no local.” (MULHERES..., 2005, online).

O site da ECOA prossegue:

‘Quando eles chegaram a gente já morava há muito tempo ali e não tinha esses impactos, né? É um lugar rico ali e um lugar turístico, [...] muitos frutos nativos ali, que é uma reserva, que é a única reserva de água doce de Corumbá e Ladário é ali, nesse lugar que tá se acabando cada dia. E quando a gente vê isso eu fico com muita tristeza’ dona Edil, afirma com lágrimas nos olhos e bastante comoção. ‘Foi retirada uma parte da nossa comunidade ali, né? [...] lam tentando coagir as pessoas, né? Até as pessoas vender e negociar o seu lote, eles foram fechando a nossa área, o nosso território. A gente, hoje em dia, não tem mais acesso onde a gente coletava o nosso fruto, recursos naturais e é uma fonte de geração de renda ali para nós. Então tá ficando cada vez mais difícil’, concluiu. (MULHERES..., 2005, online). (Grifo do autor).

De fato, os grupos poderosos passam a ter o domínio sobre as pessoas a ponto de converter o ser humano e a natureza em objetos de exploração, não cabendo aí a consideração por esse sujeito individual e coletivo. É importante dizer que esta pesquisadora, a convite de Alcides Faria, diretor da ECOA, participou do referido evento e que, na ocasião, teve oportunidade de assistir à exposição dos problemas da comunidade Antônio Maria Coelho. O mesmo se daria com as comunidades indígenas de Bodoquena se a usina fosse implantada no começo da década de 1980. E hoje, os projetos são realizados dentro da mesma lógica, a lógica do mercado que é a lógica do capital.

Feitas essas considerações, será apresentado o depoimento do jornalista ambientalista (9 jul. 2013), em que ele se atém aos grupos de trabalho e fóruns formados por ambientalistas que atuam em defesa do Pantanal/MS.

Lembro que temos muitos GTs e Fóruns trabalhando em pró Pantanal, Grupo de Trabalho da Rede Pantanal, Grupo de Trabalho das Comunidades Pantaneiras, Grupo de Trabalho entre Pesquisadores do Pantanal, Grupo de Trabalho de Ambientalistas, Fórum da Bacia do Rio Miranda, Fórum da Bacia do Aquidauana, Fórum do Movimento Sustentável da Economia Solidária e, por ultimo, o mais importante, Fórum em Defesa do Pantanal, algo que foi muito comentado na época da campanha das usinas de álcool, movimento que mobilizou muitos interessados, principalmente aqui no Estado, Mato Grosso do Sul. (informação verbal).

Viu-se que, os projetos empresariais para o Pantanal/MS chamam os projetos sociais. Na medida em que outros projetos vão surgindo sob o manto protetor das tecnologias que apresentam soluções “ambientalmente corretas” para os estragos ambientais, as ONGs vão se ajustando em seu espaço e criando novos projetos. Seguem observações sobre o evento promovido pela ECOA, “O Pantanal e a bacia do Prata: estratégias frente às alterações climáticas e obras de infraestrutura”, como o depoimento que trata dos impactos das obras da Hidrovia Paraguai-Paraná sobre a comunidade Porto Esperança. Conforme o registro da ECOA:

Na Comunidade Porto Esperança, distante cerca de 70 km de Corumbá, além das consequências ambientais desastrosas que poderão ser causadas pela implementação do projeto da Hidrovia Paraná-Paraguai, os moradores enfrentam uma batalha judicial com uma empresa que tenta expulsá-los da área, utilizando cercas feitas de arame nos locais de pesca e coleta de frutos nativos, a compra de propriedades, invasões de residências, ameaças diretas e, inclusive, o suposto envolvimento de forças policiais apoiando os agressores. (HIDROVIA..., 2014, online).

Na sequência o texto do site, dá a conhecer o pensamento de uma moradora da mesma comunidade:

‘O dinheiro manda tudo, o poder manda tudo [...] Então nós não temos mais tranquilidade, a gente deita e não sabe se tem como amanhecer. Hoje se tiver umas 60 famílias é muito. De 210 famílias, hoje, nós temos 60 famílias, e todos tamo sendo coagidos pelas autoridades. A própria autoridade! E nós não temo como nos defender’, declara a senhora Jorcina de Almeida, uma das moradoras de Porto Esperança. Segundo ela, juntamente com o

marido, foram vítimas de um ataque em sua residência que, no momento abrigava aproximadamente 10 turistas. Na ocasião todos foram rendidos, [...] e o seu esposo foi levado para uma Delegacia de Corumbá. Além disso, tiveram alguns de barcos utilizados nas atividades pesqueiras danificados e apreendidos.

‘Então, a gente pede encarecidamente, pra vocês que tão aqui, os representante, façam alguma coisa pelas comunidades porque é um horror isso. Meu Deus! (Com voz chorosa e bastante emocionada). Aonde que nós tamos? Eu tenho 63 anos, eu nunca passei por uma coisa dessas. Em toda vida morei na beira do rio, ribeirinha, sou pescadora, pesquei, nunca cheguei ao ponto de viver uma coisa dessas. E hoje no próprio lugar que a gente mora não tem mais a liberdade. Então, alguém de vocês tomem a providência, pelo amor de Deus’, pede emocionada Jorcina. (MULHERES..., 2005, online). (Grifo do autor).

O depoimento acima, expressa o posicionamento da comunidade, consolidada ante o poder empresarial que consegue falar muito mais alto. A comunidade de Porto Esperança tem memória, tem um jeito de viver próprio que ela construiu e que está enraizado em sua vida e naquele espaço que agora, desavisadamente, vem sendo invadido. A própria comunidade presencia a sua força ir se esvaindo diante daquela tragédia. Uma verdadeira ação desumanizadora que invade a casa sem pedir licença, uma violência praticada por pessoas armadas para combater com pessoas desarmadas. A saída é “pedir encarecidamente” a “alguém que vai resolver”, tal é o desespero.

O site da ECOA, repassa o depoimento de uma moradora de outra comunidade, a comunidade de São Francisco:

Dona Bernadina da Silva, residente na Comunidade de São Francisco, localizada a 140 km distante de Corumbá, região na qual as principais atividades são o turismo, a pesca e a coleta de iscas, descreve que os ribeirinhos compreendem a necessidade de preservação e de como isso afeta suas vidas e o próprio sustento.

‘O ribeirinho é o verdadeiro pantaneiro. Ele é o que cuida do Pantanal, porque se nós não cuidarmos do Pantanal, nós não estaríamos lá’, ressalta dona Bernadina. (MULHERES..., 2005, online).

De fato, as comunidades ribeirinhas sabem ir à natureza e dela retirar os elementos que necessitam, sem destruí-la, sem visar o lucro, ao contrário da mentalidade que orienta os grandes empreendimentos. No depoimento publicado pelo site da ECOA, a entrevistada assumiu uma posição distinta dos outros dois depoentes, pois frisa a afirmação de direitos.

No que diz respeito às ameaças para que os moradores abandonem suas casas ou a perda de espaço para realizarem seus trabalhos, ela é categórica em afirmar que não sente medo e não vai abandonar o lugar em que ela foi criada. ‘Eu nasci ali, eu tenho raízes, sou uma ribeirinha legítima, então eu vou viver ali até quando Deus quiser, não adianta invocar comigo que eu não vou sair dali. Eu bato de frente, eu luto pelos meus direitos. Se eu não lutar pelos meus direitos, quem é que vai lutar? Se escolheram aquilo ali pra eu, vou viver até quando Deus quiser. [...] Eu não dou esse prazer pra eles, eu me sinto bem lá e é lá que eu quero viver, e é lá que eu vou ficar’, conclui a senhora que expressa bem nessa declaração o sentimento do povo pantaneiro. (MULHERES..., 2005, online).

A afirmação de direitos é um posicionamento que está fora do padrão comportamental conservador. No site pesquisado, até a data em que foi feita a pesquisa, não havia, ainda, registro de um trabalho com essas comunidades. Parece que está faltando uma articulação entre as comunidades e delas com as entidades representativas e com as entidades oficiais de Corumbá. Enfim, é louvável a postura dessa moradora, a sua consciência de direito, o que não se observou nas outras, principalmente na fala que veio carregada de espírito messiânico. Esse espírito é tudo o que a burguesia quer, ou seja, ficar na crença que apareça um “salvador da pátria”. É louvável também a ECOA descobrir a condição dessas comunidades e levá-las a participar do evento organizado por essa ONG: “O Pantanal e a bacia do Prata: estratégias frente às alterações climáticas e obras de infraestrutura.” A situação em que se encontram essas comunidades mexe com a dignidade humana – o que é totalmente justificável –, como também reforça a ideia de que é necessário que a comunidade conheça o funcionamento da sociedade capitalista. Ainda que as forças coletivas estejam se desvanecendo com as estratégias tecnológicas que amarram qualquer atividade produtiva ao lucro. E tem mais, com um discurso encantador que cultiva atitudes individualistas.

Ligado à Hidrovia e à comunidade de Porto Esperança, Alcides Faria⁵⁵ (2014), encaminhou um documento à representante do BID em que ele informa a participação do Banco no projeto da Hidrovia: “[...] o projeto ‘Hidrovias Transport’ (RGL1049), parcialmente financiado pelo BID”, afirma que os recursos são destinados ao transporte de minério que “[...] é retirado no Pantanal e levado para portos no Uruguai e Argentina.” O texto de Faria (2014) faz alusão aos “documentos preparatórios para o empréstimo”, informando que neles “[...] o BID conclui que o Projeto não resultará em qualquer infraestrutura significativa e não fará alterações

⁵⁵ Alcides Faria é presidente da ECOA e membro do Conselho Assessor da Sociedade Civil do BID.

no sistema de drenagem natural dos rios Paraguai e Paraná.” Em seguida, Faria (2014) registra o seguinte:

[...] o documento *Environmental and Social Strategy* (item 5.5) apresenta um cenário de que, sim, existe risco para a ‘reputação’ do Banco caso ocorra manejo inadequado dos aspectos ambientais e sociais pela Vale S.A. e que o Projeto pode contribuir para justificar intervenções nos rios, o que conduzirá a impactos ambientais. (Grifo do autor).

A preocupação desse ambientalista com a Hidrovia Paraná-Paraguai está expressa em suas palavras indignadas: “Neste momento existem indicativos de que este cenário torna-se realidade, pois foi desatada a temporada de intervenções e a preparação de um megaprojeto nos moldes daquele rejeitado pelo próprio Banco na década de 90 do século passado.”

De fato, parecia que o embate da Hidrovia Paraná-Paraguai⁵⁶ havia dado ganho para os ambientalistas. No entanto, pode-se observar que não há qualquer preocupação de reeditar sequer os projetos do capital “uma nova roupagem”; é o mando do capital e ponto final. Por isso mesmo, os ambientalistas estão temerosos quanto à possível volta do projeto sucroalcooleiro para o Pantanal/MS. Faria (2014), faz um outro registro:

Já está licenciada, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente a dragagem do Passo do Jacaré, a jusante da cidade de Corumbá (MS), obra que dá uma medida das intervenções que poderão ocorrer no rio Paraguai e no Pantanal. Trata-se de um canal com extensão de 4,2 quilômetros e para tanto serão retirados 268 mil m³ de materiais através da dragagem. A validade é de apenas 5 anos, portanto uma obra ‘eterna!’. (Grifo do autor).

O registro que Faria (2014) fez sobre a dragagem do Passo do Jacaré, licenciada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, deu elementos para compreender um pouco mais a condição da comunidade de Porto Esperança:

No final do canal do Passo do Jacaré, na margem esquerda do rio Paraguai, está localizada a centenária comunidade de Porto Esperança, junto ao porto de embarque de minério Gregório Curvo da Vale. Recentemente a Justiça deu ganho de causa para os moradores contra uma empresa que tenta os expulsar através do

⁵⁶ Aqui cabe lembrar a participação dessa autora nas discussões sobre a Hidrovia no FORMADS, na metade da década de 1990.

cercamento com arame, compra de propriedades, invasões de casas e ameaças diretas. Existem relatos sobre o envolvimento de policiais em apoio aos agressores. Segundo os moradores as agressões que sofrem visam extinguir a comunidade e assim abrir caminho para a expansão do porto.

O texto acima se refere à força da empresa que utiliza a prática da violência policial. Quem é a polícia na sociedade capitalista? É uma instituição que representa o Estado, que é aquele que define o uso e a ocupação do espaço e que está comprometido com os interesses empresariais. Ainda sobre o Passo do Jacaré, Faria (2014) dá a conhecer:

[...] a preparação de um megaprojeto para todo o Pantanal pela Universidade Federal do Paraná. Foi desta universidade o estudo original para licenciar a grande dragagem do Passo do Jacaré. No último dia 23 de maio seus pesquisadores anunciaram que iniciariam trabalhos para realizar o 'Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA)'. O Ministério dos Transportes divulgou anteriormente que este estudo incluiria '[...] toda a bacia hidrográfica do Rio Paraguai como o Rio Cuiabá, o Rio São Lourenço, o Rio Taquari, o Rio Miranda e, ao mesmo tempo, não só olhando a questão da navegabilidade, mas também a questão da infraestrutura portuária'. Os rios citados são os principais da Bacia do Alto Paraguai. (Grifo do autor).

Faria (2014) destaca “[...] que é importante que o Banco Interamericano de Desenvolvimento abra procedimento para avaliar as consequências sociais e ambientais de seu financiamento RG-L1049 e tomar medidas corretivas.” E faz um apelo ao Banco dizendo: “O caso da comunidade Porto Esperança merece avaliação urgente e particular.”

É inegável que Faria tomou as providências cabíveis quanto ao projeto da Hidrovia e quanto à comunidade de Porto Esperança, exercendo o seu papel no Conselho Assessor da Sociedade Civil do BID. A participação dele nesse Conselho remete ao pesquisador do Serviço Social que discute o terceiro setor, Montão (2002, p. 53):

Seria, portanto, um exercício de ingenuidade pensar que a origem norte-americana do termo e sua relação com instituições ligadas ao grande capital sejam apenas dados de curiosidade. O ‘conceito terceiro setor’ foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia. (Grifo do autor).

O pensador leva a crer que o Conselho Assessor da Sociedade Civil do BID é mesmo um arranjo do capital para esmaecer a capacidade de mobilização do movimento e o poder de barganha e de conquista nos seus processos de luta. Como diz Loureiro (2003, p. 99-100):

O discurso ambientalista, em termos gerais, se, por um lado, é reconhecido e incorporado pelos setores sociais como tema de relevante interesse na atualidade, por outro, não conduz à mobilização e ao envolvimento de amplas parcelas da população, a não ser em situações concretas e específicas.

É fato que o discurso ambientalista vem carregado de ideologias que vão se repondo para dar respostas às demandas ambientais que o sistema vai produzindo. lamamoto (2007, p. 204) esclarece que a sociedade civil:

[...] passa a ser reduzida a um conjunto de organizações - as chamadas 'entidades sem fins lucrativos' – sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. (Grifo do autor).

O movimento ambientalista também representa a sociedade sem enfrentar a contradição capital e trabalho. Os ambientalistas nesse contexto são percebidos por Montaño e Duriguetto (2011, p. 339) nos novos movimentos sociais como os:

[...] que não apresentam em geral uma clara visualização de seus inimigos (a não ser no plano imediato) e as causas de fundo de suas situações particulares, porém se identifica o Estado como alvo das demandas e pressões [...]. (Grifo do autor).

O conhecimento com o qual o movimento ambientalista lida é invertido pelas ideologias do sistema. Quando os pesquisadores se referem à visualização restrita ao plano imediato, significa que o movimento só poderá desvelar as usinas de álcool no Pantanal/MS pelas mediações e não na sua imediatez. Porém, essa é a diretriz do projeto burguês. Conforme indica lamamoto (2007, p. 204), a “[...] sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e ‘complementares’, destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os laços de solidariedade.” lamamoto (2007, p. 204) vai mais fundo nessa combinação do capital ao dizer que “[...] a sociedade civil tem sido usada como instrumento de canalizar o projeto político de enfraquecimento do Estado social e

para disfarçar o caráter de classe de muitos conflitos sociais.” É isso que acontece com as ONGs do terceiro setor que, de acordo com Montañó e Duriguetto (2011, p. 339), são:

[...] fomentadas (legal, política e financeiramente) pelas parcerias com o Estado ou com a empresa (pensa-se o conjunto da sociedade civil, sem contradições, sem interesses contraditórios: ONGs, fundações empresariais, instituições religiosas, entidades filantrópicas, etc.).

No que acabou de ser dito se encontra o fundamento dos novos rumos das ONGs. Por um lado, o movimento ambientalista de MS teve um ganho com a participação de Alcides no referido Conselho. Ademais, o espaço que Alcides ocupa no BID se deveu à sua ampla visão estratégica dentro do movimento e à sua habilidade para buscar inserção no ambientalismo internacional. Por outra parte, esse cargo pode contribuir para imobilizar o movimento, que agora, nas questões com o BID, está centrado em um representante.

A assessoria exercida por Alcides pode ser comparada, em parte, à linha que Wilson Barbosa Martins adotou quando levou as lideranças da FUCONAMS para o governo em 1983. Ele não descartou as lideranças, mas, sim, abriu possibilidades para endurecer posições e democratizar as suas decisões. Há uma nítida distinção entre a ECOA e a FUCONAMS. Quando terminou a campanha de Bodoquena, a FUCONAMS – ONG que se sobressaiu no cenário internacional, num tempo em que não havia internet e nem redes sociais, como já foi dito –, perdeu a sua hegemonia no movimento. Isso foi tão marcante naquele contexto que, em seguida, o próprio movimento se atomizou nas diferentes lutas capitaneadas pela burguesia.

A ECOA é um produto do processo de atomização do movimento ambientalista em MS que se materializou na UFMS, lembrando que Arnaldo criou o ambientalismo na UEMT (por volta de 1974) e deu continuidade a ele na UFMS. A ECOA substituiu a FUCONAMS na liderança do movimento ambientalista no Estado. Ela atuou fortemente na campanha contra a Hidrovia Paraná-Paraguai e continua sendo a líder do movimento ambientalista em MS.

É verdade que os tempos são outros. No entanto, é verdade também que a organização social é a mesma, ou seja, a da sociedade burguesa, que em tempos neoliberais sustenta a aliança entre o governo e o empresariado. Portanto, a organização da sociedade burguesa, sob o comando único do capital está acabando

com as organizações sociais e com os direitos conquistados no processo de luta dos trabalhadores.

Sob o prisma neoliberal o FORMADS parece que está se esfacelando; como se viu, alguns ambientalistas, estão exercendo cargos na câmara legislativa municipal, na câmara legislativa federal e o líder da ECOA no conselho do BID. Tal mudança no cenário das ONGs é uma prova de que o “arrocho” se estendeu a todos os campos da vida social. Pensando bem, o movimento ambientalista é formado por ambientalistas que, nessa condição, estão atrás de sua melhor possibilidade de existência, e, como tal, estão atrás da sua melhor condição de vida, o que perpassa pela política e rápida ascensão.

No que se refere às comunidades de Porto Esperança e de São Francisco, poderia se pensar num trabalho de articulação entre as comunidades e deles com entidades de representação e ONGs. A força que sobrou às comunidades, em decorrência do golpe que lhes fora aplicado, encaminhou-as para implorar ajuda messiânica, a típica ajuda burguesa, a preferida do neoliberalismo. Hoje, essas comunidades estão sem a sua liberdade. E ainda que haja liberdade a reclamar, uma “liberdade” parcial, esta tem que se contrapor à “liberdade” fundada na armação empresarial, que é a “força mesmo” e que vem empurrando vidas únicas que perdem as suas identidades nas periferias do sistema.

Na sociedade burguesa, a liberdade é restrita a um grupo, os demais se submetem. A empresa não quer obstáculos na sua estrada, ainda que esses obstáculos sejam vidas humanas. Assim, ela põe fim às organizações e à resistência. Nos casos em questão, as comunidades ainda se fazem ouvir por serem comunidades consolidadas. Mas, isso vale até certo ponto para a empresa, porque numa atitude brusca tudo se acaba em pouco tempo. A mídia eletrônica mostra casos e mais casos desse tipo de violência.

No contexto de invasões e violências, a legislação que protege o Pantanal/MS perde o seu significado numa sociedade em que a terra também se submete às relações sociais. Portanto, a produção do espaço é feita para o lucro. O olhar atento para essas comunidades permite ver que elas utilizam a terra para a sobrevivência e estão de acordo com a lei que protege o Pantanal/MS. Na emergência para o lucro, o Estado, atrelado ao empresariado, às vezes, sem maiores explicações, altera aquela forma de uso da terra. As leis se ajustam para inovar as formas

conservadoras de produzir. O exemplo disso, o governo de MS modificou a Lei n. 328/1982.

O governo sustenta o seu discurso nas tecnologias que representam a possibilidade de transformar o vinhoto em adubo, por exemplo. Foi assim que o governo Zeca do PT começou a falar nas mudanças da Lei n. 328/1982, mas, como a lei fez parte de um processo social, o governo chamou o movimento para conversar, como foi devidamente detalhado. Entretanto, depois de três anos de insistência do governo e de resistência do movimento ambientalista, quando o próprio governo já havia cedido às pressões e retirado o projeto de lei da Assembleia Legislativa, o governador Zeca do PT editou a Lei n. 3.335 (BRASIL, 2006, online), que alterou a Lei n. 328/1982. No seu artigo primeiro, a Lei n. 3.335/2006 suprimiu o artigo quarto da Lei n. 328/1982, que era assim descrito:

Fica proibida a ampliação da capacidade instalada das destilarias de álcool ou usinas de açúcar de que trata o artigo 1º, que já se achem instaladas e em operação na data de publicação desta Lei. (MATO GROSSO DO SUL, 1982).

A lei foi editada num total desrespeito aos ambientalistas e à sociedade e à própria Assembleia que arquivou o projeto de Lei em 2005.

De acordo com o representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR) (4 mar. 2014):

Primeiro temos que definir a região pantaneira. Teríamos que separar o que é planície pantaneira, que é sujeita a inundação, da área que fica na parte alta em que os cursos d'água da superfície vão drenar para o Pantanal. Não entendemos esta área como região pantaneira. É a parte alta do Estado e não do Pantanal. O Pantanal não tem parte alta porque o Pantanal é uma depressão do terreno, é uma planície.

Já se passaram trinta anos da edição da Lei 328/1982, e os cultivos e os processos de produção evoluíram e, por este motivo, ela foi revista no que diz o seguinte: a lei impedia que fossem implantadas algumas agroindústrias, não só a agroindústria da cana-de-açúcar na região da Bacia do Alto Paraguai. A gente entende que na região do Planalto, que não é passível de inundação, possam ser implantadas agroindústrias, como efetivamente está ocorrendo. Por isso foi alterada a Lei 328. (informação verbal).

Como separar a planície pantaneira do planalto - se na parte alta estão “os cursos d’água da superfície que vão drenar para o Pantanal” - se os elementos naturais se interligam uns aos outros? O agrotóxico utilizado na cana-de-açúcar não fica somente na lavoura. Ele pode chegar nas nascentes e escorrer para a planície e matar peixes e outras vidas que ali subsistem. Sem contar com o poder destruidor da pulverização aérea que é veneno puro, que é utilizado nas monoculturas.

A opinião de Rodrigues (2006, online)⁵⁷, contrária a do representante da SEPROTUR, afirma:

Então, temos que o objetivo maior da Lei n. 328/1982 é o de promover a proteção ambiental do Pantanal sul-mato-grossense, do que qualquer alteração em tal lei, pode ter por caráter obscuro [...] exatamente desfigurar a lei, torná-la apenas ‘objeto decorativo’, porque descaracterizada a sua finalidade maior. (informação verbal).

Rodrigues (2006, online) acredita que ampliar a capacidade das usinas pode trazer prejuízos:

Claro que sim, e aqui está a ruptura com o objetivo maior da Lei n. 328/1982, pois todos sabemos que, por mais que tenha avançado a pesquisa, a ciência, a tecnologia, não conseguiram fazer com que a produção de álcool não gere vinhoto, que pode ser de 12 a 15 litros de vinhoto, ou restilo, por litro de álcool.

Quanto ao cultivo da cana-de-açúcar na BAP, o representante da SEPROTUR (3 mar. 2014), tem o seguinte posicionamento:

A produção de cana na BAP não traz prejuízo ao meio ambiente. A cana, pela sua estrutura arquitetônica e pela massa que ela forma sobre o solo, é muito mais protetora do solo, evita a erosão muito mais do que culturas anuais. Ela provoca menos revolvimento de solo. A cana-de-açúcar eu acredito que não desertifica a terra. Ela absorve e retém mais carbono do que outras explorações. Ela tem um crescimento vegetativo muito maior e uma massa verde maior do que algodão, arroz, feijão, milho, soja. Ela é mais protetora de solo. Ela retém gases do efeito estufa. Ela é mais protetora de solo em relação ao escoamento superficial de água do que outras culturas. Tem estudos que definiram a equação universal de perda de solo. Na mesma situação, determinadas culturas são mais ou menos provocadoras de erosão. Na questão de estrutura de solo, das práticas culturais, se elas forem mantidas, algumas culturas respondem com maior intensidade à erosão pelo espaçamento, pela arquitetura, e a cana é mais protetora. (informação verbal).

⁵⁷ Artigo original enviado por Cláudia Girelli.

Há uma discussão que a cana-de-açúcar está entre as culturas que prejudicam o solo além de trazer problemas ambientais. Então, não se pode considerar que a cana não desertifica a terra, como uma posição única. No que se refere à ZAT, o representante da SEPROTUR transmite o seu parecer:

Coxim é parte da zona do Alto Taquari. Parece que tem intenção de expandir a cana por aí. O corredor chega até esse pedacinho. Hoje tem restrição ao financiamento do cultivo de cana na Bacia do Alto Paraguai feita pelo Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar publicado pelo governo federal em que o Conselho Monetário Federal vetou o financiamento do plantio de cana na Bacia do Alto Paraguai. Na parte alta do Estado, que é a BAP, os cursos d'água que drenam para a Planície. Nessa parte não é permitido financiar a ampliação do cultivo da cana-de-açúcar, então os produtores não plantam na BAP. (informação verbal).

O depoimento acima remete para a seguinte informação do representante do PT (14 mar. 2013):

O projeto de lei aprovado, que resultou na Lei n. 3.839/09, alterou a Lei n. 328/82 permitindo a instalação de destilarias de álcool e usinas de açúcar na área da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, denominada ZAT.

A Lei n. 3839/09, que alterou a Lei n. 328/82, excluiu a ZAT na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, da proibição para a instalação de destilarias de álcool e usinas de açúcar. A ZAT está situada na porção norte do Estado, fazendo divisa com o Estado de Mato Grosso e se limitando a oeste com a ZPPP. (informação verbal).

A afirmativa do representante do PT (14 mar. 2013) está de acordo com as recomendações do ZEE-MS para a ZAT, que constam do documento Mato Grosso do Sul (2009, p. 41): “Implantação de empreendimentos agroindustriais, com instalação e processos produtivos [...]”. No entanto, a ZAT é uma área susceptível, já que nela existem nascentes de cursos d'água que drenam para a planície pantaneira, como já foi mencionado no primeiro capítulo.

Viu-se, então, que a Lei n. 328/1982 continua em vigor com as devidas alterações feitas pela Lei n. 3.335/21/12/2006, e que o ZEE/MS, Lei n. 3.839, de 28/12/2009, não constitui um documento proibitivo, mas um documento que se restringe a dar indicações.

Depois da campanha de Bodoquena, em princípio, parecia que os embates pela exploração sucroalcooleira no Pantanal/MS haviam se resolvido com a Lei n.

328/1982. Mas, como os dados revelam, pode-se seguramente constatar que, apesar da fragilidade do bioma pantaneiro, o capital insistiu na produção sucroalcooleira entre 1979 e 2009, tão somente para o lucro, submetendo as condições naturais pantaneiras ao seu projeto, e não disponibilizou tantos recursos para o turismo, uma atividade bem menos impactante.

Este capítulo foi importante porque descreveu e analisou alguns elementos do processo de produção das duas campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS na relação que o movimento estabeleceu com o governo desde a sua gênese. Isso apontou para a necessidade de tentar discutir a relação que o movimento estabeleceu com o governo, tema que será abordado no terceiro capítulo.

Em resumo, este capítulo que discutiu a gênese do movimento ambientalista contra usinas de álcool no Pantanal/MS, tem em destaque a FUCONAMS, que teve origem na defesa da propriedade privada. Logo, a base do movimento é ontológica, sendo, por isso, inaceitável certas alusões apologéticas. Também descreveu e analisou a campanha de Bodoquena e a campanha “Não às Usinas de Álcool no Pantanal”. À medida que levantou algumas informações sobre a Hidrovia Paraná-Paraguai, foi descortinando os investimentos no Pantanal/MS, que não se resumem nas propostas de usinas de álcool, mas abrangem, além da Hidrovia, as hidrelétricas, as mineradoras, entre outras. A pesquisa feita para este capítulo mostra que, mediante o poder investidor, os ambientalistas entrevistados temem o retorno das usinas.

CAPÍTULO 3 A RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO E O ESTADO NAS CAMPANHAS

3.1 Os sujeitos sociais intrincados na campanha

O objetivo deste capítulo é discutir as campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS na relação entre o movimento e o Estado. Para isso, o processo deste trabalho identificou que nas campanhas existem dois sujeitos sociais: o Estado e o movimento ambientalista. É na relação estabelecida entre eles que a análise intentará descobrir alguns elementos que somente poderão ser percebidos na sua essência e não na sua aparência. É bom frisar que este estudo não dará conta de decifrar muitos outros elementos porque acima de tudo a produção sucroalcooleira em MS segue o dinamismo do capital. Pretende-se discutir, a partir de agora, o Estado e o movimento contra as usinas no Pantanal/MS, lembrando que os dois sujeitos sociais serão tratados separadamente, como também, que será procurado, em cada um, a relação estabelecida entre eles.

O Estado e o movimento ambientalista dialogam o tempo todo quando existem propostas de usinas no Pantanal/MS, quando não, cessa o diálogo entre eles. Cabe dizer, no entanto, que a implantação de usinas na BP, onde está a maioria das usinas no Estado, não cria demandas para o movimento porque na BP a operacionalização de usinas sucroalcooleiras não ocasiona problemas ambientais como pode ocorrer na BAP.

No esforço de querer apanhar alguns vínculos que o movimento contra usinas no Pantanal/MS estabelece com o governo e, a partir daí, reconhecer algumas características que o movimento assumiu nas campanhas, este texto se calçou nas pesquisas de Coutinho sobre Marx⁵⁸ e Engels, que realizaram profundos estudos acerca do Estado moderno. Sem esse apoio teórico não se alcançaria o diálogo entre os dois sujeitos sociais – o movimento e o Estado – tanto no atendimento de reivindicações do movimento e/ou negociações como nas imposições autoritárias do governo.

O Estado moderno tem uma base ontológica, por isso defende os interesses de uma classe; logo, ele faz parte do processo de produção e de reprodução do

⁵⁸ Cabe registrar os pensadores Antonio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, Carlos Montaña, entre tantos outros.

capital. Se o Estado atende aos interesses da classe dominante e ao modo como a sociedade se ajusta a cada mudança que o sistema capitalista faz para ampliar o seu lucro, é sinal de que o Estado se molda ao dinamismo do capital. Foi assim que a concepção de Estado passou da concepção restrita, em que o Estado é autoritário, para a concepção ampliada, mais aberta à sociedade.

O conceito de Estado ampliado começou com Engels quando ele percebeu nele outras características. Tal percepção ocorreu sem que ele abandonasse o entendimento que tinha, junto com Marx acerca da “natureza de classe do Estado moderno”. Coutinho (1996, p. 28) diz que Engels vê a dimensão “consensual” ou “contratualista” como uma “[...] nova determinação [...]” do Estado moderno e que essa descoberta faz dele “[...] o primeiro marxista a empreender o processo de ‘ampliação’ da teoria do Estado.” O seu conceito ampliado do Estado, continua Coutinho, “[...] se deu como resposta à ampliação efetiva que se processou na esfera política do último terço do século XIX.” Portanto, a elaboração do conceito de Estado é fruto de condições objetivas, as condições que a produção material colocou.

Outros pensadores trabalharam o conceito de Estado ampliado, mas, segundo Coutinho (1996, p. 49), em Gramsci a ampliação do Estado “[...] recebeu sua formulação mais sistemática.” Gramsci (1968, p. 149) conclui: “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção.” Então, segundo ele “[...] na realidade fatural, sociedade civil e Estado se identificam [...].” (GRAMSCI, 1968, p. 32), Logo, essa diferença é apenas uma “distinção metódica” e não uma “distinção orgânica.” É nessa composição do Estado ampliado que este estudo pretende discutir a relação entre o movimento e o Estado nas campanhas contra as usinas no Pantanal/MS.

Com base na elucidação gramsciana percebe-se que o movimento e o Estado existem em instâncias distintas, mas eles estão estritamente ligados; logo, os dois não podem ser vistos como elementos separados. Se o movimento contra usinas já nasceu para defender interesses de uma fração da burguesia, ele defende a propriedade privada. Eis aí a sua base ontológica, como já foi tratado: quando há propostas de construção de usinas, o governo de MS e o movimento dialogam o tempo todo numa complementaridade polarizada. Ora, se o Estado defende interesses da burguesia, de fato, ele é um Estado de classe e não um Estado que está a serviço dos interesses universais. Apesar do diálogo entre o movimento e o

governo, não dá para alimentar qualquer ilusão – a não ser uma ilusão apologética – de que o Estado vai defender o uso do Pantanal/MS para as comunidades tradicionais e/ou para o interesse de todos.

Cada vez mais é nítido o vínculo do Estado com a burguesia. Tipifica bem isso a flexibilidade do governo do Estado de MS em relação às usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS. E assim tem sido com outros setores sociais. Por exemplo, os direitos trabalhistas, apesar de estarem dispostos em lei, têm tido largo espaço na imprensa, que vem surpreendendo a população com o anúncio de deliberações oficiais que tratam de perdas desses direitos.

Enquanto a campanha pela não implantação das usinas de álcool no Pantanal (anos de 2000) foi erigida já sob os ditames do projeto neoliberal - projeto este que desarticula os movimentos sociais e vem acabando com os direitos dos trabalhadores - a campanha de Bodoquena (anos de 1980) foi realizada na retomada dos movimentos sociais. Em outras palavras, as duas campanhas ocorreram em conjunturas política e econômica distintas.

Optou-se, então, por discutir as campanhas na relação entre o movimento e o Estado a partir de três elementos: a proteção ambiental no Pantanal/MS, a política de biocombustível e a crise de 2008.

3.1.1 A proteção ambiental no Pantanal/MS

O setor sucroalcooleiro está estritamente ligado à política nacional de combustíveis, representada pelo Proálcool e pelo BNDES e aos investidores internacionais.

Se, no período entre 2003 e 2009 a produção sucroalcooleira em MS teve um crescimento considerável, foi aí também que o movimento contra as usinas se reorganizou para o enfrentamento das usinas. Os mecanismos nacionais e o mercado internacional fizeram com que o governo estadual fosse incisivo no apoio à produção sucroalcooleira. Mas, a grande virada no setor se deu no início do ano de 2000.

Como na década de 1990 não houve grandes investimentos no setor sucroalcooleiro no estado também o movimento ambientalista não teve atuação. Em outras palavras, sem investimentos no setor, a Lei n. 328/1982 imperava e o movimento continuava desarticulado, o que confirma que o movimento opera em

resposta às demandas criadas pelas usinas no Pantanal/MS. Contudo, é consenso entre os autores estudados que, nos anos de 2000, o etanol tornou-se um atrativo para os investidores e, com base nisso, o movimento reeditou a sua campanha. A bem da verdade, o Estado de MS trouxe para si a temática usineira no Pantanal/MS no final de 1979⁵⁹ que foi desenvolvida na campanha de Bodoquena. Frise-se que o projeto Bodoquena não passou em branco para a sociedade sul-mato-grossense, pois o movimento contra a usina de Bodoquena armou a resistência, fazendo jus à vitória que alcançou.

O que as propostas do governo dão a entender é que, quando o capital quer ampliar o seu lucro, o governo e o empresariado respondem de imediato.

O governador Puccinelli (2007-2010) já assumiu o seu mandato abraçando a causa usineira, conclamando os empreendedores do setor sucroalcooleiro a colaborarem com o desenvolvimento do Estado. No convite que Puccinelli fez está expresso o compromisso que o governo estabelece com o empresariado, o governador chamou a atenção do empresariado não somente para a capacidade econômica do Estado, como também para a proximidade com os mercados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e com os principais polos de desenvolvimento (AZEVEDO; THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 3).

Conclui-se que nos anos de 2000, o governo estadual combinou a política industrial com os incentivos do governo federal pelo BNDES e pelo FCO, também com as facilidades criadas pelos municípios.

Entre as facilidades que o governo cria está a proposta de alteração do ZAE-Cana, mencionada pelo jornal Agrosoft Brasil que publicou o texto intitulado: “Senado aprova plantio de cana-de-açúcar em áreas de Cerrado e da Amazônia.”⁶⁰ O mesmo jornal (15/5/2013, p.1) reportou-se ao discurso do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), relator do projeto, que “[...] apontou a necessidade de ampliar as áreas de cultivo para o atendimento de demandas futuras de etanol e açúcar.” (FRANCO; GUIMARÃES, 2013).

Aparentemente essa mudança se aplica somente à Amazônia. Mas, olhando atentamente para o Pantanal ver-se-á que ali existem áreas do cerrado e áreas do ecossistema pantaneiro, além da constatação de que entre as áreas naturais não existem fronteiras geográficas. Portanto, esta constatação pode franquiar o uso do

⁵⁹ A estrutura administrativa do estado de MS foi implantada em janeiro de 1979.

⁶⁰ O texto original do artigo é do Senado Federal.

Pantanal para atividades destruidoras que não consideram a fragilidade desse ecossistema.⁶¹ A mudança que o referido parlamentar propôs foi semelhante ao ato do governador Zeca do PT (2003-2006) ao editar a Lei n. 3.335/21/12/2006. Tanto a alteração da Lei n. 328/1982 quanto à alteração do ZAE-Cana (2009) tem em comum o benefício de ampliar o lucro, uma vez que elas fazem parte do mesmo jogo da burguesia. Ao mesmo tempo em que o ZAE-Cana 2009 adensou a resistência ambientalista em MS, a posição dos governos de querer alterar uma lei que o executivo editou, sinaliza que o movimento ambientalista e a sociedade sul-mato-grossense têm mesmo que ficarem atentos. A possibilidade de novas investidas do capital sucroalcooleiro no Pantanal/MS é uma preocupação dos ambientalistas.

A Lei n. 3839, de 28/12/2009 do ZEE-MS alterou o artigo 1º da Lei n. 328/1982 que de acordo com Mato Grosso do Sul (2009, p. 2), vigorava assim:

Art. 1º Fica proibida a instalação de destilaria de álcool ou de açúcar e similares na área do Pantanal Sul-Mato-Grossense, correspondente à área da bacia hidrográfica do Rio Paraguai e de seus tributários, delimitada de acordo com o anexo I. (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 2).

Com o artigo 15 da Lei n. 3839/2009, o ZEE-MS alterou o referido artigo primeiro:

Art. 15. O art. 1º da Lei nº 328, de 25 de fevereiro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação e com acréscimo dos dispositivos que seguem:

Art. 1º Fica proibida a instalação de destilaria de álcool e usinas de açúcar na área de Pantanal Sul-Mato-Grossense, representada pela Zona da Planície Pantaneira, bem como nas áreas adjacentes, representadas pela Zona do Chaco, Zona Serra da Bodoquena, Zona Depressão do Miranda e Zona Proteção da Planície Pantaneira, delimitadas de acordo com o Anexo I. (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 2).

Vale dizer que o Anexo I da Lei n. 3839/2009, especifica a localização das zonas, as características, as diretrizes, entre outras. O documento Mato Grosso do Sul (1982, online) publicou o Decreto n. 1.581, de 25 de março de 1982 que regulamenta a Lei n. 328/1982:

⁶¹ É importante dizer que o fato ocorreu em 2013, fora do período dessa pesquisa; portanto, não houve tempo para averiguar se a decisão foi fruto de alguma negociação com os ambientalistas ou se foi mais uma atitude governamental autoritária.

Ao Leste: limites estaduais com o Estado de Goiás e com a linha divisória entre as bacias hidrográficas do rio Paraguai (PA) e rio Paraná (PR).

Ao Norte: limites estaduais com o Estado de Mato Grosso.

Ao Sul: limites internacionais com a República do Paraguai.

Ao Oeste: limites internacionais com a República do Paraguai e da Bolívia.

Os dados revelam que a Lei n. 3839/2009, que alterou o Decreto n. 1.581/25/03/1982, é bem mais restritiva que o referido Decreto que delimitava a Bacia Hidrográfica do Paraguai no MS.

Na ZAT a “ocupação desordenada” causou danos ambientais sendo que o rio Taquari, o rio Jauru e o rio Coxim têm parte no planalto e parte na planície pantaneira. Os municípios que compõem a ZAT são: Figueirão, Alcinópolis, Camapuã, Pedro Gomes e Sonora e parte dos municípios de São Gabriel do Oeste, Rio Verde, Coxim, Rio Negro e Corguinho (MATO GROSSO DO SUL 2009, p. 41).

Embora o documento seja fiel ao mencionar os prejuízos causados pela “ocupação desordenada”, as recomendações e as não recomendações não especificam a proibição de usinas de álcool na região, por exemplo. Os municípios que compõem a ZPP que, segundo o documento Mato Grosso do Sul (2009, p. 46), abrange “[...] também partes dos municípios de Sonora, Coxim, Rio Verde, Aquidauana e Miranda.” E a ZPPP engloba os municípios de Rio Verde e Coxim, entre outros, e parte dos municípios de Pedro Gomes, Sonora e São Gabriel.

Como se viu os municípios de Coxim, Rio Verde e Sonora ocupam terras localizadas na ZPP, na ZAT e na ZPPP. Desse modo, se a lavoura canavieira for plantada na ZAT, o agrotóxico, como já foi observado, poderá escorrer para a planície pantaneira, o que comprova a interdependência dos elementos naturais.

O próprio ZEE-MS já sinaliza que os investimentos sucroalcooleiros precisam respeitar as áreas dos municípios localizadas na ZAT, na ZPP e na ZPPP, portanto a delimitação dessas áreas já é um fator restritivo quanto ao uso do solo. Não dá, então, para proibir as indústrias sucroalcooleiras somente na ZPP porque ela se interliga com a ZAT e com a ZPPP. O governo argumenta que o Pantanal corresponde à ZPP e que ela está protegida.

Quanto à cultura canavieira, é preciso levar em conta que ela é a matéria-prima para a produção do açúcar e do etanol e, pode-se supor que ela atrairia de pronto os investidores e empresários do setor. O produtor rural do Pantanal/MS da

Nhecolândia⁶² (3 mar. 2015) entrevistado, ao falar sobre a cana-de-açúcar disse que “[...] como toda monocultura ela interfere no bioma a sua volta.” O fato de a cana-de-açúcar interferir no bioma a sua volta já seria suficiente para que o governo incorporasse ao agronegócio canavieiro no Estado os argumentos dos ambientalistas, se de fato, o governo tivesse uma preocupação em preservar o ecossistema pantaneiro. Os argumentos que o governo utiliza ficam em torno do discurso do desenvolvimento sustentável.

O ZEE-MS recomenda a implantação de “empreendimentos agroindustriais” na ZAT e chama atenção para a necessidade de “restauração ecológica” para as áreas de preservação permanente. Ora, se o ZEE-MS ressalta que a ZAT possui recursos hídricos e “cabeceiras de rios” onde estão nascentes de cursos d’água que drenam para a planície pantaneira, por que o ZEE-MS não proíbe a implantação de empreendimentos agroindustriais, em vez de realçar a necessidade de “restauração ecológica”? Por trás de uma neutralidade aparente o ZEE-MS deixa ver nele um instrumento de proteção ao governo e aos empreendedores, pois ele necessita apenas do discurso aparente de preservar o Pantanal/MS. Prova, então, o caráter de classe do ZEE/MS.

O documento nomeia as “usinas hidrelétricas” como não recomendadas, já “[...] os empreendimentos e atividades causadoras ou que acelerem processos erosivos e o carregamento fluvial de sedimentos”, o ZEE-MS não registra a quais atividades ele está se referindo. Pode ser as usinas de álcool e de açúcar? Por que o governo manteve essa indefinição? Se olhar bem a lei do ZEE-MS foi editada em dezembro de 2009, quando o governo já havia suspendido as propostas de usinas no Pantanal/MS em função da crise de 2008/2009.

Por trás dessa indefinição do documento pode estar implícito que quando tiver recursos para o setor sucroalcooleiro no Estado, ao menos o ZEE-MS não será um obstáculo, o que poderá diminuir a força do movimento ambientalista contra as usinas. O ZEE-MS que tem mesmo um interesse de classe se garantiu com uma assessoria técnica que imobilizou o movimento, pois o movimento conseguiu fazer uma tímida mobilização na elaboração deste documento, se comparada às anteriores. O governo derrotou o movimento com o ZEE que deu justificativa técnica para usinas na BAP (Representante da SOS Pantanal, 18 fev. 2013).

⁶² Produtor rural do Pantanal/MS da Nhecolândia, entrevistado por Enilda Maria Lemos em 3 mar. 2015.

Os depoimentos acerca da aprovação do ZEE-MS e a neutralidade com que o documento se porta nas recomendações e não recomendações de empreendimentos para a ZAT, sugerem uma predisposição para retomadas futuras das investidas de usinas sucroalcooleiras na região pantaneira. O caráter neutro da posição que o governo assumiu por meio do ZEE-MS responde, em parte, a pergunta que foi feita no primeiro capítulo: Por que o governo manteve essa indefinição quanto aos empreendimentos na ZAT?

É claro que o governo precisa impor por formas sedutoras e ocultas a defesa da propriedade privada. Precisa sempre aparecer no seu discurso que o governo está interessado em “ajudar os trabalhadores”, “ajudar os pobres”. Em vez de dizer que a sua opção é a defesa da propriedade privada, o governo deixa fluir no seu discurso a defesa do ecossistema pantaneiro, ecossistema este tão caro àqueles que sobrevivem dele e aos que persistem nessa luta. Em decorrência disso, o governo responde às demandas do capital sucroalcooleiro maquiando o seu projeto.

A questão de fundo é o vínculo que o movimento estabeleceu com o governo – que representa os interesses da burguesia – na sua gênese, uma vez que a relação entre o governo e o movimento oscila entre a conciliação e a oposição. Quando o governo precisa legitimar o seu projeto de usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS, ele o apresenta ao movimento ambientalista, quando não, o governo impõe o seu projeto de forma autoritária. Então, na relação entre governo e movimento ambientalista há momentos de oposição ferrenha e momentos em que o discurso da defesa do ecossistema pantaneiro os une. Assim, os argumentos técnicos tanto podem fortalecer a luta dos ambientalistas como pode fortalecer o governo, como aconteceu com o ZEE-MS.

Em consequência da luta contra usinas de álcool no Pantanal/MS constantemente travada, porém, como essa luta só existe na relação do movimento com o governo, ela também está presa à conjuntura política e econômica. Em tempos de acumulação flexível, é o mercado que dá o tom à política econômica sucroalcooleira. Contudo, a resistência faz parte da história do movimento. O movimento produz conquistas e vitórias na sua luta, e essas jamais se fizeram como presente de algum governo especial ou como fruto da ideia luminosa de um dos seus líderes, como pretendeu a literatura ambientalista, e, muito menos, por obra do acaso.

O tempo todo aparecem no trabalho dados de MS que confirmam o que Sant'Ana (2012, p. 28) ressalta: “[...] a aliança histórica com a classe dominante mantém-se.” Viu-se que o setor sucroalcooleiro em MS é protegido pela política econômica que, por sua vez, possui vínculos com o mercado nacional e internacional. E isso rebateu na lei que trata da proteção do Pantanal/MS por meio das alterações que o próprio governo faz. A alteração feita na Lei n. 328/1982 permitiu ver que, de fato, o Estado defende os interesses da burguesia em nome da proteção do Pantanal/MS. Assim, a mesma lei que serve para disciplinar o uso do Pantanal/MS num dado momento, ela foi alterada por meio de uma outra lei, não para proteger o Pantanal/MS, mas, sim, para proteger o setor sucroalcooleiro. Tanto é que, volta e meia, as propostas de usinas pelo Estado ressurgem e o movimento se arma para a resistência.

Feitas essas considerações acerca da proteção ambiental no Pantanal/MS serão abordados no próximo item, como as políticas de combustíveis refletem no setor sucroalcooleiro de MS.

3.1.2 As políticas de combustíveis

De início essa pesquisa se preocupou em querer descobrir uma semelhança entre as duas campanhas de usinas de álcool no Pantanal/MS, inquietação esta que foi respondida com o estudo de Valdez (2011a) sobre a política energética brasileira. Nesse campo, a primeira tarefa foi pesquisar se existiu algum ponto na política federal de biocombustíveis que foi comum às duas campanhas, lembrando que a campanha de Bodoquena ocorreu no governo do General Figueiredo (1979-1985), marcado pela reabertura política, e a campanha contra usinas de álcool no Pantanal/MS, no governo Lula (2003-2010).

O estudo de Valdez (2011a) detectou pontos em comum na política nacional energética no governo de Figueiredo (1979-1985) e no governo Lula (2003-2010). O autor destacou “[...] algumas semelhanças na condução dos assuntos externos referentes especificamente ao tema do desenvolvimento e da inserção comercial do Brasil.” (VALDEZ, 2011a, p. 39) e que “[...] o regime militar e o governo Lula atuaram simultaneamente na promoção comercial do Brasil e no seu desenvolvimento nacional via política externa.” (VALDEZ, 2011a, p. 41). O autor afirma que os dois governos, privilegiaram “[...] o desenvolvimento de energia nacional, dada à

dependência brasileira em relação ao petróleo importado.” (VALDEZ, 2011a, p. 43). A conclusão a que Valdez (2011a, p. 43) chegou é que o governo militar respondeu à alta do preço do petróleo na década de 1970 com o Proálcool e que, nos anos de 2000, o governo Lula (2003- 2010) optou “[...] pela retomada deste programa sob a política de incentivos aos biocombustíveis brasileiros [...]”. Ao mostrar que o governo militar lança o Proálcool e o governo Lula atualiza o Programa, o autor coloca o regime militar e o PT no mesmo patamar, sem mencionar a concessão que o governo FHC fez aos usineiros. Trata a ditadura e o regime militar como iguais, quando na verdade apresentam diferenças tão significativas, em especial pela violência praticada na ditadura. Contudo, é preciso destacar que nenhum dos governos assumiu a causa dos trabalhadores.

Como se sabe, o etanol é um produto que faz parte dos biocombustíveis, lembrando que a cana-de-açúcar é a matéria-prima para produzir o etanol e a bioeletricidade. Na economia nacional, a cana-de-açúcar de fato, atrai os empresários para a produção sucroalcooleira e mobiliza os governos a apoiarem o setor.

Então, nas duas campanhas contra usinas no Pantanal/MS o governo militar e o governo Lula fizeram caminho igual na política para a produção sucroalcooleira brasileira, e, no caso, em MS. Nessa política, os bancos estatais tiveram um papel notável. Valdez (2011a, p. 43), diz que a inserção comercial do Brasil no mercado internacional foi feita com os bancos estatais: “[...] o Banco do Brasil no Regime Militar e o BNDES no Governo Lula.” Justamente os bancos que poderiam implementar a agricultura de subsistência para o pequeno produtor, estiveram a serviço da política energética que apoiou a produção para o mercado internacional. A prioridade, então, não é a população e nem os ecossistemas brasileiros, mas, sim, o lucro que a produção canavieira dá para os grandes grupos econômicos. As palavras de Valdez (2011b, p. 1) ilustram o papel que o BNDES teve no governo Lula:

O governo Lula, em seus dois mandatos, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Nacional e Social (BNDES) – principal órgão governamental de apoio ao desenvolvimento nacional – apoiou a inserção da economia brasileira no mercado mundial.

Não foi somente a política energética do governo Lula que procurou atender ao mercado mundial. No início da produção sucroalcooleira as unidades produtivas

que foram implantadas em MS, entre 1979 e 1983, operaram com recursos próprios e com recursos do Proálcool. Então, o Proálcool, o BNDES e o agronegócio canavieiro são elementos que constituem o setor sucroalcooleiro no âmbito do processo de produção capitalista, uma vez que, outra coisa não faz senão perseguir o lucro.

De fato, o BNDES teve um papel promissor no agronegócio canavieiro. Valdez (2011b, p. 3), registra a participação acionária desse Banco na ETH Bioenergia, por meio dos Debêntures BNDESPAR. O próprio Luciano Coutinho, presidente do BNDES declarou no 11º Congresso Brasileiro de Agronegócio, da Associação Brasileira do Agronegócio (AGROLINK, 2012a, online): “Temos de caminhar em direção do etanol de terceira geração [...]”, enfatizando a inovação e o aumento da produtividade. O registro de Ishi (2006, online) acrescenta:

Com a alta do petróleo e políticas de países desenvolvidos que estimulam o uso de combustíveis alternativos, a demanda por álcool deve crescer ainda mais para o nosso país, que já é líder mundial, junto aos Estados Unidos, na produção sucroalcooleira. Os principais compradores do álcool brasileiro são Índia, Japão, Holanda, Suécia e Estados Unidos, segundo o Instituto de Economia Agrícola.

A previsão que Ishi (2006, online) faz acerca do aumento da demanda pelo álcool é compatível com o período de implementação do setor sucroalcooleiro (2003-2009) em MS. O autor salienta:

Aproveitando a onda, o BNDES injetou este ano R\$ 1,5 bilhão em novas destilarias no Brasil, financiando até 90% dos custos, e ajudando a implantar 98 novas usinas em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Minas Gerais e São Paulo. (ISHI, 2006, online).

Havia, então, uma combinação entre o BNDES e o mercado externo para a compra do álcool brasileiro sendo que o agronegócio canavieiro em expansão em MS era alvo dessa política. A demanda internacional é tão real que o álcool brasileiro foi qualificado como um biocombustível “avançado” pela EPA, Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (MILANEZ; NYCO, 2012, p. 72).

Ainda sobre o BNDES e o agronegócio canavieiro, o estudo de Milanez e Nyco (2012, p. 76) constataram “[...] que o apoio do Banco para o setor se manteve relativamente estável entre 2000 e 2004.” De acordo com esses autores: “Com a

introdução dos veículos flex no mercado automotivo brasileiro, o setor passou a investir pesadamente em ampliação de capacidade produtiva.” (MILANEZ; NYCO, 2012, p. 76). É bom lembrar que na segunda metade da década de 1980, o governo criou o mercado consumidor para o carro a álcool disponibilizando financiamento etc. (SANT’ANA 2012, p. 21).

Em 2003 foi introduzida a “tecnologia flex”, o que mobilizou investidores, empresários, o governo federal e o governo de MS, havendo um acréscimo no dinheiro que o BNDES disponibilizou para o setor sucroalcooleiro. Para Milanez e Nyco (2012, p. 76): “Entre 2003 e 2010, quando atingiu seu ponto máximo, o volume desembolsado pelo Banco para o setor aumentou aproximadamente dez vezes.” Se em 2003, o segundo governo do Zeca do PT começou as suas propostas de alteração da Lei n. 328/1982 é porque já o fazia com o suporte do governo federal, o que mostra que o retorno das propostas de usinas em MS (2003) não se deu ao acaso.

Isso rebateu também na produção canavieira. Em 2004, MS produziu 10.0000 toneladas de cana-de-açúcar, ficando em 2009 entre 20.0000 e 25.0000 (THOMAZ JÚNIOR; DOMINGUEZ, 2012, p. 143). Esse crescimento que a produção canavieira teve no Estado, segundo Thomaz Júnior e Dominguez (2012, p. 143), “[...] traz benefícios para a balança comercial do estado e do país, mas traz também, todas as consequências (exploração de mão-de-obra, exploração ambiental, entre outras).” Esta é uma condição objetiva da produção sucroalcooleira. Outro ponto que Thomaz Júnior e Dominguez (2012, p. 143) esclarecem é que MS oferece “[...] apoio incondicional ao agronegócio [...]” e que, com isso, MS “[...] tem deixado de produzir os alimentos básicos ao ser humano, como o arroz e a mandioca.” Mais uma vez os argumentos dos estudiosos demonstram claramente que a produção canavieira é feita com a monocultura, portanto, ela acaba com o pequeno produtor que, tradicionalmente, vinha desenvolvendo a agricultura e a pecuária para a subsistência. Sem contar que a produção canavieira afeta o modo de vida do trabalhador e da comunidade. Então, não há o que questionar sobre o apoio que o governo de MS oferece para o agronegócio canavieiro.

O governo Lula (2003-2010) utilizou o Estado logístico. Segundo Valdez (2011a, p. 39), o Estado logístico é o que:

[...] instrumentaliza seu aparato institucional de comércio exterior de forma a oferecer melhores condições para a inserção internacional

da economia brasileira ao garantir apoio financeiro ao empresariado nacional.

A logística é um componente imprescindível para o agronegócio canavieiro, já que as obras de infraestrutura visam, em especial, o escoamento da produção. O governo de MS articulou com o governo federal investimentos financeiros voltados para a infraestrutura básica e a sua modernização (OLIVEIRA, 2009, p. 206). Esse aparato institucional e legal deu confiança para o governo estadual propor usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS e propor também a alteração da Lei n. 328/1982, já que o horizonte da produção sucroalcooleira é o mercado mundial e o incremento no mercado interno. A crise de 2008/2009 levou a Petrobras a “congelar os investimentos” para a construção do alcooduto e o poliduto em MS (PETROBRAS..., 2009, online).

Retomando, a campanha de Bodoquena foi realizada na década de 1980, quando os movimentos sociais estavam em franca atuação. Foi também na década de 1980 que ocorreram as mudanças no trabalho, sobre as quais Antunes (1995, p. 79) afirma que o “[...] salto tecnológico fez com que o modelo de produção [...],” baseado no padrão fordista de produção fabril na lógica taylorista de organização do trabalho, “[...] deixasse de ser o único modelo dominante no processo de trabalho.” As mudanças no trabalho e as imposições do neoliberalismo – lembrando que o neoliberalismo no Brasil foi implantado na década de 1990 – recaíram na produção sucroalcooleira e colocaram impedimentos ao sindicalismo e às manifestações sociais.

Os movimentos sociais brasileiros no processo de reabertura política, de fato, foram um componente importante para que o movimento contra a usina de Bodoquena sensibilizasse a comunidade brasileira e internacional, mesmo sem os recursos tecnológicos. Dessa forma, o movimento contra usinas no Pantanal/MS só pode ser entendido na reabertura política do Brasil (campanha de Bodoquena) e na política do agronegócio canavieiro (campanha dos anos de 2000), esta última segue os ditames da política internacional e o neoliberalismo. A campanha de Bodoquena é uma expressão do comando do capital internacional, pois ela teve como um elemento constitutivo o projeto Bodoquena (década de 1980) que previa recursos do Proálcool (1975) e investimentos financeiros de “David Rockefeller” (MATO GROSSO DO SUL, 1980, p. 12-13).

A FUCONAMS nasceu na reabertura política e na efervescência dos movimentos sociais. e se definiu como uma ONG ambientalista dos anos de 1980. Segundo Loureiro (2003, p. 121), as ONGs não assumiam “[...] uma opção política e ideológica.” De imediato, poderia se esperar uma ferrenha oposição por parte da FUCONAMS; no entanto, elementos da burguesia participaram da campanha e ao fim dela se retiraram da ONG. Outro aspecto do trabalho das ONGs, discutido por Montaño e Duriguetto (2011), é que elas se mobilizam em torno de necessidades, interesses ou reivindicações de outros. Acaba por ser uma luta da qual o ambientalista não vai se beneficiar diretamente do ecossistema pantaneiro. É diferente, por exemplo, do movimento pela moradia, entre outros, que defende interesses próprios. Então, o formato das ONGs já concorre para que a luta que elas desenvolvem seja uma luta pontual. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 265).

A campanha de Bodoquena foi realizada sob vigência do Proálcool, que é uma expressão da política energética, no auge dos movimentos sociais. Na realidade, o movimento arquitetou a campanha e fez as articulações necessárias com as entidades sociais, ficando para a burguesia o trabalho de dar o reforço político, que incluía fazer a liderança à frente do movimento, como ocorreu na liderança de Astúrio. Viu-se que o poder hegemônico falou bem mais alto do que a proteção ao ecossistema pantaneiro; no entanto, esse mesmo poder utilizou o discurso ambientalista para obter a adesão da população. E aí o discurso do meio ambiente é sedutor e, de fato, pode envolver a comunidade como um todo.

Em termos educacionais, é louvável o alcance que a campanha de Bodoquena teve, inclusive sensibilizando algumas pessoas que não conheciam o discurso ambientalista. O movimento ambientalista nasceu no vigor da produção e do trabalho toyotista, que cobra duramente do indivíduo e captura a sua subjetividade por persuasão e por coerção, em vez de lutar por uma ação política para as classes subalternas (ABREU, 2012, p. 227). Ainda que o movimento seja uma força que não mexe na estrutura de classe, ele trouxe benefícios incontáveis para a vida humana e para a vida da natureza. Ele deu a conhecer a necessidade de se cuidar do Pantanal/MS, estendeu a luta a entidades internacionais, conseguiu a vitória e entrou para a memória das lutas ambientalistas do Estado.

Em 2003, não havia o impedimento de produtores rurais locais, mas sim o interesse de prefeitos atraídos pelo aumento da receita. De acordo com o diretor da ECOA⁶³ (31 jul. 2014):

Os usineiros têm uma preocupação mínima com o entorno, que a pecuária não tem, que é melhorar a infraestrutura para melhorar a produção. Enfim, a cana tem um município chamado de Vista Alegre, próximo de Dourados. Tem duas usinas próximas de Vista Alegre. Em cinco ou seis anos lá teve um crescimento diferenciado. Pensar em Bandeirantes, Alcínópolis, não tiveram nada. Em Vista Alegre tem hotel e restaurantes. Aquidauana e Corumbá são municípios que a vida toda dependeram da pecuária e nunca se alavancaram. Em Vista Alegre você vê hotéis, restaurantes, com aquela estrutura rústica, muita gente passando por lá, passagem para Ponta Porã. Mas com as duas usinas, tudo que tem ali do lado eles tem que investir. (informação verbal).

A operacionalização da usina já exige que o município tenha borracharia, hotéis, restaurantes, entre outros serviços que visam, em primeiro lugar, o capital. Viu-se que o setor sucroalcooleiro se ampliou com o apoio do BNDES, dos incentivos fiscais do governo do Estado e dos municípios e de outros. Como ilustra bem Carvalho (2008, online):

De repente, a montanha-russa começou a subir. O etanol entrou na moda no mundo todo e o setor saiu do atraso para a vanguarda do capitalismo, em sua busca por combustíveis renováveis para substituir o poluidor e finito petróleo. Grandes grupos brasileiros se capitalizaram na bolsa de valores. Investidores internacionais desembarcaram aos montes anunciando a compra e a construção de novas usinas. Entre eles estavam fundos especializados em tecnologia do Vale do Silício e o investidor George Soros.

Foi nesse movimento de investidores nacionais e internacionais que o governador Zeca do PT (2003-2006) começou a se preocupar com as restrições da Lei n. 328/1982. Só que o governo não conseguiu se sobrepôr à Lei sozinho. Ele teve que colocar em sua agenda as lideranças do movimento porque, admitindo ou não, a campanha de Bodoquena está na memória da sociedade sul-mato-grossense e faz com que o movimento, em certa medida, seja considerado. Portanto, de alguma maneira, em algum momento, o governo teve que conversar com os ambientalistas. Ocorre que em 2006, Zeca do PT (2003-2006), editou a Lei n. 3.335/2006 (MATO GROSSO DO SUL, 2006). O agronegócio canavieiro depende

⁶³ Diretor da ECOA, entrevistado por Enilda Maria Lemos no dia 31 de julho de 2014.

da disponibilidade de recursos que determina os ajustes para a economia e para a legislação ambiental.

Por que a supressão do artigo 4º da Lei n. 328/1982 mencionada se deu de forma tão traiçoeira, se o governo já havia recuado na ideia de ampliar as usinas? A explicação de fundo sobre a supressão do artigo 4º da Lei n. 328/1982 veio de Ishy (2006, online), ao registrar o texto do jornal Correio do Estado que “[...] revelou que tanto a usina Santa Olinda, em Sidrolândia, como a Sonora, no município de Coxim, já estão operando acima do permitido pela legislação.” A Lei n. 328/1982, conquista do movimento ambientalista, simplesmente foi desrespeitada. Por sua vez, a Lei n. 3.335/2006 veio para dar legalidade a uma operação que já vinha sendo desenvolvida de forma ilegal. Assim, tornou legal uma operação ilegal. Portanto, a lei é uma expressão do domínio do lucro e se é para proteger o lucro para que pensar na sobrevivência do homem e da natureza? Caso o governo chamasse o movimento para conversar, certamente ele encontraria impedimentos. Naquele contexto, o governo não precisava legitimar a sua ação. Muito ao contrário, ele estava investido de um poder que lhe permitiu editar a Lei às escondidas, pois queria proteger os empresários sem se importar com o tanto que isso custaria e a quem.

Quando as ONGs se depararam com a notícia de alterar a referida Lei, começaram a organizar a resistência criando uma agenda com o governo. Nesse jogo, entraram em cena os dois sujeitos dessa relação, o governo e o movimento. As passeatas e a morte do Francelmo, em especial esta última, fez com que o governo retirasse a sua proposta em 2005, e até de forma legal, por meio de um parecer jurídico. Nas palavras de um líder ambientalista⁶⁴ (7 abr. 2014), a proposta do governo foi derrotada depois da morte do Francelmo:

[...] uma perda muito grande [...]. (informação verbal).

Mas, diz ele:

[...] a expansão da cana continua acelerada no Brasil inteiro. Tendo em conta de que essa expansão foi acelerada com muito dinheiro de origem governamental, do Banco do Brasil, do BNDES e também dinheiro internacional. Vários Fundos foram criados para investir neste setor da cana. Era um processo arrasador. Para você ter uma ideia, na Bacia do Ivinhema tem quatro milhões de hectares como

⁶⁴ Líder ambientalista, entrevistado por Enilda Maria Lemos no dia 7 de abril de 2014.

Dourados, Rio Brilhante, Maracaju, que são grandes produtores de grãos. (informação verbal).

A expressão “processo arrasador” que o líder ambientalista utilizou está devidamente retratada nos dados numéricos que ele apresenta:

Na Bacia do Ivinhema tinha previsto 67 usinas neste período pré-crise de 2008 e 2009. (informação verbal).

Se no período antes da crise de 2008/2009 o setor sucroalcooleiro pôde desfrutar da abundância de recursos, em 2008/2009 houve uma retração dos investimentos. Devido à importância que ela teve no recuo das usinas, a crise de 2008 será o tema a ser tratado na sequência.

3.1.3 A crise de 2008-2009

É verdade que em MS também o agronegócio canavieiro significou uma oportunidade para os investidores e veio pressionando a ocupação de áreas na BAP e na BP. À medida que a produção sucroalcooleira avança nas terras sul-mato-grossenses para a lavoura e para as usinas o movimento ambientalista se articula para dar uma resposta. Quando o setor sucroalcooleiro está em expansão, os investidores não se importam se a terra está no ecossistema pantaneiro, no cerrado, em áreas de nascentes, etc. Viu-se que a BP foi o alvo dos Fundos, mas, como elas são vizinhas, a BAP também poderá atrair investidores. Sobre isso, o líder ambientalista (7 abr. 2014) detalha:

[...] na medida em que você tem terras boas ali, na parte alta, no planalto você tem terras excelentes que são apropriadas para a cana. Enilda o que a cana requer? A cana requer um solo que tem argila, areia, para que a água não fique retida e vai infiltrando devagar. E também a cana requer dois tipos de estação extrema, uma com muita chuva, outra com mais seca. Porque você desenvolve o vegetal, a cana e na seca você produz açúcar, açúcar é chave porque depois você produz álcool. Então na Bacia do Paraná você tem essa situação e na Bacia do Paraguai também você tem um solo argiloso e arenoso e um clima favorável. (informação verbal).

O texto chama a atenção para as terras e o clima da BAP e da BP, que são “excelentes e apropriadas” para a lavoura da cana-de-açúcar. Então, por que fazer

distinções entre as duas bacias? Quando a pressão ambientalista se manifesta, o empresariado e o governo apelam para as vantagens de emprego que a usina oferece e para as tecnologias ambientais de ponta. Mas, se tem dinheiro disponível é difícil o impedir a implantação de usinas. É diferente quando não tem o dinheiro. Foi o que ocorreu na crise de 2008, que abalou a economia internacional, sobre a qual Giselle Silva (2012, p. 214) afirma:

Nos tempos atuais presenciamos uma crise do capital que teve sua origem na '[...] festa do capital imobiliário e no refinanciamento dos empréstimos hipotecários norte-americanos sem lastro no mundo real' (ROQUE; SALVADOR, s/d), e, em pouco tempo se alastrou atingindo primeiro bancos, seguradoras e mercados financeiros e depois diversos setores da economia dos Estados Unidos. Hoje se estende a todo o globo. (Grifo do autor).

Essa crise, para Giselle Silva (2012, p. 214), "[...] é mais grave pelo seu caráter global e por sua localização nas economias avançadas." Como a crise se estende a todo o globo e a diversos setores da economia, ela repercutiu também na produção sucroalcooleira. Nas palavras de Carvalho (2008, online): "[...] a crise financeira mundial chegou, atingindo em cheio os produtores de álcool brasileiros - e a montanha-russa do setor inicia agora o que muitos temem ser uma vertiginosa descida." O líder ambientalista (7 abr. 2014) compartilhou do mesmo pensamento:

Com a crise, tudo isso desmonta, o dinheiro evapora, isso se desfaz. Particularmente por causa desses Fundos Internacionais que quebram. Foi uma quebradeira geral, mundial, e o dinheiro evaporou. E esses Fundos desaparecem, tinha Fundo com o Bill Clinton e poucos Fundos ficam. Um dos que ficaram foi o Fundo do Soros que tem duas usinas em MS, uma em Angélica e outra em Ivinhema. Mas, pós 2008, 2009, a expansão segue de maneira menos acelerada, mais lenta, exclusivamente com base no dinheiro do BNDES. (informação verbal).

O diretor da ECOA (31 jul. 2014) compartilhou dois pontos mencionados pelo líder ambientalista. O primeiro deles é que, de fato, com a crise o:

[...] 'boom' de investidores cessou. (informação verbal).

O segundo ponto é comum a todos os ambientalistas entrevistados, conforme diz o representante da ECOA (31 jul. 2014):

Na época existia uma intenção de se implementar usinas no Estado, inclusive mudando a lei n. 3282/1982 para que novas usinas pudessem ser implementadas no planalto e na planície da BAP. (informação verbal).

O conteúdo da luta continua sendo o impedimento de usinas de álcool no Pantanal/MS, tanto nos anos de 1980 como nos anos de 2000. De acordo com o diretor da ECOA (31 jul. 2014):

O que eu acompanhei foi este movimento dessa época e aí, em 2008, veio a crise internacional que retraiu muito os investimentos do setor sucroenergético. E somado a isso fizemos uma articulação muito forte com o Ministro Carlos Minc. O Ministro Carlos Minc conseguiu articular para que os grandes importadores da Europa e dos Estados Unidos não comprassem etanol e açúcar da Amazônia Legal e da BAP.

Qualquer etanol que viesse da Amazônia Legal [...] e da BAP, da planície e do planalto não seria comprado. E isso foi a grande chave para a grande vitória nesse panorama.

[...] Com a guerra ganha, os investidores se voltam para a BP, em Ivinhema [...]. (informação verbal).

Em relação às articulações que o movimento fez com o Ministro Minc, o líder ambientalista (7 abr. 2014) destacou:

O passo que nós demos foi conversar com o Ministério do Meio Ambiente, relatar toda aquela situação anterior (essa situação é a campanha de Bodoquena) e o Ministro, o Carlos Minc, ele também um ambientalista, realmente ele considerou a história absurda de construir usinas na Bacia do Pantanal.

Ele se propôs a tomar uma série de medidas que nós discutimos e uma delas foi levar a questão para o Conselho Monetário Nacional, onde se tem uma decisão que não permite financiar a construção de usinas de álcool na Bacia do Alto Paraguai. E isso é uma decisão do Conselho Monetário Nacional que é extremamente importante. (informação verbal).

Merece destaque a posição do Carlos Minc quando ele esteve no Ministério do Meio Ambiente: as articulações que Minc fez com os grandes importadores da Europa e dos Estados Unidos para inviabilizar a compra de etanol e açúcar da Amazônia Legal e da BAP e a decisão do Conselho Monetário Nacional. São estratégias que se destacaram na gestão de Minc. De fato, a posição que o Minc assumiu é muito diferente do posicionamento de outros ministros que vão contra a atuação dos movimentos sociais, como é a posição que a Katia Abreu vem assumindo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (2015).

Na parte relacionada à luta, os depoimentos dos ambientalistas deixaram ver que, de fato, nos anos de 1980, o protagonismo da campanha de Bodoquena ficou por conta da FUCONAMS. Entre os anos de 2003 e 2005, a coordenação do movimento veio da ECOA. Em 2009, o CEDAMPO teve um papel extraordinário, pois, como já foi dito, ele reuniu as ONGs ambientalistas e sociais e, no “racha” que houve no movimento (uns optaram por assumir uma posição radical e outros por negociar com o governo) capitaneou a negociação com o governador André Puccinelli.

Convém mencionar o seguinte argumento de Carvalho (2008, online) sobre a crise: “[...] o principal vetor do impacto da crise é a falta de crédito.” Essa autora (2008, on-line) é taxativa em seu argumento: “Primeiro, porque o dinheiro disponível para ampliação e construção de usinas evaporou.” Ao partilhar do mesmo entendimento sobre a diminuição de investimentos nas usinas, o líder ambientalista (7 abr. 2014) e concluiu dizendo que a crise:

[...] também ajuda a conter a pressão por usinas na Bacia do Paraguai. (informação verbal).

E isso resultou no recuo das propostas de usinas na BAP, decisão esta que foi processada na negociação entre o governo e o movimento.

O movimento opera com o governo, que protege o agronegócio canavieiro em MS. De acordo com Oliveira (2009, p. 205), o agronegócio canavieiro em MS também “[...] reforça o processo de internacionalização do capital, expresso na concentração e fortalecimento de grupos por meio da incorporação de capital externo via aquisições e/ou participação acionária.” A empresa do grupo Odebretch que não tinha nenhuma tradição no setor, possui três usinas em MS. E a LDC Bioserv que é a Dreyfus, um grupo financeiro francês está investindo no Brasil com duas usinas em MS. (BACKES, 2009, p. 89). Esses grupos não têm vínculo com a produção canavieira. Eles investem enquanto realiza lucro, enquanto há renda. Quando acaba o lucro, o prejuízo fica para a comunidade. Isso tem uma mudança na relação da usina com a comunidade. Porque antes o proprietário por mais que ele fosse explorador ele tinha um vínculo com a comunidade local e com o desenvolvimento local. Embora esses grupos continuem a exercer um poder de persuasão muito forte sobre a política local. Na relação empresarial, o trabalhador se sente perdido porque ele não tem um único patrão.

Os dados demonstram que entre 2003 e 2007 a política energética dispensou considerável atenção para a produção sucroalcooleira, por meio do apoio financeiro do governo brasileiro – como assinalou Sant’Ana (2012): “[...] o governo está sempre pronto a ajudar o setor” – e dos fundos internacionais.

Em 2008, veio a crise que, se por um lado, provocou o recuo das propostas de usinas no Pantanal/MS, de outro lado, contribuiu sobremaneira para a negociação entre o governador André Puccinelli e o movimento ambientalista e o movimento social. O governo não faz qualquer cerimônia para mudar de posição. Mas, a mudança de posição não ocorre somente na esfera governamental. Os autores ambientalistas não se preocuparam em descobrir alguns elementos da gênese do movimento. Claro que o trabalho de o pesquisador desvendar o seu objeto é árduo e nunca fica pronto. Exige não somente predisposição e nem somente opção teórico-metodológica, mas também um conhecimento intelectual que está sempre se fazendo e se buscando.

Se a crise de 2008 arrefeceu a fúria do setor sucroalcooleiro na parte alta da BAP, fazendo recuar as propostas de usinas de álcool, ela criou condições para que o governo – pressionado pela passeata montada para o dia 11 de outubro – chamasse o movimento para a negociação. O movimento, por realizar “luta social e não luta de classes”, aproveitou aquele momento para reivindicar suas demandas. De fato, o governo negociou e, até o momento, vem cumprindo a sua palavra. Entretanto, se o negócio sucroalcooleiro em MS vier a aquecer, certamente o governo retomará suas articulações com o movimento. Os acontecimentos têm comprovado que ora o governo chama o movimento para legitimar suas propostas, ora impõe uma decisão fora da lei, com uma atitude drástica e de forma abusiva.

É consenso entre os ambientalistas entrevistados a preocupação com o retorno das propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS, e isso poderá vir a qualquer momento. De acordo com o representante do CEDAMPO (10 jan. 2013):

Nós ainda achamos que vai ter mais tentativa [...], mas a sociedade civil tem que [estar], [grifo nosso] sempre em alerta, [...] preparada [...] no sentido de não deixar acontecer. (informação verbal).

Já o líder ambientalista (7 abr. 2014) expressa assim a sua opinião:

Mas tenho a expectativa de que ela pode voltar, mas eu sei que as forças hoje para que venham novas usinas hoje são menores do que o pré 2008 e 2009. (informação verbal).

E, assim, outros ambientalistas temem o poder do capital usineiro.

O que se conclui, então, é que a crise está na base da negociação entre governo e movimento ambientalista (ONGs ambientalistas e ONGs sociais). Os dados obtidos com os depoimentos dos sujeitos da pesquisa e com os autores pesquisados confirmam que a crise de 2008/2009 foi um elemento constitutivo do recuo do governo no investimento sucroalcooleiro na BAP-MS. Não fosse a crise, talvez a manifestação de 11 de outubro – que de fato comprometeria a imagem ambiental do governo Puccinelli – tivesse menos força na negociação, caso houvesse a negociação. Porque, se tivesse dinheiro, o esperado seria a imposição do governo e pronto. A vitória de 2009 pagou o preço alto do “racha” ocorrido sendo este um elemento que enfraqueceu o movimento nessa luta.

É interessante ainda, colocar a opinião do produtor rural do Pantanal/MS da Nhecolândia (3 mar. 2015), sobre o boi e a agricultura no Estado, como segue adiante:

O boi ainda é uma das bases da economia do Estado, assim como a soja, o milho e a floresta que vem com bastante força no Estado. A agricultura em geral e a cana de açúcar pela sua maior rentabilidade e, por consequência, maior remuneração por hectare empurra o boi para locais menos viáveis a essa atividade que em nosso estado é a região do Pantanal. (informação verbal).

O depoimento do pantaneiro reconhece que o Estado continua mantendo um destaque na produção bovina e que nos tempos atuais a produção bovina se dá junto com a agricultura. Nos dias de hoje o produtor rural e o agricultor fazem parceria, como os arrendamentos de terras de pastagens para o cultivo da cana-de-açúcar. Mas, ao se referir à cana-de-açúcar ele salienta a sua maior rentabilidade e remuneração por hectare. Isso quer dizer que o lucro que o produtor rural terá por hectare com a cana-de-açúcar pode ser maior do que com o boi. Desse modo, a produção bovina já não está exercendo a sua hegemonia no Estado como esteve à época do projeto Bodoquena, mas, que ela está compondo com a agricultura.

Ainda sobre o governo, poderia se esperar que o governador Puccinelli (2007-2014), que fazia oposição ao Zeca do PT, tivesse outra postura política diante das usinas. Mas, não. Quando se trata de defender interesses de classe, políticos de

partidos contrários se juntam e, de mãos dadas com empresários, lutam ferrenhamente para defender seus interesses. Isso é muito visível e os governantes se sentem bem à vontade para mudar de posição aqui e ali, hoje e amanhã. Ilustra bem isso o primeiro governo de Pedro Pedrossian em MS. O ex-senador Wilson Barbosa – liderança política do Estado que lutou contra a ditadura – na campanha de Bodoquena, segundo Lemos (2004, p. 34), “[...] era o consultor jurídico do Comitê de Defesa do Pantanal.” No seu primeiro governo (1983-1986), pode-se dizer que, em algumas circunstâncias, voltou às costas para a FUCONAMS. Não de forma explícita – como fez o governador Pedro Pedrossian (1980-1982), por diversas vezes, até que se apropriou da iniciativa dos ambientalistas e editou a Lei n. 328/1982 – mas de modo mais velado, cooptando lideranças da FUCONAMS, por exemplo.

A Lei n. 3839/12/2009, que criou o ZEE-MS, foi uma verdadeira decepção para os ambientalistas. O representante da SOS Pantanal⁶⁵ (18 fev. 2013) assumiu que o movimento estava desarticulado e que com o ZEE-MS, o governo mascarou a preocupação ambiental. O diretor da ECOA (2014, 31 de julho) assinalou:

O nosso ZEE-MS 2009 não tem discussão [...]. (informação verbal).

A sua descrença pelo ZEE-MS levou a entrevistadora a indagar sobre o fato de o ZEE-MS 2009 ter sido feito e de estar na sua segunda fase de execução. O diretor da ECOA (31 jul. 2014) explicou:

É, mas ele nunca foi aplicado. A gente nunca ouviu falar nele nas nossas discussões. É como os planos diretores. Se eles fossem seguidos, iriam melhorar muita coisa. O ZEE-MS 2009 nunca foi seguido. Eu nunca ouvi falar dele. Eu, de fato, desconheço essa informação de que ele está pronto. Para alguma cultura pode ser. Eu nunca vi o ZEE-MS 2009 ser levado em consideração nas reuniões que a gente participa. Nunca, nunca. A gente participa de alguns comitês, de conselhos e eu nunca vi falar nas reuniões sobre o ZEE-MS 2009. (informação verbal).

Se o ZEE-MS foi feito com a participação das ONGs nas reuniões públicas, como pode este documento não ser considerado nas discussões ambientais de conselhos e comitês que envolvem governo e ONGs? Ninguém pode contestar o espaço que as ONGs tiveram na construção do ZEE-MS, ainda que este espaço

⁶⁵ Representante da SOS Pantanal, entrevistado por Enilda Maria Lemos em 18 de fevereiro 2013.

tenha sido para cumprir um item da metodologia de sua construção, como destaca Lima (2008, p. 9): “Como apontamos inicialmente, a principal diretriz para elaboração do zoneamento ecológico-econômico que estudaremos é a necessária publicidade e participação coletiva na sua elaboração.”

As ONGs participaram sim, de forma tímida, como afirmam os depoimentos de ambientalistas envolvidos no processo do ZEE-MS. O que se depreende disso é que a participação das ONGs nas audiências públicas para discutir o ZEE-MS foi muito mais para legitimar o processo do que para o governo ouvir a voz da sociedade.

É importante, ainda, colocar o depoimento do produtor rural do Pantanal/MS da Nhecolândia (3 mar. 2015) acerca do cultivo da cana-de-açúcar no Pantanal/MS:

Nas regiões peri pantaneiras sim porque como toda monocultura ela interfere no bioma a sua volta. Dessa forma os órgãos competentes, EMBRAPA, Secretaria Agricultura é que devem fazer o zoneamento agrícola e então definir se deve ou não permitir a implantação de usinas nas bordas dos Pantanaís. (informação verbal).

Quando o produtor rural (3 mar. 2015) chama a atenção para as interferências da monocultura no seu entorno, ele sinaliza que podem haver prejuízos no cultivo da cana-de-açúcar na parte alta da BAP. Tanto é que ele se volta para o zoneamento agrícola o que demonstra uma confiança nos “órgãos competentes.” A confiança que ele deposita nos órgãos expressa um grau de ingenuidade no discurso. Outra coisa que o seu depoimento indica é que se ele sinalizou para o zoneamento agrícola como um possível disciplinador do uso do solo “nas bordas dos Pantanaís”, é porque esse produtor rural pantaneiro também não ficou sabendo do ZEE-MS. Que documento é este que não perpassou pelos produtores rurais da Nhecolândia, tradicionais na pecuária bovina? Apesar de o representante da ECOA e o pantaneiro entrevistados seguirem caminhos distintos, um na ECOA e o outro na produção bovina, os dois desconhecem o uso do ZEE-MS. Ainda que o documento seja indicativo, que força ele terá para incorporar suas diretrizes nas atividades econômicas, aquelas que o ZEE-MS especifica.

Outro fato a considerar é que, nos anos de 2000, o apogeu do movimento foi a campanha de 2005, somada ao episódio de Francelmo, e a quantidade de recursos para o setor sucroalcooleiro, como já foi dito. E assim mesmo os ambientalistas foram surpreendidos com a Lei n. 3.335/2006. No ano seguinte à lei

citada, o governo começou o ZEE-MS. Como diz Lima (2008, p. 9), em MS “[...] o zoneamento foi iniciado em 2007.” Nesse ano, o movimento já havia se desmobilizado tendo se reorganizado e desarticulado em 2009 no período da crise financeira. Isso remete ao representante da SEFAZ/MS (24 maio 2013) que disse:

Hoje estamos num período de pouca implantação de usinas. Depois da crise de 2008 diminuiu o interesse dos empresários pela implantação de usinas. (informação verbal).

O depoimento do representante da SEFAZ/MS reafirmou que a crise é um determinante do recuo das propostas de usinas no Pantanal/MS. Sem dinheiro e sem propostas de usinas também não há movimento de resistência.

Nos processos sucroalcooleiros desde os que estiveram sob a vigência do Proálcool até o agronegócio canavieiro que impera nos tempos atuais, há conjunturas que exigem a legitimação do movimento ambientalista, outras não.

3.2 Algumas características que o movimento assumiu

Ao discutir a relação que o movimento contra usinas estabeleceu com o governo, é importante abordar algumas características que o movimento assumiu durante a sua trajetória, até o momento de sua desmobilização, mais precisamente, até o ano de 2009. No seu início a disputa entre o capital bovino e o capital sucroalcooleiro tirou de cena a luta contra a caça e a pesca predatórias - que resultou no abaixo-assinado – e colocou no centro a campanha de Bodoquena. Segue abaixo um trecho do abaixo-assinado (25 de março de 1978 apud Lemos, 2004, p. 9):

Às autoridades competentes, levamos aos vossos conhecimentos que nas bacias pesqueiras do Aquidauana, Cachoeirão, Dois Irmãos, Taquarussu e Miranda – está se processando a pesca e a caça predatória!

Pescadores inescrupulosos estão usando todo tipo de material terminantemente proibido pela legislação em vigor, tais como: tarrafões, redes de arrastão e todo tipo de malha. E como se não bastasse o uso de material proibido, eles ainda procedem da seguinte forma: seguem o cardume e se antecipam ao mesmo colocando em sentido inverso ao cardume as redes de arrastão que vão de um extremo ao outro dos nossos estreitos rios, em números aproximados de três (3), a intervalos, uma da outra, de 100 metros.

E o pior é que não transportam tudo levam só os maiores, deixando o resto às margens dos rios apodrecendo e o que se vê, causa revolta e indignação à mais insensível das pessoas.

A fiscalização do órgão competente para a região citada é precária e deficiente; considerando que são apenas dois fiscais e sem aparelhagem adequada para fazer aos depredadores; que têm até vigias para avisá-los da aproximação dos mesmos.

[...] Quanto ao tópico caça, não respeitam nem aos filhotes, matam tudo que aparece!

[...] Por ser de direito, esperamos J U S T I Ç A !!!

Campo Grande, 25 de Março de 1978.

Como se vê, o abaixo-assinado denunciou a caça e a pesca predatórias nos rios Aquidauna, Cachoeirão, Dois Irmãos, Taquarussu e Miranda, detalhou a forma como os pescadores e caçadores se desfaziam dos animais que não lhes interessavam e solicitou providências às autoridades públicas.

Na verdade, o documento evidenciou dois pontos no movimento ambientalista de MS. O primeiro é que a luta contra a pesca e a caça predatórias no Estado foi decisiva para o surgimento do movimento ambientalista. Então, o movimento ambientalista em MS não nasceu com a FUCONAMS, nem com o Comitê de Defesa do Pantanal e tampouco com a campanha de Bodoquena, e sim, com a luta contra a pesca e a caça predatórias. Essa luta se destacou na sociedade sul-mato-grossense, uma vez que trouxe para si a maçonaria e autoridades políticas do governo, assim como outros segmentos sociais. O número de 1500 assinaturas que alcançou o abaixo-assinado, um número significativo, demonstrou o grau de organização e a força do movimento. O que é surpreendente nisso é que a luta contra a caça e a pesca predatórias é uma manifestação do movimento ambientalista internacional, à época já havia ocorrido a Conferência de Estocolmo (1972). É curioso também que num Estado de tradição bovina a sociedade realizasse essa luta. O segundo ponto é que o abaixo-assinado teve Astúrio como um de seus coordenadores que, ao sofrer a invasão dos pescadores, imediatamente aderiu à causa ambiental. Seguramente o que moveu Astúrio a defender o ecossistema pantaneiro foi a defesa da propriedade privada. Essa é, sim, a raiz do movimento.

Na campanha de Bodoquena todo o apoio que os ambientalistas receberam da burguesia visava tão somente garantir a supremacia do boi na economia local. Mas, para isso, o discurso em defesa do ecossistema pantaneiro exerceu um relevante papel. Foi assim que o setor burguês fez o líder do movimento e se aliou

às entidades no Comitê de Defesa do Pantanal (ligado à FUCONAMS), para o enfrentamento do projeto Bodoquena. A construção de usina foi terminantemente proibida com a Lei n. 328/1982 que consagrou a vitória dos ambientalistas.

Por outra parte, essa mesma Lei, ao manter o domínio do boi na economia local, afastou as lideranças burguesas da FUCONAMS. Terminada a campanha de Bodoquena, não se ouviu mais falar disso, e o movimento se atomizou, como diz Lemos (2004, p. 98-99):

Pela forma como o movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul veio delineando seu curso, a FUCONAMS na primeira fase de atuação, de 1979 a 1982, congregou diferentes segmentos sociais em defesa do Pantanal. Na segunda fase de atuação, que ocorreu de 1982 até 1989, não bastassem às discordâncias entre os membros da FUCONAMS, surgiram outros fatores que atomizaram o movimento ambientalista sul-mato-grossense, cujo processo foi acelerado pelo enfraquecimento da entidade.

De fato, o enfraquecimento da FUCONAMS abriu espaço para o surgimento de outras ONGs em defesa de causas separadas, que seguiu a sua conformação inicial, sendo primeiro a luta contra a caça e a pesca predatórias e depois a luta contra a usina de Bodoquena, que se transformou na luta contra usinas no Pantanal/MS no ano de 2003. Ocorreram outras lutas em defesa do Pantanal/MS como a hidrovia Paraná-Paraguai (anos de 1990) – uma luta internacional que teve a participação expressiva do movimento de MS, em especial da ECOA, na figura de Alcides Faria – e a campanha contra as hidrelétricas no Pantanal/MS, esta última nos anos de 2000, entre outras. O diretor da ECOA (31 jul. 2014) confirmou: “Hoje o foco do Alcides está [...] na hidrovia e nas usinas hidrelétricas.” Confirma ainda:

Como eu te falei, agora o nosso foco é a hidrovia e as hidrelétricas, que são empreendimentos que estão atuando novamente e o impacto deles é imensurável e muito diferente da cana. (informação verbal).

Viu-se então que a BAP vem sendo alvo de ataques furiosos do capital, se não é pela ocupação das terras com a cana-de-açúcar e com a implantação de usinas de açúcar e álcool, é pelo rio Paraguai, já que o capital o vê como um potencial energético a ser explorado pela hidrelétrica e pela hidrovia Paraná-Paraguai para potencializar o escoamento da produção. O agronegócio canavieiro, as hidrelétricas e a hidrovia na BAP visam à produção em larga escala, claro, para a

obtenção de maiores lucros. Cabe enfatizar que, não há a menor preocupação com a vida humana e nem com a natureza posto que, a ideia é aproveitar ao máximo os espaços para a produção sucroalcooleira. O capital se apropriou do processo de trabalho artesanal e manufatureiro da cana-de-açúcar e industrializou a produção sucroalcooleira que, por sua vez, exigiu a exploração da natureza e do trabalhador. Na pecuária moderna, a tecnologia produziu mudanças que a difere da prática bovina conservadora, dado que aquela agride menos o animal e a terra.

O fato é que a BAP em MS se transformou num vasto campo de investimento para o lucro, e como essa prática contraria o curso da vida natural, o movimento ambientalista entra em cena com a resistência. À medida que as lutas vão sendo organizadas em separado, também enfraquece o movimento, que, até o momento não explicitou um trabalho na perspectiva de outra ordem social, apesar de fazer denúncias ao capitalismo. As lutas são pontuais e não conseguem uma articulação entre elas mesmas, sendo que a resistência e a formação política continuada deveriam ocorrer juntas.

Os dados revelam que a própria atomização do movimento ambientalista em MS faz parte da organização da sociedade burguesa, sociedade esta que prima pela setorização nas políticas públicas, nos conselhos setoriais, nos fóruns, nos comitês, nos movimentos sociais (ambientalista, moradia, etc), nas vertentes do movimento ambientalista, entre outras. Se a sociedade capitalista produziu a atomização do movimento ambientalista em MS, na década de 1980, lá em 2009, a mesma tendência à divisão provocou o “racha” no movimento coordenado pelo CEDAMPO. O “racha” e a criação de ONGs enfraqueceram o movimento a ponto de o líder do CEDAMPO, que teve um papel excepcional quando conseguiu levar para a luta as ONGs sociais na campanha contra usinas, se desvinculou do CEDAMPO em 2013, ficando a entidade sem militância na causa ambiental.

Tem-se, então, um quadro desolador na situação do CEDAMPO e, do mesmo modo, para o FORMADS, que em janeiro de 2015 parece meio parado. Assim, o neoliberalismo vai reinando na sociedade monopolista, toyotista, financeirizada com a “[...] ampliação generalizada da precarização do trabalho” (ANTUNES, 2003, p. 63), o aumento do desemprego e, sobretudo, com a destruição ambiental, que a natureza vem cobrando duramente da sociedade. Esse modelo necessita de trabalhadores dóceis e desqualificados por um sistema desumanizador que destrói a vida humana e a vida da natureza, como também destrói as formas sociais de

organização. É assim que o movimento contra usinas no Pantanal/MS se desmobiliza.

Pode ser que na desativação do CEDAMPO e na desmobilização do FORMADS e do movimento contra usinas – talvez aí fosse o momento de acumular mais força – pudesse ser elaborado um processo de formação continuada que pensasse criticamente o uso da BAP para o capital. Ao mesmo tempo, há que questionar: como o movimento ambientalista de MS pode realizar uma luta contra o capitalismo se as ONGs e o Estado são frutos do mesmo sistema? O capital ao dividir a vida social, cria diferentes lutas que requerem um trabalho para as ONGs, para as políticas públicas, para os conselhos, para os fóruns etc. A luta contra usinas de álcool no Pantanal/MS exige, no mínimo, um conhecimento direto sobre a produção sucroalcooleira em MS (terra, empresariado, governo, trabalhadores, legislação etc), que é o conhecimento percebido na sua aparência. O conhecimento sobre a produção sucroalcooleira é importante na medida em que os subsídios teóricos vão permitindo o seu desvelamento. O mesmo se dará com a hidrovía, as hidrelétricas, entre outras campanhas. É verdade que os conhecimentos socioambientais que dão base para a campanha não são suficientes para um processo educacional elucidativo. Pois, elucidar um objeto é conhecê-lo na sua essência, quer dizer ir além do que ele aparenta.

Foi dito que o movimento contra usinas em MS dá uma resposta para o governo/empresariado indo contra o projeto sucroalcooleiro, mas, considera-se que em algumas circunstâncias eles entram em acordo. Assim, o movimento não sai à frente das propostas de usinas no Pantanal/MS. Não aprofunda suas reflexões para conhecer o setor sucroalcooleiro na sua essência e não discute estratégias na perspectiva de uma outra ordem social. Esta é “[...] a práxis utilitária imediata e o senso comum [...] não proporcionam a compreensão [grifo do autor] das coisas e da realidade [...],” conclui Kosik (1976, p. 11). O conhecimento que decifra a realidade é baseado na essência, que para Kosik (1976, p. 11) “[...] não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é.” Para Kosik (1976, p.12) “[...] o fenômeno não é, portanto, outra coisa senão aquilo que – diferentemente da essência oculta – se manifesta imediatamente, primeiro e com maior frequência.” Enquanto a práxis revolucionária quer decifrar as mediações que estão ocultas e quer traçar estratégias de mudanças, alçando a essência, a

práxis utilitária proporciona um conhecimento somente daquilo que aparece no imediato.

Entretanto, mesmo nesse trabalho imediato, os ambientalistas já reconheceram nas duas campanhas a submissão da política nacional de combustível à política internacional, portanto eles fazem oposição à política. É o que quer dizer o representante da Associação Bálsamo⁶⁶ (7 jan. 2013):

[...] grande parte dos investimentos, dos financiamentos para essas usinas acontecerem vinham de fora, eram do BID, do BIRD, e era natural que a venda desses produtos tanto do álcool quanto do açúcar iria também para o mercado internacional e não só para o mercado brasileiro. E aí começou uma grande campanha para sujar o álcool pantaneiro. (informação verbal).

O mesmo representante (7 jan. 2013) fez menção ao movimento internacional na campanha contra usinas no Pantanal:

A visão do Alcides de participar de Fóruns internacionais, de estar no âmbito maior que o regional, ajudou porque ele trazia o conhecimento do que as outras partes do mundo estavam tendo em relação ao movimento. (informação verbal).

A militância ambientalista de Alcides no movimento possibilitou-lhe conquistar e assegurar espaços em fóruns internacionais para mediar a participação das ONGs internacionais nas lutas ambientalistas de MS. À época, Alcides já tinha elementos suficientes para convencer a comunidade internacional de que se o álcool fosse produzido no Pantanal ele seria um álcool sujo. Em um momento de pleno vigor das exigências internacionais, de selos ambientais, o argumento do álcool sujo alcançou o empresariado internacional e ajudou no impedimento das usinas; no entanto, esse militante acredita que a crise de 2008-2009 concorreu para o recuo das usinas. O representante da Associação Bálsamo (7 jan. 2013) frisou:

[...] foi uma grande campanha que era uma campanha para sujar o álcool pantaneiro. (informação verbal).

Ele (7 jan. 2013) detalhou:

⁶⁶ Representante da Associação Bálsamo de Campo Grande (MS), entrevistado por Enilda Maria Lemos em 7 de janeiro de 2013.

[...] era dizer para o mundo ‘olha esse álcool está sendo produzido sob a ameaça de acabar com o Pantanal’. E isso pegou muito porque aí todo o mercado internacional via com restrição essa possibilidade de acabar com o Pantanal que é um Patrimônio da Humanidade. Então esse apelo para essa campanha de risco sobre a produção do álcool e do açúcar foi importante também para frear os investimentos internacionais. Porque aí os investidores começaram a ficar meio assim: ‘poxa vida não é de bom tom a gente incentivar esses empreendimentos lá e nem comprar esses produtos de lá porque tem uma comunidade local que está fazendo barulho em relação a isso’. Isso interferiu muito. Esse viés de ‘sujar o álcool dentro do Pantanal’ foi um viés muito forte porque tinha um apelo internacional, então o mundo estava começando a discutir a produção mais responsável e não a produção a qualquer custo. Preciso atender a necessidade de produção, mas eu não posso discordar ou detonar outras linhas para poder atender a essa necessidade. (informação verbal).

Depois de conhecer um pouco o papel que teve o argumento do álcool sujo, foi a vez então de entrevistar o autor dessa ideia, o líder ambientalista (7 abr. 2014):

Foi um trabalho de articulação ampla, mas, como eu já tinha experiência em campanhas anteriores, mesmo o meu envolvimento na questão da hidrovía Paraná-Paraguai, e mesmo na primeira campanha contra as usinas, realmente eu pensei em um projeto mais amplo de campanha. E um dos focos, bem lembrado por você, era que esse álcool, se fosse produzido no Pantanal, não fosse comprado pela Europa. Principalmente o biocombustível. Esse açúcar iria mostrar que isso era produzido de forma altamente destrutiva. (informação verbal).

O texto acima remete para a forma como a literatura ambientalista vem tratando algumas lideranças, forma essa um pouco parecida com a prática que os políticos exercem. O segundo capítulo mencionou as apologias feitas às lideranças da FUCONAMS. Quando o líder ambientalista (7 abr. 2014) disse: “[...] o meu envolvimento na questão da hidrovía Paraná-Paraguai, e mesmo na primeira campanha contra as usinas [...]” equiparando o seu envolvimento na hidrovía com o que teve na campanha de Bodoquena, o fez de forma equivocada. Que ele teve uma participação expressiva na campanha contra a hidrovía Paraná-Paraguai é um fato inquestionável, pois ele se destacou mesmo e continua tendo um papel relevante nesse processo social. No entanto, o seu envolvimento na campanha de Bodoquena é questionável; ele pode até ter participado dessa campanha, mas não como liderança. É fato que Alcides se consagrou na ECOA e conquistou a sua liderança e a liderança da ECOA entre as demais no Estado. Hoje, ele é um líder que tem

trâmites no movimento ambientalista internacional e com o BID.⁶⁷ Importa dizer que a ECOA se despontou no cenário nacional, regional e internacional, e trouxe e traz importantes conquistas para o movimento em MS.

Na relação entre o governo e o movimento, o movimento se definiu por defender a propriedade privada, visto que ele nasceu colado à burguesia. Isso reforça a ideia já observada de que o movimento sempre atua para dar uma resposta às requisições dadas pelo governo/empresariado. Na conformação que o movimento tomou, ele só pode atuar com um conteúdo que está fora do âmbito das relações de produção, significando que não chega à raiz e que não participa de fato do conflito entre capital e trabalho.

Entretanto, mesmo sem atuar na perspectiva da luta de classes, o movimento trouxe a vitória da campanha de Bodoquena, a vitória nas tentativas de alteração da Lei n. 328/1982 (2003 e a de 2005), ainda que a vitória de 2005 tenha sido fortemente influenciada pelo episódio de Francelmo (pela ampla repercussão) e pela disseminação da ideia de que o álcool produzido no Pantanal/MS é um álcool sujo. É verdade que, tanto o apelo para não comprar o álcool sujo quanto a morte do ambientalista deram conta de congregar a comunidade internacional a se colocar contra as usinas.

O movimento pode não entrar na discussão das usinas nas relações de produção do capital, mas a sua posição é a de lutar ferrenhamente contra a exploração do ecossistema pantaneiro, incorporando, posteriormente, a exploração do trabalhador na usina. Na opinião do representante da Associação Bálsamo (7 jan. 2013):

O movimento ganha força quando ele não discute somente a questão ambiental, ele abriu para os direitos humanos, as questões trabalhistas, isso dá força para o movimento. (informação verbal).

A ideia de as ONGs sociais participarem da luta colocou o CEDAMPO numa posição de comando, tanto é que, em 2009, ele coordenou a negociação com o governador. O movimento discute o autoritarismo do governo e do empresariado sem pretender desvendar a produção sucroalcooleira. Em decorrência disso pode-se afirmar que o término das duas campanhas findou, por enquanto, a luta contra as usinas.

⁶⁷ Alcides Faria é presidente da ECOA e membro do Conselho Assessor da Sociedade Civil do BID.

Esse limite do movimento impõe-lhe o ônus de não realizar um projeto educativo que pretenda decifrar a relação entre o governo e os usineiros e a relação entre o governo e o movimento. Essa é mais uma característica que o movimento assumiu. No entanto, sempre é bom reforçar que a sociedade sul-mato-grossense faz toda a reverência ao movimento, pois que ele se organiza quando há qualquer conversa sobre usinas no Pantanal/MS. E é claro que a sua prática de resistência às usinas mereceu e merece o reconhecimento da sociedade brasileira.

O governo e o empresariado defendem interesses comuns e não divergentes, e se é assim, a política energética brasileira pode ser vista como um elemento estruturante da campanha de Bodoquena e da campanha contra as usinas de álcool no Pantanal/MS, quer dizer, da própria luta. No contexto da política energética, o movimento organizou a campanha de Bodoquena entre dezembro de 1979 e fevereiro de 1982, e na mesma política, que foi reeditada pelo governo Lula, em 2003, foi reeditada a campanha contra usinas de álcool no Pantanal/MS, que seguiu o seu curso até o ano de 2009. Certamente, a campanha terá novas edições enquanto houver tentativas de o governo legalizar investimentos para o setor sucroalcooleiro no Pantanal/MS.

Na configuração que o Estado dá, o movimento realiza uma ação local, que Mészáros (2003, p. 48) explica a partir do slogan “[...] pense globalmente, aja localmente.” No entanto, o autor salienta que “[...] não é possível negar a importância potencial da ação local adequada [...]” (2003, p. 48), assim não desconsidera as ações locais. O que Mészáros (2003) faz é chamar a sociedade para refletir sobre as ações locais não no sentido de extingui-las dos processos educativos e dos processos de produção das comunidades, mas no sentido de conduzi-las para querer descobrir os elementos que as mediações escondem na relação entre sociedade e natureza.

Mészáros (2003) é contrário à postura que aponta a comunidade e o indivíduo como os responsáveis pelas catástrofes ambientais. Quem decide, por exemplo, a implantação de usinas de álcool na parte alta da BAP não é o governo estadual ou o empresário sul-mato-grossense, mas, é o comando das operações financeiras internacionais que o determina. Cabe ao movimento a tarefa da resistência. Mas, o ideal seria que a ação do movimento não se restringisse à campanha posto que a campanha é funcional à sociedade burguesa, ela atua na aparência.

Um dos argumentos ideológicos é a frase “o meu meio ambiente é aqui”, entre outras. É consensual que as pessoas devem ser preparadas para mudanças de hábitos e de comportamento no que concerne ao exercício de práticas ambientais. O trabalho educativo deveria chamar para discussões mais profundas, a partir de um interesse em querer, pelo menos, tentar conhecer o funcionamento da sociedade capitalista. O que acontece é que o trabalho educativo esbarra no imediato e investe em estratégias focadas na comunidade, no indivíduo etc.

No trabalho imediato, não há como discutir com a comunidade as determinações do capital. O conteúdo das campanhas pela não implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS refere-se a grupos poderosos, sem, contudo, ir à raiz dos problemas, quer dizer, sem vislumbrar o protagonismo dos sujeitos e, ao contrário, amarrando-os a formas manipuladoras de consciência social. No ambientalismo, em geral, o tipo de atividade que predomina segue a orientação oficial do neoliberalismo. Portanto, pode-se concluir que as lutas ambientalistas são percebidas na “razão instrumental”, como indica Guerra (2013).

3.3 Um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social no movimento contra as usinas de álcool no Pantanal/MS

Como foi anunciado no item anterior, o trabalho em curso detectou que, de fato, o movimento não previu na sua configuração um espaço para levar a discussão sobre as usinas de álcool no Pantanal/MS. À EA pode ser atribuída à discussão deste tema, uma EA que discuta as usinas no Pantanal/MS nas determinações do capital e busque decifrar o movimento no projeto sucroalcooleiro. O ponto de partida dessa discussão é considerar que a questão ambiental se processa no âmbito da produção capitalista. Nesse contexto, as demandas sucroalcooleiras se interpõem no diálogo entre o movimento e o Estado/empresariado. E é nessa trama que acontece a campanha contra usinas, subsidiada pela dimensão socioambiental. Sob a ótica socioambiental, a EA que a campanha realiza não investiga os vínculos do movimento com o projeto sucroalcooleiro, visto que o seu conteúdo é elaborado a partir de elementos que estão na aparência.

Da parte desta pesquisa, não se pretende desconsiderar a campanha, muito ao contrário, o que se quer é incorporar nela um trabalho educativo continuado que exige que a EA discuta o funcionamento da sociedade burguesa. Todavia, sem

negar a campanha, pois ela faz parte da resistência, imprescindível nessa luta que teve vitórias e derrotas, e também porque, ainda que a campanha trabalhe no imediatamente posto, qualquer EA que pretenda alcançar outra ordem social precisa fazer essa discussão. Seguramente, essa não é a EA oficial, ou seja, a que faz uma interlocução com os estudantes de escolas e com a comunidade em geral, esta tem por base o conhecimento aparente.

Sabe-se que a EA não é coisa de agora, ela foi assumida oficialmente na Conferência de Estocolmo⁶⁸ (1972), que compreendeu a EA na concepção integrada de meio ambiente e a reconheceu como uma ferramenta para mudar a relação do homem com a natureza. Os seus princípios e objetivos, válidos até hoje, foram deliberados na Conferência de Tbilisi (1977).⁶⁹ Durante a Rio-92⁷⁰, que ratificou os princípios e orientações da Conferência Tbilisi (1977)⁷¹, foi realizado, em paralelo, o Fórum Global, composto por organizações da sociedade civil, o qual elaborou o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Esse Tratado, segundo Bernardes e Prieto (2010, p. 174), “[...] além de enfatizar o caráter crítico e emancipatório da Educação Ambiental, entendeu-a como um instrumento de transformação social.” Aqui há um equívoco: se a EA não vislumbra outra sociedade e sim a harmonização dos conflitos sociais, como ela pode ser um instrumento de transformação da sociedade, se a ordem burguesa é estruturada no conflito capital e trabalho? O capitalismo criou um espaço para uma EA que contribua para a manutenção da ordem social vigente, daí o vínculo que a EA estabelece com o Estado/empresariado, ambos necessitam dela.

No Brasil, por exemplo, o processo de construção da EA em instituições nacionais⁷² resultou nas diretrizes curriculares para essa temática. De acordo com Mandelli (2012, online):

⁶⁸ A Conferência sobre o Ambiente Humano foi realizada pela ONU, em Estocolmo, de 5 a 16 de junho de 1972.

⁶⁹ Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, na Geórgia, então União Soviética (1977).

⁷⁰ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

⁷¹ A Conferência de Belgrado (1975), o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativa ao Meio Ambiente, em Moscou, em 1987, assim como muitos outros encontros trataram da EA.

⁷² A SEMA, a Lei da PNMA/1981, o PNMA, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997), a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (1999), e outros instrumentos legais, se pautam na inter-relação dos fatores naturais e sociais. Vale informar que o primeiro documento oficial do PNMA é de 1994 e o documento em vigor, é de 2004.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, homologou o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que contém as diretrizes curriculares nacionais da Educação ambiental para [...] todas as escolas e instituições de ensino do país. A homologação ocorreu durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Enquanto o texto acima trata da abrangência da EA, no texto que segue Mandelli (2012, online) explica o seu formato:

[...] a abordagem curricular do tema deve ser integrada e transversal, além de inter, multi e transdisciplinar. Isso significa que a Educação ambiental deve ser contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas. Ou seja, não deve ser criada uma disciplina própria, mas sim tratar o tema de uma forma com que ele permeie diversos conteúdos da escola.

Na verdade, o processo de EA no Brasil vem sendo construído ao longo desses anos em duas vertentes: a EA como disciplina do currículo e a EA como tema transversal para ser desenvolvido de forma interdisciplinar. No entanto, entre elas existe algo em comum: tanto uma como a outra atuam na perspectiva integradora. Como o texto indica, a EA transversal é a EA hegemônica. Só que os defensores da EA como disciplina estão aí à espera de um momento e de um espaço. A exemplo disso, os estados de Pernambuco e Minas Gerais apresentaram projetos de criação da EA como disciplina. (BERNARDES; PRIETO, 2010, p. 177). Em MS, um deputado estadual do PT apresentou um projeto de EA (1995) como disciplina do currículo, mas esse não foi adiante. O projeto do deputado e o parecer técnico⁷³ da autora desse texto, contrário ao projeto do parlamentar de MS, são manifestações de uma ação do movimento pela EA em MS (CAMPO GRANDE, 1995). No entanto, entre elas existe algo em comum: a EA como disciplina do currículo e a EA transversal atuam na perspectiva integradora.

Mandelli (2012, online) diz: “A inclusão de princípios de Educação ambiental nos currículos do Ensino Fundamental e Médio é exigência da Lei de Diretrizes e

⁷³ Na ocasião, a autora deste texto, ao compor a assessoria socioambiental da Sema-MS, elaborou um parecer técnico em conformidade com o pensamento da Secretaria, o pensamento nacional e internacional, ou seja, contra a EA como disciplina. Ao final, sugeriu no lugar da disciplina de EA a inclusão de conceitos ambientais em todas as disciplinas. Importa dizer que, em MS (1995), a Assembleia Legislativa e o Serviço Social na assessoria da SEMA-MS se colocaram em favor da EA.

Bases da Educação Nacional (LDB).” Esse mesmo autor (MANDELLI, 2012, online) deu a conhecer os objetivos da EA:

[...] desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo; garantir a democratização e acesso às informações referentes à área socioambiental; estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica; incentivar a participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio do meio ambiente; estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável, e também fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos.

As práticas sociais, de produção e de consumo baseadas no conceito integrado de meio ambiente conseguem, até certo ponto, democratizar o acesso às informações socioambientais. Por exemplo, o movimento ambientalista não ficou sabendo da aprovação da Lei n. 3.335/21/12/2006, sancionada pelo governador Zeca do PT, que suprimiu o artigo 4 da Lei n. 328/1982, conforme registro no item anterior (MATO GROSSO DO SUL, 2006, online).

O objetivo de estimular a mobilização social é cabível; tanto que a campanha é perfeitamente aceitável no meio empresarial e político. Agora, dizer que essa EA almeja fortalecer a consciência crítica, isso não é possível, visto que o conceito integrado de meio ambiente não apanha os elementos da sociedade capitalista. Se esse conceito não consegue promover o pensamento crítico, também não conseguirá fortalecer a consciência crítica. Por último, como construir uma sociedade ambientalmente justa e sustentável, se a estrutura da sociedade capitalista é totalmente desigual e injusta para a grande maioria de cidadãos, mas, para a classe dominante ela é justa e sustentável. Nessa ordem social, é justo explorar o Pantanal/MS para a produção sucroalcooleira.

O fato é que a EA transversal pode contribuir para criar e sustentar processos coletivos, mas, ela não obtém o ganho de ser um instrumento que discuta alternativas de ação que levem a mudanças na ordem social. Por sua parte, a dimensão socioambiental da EA, direta ou indiretamente, está incorporada nos programas oficiais para fortificar o projeto societário burguês. Então, a EA se espraia nas políticas públicas travestida de propostas humanistas e chama para si todas as pessoas – independente da classe social a que pertençam – para assumirem a

responsabilidade dos danos sociais e ambientais, na tentativa de apaziguar os conflitos.

É possível pensar em harmonização de conflitos numa sociedade de classes? Fora a dificuldade de a sociedade perceber a questão ambiental na produção capitalista, ainda hoje existem pessoas que concebem a natureza separada do ser humano, insistindo na ideia de que a natureza é “intocável”. Nem o entendimento da natureza “intocável” e nem a dimensão socioambiental trazem à tona elementos de antagonismos de classe.

Em consequência dessa leitura, pode-se dizer que a EA que subsidia a campanha trabalha com um conhecimento imediato, que está em conformidade com a orientação neoliberal, e esta, por sua vez, trata o problema ambiental como ocorrência pontual e não na sua raiz. Na crise hídrica atual, é a população que tem que encarar o racionamento de água, bem como, o aumento do custo de vida, a mensalidade do FIES (quando a Educação deveria ser pública), entre outros problemas. No projeto neoliberal, o conserto de um problema ambiental é atribuído à comunidade e a EA, muitas vezes, é delegada às crianças. Tudo se resolve no âmbito local.

A partir dessas breves considerações acerca da EA, pretende-se discutir o Serviço Social e a EA no movimento contra as usinas no Pantanal/MS. Sabendo que o pano de fundo da produção sucroalcooleira é o modelo de desenvolvimento agrário que produz por monocultura e que é na produção sucroalcooleira que emerge o movimento contra usinas no Pantanal/MS, o item que segue fará uma pequena alusão às monoculturas para, em seguida, debater o Serviço Social e a EA no movimento.

3.3.1 Pequena alusão às monoculturas

Como se sabe, a produção sucroalcooleira brasileira se assenta em grandes extensões de terras ocupadas pela monocultura da cana-de-açúcar exploradora e que visa o mercado interno e externo. Romeiro (2007 apud SANT’ANA, 2012, p. 55) destaca que “[...] a monocultura contraria uma regra básica na natureza, segundo a qual diversidade é sinônimo de estabilidade.” Diferentemente da agricultura de subsistência, a agricultura canavieira ocupa o máximo, até as sobras, de áreas naturais que a exploração social e ambiental ainda não alcançou, fugindo totalmente

à regra natural de produzir. A extinção de árvore acompanha as monoculturas, pois elas não se importam nem com o ser humano e nem com a natureza.

No agronegócio canavieiro, a ciência, a terra e a força de trabalho potencializam o lucro, contudo, a ciência não dá conta de corrigir os estragos feitos na produção que recaem sobre a natureza e sobre o trabalhador. Mészáros (2003, p. 51) chama a atenção para “[...] a produção dos alimentos geneticamente modificados por gigantes transnacionais americanos [...]”. Em MS, o agronegócio canavieiro também deixa de lado as culturas de subsistência e, bem ao contrário dessas culturas, os grandes grupos “engolem” as pequenas propriedades, deixando o pequeno produtor, muitas vezes, sem trabalho e sem ter para onde ir, ficando à deriva do sistema.

De acordo com Mészáros (2002, p. 180) “[...] o incontável mercado mundial, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais [...]” é, segundo ele, uma das “[...] mediações alienantes de segunda ordem, [...]”. (2007, p. 40). O entendimento sobre as mediações de segunda ordem do capital é que elas:

[...] constituem um círculo vicioso do qual aparentemente não há fuga. Pois elas se interpõem, como ‘mediações’, em última análise destrutiva da ‘mediação primária’, entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza. (MÉSZÁROS, 2002, p. 179) (Grifo do autor).

O que o autor quer dizer é que, enquanto a “mediação primária” visa às potencialidades humanas, as mediações de segunda ordem visam ao capital. Portanto, entre elas há uma nítida distinção assim definida por Mészáros (2007, p. 40):

[...] *nenhuma* das necessidades mediadoras de primeira ordem entre os seres humanos e a natureza prescreve as óbvias *relações de classe de dominação e subordinação* inseparáveis das mediações de segunda ordem do capital [...]. (Grifo do autor).

Como o texto indica, as mediações de segunda ordem diferem das mediações primárias entre os homens e a natureza e atuam nas consequências. Mészáros (2002, p. 175) depreende que:

O aspecto mais problemático do sistema do capital, apesar de sua força incomensurável como forma de controle sociometabólico, é a total incapacidade de ‘tratar as causas como causas’, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo. Esta não é uma dimensão passageira (historicamente superável), mas uma irremediável dimensão estrutural do sistema do capital voltado para a expansão que, em suas necessárias ações remediadoras, deve procurar soluções para todos os problemas e contradições gerados em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos ‘efeitos’ e nas ‘consequências’. (Grifo do autor).

No sistema capitalista, a terra é abandonada quando não mais produz. O mesmo ocorre com o trabalhador quando já está desgastado pela exploração sucroalcooleira, por exemplo, e, por isso, é descartado do trabalho. O trabalhador e a natureza são explorados, a riqueza socialmente produzida é apropriada e a ideologia esconde os estragos que a produção causa, por exemplo, nos discursos do “aumento de empregos”, do desenvolvimento etc. De acordo com Sant’Ana (2012, p. 42): “A agroindústria canvieira hoje é parte dessa constituição sociometabólica do capital: um ramo de atividade movido pela lógica do capital, em que megagrupos econômicos dominam o mercado.” Sem contar que ela alimenta a indústria dos agrotóxicos que, ao serem utilizados na agroindústria canvieira, podem atingir os ecossistemas ditos como “preservados”, como o Pantanal/MS, entre outros ecossistemas. Dessa forma, a cana-de-açúcar, a soja e os alimentos transgênicos fogem totalmente à regra natural de produzir, sendo destinados ao mercado mundial.

O “tal” desenvolvimento propalado pelo agronegócio canvieiro se volta totalmente para o mercado e não para satisfazer as necessidades da população local. O setor sucroalcooleiro visa, especialmente, ao mercado mundial que é uma das mediações de segunda ordem – aquelas que atuam somente nas consequências, (MÉSZÁROS, 2007, p. 40). Por sua parte, o Estado utiliza as políticas públicas para proteger o empresariado e garantir a supremacia do mercado. Sob a proteção do Estado o setor vai formando alianças políticas e econômicas que vão tendo repercussões no interior do movimento. Assim, o movimento ambientalista contra usinas que teve sua origem na defesa da propriedade privada, não consegue atuar no âmbito das causas, por isso ele não consegue trazer uma agenda, ele é sempre pautado, como foi na campanha de Bodoquena (1979-1982) e nas campanhas contra usinas (2003-2009).

Na campanha de Bodoquena (1980-1982) o movimento foi mediado pelo discurso ambientalista para discutir a produção da pecuária. Nas campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS (2003-2009) o movimento foi mediado pelo discurso da política energética - da chamada energia limpa - que beneficia não somente o setor sucroalcooleiro, mas também os produtores de boi que passaram a arrendar suas terras para os usineiros. O capital sucroalcooleiro já estava consolidado em MS e os ruralistas já não tinham porque se envolver no movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS. Nada contra a produção da energia limpa, o problema é a forma como a política energética se apropriou disso para beneficiar o setor sucroalcooleiro. O discurso da política energética esconde o problema central que é o processo de produção dessa energia, num modelo altamente destrutivo que ocupa grandes extensões de terras para cultivar a cana-de-açúcar e ajusta os trabalhadores e a terra para as exigências tecnológicas. Ao contrário disso, o discurso deixa aparente uma superficialidade ambiental encantadora.

Do ponto de vista socioambiental, no discurso da energia limpa o governo reduziu a área do Pantanal/MS à planície pantaneira deixando livre as terras do planalto para a lavoura canavieira. Por que dividir a planície do planalto se no planalto estão as nascentes dos cursos d'água que drenam para a planície pantaneira? As nascentes ficam expostas aos perigos do agrotóxico que leva o veneno para a planície pantaneira. A aplicação do veneno arrasa com a saúde do trabalhador, mata peixes e outros seres vivos e acaba com as produções não industrializadas que são desenvolvidas no entorno da lavoura. Então, que energia limpa é essa que tira do trabalhador e da terra os elementos vitais? Mas, a solução mágica de aumentar o lucro sem poluir o ambiente, encobre quase que por completo esse processo destrutivo.

Sem tocar na condição deplorável do trabalhador e na exploração da terra, o discurso da energia limpa acaba aliviando a consciência burguesa. Por sua vez, o movimento sob os auspícios da política energética, foi perdendo a força e ficou mais preso ainda ao Estado. Sem realizar uma mobilização permanente e sem questionar causas estruturais, o movimento limitou-se a dar "respostas funcionais".

O fato de o movimento negociar e/ou se submeter aos autoritarismos do governo, significa que o Estado e o movimento se posicionam hierarquicamente, embora eles sejam os sujeitos sociais dessa relação. É nessa configuração que o

movimento assumiu que o Estado venceu a luta com “argumentos técnicos.” É desolador este quadro e confirma que nessa relação o peso maior vai para o Estado.

A articulação, a desarticulação e a rearticulação do movimento pressupõem o seu vínculo com o projeto da sociabilidade burguesa. O discurso em defesa do ecossistema pantaneiro e/ou da energia limpa, serve ao setor sucroalcooleiro. A relação que o movimento estabelece com a agroindústria canavieira é forte a ponto de explicar que a Lei n. 328/1982 em MS foi respeitada na década de 1990 porque não houve propostas de usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS. Em decorrência disso, o movimento esteve desarticulado nesse período.

O movimento, então, elabora o conteúdo das campanhas delineando ações imediatistas. Por atuar nas consequências, quando a campanha termina, extingue-se o processo de luta. Não importa o conteúdo da luta contra usinas, o fato é que a campanha envolveu distintos segmentos sociais e áreas profissionais, como também aproximou as ONGs sociais das ONGs ambientalistas. Cabe lembrar aqui, o relevo que o representante da Associação Bálsamo (7 jan. 2013):

[...] deu à participação de ONGs que defendem os direitos humanos, direitos trabalhistas no movimento contra usinas. (informação verbal).

Os argumentos dos pesquisadores mostram que, de fato, a produção sucroalcooleira está imbricada nas monoculturas, e que essas, por sua vez, se imbricam ao mercado externo. Como o movimento se organiza em resposta às propostas de usinas no Pantanal/MS, ao elaborar as campanhas, ele não pode almejar mudanças sociais e, por isso mesmo, a campanha não discute o agronegócio nos elementos de fundo do capitalismo, apesar de o seu discurso ir contra as monoculturas etc. Se, como foi dito, este espaço pode ser ocupado pela EA, por outra parte a EA poderia também ser desenvolvida por assistentes sociais e outros profissionais, não na sua forma oficial, mas, uma EA crítica. Em vista disso, é interessante conhecer o pensamento sobre a questão ambiental de alguns assistentes sociais, representantes do CRESS/MS, que foram entrevistados nesta pesquisa.

3.3.2 O Serviço Social e a EA no movimento contra usinas no Pantanal/MS

A discussão aqui pretendida só faz sentido mediante a declaração dessa autora de que é importante reconhecer e evidenciar que o Serviço Social vem atuando com práticas de EA e com pesquisas apresentadas no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), salientando aqui o livro de Maria das Graças Silva, intitulado “Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social”.

O Serviço Social está cercado de instrumentos com os quais pode referenciar um trabalho de EA. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), ressalta que as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social já apontam para a “[...] identificação de demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, [...]” (CFESS, 2002, online). Isso se aplica perfeitamente à complexidade dos problemas ambientais que hoje se constituem numa demanda emergente e urgente para o Serviço Social e outras áreas profissionais. E como a exploração da natureza e a exploração do trabalhador fazem parte do mesmo processo capitalista, os problemas ambientais não podem prescindir da prática do assistente social.

Entretanto, nem todas as áreas profissionais seguem o referencial teórico crítico. Assim, como no Serviço Social, podem ter práticas de EA que não seguem a direção social dada pelo projeto ético-político profissional. Certamente essas práticas seguem a visão oficial da EA, que é dada por um Estado que, ao se orientar pela “razão instrumental”, fragmentam os problemas sociais, entre eles os problemas ambientais.

Posto isso, faz sentido mencionar a experiência em EA que a autora deste texto realizou no PLANURB de Campo Grande (MS). O seu despertar para a questão ambiental se deu com os preparativos do Seminário de Desenvolvimento e Meio Ambiente (1994), coordenado pelo FORMADS/MS, em parceria com órgãos públicos, entre eles o PLANURB de Campo Grande (MS). Ao compor a equipe multidisciplinar no PLANURB, trouxe a EA para o Serviço Social do Instituto e a

representação dos assistentes sociais de MS no FORMADS/MS, tendo como referência o discurso socioambiental.⁷⁴

No PLANURB, realizou dois projetos de EA. Um deles em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que resultou na publicação do livro de EA “Campo Grande: a cidade onde moro”⁷⁵ (1998), com informações sobre equipamentos públicos, conselhos municipais⁷⁶, áreas culturais e ambientais, entre outras. O outro projeto, intitulado “O ambiente em cena”, era realizado por meio de um Festival de Teatro (1998)⁷⁷, em que os grupos formados em escolas públicas encenavam peças de textos socioambientais, de preferência redigidos na escola⁷⁸, tendo como base o conceito integrado de meio ambiente. Vale dizer que grupos de teatro profissionais também participavam do Festival, que era realizado em parceria com a SEMED, com a Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (FUNCESP), com a Federação de Teatro de Mato Grosso do Sul (FESMAT) e com a UFMS.⁷⁹ (LEMOS, 2004). Esses dois projetos forcejaram o espaço do Serviço Social na equipe multidisciplinar do PLANURB e no FORMADS/MS. Forcejaram sim, porque não havia, à época, assistente social nas discussões ambientais, pois esse espaço era reservado aos biólogos, ecólogos, geógrafos e áreas afins.

A ausência de parceria com a Secretaria de Assistência Social (SAS) foi notável, pois a participação da SAS no projeto não foi aceita. Os depoimentos de

⁷⁴ O FORMADS/MS era composto por representantes de entidades diretamente envolvidas com a questão ambiental e também do CEDAMPO. A grande maioria dos representantes era da área da biologia, da arquitetura, da engenharia, do direito, da engenharia ambiental, entre outras. Foi muito importante ocupar esse espaço quando o Serviço Social em Campo Grande ainda não se reconhecia nele.

⁷⁵ O livro atendeu à demanda de alguns professores da Rede Municipal. O trabalho foi submetido a pesquisadores de UFMS e da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e de técnicos de alguns órgãos ambientais. Após o lançamento, oficinas direcionadas aos professores foram realizadas, com o propósito de trabalhar o livro. Foi de grande valia produzir o material sobre Campo Grande (MS). Faltou um encontro com professores para apresentar o livro.

⁷⁶ As informações sobre os conselhos municipais e de direito ficou sob a responsabilidade da assistente social, depois de muita luta, porque os professores entendiam que tais informações não tinham a relevância que o Serviço Social dava para elas.

⁷⁷ A primeira edição de “O ambiente em cena” foi realizada em 1998 e as demais foram em 1999, 2000, 2001, 2002 e 2004.

⁷⁸ Caso os grupos quisessem encenar peças de artistas, teriam que solicitar a autorização do órgão responsável, localizado no Rio de Janeiro (RJ).

⁷⁹ Os grupos vencedores realizavam dez apresentações em escolas municipais, recebendo do PLANURB um pagamento de cerca de R\$ 300,00 a cada apresentação. A Comissão Organizadora do Festival argumentou e a direção do CMMA deliberou recurso do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) para o pagamento das apresentações das peças. Isso aconteceu no V Festival, no ano de 2002. Na abertura do IV Festival, compareceram autoridades municipais, o presidente do CMMA e do FORMADS-MS, por meio de uma liderança ambientalista reconhecida internacionalmente. De fato, o Festival passou para o público estudantil, para a plateia, para a Comissão Julgadora e para as autoridades o conceito integrado de meio ambiente, materializado nos textos das peças.

alguns assistentes sociais⁸⁰ fizeram ver que o desgaste profissional na lides com a assistência social, e, hoje, muito mais pelas exigências da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a falta de conhecimentos ambientais – apesar de o Serviço Social reconhecer que o seu referencial teórico e metodológico podem subsidiar o trabalho ambiental do assistente social – podem ter sido um complicador para a parceria com a SAS. No entanto, a adesão da arte educadora da SAS foi bem-vinda ao projeto, pois ela ampliou o horizonte do Festival. Afinal de contas, o Festival abrangeu técnicos da educação, da cultura, do ensino e da pesquisa.

O discurso socioambiental assumido por esta pesquisadora no PLANURB e no FORMADS/MS foi colocado em xeque no mestrado em meio ambiente e desenvolvimento regional, a partir das leituras de Marx e Engels, Bacon, Galileu, Gramsci, entre outros. Se hoje, a questão ambiental ainda é pouco debatida entre os assistentes sociais de MS, à época das experiências relatadas o era muito mais. Mas, nos dias de hoje o Serviço Social conta com diversos trabalhos nessa área. Maria das Graças Silva (2010, p. 147) salienta que:

[...] os trabalhos apresentados por assistentes sociais nos anais de eventos científicos, na primeira metade da década em curso, são reveladores de que os debates sobre o meio ambiente emergem para o Serviço Social como uma *temática transversal* [grifo da autora] às outras áreas já tradicionalmente pesquisadas, quais sejam: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, mundo do trabalho, juventude etc.

Desse texto depreendem-se dois pontos: o primeiro se refere à presença da questão ambiental no debate do Serviço Social, uma vez que é consenso entre os profissionais que a degradação social acompanha a destruição ambiental, já que, em geral, a ocupação da pobreza se dá em áreas degradadas; e o segundo ponto chama a atenção para o eixo temático do ENPESS “Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.” Maria das Graças Silva (2010, p. 147) detectou em sua pesquisa que há “[...] uma contínua inquietação dos profissionais sobre a “questão ambiental” [...],” confirmada nos depoimentos dos assistentes sociais do CRESS/MS entrevistados, abordados no decorrer deste texto.

Entre os assistentes sociais existem trabalhos que seguem a visão oficial que predomina na EA, mas existe também um grupo que defende uma EA formulada

⁸⁰ Os sujeitos da pesquisa entrevistados exerceram a presidência do CRESS-MS entre 2008 e 2015 (ano em vigência) à exceção da assistente social.

para discutir os problemas ambientais sobre a base destrutiva da natureza. Naturalmente, esse grupo tenta encontrar saídas numa outra sociedade, ou seja, aquela em que o projeto ético-político do Serviço Social defende como valores a liberdade, a democracia, a justiça social, a igualdade numa perspectiva de emancipação. Com certeza, essa EA difere totalmente da EA hegemônica.

O que a EA oficial e hegemônica ambiciona é o desenvolvimento sustentável, que é conciliador e que responsabiliza os indivíduos pelos problemas sociais e ambientais. Por isso mesmo essa EA não toca na exploração da natureza e do trabalhador como um mandato do projeto do capital. Por exemplo, no Festival de Teatro, utilizou-se a frase “meu meio ambiente é aqui” para chamar as pessoas e a comunidade para mudarem hábitos e comportamentos e para que assumam a responsabilidade ambiental. Esse entendimento, ainda perpassa o meio profissional, como atesta o depoimento do representante 3 do CRESS/MS⁸¹ (23 set. 2014):

Precisa de respeito pelo ambiente em que vivem, pois nós precisamos amar e zelar a natureza uma coisa que não é só minha, nem só sua, mas sim de todos. Se todas as pessoas tivessem carinho pelo nosso planeta, talvez não estivesse passando por uma grande seca, no momento. (informação verbal).

O discurso socioambiental é mais acessível à comunidade do que chamar a comunidade para pensar criticamente acerca dos problemas ambientais e sobre o papel do próprio discurso para conservar a sociedade burguesa. O que esse discurso está encobrindo? Para descobrir a questão ambiental, é fundamental discuti-la no sistema capitalista, e a dimensão socioambiental não dá conta dessa tarefa. Ao mesmo tempo, é essencial reconhecer que essa dimensão facilitou a conversa com os grupos teatrais para produzirem textos que conchassem a sociedade e cada um a fazer sua parte. Nessa interpretação, os textos das peças teatrais trabalhavam o ambiente de Campo Grande (MS), sem ligá-lo às relações de produção capitalistas que degradam o trabalhador e a natureza. Logo, os textos produziam um conhecimento que se preocupava em apresentar os problemas ambientais, mas não os explicava. Esse tipo de conhecimento chama as pessoas para agirem no lugar onde elas estão. Sobre isso, Mészáros (2003, p. 48) oferece a seguinte explicação:

⁸¹ Representante 3 do CRESS/MS, entrevistado por Enilda Maria Lemos em 23 de setembro de 2014.

[...] é óbvio que as pessoas em geral, que são privadas de todo poder significativo de decisão numa escala mais ampla (que não o ritual eleitoral, que é uma espécie de abdicação), talvez considerem viável intervir de alguma forma no nível estritamente local.

O pesquisador associa as ações locais com a possibilidade do exercício de um pequeno poder àqueles que não têm lugar no poder decisório. O texto releva que na organização da sociedade de classes alguns têm poder de mando. Nesse contexto social, resta aos que não têm poder, atuar no lugar em que vivem. Mas, o que acontece é que as ações locais, em geral, não acessam um conhecimento crítico e focam muito na denúncia e/ou negociação e na mudança de atitudes, hábitos e comportamentos. Não que isso não deva ser feito, mas é certo que limita a atuação crítica. A exemplo disso, a resistência às usinas denuncia e/ou negocia.

De fato, para a EA, a ação local representa uma oportunidade de trabalhar o “ambientalmente correto” de cada indivíduo. Para os grupos econômicos, é reservado à EA o papel de convencer a sociedade de que a saída é que “cada um faça a sua parte”. No entanto, é preciso ressaltar que atividades realizadas localmente são relevantes, desde que sejam adequadas.

Sem tocar nos elementos de fundo, a luta ambientalista e a EA não logra o êxito de ultrapassar as formas manipuladoras de consciência social, apesar de serem contra a exploração capitalista. Isso quer dizer que é a “razão instrumental” (GUERRA, 2009, online) que orienta as lutas ambientalistas e a EA hegemônica. Nem uma, nem outra procuram debater o projeto sucroalcooleiro de MS no modelo do agronegócio canavieiro, como também tendem a resumir a EA à mobilização da comunidade, que, por sinal, é muito importante para a resistência, mas não é exclusiva no processo educativo. Se tem sido difícil para um imenso número de pessoas acabar com a prática da queima do lixo, de folhas, pode-se dizer que tem sido praticamente impossível para a EA pensar criticamente sobre os estragos ambientais.

Ocorre que, enquanto a EA trabalha a responsabilidade individual, ela não dá brechas para debater as usinas no Pantanal/MS como parte do projeto da sociedade burguesa. O discurso sedutor sobre “cada um fazer a sua parte”, “o meu meio ambiente é aqui” aquietam as pessoas, assim como tantas outras frases mobilizam o sentimento das pessoas.

Então, a EA deverá considerar a histórica resistência que o movimento faz às usinas no Pantanal/MS por meio da campanha, e, a partir daí discutir as usinas nas

diferentes conjunturas econômicas no processo de produção e de reprodução do capital. O que se tem em conta é que quem decide plantar cana-de-açúcar no Pantanal/MS, por exemplo, não são as comunidades locais e nem a população sul-mato-grossense, mas, sim, os organizadores da economia mundial. Essa é a EA que combina com a direção social dada pelo projeto ético-político do Serviço Social.

Só que o Serviço Social nos dias de hoje convive com a dimensão ambiental na perspectiva integradora e na perspectiva crítica. Porém, o pensamento crítico parece não ser o pensamento dos assistentes sociais entrevistados, embora ele seja o hegemônico. Os depoimentos registram que os assistentes sociais entrevistados não participaram da campanha; contudo, indicam certo zelo deles em relação à EA. A representante 2 do CRESS/MS⁸² (28 jan. 2014) não participou da campanha e só ficou sabendo dela pela mídia, mas ela tem um pensamento sobre o trabalho educativo:

Penso que faz-se emergente um trabalho efetivo de informação educativa, pois nota-se questões de cunho político e de interesse puramente capitalista, quando se trata de discutir o assunto. (informação verbal).

O representante 3 do CRESS/MS⁸³ (23 set. 2014) também não participou da campanha:

[...] apenas acompanhei os debates na televisão e por algumas informações de pessoas que estão próximas do nosso convívio que obtive informações com mais detalhes. (informação verbal).

Ele ressaltou:

Penso que enquanto profissionais devemos sim nos envolver nas discussões para que possamos então fazer as intervenções que se fizerem necessárias. (informação verbal).

Reconhece ainda que:

[...] há um crescimento das demandas da sociedade. (informação verbal).

⁸² Representante 2 do CRESS/MS, entrevistado por Enilda Maria Lemos, em 28 de janeiro de 2014.

⁸³ Representante 3 do CRESS/MS, entrevistado por Enilda Maria Lemos, em 23 de setembro de 2014.

O que é importante nessa fala é que ela está em sintonia com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social registrado no CFESS (2002, online) no que se refere à “[...] identificação de demandas presentes na sociedade [...]”. A questão ambiental é uma delas.

Já a representante 1 do CRESS/MS⁸⁴ (20 maio 2013) declarou: “[...] Mas eu sinto falta disso nas nossas discussões.” Significa que para ela o debate ambiental no Serviço Social ainda é incipiente. A assistente social entrevistada⁸⁵ (15 jan. 2014) fez o seguinte realce sobre a campanha:

Não participei, mas observei os adesivos em alguns carros, nas ruas, e sendo para defender o meio ambiente estarei sempre a favor. (informação verbal).

Em acréscimo ela (15 jan. 2014) disse:

Aprendi sobre o assunto que a implantação de usinas na bacia do Rio Paraguai representaria um grande risco para o pantanal [...]. (informação verbal).

Na verdade, concorda-se que essa luta ainda é pouco conhecida, embora ela seja devidamente confirmada por aqueles que tomaram conhecimento dela, mesmo não fazendo parte do movimento.

Os depoimentos dos assistentes sociais deixaram ver que a temática ambiental os atrai para o debate, até porque o debate ambiental já compõe a agenda do CFESS e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). É consensual entre os entrevistados que o Serviço Social faça parte da agenda ambiental do Estado, uma vez que confirmaram a necessidade de um trabalho ambiental educativo. Mas, sobre esse trabalho eles não conseguem ainda ter uma compreensão mais precisa, pois esta compreensão exige, no mínimo, a leitura de alguns pensadores clássicos. A mudança para o referencial crítico não foi uma tarefa fácil para a autora deste texto. Ela começou com a leitura de “A ideologia alemã”, de Marx e Engels (1986), e de “Mato Grosso do Sul: o universal e o singular”, de Alves (2003), que a alertou sobre a importância de romper com a

⁸⁴ Representante 1 do CRESS/MS, entrevistado por Enilda Maria Lemos, no dia 20 de maio de 2013.

⁸⁵ Assistente social entrevistada por Enilda Maria Lemos, no dia 15 de janeiro de 2014.

certeza socioambiental.⁸⁶ Ao tomar conhecimento da tese de Gramsci (1968, p. 32), em que ele afirma: “[...] na realidade fatural, sociedade civil e Estado se identificam [...],” passou a não pensar que o FORMADS/MS se resumiria em oposição ao governo. No mestrado, ao participar dos estudos no grupo HISTEDBR de MS, ao se dar conta de que a distinção entre a sociedade civil e o Estado que Gramsci (1968) faz é apenas uma “distinção metódica” e não uma “distinção orgânica”, ela compreendeu que entre o Estado e as ONGs há apenas uma “distinção metódica”.

Sob essa ótica, a questão ambiental não pode ser vista como se fosse uma questão autônoma. Ainda que ela seja oficialmente discutida na interdependência política, econômica, cultural, ecológica e ética, isso não é um argumento que a explique na relação social. Quem esmiúça isso é Mészáros⁸⁷ (2002, p. 95) na alusão que ele faz sobre a “questão única”. Se é a relação capital/trabalho que produz a questão ambiental, de fato, quem destrói a natureza é o capital, pois é ele o responsável pelos desastres ambientais e não o indivíduo isolado como aponta o neoliberalismo. Mas, conforme foi dito, o entendimento que aflora nos depoimentos dos assistentes sociais é o da responsabilidade individual. O representante 3 do CRESS/MS (23 set. 2014) diz:

[...] para preservar realmente o meio ambiente, você precisa fazer sua parte respeitando - o como se fosse nossa casa, pois ele é o nosso lar, dê o devido valor a ele, pois ele vale mais que um tesouro. Só assim você estará solucionando o planeta terra. (informação verbal).

A fala acima apresenta certo grau de ingenuidade pois ela ressalta que a ação individual provoca mudanças e até soluções para “o planeta terra”. Isso vai ao encontro do discurso socioambiental que atende perfeitamente à ideologia neoliberal que visa, entre outras coisas, acabar com a força das organizações coletivas. Sob um olhar crítico o “fazer sua parte” passa para as pessoas o pensamento de que elas são capazes de fazer mudanças na sociedade. E quando as pessoas exercem uma prática focalizada e individual, essa prática pode até ser motivo de vaidade. É um discurso que convence que as mudanças efetuadas pelo indivíduo resultam em melhorias ambientais. Nas ações emergenciais para atender uma catástrofe

⁸⁶ A leitura de outros clássicos foi feita no grupo de estudos do HISTEDBR, coordenado pelo professor doutor Gilberto Luiz Alves.

⁸⁷ O livro de Mészáros (2002) “Para além do capital: rumo a uma teoria de transição” foi estudado no grupo de estudos do HISTEDBR.

ambiental, são arrecadados fundos, alimentos etc, que nem sempre chegam aos necessitados. Então, não basta “cada um fazer a sua parte”.

Nesse entendimento, quão vazio será pensar que se cada um fizer a sua parte não haverá mais destruição ambiental e/ou catástrofes ambientais. Os empreendedores também oferecem ao pequeno ou médio proprietário de terras a oportunidade de ganhar sem investir, utilizando-se de argumentos capciosos como, por exemplo, convencer um proprietário, mediante proposta “vantajosa”, a ceder o rio que passa na sua terra para a empresa explorar. À primeira vista, é um bom negócio; mas, o proprietário não sabe que, ao findar o contrato, a empresa sai e deixa para o proprietário, quando ocorrem, as multas ambientais num valor muito superior ao pequeno valor que ele recebia mensalmente da empresa ao ceder a terra.

O fato é que grande parte dos pequenos produtores, dos trabalhadores, de profissionais de outros segmentos sociais, enfim, da comunidade em geral, não sabe como a sociedade capitalista funciona. Mesmo quem está estudando, vez por outra, é surpreendido pelas armadilhas da ideologia. Desse modo, toda a comunidade envolvida, ou simplesmente interessada, corre o risco de abraçar o discurso ambiental com base apenas no imediatamente posto, sem saber direito do que se trata. A incorporação profissional do discurso socioambiental, em parte, se deve à falta de acesso a uma formação acadêmica que seguiu as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, e também pela falta de acesso a uma pós-graduação que conste em seu programa a leitura de pensadores clássicos. Outros porque, apesar de terem tido essa formação, optaram por uma forma conservadora de compreender e de atuar nos problemas sociais e ambientais. Mas, essa não está de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social.

O projeto ético-político da profissão foi construído no contexto das mudanças da sociedade brasileira que ocorreram no final da década de 1970, quando o movimento democrático e popular atuou na tensão entre a derrota da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988. O Serviço Social, ao fazer a sua opção pelas classes trabalhadoras, num processo de recusa e crítica ao conservadorismo da profissão, acompanhou o movimento social. Reis (2015, online) em seu texto, faz referência a Paulo Netto (1999, p. 104-5) sobre o projeto ético-político profissional: “[...] vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.” (Grifo do autor).

O Serviço Social deve sim se aliar à resistência dos ambientalistas para fortalecê-la; porém, com a ressalva de que o trabalho de resistência não deve parar em si mesmo. No entanto, o trabalho dos assistentes sociais nessa luta deverá considerar, acima de tudo, a resistência que os ambientalistas vêm fazendo às usinas no Pantanal/MS. José Fernando Siqueira Silva (2013, p. 252) adverte sobre “[...] o atual distanciamento do Serviço Social e dos assistentes sociais com relação aos movimentos sociais e aos trabalhos populares (mesmo com toda crise que também os afeta).” Os assistentes sociais entrevistados não participaram das campanhas. Na resistência eles poderiam realizar um trabalho que desenvolva o pensamento crítico acerca do agronegócio canavieiro, como também sobre os limites que colocam obstáculos à resistência às usinas. O pensamento de José Fernando Siqueira Silva (2013, p. 248) acerca disso é o seguinte:

Isso impõe ao assistente social a necessidade de uma articulação pessoal e profissional com instâncias localizadas para além dos limites da esfera profissional: movimentos sociais e outros grupos comprometidos com certo tipo de crítica à ordem burguesa.

O texto endossa a proposta aqui esboçada para o Serviço Social se inserir no movimento contra usinas no Pantanal/MS, o que vai exigir mais tempo e mais estudo, mais articulações. José Fernando Siqueira Silva (2013, p. 252) diz que o trabalho dos assistentes sociais “[...] pode contribuir para que as lutas empreendidas pelos diversos movimentos locais, regionais e nacionais não se resumam a reivindicações pontuais.” De fato, caberia ao Serviço Social articulações para avivar a resistência, e caso o trabalho não a ultrapasse, que o seu debate seja encorajado.

É certo que na urgência das propostas de usinas no Pantanal/MS o movimento realiza campanhas para efetuar o combate, pois o poder do capital sucroalcooleiro limita a sua ação. A par disso, é preciso frisar que não se trata aqui de crucificar colegas profissionais, mas de reconhecer que em MS se manifesta a preocupação ambiental no meio profissional, ainda que o debate ambiental seja baseado num conhecimento ingênuo. Os profissionais que abraçaram essa causa estão dando provas de que perceberam a urgência do Serviço Social no campo ambiental, e isso é importante para a sociedade. Cabe, ainda, frisar que a visão ambiental que a ABEPSS e o CFESS partilham – em conformidade com o projeto ético-político - promove o surgimento de questionamentos acerca da exploração

social e ambiental da produção voltada para o lucro. Sobre o projeto ético-político, Barroco e Terra (2012, p. 41) acrescentam que, na década de 1980:

[...] a construção de uma nova ética profissional foi gerada no interior da vertente que surgiu e amadureceu a partir de condições históricas que permitiram a negação e a busca de ruptura com o conservadorismo profissional: a vertente que deu origem ao projeto de ruptura que hoje denominamos projeto ético-político [...].

O que deu força para o projeto profissional foram os princípios e as ideias do movimento de reconceituação, como também, o Código de Ética de 1993, que expressa princípios e valores contidos no projeto. De acordo com Barroco e Terra (2012, p. 49), as reformulações do Código de Ética de 1993 se deram para fazer frente ao neoliberalismo a partir: “[...] de um longo processo de debates que revelou a disputa entre as tendências profissionais que, por um lado, buscavam preservar as conquistas objetivadas em 1986 e, por outro, pretendiam a sua regressão.”

Assim é que, apesar de a hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social, outros projetos profissionais estão disputando a hegemonia, por exemplo, os que coadunam com o neoliberalismo. O Código de Ética é importante não por ser um instrumento normativo que aponta o “dever ser” do profissional, mas porque ele traz valores que foram construídos na luta dos trabalhadores, sendo que algumas lhas custaram a própria vida. São os valores de liberdade, de acesso universal etc., que possibilitam distinguir com clareza a sociedade burguesa da sociedade para os trabalhadores, e é para esta sociedade que o assistente social, como sujeito histórico, assume sua posição.

Na lógica da sociedade almejada, a questão ambiental é também uma questão ética e política, pois ela deve pensar e discutir o uso da natureza não como uso exclusivo para o lucro, mas pensar e discutir a natureza como um bem natural de acesso a todos. E isso é impossível na sociedade burguesa, e quanto menos se sabe sobre a organização social dessa sociedade menos possibilidades de vislumbrar caminhos de sua superação. A EA é pela manutenção da ordem do capital. Nesse ponto, o assistente social tem subsídios para discutir o comando do capital na monocultura canavieira brasileira e de Mato Grosso do Sul.

O que a EA hegemônica pode fazer na campanha contra usinas no Pantanal/MS é revigorar a resistência e chamar a comunidade para lutar por medidas mitigadoras e compensatórias, por políticas públicas em defesa do meio

ambiente e dos direitos humanos. Este trabalho educativo é necessário também. No início do Serviço Social brasileiro, Iamamoto e Carvalho (2006, p. 206) enfatizam que é preciso reajustar a família “[...] através de uma educação de longo alcance [...]”. Abreu (2012) analisou a função pedagógica do assistente social na organização da cultura dos trabalhadores. Com base na cultura dos trabalhadores, o Serviço Social, à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos, argumentaria sobre o acesso das comunidades tradicionais, entre elas os pescadores e os indígenas, ao uso do Pantanal/MS, sem, contudo, perder de vista a luta por outra ordem social.

Aqui cabe um pequeno comentário. Se o ecossistema pantaneiro está em MT, na Bolívia e no Paraguai, o movimento poderia disseminar reflexões acerca de estratégias de uso do Pantanal pelas comunidades tradicionais para a Rede Pantanal, entre outras representações da América do Sul. Na análise de Abreu, (2012) o assistente social qualificaria o debate que o movimento faz sobre a produção sucroalcooleira no Pantanal/MS articulando um conformismo social na perspectiva das classes subalternas.

É fato que a formação profissional (sem fechar os olhos para os cursos precarizados presenciais e à distância), a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) traçaram um caminho que a EA pode seguir para formar a comunidade para a resistência às usinas no Pantanal/MS na perspectiva de outra ordem social. E aí sim conversar sobre o uso das terras pantaneiras para as culturas de subsistência e não somente para as culturas de exportação. Se assim não for a luta se resumirá em campanhas isoladas, com ações pontuais para mudar hábitos ambientais (de queimar terreno baldio, montinho de folhas, lixo, entre outros). Sobre isso o representante 3 do CRESS/MS (23 set. 2014) afirma:

Para que todos tomem esse tipo de atitude e não joguem mais lixo em qualquer lugar, nem façamos queimadas, entre outros males que sejam prejudiciais ao meio ambiente, porque além de estarmos prejudicando a natureza em geral, estamos fazendo mal a nós mesmos. (informação verbal).

Essa é mais uma fala que enfatiza as mudanças de atitudes individuais e tem como seu aliado o discurso da sustentabilidade que também seduz o Serviço Social e outras áreas sociais. Ainda preso à visão do indivíduo. Sobre a sustentabilidade a representante 2 do CRESS/MS (28 jan. 2014) comentou:

É importante salientar a questão da sustentabilidade ambiental e ecológica, no que tange a manutenção do meio ambiente do planeta Terra, mantendo a qualidade de vida, mantendo o meio ambiente em harmonia com as pessoas. Nos cuidados com a não poluição da água, com a separação do lixo, evitando as queimadas e desmatamentos. (informação verbal).

A forma como o depoimento se referiu à sustentabilidade mostra a sua potência para corrigir os estragos da produção na natureza; ao mesmo tempo, sugere que esses estragos se resolvem com uma mudança sutil na conduta individual. Na verdade, a sustentabilidade e a separação do lixo estão presentes no debate na academia, no governo, nas ONGs e nos demais setores como o econômico, o político etc. Incrível é que existem, ainda, propostas de separação do lixo que não consideram a cadeia produtiva da reciclagem. Ações assim podem não resultar em nada e até acumular material “lixo”, agravando mais o problema.

Outro equívoco da EA neoliberal, que já foi citado, é que ela costuma atribuir às crianças o papel de educar os pais, tios, avós e outros componentes da família. As crianças têm sim um papel na EA, assim como o papel que elas desempenham em relação ao uso de tecnologias de informação e de comunicação. Mas, a EA para obter mudanças sociais deve ir às raízes a partir de um debate na perspectiva crítica.

Há, sim, ligação dos princípios da Conferência de Tbilisi (1979), válidos até hoje, com o projeto neoliberal. Se a EA cobra do indivíduo e/ou da comunidade ações “ambientalmente corretas”, ela responde à requisição do neoliberalismo de atribuir a eles a responsabilidade de um prejuízo ambiental. São ditadas medidas de recuperação que superdimensionam o desenvolvimento local a partir de ações individuais. É verdade que o neoliberalismo e a EA oficial escondem os interesses de classe no setor sucroalcooleiro. Por exemplo, ao propalar a criação de novos empregos e demandas para hotéis, restaurantes, borracharias etc, o empreendimento promoverá o desenvolvimento no município. Por conseguinte, o neoliberalismo e a EA não discutem a destruição da natureza nos interesses de classe, ou seja, na relação capital e trabalho.

No que concerne ao projeto profissional do Serviço Social, é importante reafirmar que ele possui elementos que norteiam uma EA erigida em bases ontológicas, uma EA que conversa com as pessoas, na condição em que elas estão. Segundo Iasi (2011, p. 162):

[...] o conhecimento universal é anterior e constitui a base real pela qual se alavanca o processo educativo e o contexto imediato (incluindo aí o trabalhador, sua cultura, linguagem, valores e percepções) e o meio no qual deverá se traduzir o esforço educativo.

Ou seja, utilizar o conhecimento que clarifica a sociedade, de modo que a pessoa consiga ler o lugar onde vive (muitos não possuem uma casa e vivem perambulando), a sua forma de sobrevivência (trabalho explorado, informal, mendicância, entre outras), o acesso aos serviços públicos (de saúde, de educação, de assistência social, de proteção ambiental, etc) no antagonismo entre capital e trabalho. Essa é a organização da sociedade burguesa: profundamente desigual. Nas palavras de Iasi (2011, p. 162): “O conhecimento ganha sentido na medida em que se traduz para um contexto concreto, assim como esse contexto só é compreendido à luz do conhecimento anterior.”

A EA hegemônica fundamentada na interligação entre os elementos sociais e os naturais, planeja suas ações educativas a partir de um problema ambiental na perspectiva de mudanças comportamentais. Não há qualquer interesse de a EA colocar luzes nos problemas ambientais, mas, isso cabe também ao Serviço Social, que foi criado na divisão sociotécnica do trabalho para ser funcional à ordem burguesa como é a EA hegemônica.

O Serviço Social pode atuar no movimento contra usinas no Pantanal/MS articulando um trabalho conjunto com outras organizações governamentais e não governamentais para pensar criticamente as usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS. Claro, neste trabalho se inserem elementos que tratam da exploração do trabalhador e da natureza, da apropriação da riqueza produzida socialmente e do acesso aos bens (inclusive o bem natural) pelo trabalhador. Como a EA é bem vista em todos os setores sociais, não há necessidade de o Serviço Social negá-la, mas de potencializar o seu debate nos espaços que ela se desenvolve.

O trabalho crítico que o Serviço Social poderá realizar é uma tarefa árdua e inconclusiva. Aqui não cabem explicações apologéticas e nem a EA como “salvadora da pátria”. No PLANURB, a EA não foi discutida como um instrumento funcional à sociedade burguesa e sim como a “salvadora da pátria”. Mesmo assim, exigiu muitos “começar de novo”, para um dia ser aprovado um projeto de EA. Da parte do diretor do PLANURB, vale dizer que ele só aprovou o projeto de EA quando percebeu os ganhos políticos que teria em âmbito nacional e internacional veiculando no Instituto a imagem ambiental. Ali, o Serviço Social, de fato, forcejou o

espaço, e, ao mesmo tempo, preparou a profissional para um dia reconhecer que essa EA não produz mudanças sociais de fundo.

Na prefeitura, a proposta sonhadora era que tivesse um assistente social na secretaria de obras, de assistência social, de saúde, de administração, entre outras áreas, para cuidar da EA. Na SEMA (1995) – ali os impedimentos vieram de grupos políticos, mas não da parte do secretário de meio ambiente⁸⁸ –, a EA era bem vista, ocorrendo o mesmo na SEMADES (2004-2008). Porém, na assistência social parece que ainda é um campo novo.

A questão ambiental, pela urgência com que vem se apresentando, pode, por si só, atrair militantes de todas as áreas. A temática do lixo tem sido mencionada em diferentes ambientes que juntam pessoas: avião, ônibus, carros particulares, eventos, salas de aula, etc. Tudo é feito sem querer mostrar as conexões dos problemas com as leis do capital, o que leva a deduzir que a EA está posta para manter a imagem ambiental do órgão público e/ou da empresa, da família, da escola, etc. Assim, a sociedade vai associando a preservação ambiental à sacolinha para depositar o “lixo”, às crianças ensinando hábitos ambientais aos adultos, e a outras ações que se respaldam na máxima “o meu meio ambiente é aqui”. A oficina que discutiu Serviço Social e meio ambiente⁸⁹, no curso presencial de Serviço Social de uma universidade particular local, (7 nov. 2014), mostrou que dos vinte estudantes do grupo, quatro deles se interessaram pelo tema. Uma estudante (17 mar. 2015) do 1º semestre comentou que entrou na oficina com um conceito de meio ambiente e saiu com outro e que “[...] o importante é a rentabilidade que o projeto irá ter e não as consequências que ele terá para o meio ambiente.” (informação verbal). Certamente, um dos pontos que chamou a atenção da estudante foi o fato de que a ideologia neoliberal culpabiliza o indivíduo, a comunidade, enfim os pobres pela “sujeira ambiental”. São experiências possíveis que exigem muito do educador, mas, devem ser tentadas.

A ideologia neoliberal fetichiza a questão ambiental oferecendo soluções mágicas atraentes para os problemas ambientais. Há sim uma predisposição por parte das pessoas que incorporam o discurso socioambiental em querer ser coautoras da proteção ambiental. É bom lembrar as duas vertentes da EA: a EA

⁸⁸ Aqui presto o reconhecimento ao Engenheiro Frederico Freitas, que atuou no FORMADS/MS e lá deu apoio à representação dos assistentes sociais de MS nesse Fórum, ao mostrar-se afeito ao discurso socioambiental.

⁸⁹ Estudante de Serviço Social entrevistada por Enilda Maria Lemos, no dia 17 de março de 2015.

como disciplina do currículo e a EA que perpassa o currículo de todas as disciplinas e abrange a comunidade. A disputa entre elas enfraquece sobremaneira a EA e provoca rixas entre os próprios educadores. No lugar de tentar entender as mediações que obscurecem os problemas ambientais, a EA se atem no fragmento ambiental e não faz a crítica ao imediatamente posto.

Ainda sobre o Serviço Social, cabe reafirmar que a profissão possui elementos que subsidiam uma EA para formar uma cultura que vai contra a exploração e a apropriação do ecossistema pantaneiro para o lucro e contra a exploração do trabalhador. Assim, o Serviço Social não finalizaria o seu trabalho educativo com o repasse de informações nas atividades individuais (cada um faz a sua parte), nas atividades de grupo e nas atividades com a comunidade. A direção social hegemônica do Serviço Social não prevê o apaziguamento e a harmonização de conflitos, e, com isso, é possível realizar uma EA que atue com os sujeitos coletivos adensando o enfrentamento do movimento contra as usinas de álcool. Isso seria um acúmulo de forças para o projeto ético-político do Serviço Social.

A título de ilustração, vale informar que quando essa autora começou a se atentar para a organização da sociedade capitalista, ela desistiu da EA e do movimento ambientalista porque passou a entender que a Educação é que deveria discutir os problemas ambientais no conflito capital e trabalho. Hoje, ela percebe que a EA está aí e que deve ser enfrentada pelo Serviço Social como um espaço de atuação, na perspectiva crítica. Ao articular um conhecimento que aponta para desvelar a produção sucroalcooleira no Pantanal/MS, este conhecimento crítico contribuiu para entender a intrincada relação entre o movimento e o Estado. Então, o Serviço Social deve sim realizar uma EA na perspectiva crítica e, com isso, potencializar o movimento que faz a resistência às usinas de álcool no Pantanal/MS. Se, por um lado, a EA e o movimento ambientalista tendem a organizar lutas e resistências sem se preocupar em querer decifrar as mediações das usinas em MS, por outro lado, o mesmo obstáculo cria brechas para o Serviço Social atuar no horizonte de outra sociedade. Diante disso, reforça-se, com base em Abreu (2012), que o Serviço Social pode associar ao trabalho que as ONGs realizam com as comunidades indígenas, pescadoras, entre outras – enfim, aquelas comunidades que utilizam o ambiente pantaneiro para a subsistência –, um trabalho de reflexões críticas e de articulações. Isso vem ao encontro da preocupação do Serviço Social em desenvolver um trabalho propositivo, investigativo, que busca a qualidade dos

serviços prestados, a democracia e a justiça social. Um trabalho que pode ampliar o trabalho das ONGs e que é pela afirmação de direitos vislumbrando libertar a sociedade das amarras do capitalismo.

O trabalho educativo, assim delineado, poderá ser um dos instrumentos para instaurar um “conformismo social” (ABREU, 2012) em favor das classes subalternas, como foi lembrado, e não simplesmente um trabalho que opere com os elementos educativos da produção no modelo fordista/taylorista e/ou toyotista. O Serviço Social pode contribuir, ainda, para formar o jeito de pensar e de agir do movimento e da comunidade sobre as usinas sucroalcooleiras, formando a cultura ambiental em favor das comunidades tradicionais, enfim da sociedade sul-mato-grossense. Esse movimento contraria a “cultura do consenso” (ABREU, 2012), ainda que a cultura ambiental, como diz Giselle Silva (2010, p. 149), “[...] hegemonicamente, não questione as bases da produção destrutiva.” O debate nessa configuração potencializará sim o movimento ambientalista e a EA.

A questão é a defesa do Pantanal/MS como recurso natural para o capital ou a defesa do Pantanal/MS como bem natural de acesso a todos. Para impedir a instalação de usinas no Pantanal/MS, a campanha mobiliza a sociedade para ir contra as usinas. E mesmo que este trabalho seja pontual, ele já traz o ganho social ao defender o Pantanal. De um lado, as demandas do movimento são demandas urgentes e que estão dispostas em pedaços ambientais, de outro lado, o capital impõe realizar seus interesses a qualquer custo. Aqui, a resistência exerce um papel fundamental.

Depois dessas considerações acerca do Serviço Social e da EA, vale registrar o entendimento dos assistentes sociais entrevistados sobre o meio ambiente. Para a representante 1 do CRESS/MS (20 maio 2013):

[...] eu acho que meio ambiente é tudo que temos que focar. Li ontem que a fome tem diminuído e que a Índia continua sendo os país que mais passa fome, mas, em cima de tudo isso nós temos que pensar nos recursos naturais. Como que nós vamos fazer para ter água, embora o Brasil é considerado um país que mais tem água. (informação verbal).

A definição de meio ambiente do texto acima é a que orienta as políticas públicas, inclusive a EA oficial. Na frase “meio ambiente é tudo que temos que focar” o destaque que o texto deu ao “tudo” dá a entender que meio ambiente não é

somente a natureza. Mas pode se confundir com a “totalidade”, categoria que não se resume no “tudo” ou “todo”, que dá a ideia de conjunto. Para Alves (2001, p. 18), a “totalidade”.

[...] nada tem a ver com as imprecisas noções de ‘todo’, de ‘contexto social’ [...] Totalidade, no caso, corresponde à forma de sociedade dominante em nosso tempo: a sociedade capitalista. (Grifo do autor).

Para fazer a distinção entre “tudo”, “todo” e “totalidade” é preciso estudar autores que explicam a sociedade capitalista. Sem essas leituras não há como precisar a categoria da “totalidade”. É possível perceber que nas universidades particulares, em geral, - claro, existem particulares, como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) que é pioneira e assumiu um compromisso com a formação de acordo com o projeto ético-político da profissão – a tendência tem sido a precarização do ensino, em que as matrizes e os planos de ensino são elaborados por uma equipe numa instância distante do professor (chamado de colaborador) e dos estudantes. Essa é uma tendência neoliberal. É fato que as condições objetivas de trabalho são árduas; contudo, deixar o campo de trabalho não é a solução, pois a categoria profissional entende que o Serviço Social não é o responsável pela mudança de sociedade. O professor tem que atuar nas pequenas brechas acadêmicas, por exemplo, debate em sala de aula, grupo de estudos, oficinas etc. A oficina mencionada anteriormente sobre meio ambiente e Serviço Social foi um espaço que propiciou discutir criticamente o Serviço Social e a questão ambiental. Mas, a tendência é seduzir o estudante com práticas lúdicas, usando tecnologias sofisticadas que “o leva a aprender brincando”. Por outra parte, nas políticas de assistência social, de saúde e outras que empregam assistentes sociais, acontece o mesmo aprisionamento profissional, e os assistentes sociais, em geral, são consumidos pelas obrigações burocráticas.

Outro ponto que a representante 1 do CRESS/MS (20 maio 2013) trouxe para o seu depoimento foi a fome na Índia e a falta de água no Brasil, o que coloca o homem como parte do meio ambiente. Quando ela se refere à falta de água, insiste que a população de São Paulo:

[...] já sofre com a falta de água que por sua vez terá que mudar hábitos e até crenças como a de que no Brasil não falta água. (informação verbal).

Ela não tocou na responsabilidade das empresas, dando à impressão que a população é a culpada pela falta de água. A EA entra com a mudança de hábitos e a população acata passivamente quando ela deveria discutir instrumentos de planejamento urbano como o plano diretor, a lei de uso e ocupação do solo, enfim, o modelo de desenvolvimento das cidades e do campo, por exemplo, o ZEE/MS, a legislação de proteção do meio ambiente no Pantanal/MS etc. A representante 1 do CRESS/MS (20 maio 2013) dá o seguinte encaminhamento:

Nós temos que criar na população essa questão de preservar os recursos naturais, a preservação das matas, dos rios, dos outros recursos que a gente tem, os minérios. (informação verbal).

De fato, a mudança de hábito é necessária e urgente, mas ela tem que ser pensada sem que a responsabilidade da destruição ambiental recaia sobre o indivíduo, como na falta de água. Então a formação de hábitos ambientais não pode ser vista como um elemento que vai corrigir a destruição ambiental. Se assim for, a população é que terá de assumir os prejuízos e somente a ela competirá as atribuições. No depoimento observou-se que novamente não aparece a figura do empresariado e do Estado, sendo realçada a figura da população. A representante 2 do CRESS/MS (28 jan. 2014) afirmou:

O Meio ambiente é um conjunto de unidades ecológicas que funcionam como um sistema natural e incluem toda a vegetação, animais, microrganismos, solo, rochas, atmosfera e fenômenos naturais que podem ocorrer em seus limites. Compreende também compreende recursos e fenômenos físicos como ar, água e clima, assim como energia, radiação, descarga elétrica, e magnetismo (informação verbal).

Até aqui, a representante 2 do CRESS/MS (28 jan. 2014) se deteve às áreas ecológicas e aos demais elementos naturais, deixando de fora o ser humano. Mas, em outro trecho da entrevista, ela (28 jan. 2014) se referiu à sustentabilidade com a preocupação de manter:

[...] o meio ambiente em harmonia com as pessoas. (informação verbal).

Enfim, se coaduna com o conceito oficial de meio ambiente (natureza e pessoas). Ela (28 jan. 2014) afirmou que:

[...] é possível diminuir a poluição do ar, água e solo, tendo como grande desafio a reeducação da comunidade e cidadãos para obter-se o impacto positivo no meio ambiente envolvente. (informação verbal).

Ao trazer a educação para a conversa a entrevistada mostrou a relevância da reeducação na sociedade no campo da poluição e mais adiante ela (28 jan. 2014) ao se referir ao meio ambiente ressalta a:

[...] reeducação da população, em uma questão coletiva e essencial [...]. (informação verbal).

Ora ela trata o meio ambiente apenas no seu aspecto ecológico, ora ela inclui o homem, fazendo alusão inclusive à EA. Apesar da falta de exatidão quanto ao seu entendimento acerca do meio ambiente, é certo que a representante 2 do CRESS/MS (2014) indaga sobre os problemas ambientais.

Já o representante 3 do CRESS/MS (23 set. 2014) fez o seguinte comentário:

Tenho observado que de alguns anos pra cá a natureza vem sofrendo várias consequências, em função da ação do homem e este processo vem acelerando cada dia mais. (informação verbal).

Ao incluir o homem no seu pensamento, coloca nele a responsabilidade ambiental sem tocar na forma de produzir do capital, numa consonância perfeita com os ideais neoliberais.

Vale ainda registrar o depoimento da assistente social (15 jan. 2014) entrevistada que preferiu a definição do meio ambiente da PNMA:

[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. (informação verbal).

Como bem diz Kosik (1976, p. 9), “[...] a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente no homem.” Se o profissional focar somente no problema e no conhecimento sobre a política ambiental, a política de assistência social, terá seu trabalho reduzido a procedimentos operativos. Há que se destacar que a assistente social realiza um trabalho comprometido com os usuários da política de saúde com um olhar voltado para a questão ambiental para além da aparência. Isso dá sentido à prática profissional. Contudo, foi uma pena ela não ter colocado o seu

entendimento sobre o meio ambiente que por certo seria uma contribuição valiosa a este trabalho.

O que se percebeu nos depoimentos, de forma geral, é que os sujeitos da pesquisa possuem sim um entendimento sobre meio ambiente, ainda que esse entendimento apresente uma ausência de clareza. O que é comum é que todos eles entendem o meio ambiente não só em seu aspecto ecológico, mas também no econômico, no cultural, no político, no ético, e fazem questão de inserir nele o homem. Por outra parte, a interligação desses aspectos não ajuda a entender a complexidade das contradições, mas simplifica o debate, ao cobrar do indivíduo soluções ambientais que fogem de seu domínio.

Quando a representante 1 do CRESS/MS⁹⁰ (20 maio 2013) falou que “[...] a discussão ambiental está incipiente no conjunto CFESS/CRESS”, em MS, isso se cumpre. No CRESS/MS pode-se dizer que essa temática é pouco percebida, apesar de o ecossistema pantaneiro estar em território de MS e de MT, que comportam as belezas de Bonito (MS) e de Chapada dos Guimarães (MT), entre outras paisagens cênicas admiráveis. É um ambiente que precisa ser discutido pelo conjunto da sociedade, inclusive pelo Serviço Social.

No 13º ENPESS, em Juiz de Fora (MG), no GTP “Questão agrária, urbana e Serviço Social”, foi apresentado o texto “Por uma atuação do Serviço Social em espaços ambientais de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul (Campo Grande-MS)” (LE MOS; DAVID, 2012), sendo este o único trabalho ambiental de MS. A mesma situação ocorreu no 14º ENPESS, em Natal (RN), ocasião em que foi apresentado o texto “Serviço Social e mentalidade ambiental”, de Lemos e David (2014). Já as regiões norte e nordeste apresentaram diversos trabalhos nesse grupo.

A representante 1 do CRESS/MS (20 maio 2013) enfatizou a sua preocupação com o meio ambiente registrando as mudanças que ela fez na estrutura física do CRESS/MS:

Eu tenho essa preocupação aqui à frente do CRESS; este ano trocamos o ar condicionado por aparelho que consome menos, trocamos as lâmpadas, vamos quebrar um pouco da calçada, preocupada com a questão da acessibilidade. Temos que conciliar

⁹⁰ Representante 1 do Conselho Regional de Serviço Social de MS (CRESS/MS), entrevistado por Enilda Maria Lemos no dia 20 de maio de 2013.

essas coisas com a preservação e o respeito ao meio ambiente. (informação verbal).

Enquanto a representante 1 do CRESS/MS (20 maio 2013) associou o uso de aparelhos e materiais – que consomem menos – à preservação ambiental, a representante 2 do CRESS/MS (28 jan. 2014) tentou fazer uma ligação da questão social com a questão ambiental.

Onde houver questão social relacionada à dinâmica do meio ambiente, há espaço para a atuação do Serviço Social [...]. (informação verbal).

E fez a ligação. Só que ela não demonstrou o seu entendimento sobre a questão social e a questão ambiental. Por outra parte, firmou a sua ideia de que o Serviço Social tem um espaço para atuar na questão ambiental. O representante 3 do CRESS/MS (23 set. 2014) registrou:

Penso que enquanto profissionais devemos sim nos envolver nas discussões para que possamos então fazer as intervenções que se fizerem necessárias. Pois com o surgimento e a discussão, envolve muitas famílias e também há um crescimento das demandas da sociedade. (informação verbal).

O que os depoimentos dos assistentes sociais deixaram claro é que, de fato, eles se importam com os problemas ambientais e com a EA, e que os profissionais precisam se envolver nesse debate. Entretanto, eles não tratam a questão ambiental no antagonismo entre a burguesia e os trabalhadores. De fato, a direção hegemônica que vai se manifestar nas entidades e nas produções teóricas do Serviço Social é uma direção na perspectiva da totalidade, mas no trabalho profissional o Serviço Social ainda tem muitas contradições.

Na questão ambiental pode-se dizer que a Direção Regional tem uma perspectiva da EA centrada no indivíduo. Ainda que a direção hegemônica seja crítica, como o debate ambiental é muito incipiente no Serviço Social, mesmo as lideranças têm dificuldade de trazer essa discussão na perspectiva da totalidade. Assim sendo, a Comissão de Formação do CRESS/MS pode vir a ser um espaço para o Serviço Social de MS chamar a atenção para os problemas ambientais de MS e os fundamentos da vida social na perspectiva da totalidade. Sem entender o

projeto da sociabilidade burguesa, como os profissionais vão enxergar na EA um caminho político estratégico do Serviço Social?

No que se refere à energia limpa, o Serviço Social precisa dizer a sociedade que essa energia é produzida no mesmo modelo que destrói elementos vitais à sobrevivência humana e da natureza. Essa é uma EA crítica, mas, os depoimentos mostram que os assistentes sociais ainda estão muito tímidos no próprio entendimento da EA.⁹¹ É necessário deixar de pensar aparentemente a vida social.

É possível potencializar o movimento para discutir estratégias de acesso aos direitos para alcançar a emancipação política. É bom ter claro que para Marx “[...] a *emancipação política* não é propriamente a emancipação *humana* (PAULO NETTO, 2012, p. 63). (Grifo do autor).” Em tempos neoliberais de desmonte dos direitos e desarticulação do Estado social, vale lembrar que a luta pelo acesso aos bens e serviços não altera a estrutura social, pois ela é uma etapa da emancipação humana. Sob o mesmo prisma é efetivada a luta ambientalista.

3.4 Reflexões em aberto

Neste capítulo procurou-se apanhar alguns elementos da relação entre o movimento e o Estado (governo/empresariado) que não estão às claras e perceber nessa relação alguns traços que são comuns à campanha de Bodoquena (1980) e às campanhas contra usinas de álcool no Pantanal (2003-2009) e um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social no movimento. Na medida em que essa autora foi fazendo aproximações com o movimento percebeu a complexidade dessa relação, em especial, no interior do movimento. O estudo revelou alguns elementos que são constitutivos de limites e de possibilidades do movimento.

É importante destacar, ainda, que alguns limites e possibilidades do movimento só podem ser mais bem compreendidos com base em Mészáros (2002, p. 95) que detectou: “[...] nenhuma ‘questão única’ pode, realisticamente, ser considerada a ‘única questão’”. (Grifo do autor). Na sociedade capitalista, a única questão é a questão social que se expressa como necessidade de creche, de saúde,

⁹¹ Isso pode ser uma expressão da precarização do ensino mercadológico, aligeirado e massificado. Somente em Campo Grande (MS) funcionam três cursos particulares de Serviço Social, dos quais um deles conseguiu não aderir ao ensino à distância. O CFESS/CRESS/MS e a ABEPSS estão discutindo estratégias para implantar o curso nas universidades públicas de MS. No ensino público o estudante não está amarrado à dívida do financiamento estudantil e o professor tem muito mais autonomia.

de mais leitos hospitalares, de violência de pais contra filhos, de dependência de álcool e droga. É nessa relação que o capital explora a natureza como um recurso natural e não como um bem natural. Portanto, é ele quem destrói a natureza. Nessa interpretação, o movimento ambientalista é considerado um “movimento de questão única” pois, que ele não pode ser compreendido como uma alternativa à sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

O movimento contra usinas prescinde dessa discussão. A campanha de Bodoquena e as campanhas contra usinas no Pantanal/MS não discutiram o papel do movimento ambientalista na luta contra as usinas, tampouco a relação entre o movimento e o governo/empresariado. O movimento se atém às vitórias que ele trouxe para a sociedade e para a natureza e entende que precisa continuar atento às futuras propostas de usinas no Pantanal/MS que poderão surgir a qualquer momento, como os ambientalistas entrevistados admitiram. Então, de fato, pode-se concluir, com base em Mészáros (2002) que o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS é um “movimento de questão única”.

Sendo um “movimento de questão única” o movimento em análise não consegue discutir as usinas no âmbito da produção capitalista, apesar de ir contra os abusos deste sistema. Em Mato Grosso do Sul, o movimento ambientalista foi criado em defesa da propriedade privada. São expressões disso, a luta contra a caça e a pesca predatórias, a campanha de Bodoquena (1980-1982), a luta contra os coureiros no Pantanal/MS. Vale salientar o produtor rural que se despontou na campanha de Bodoquena e na luta contra os coureiros. As campanhas contra usinas no Pantanal (2003-2009) não tiveram a participação especial de produtores rurais como teve as que a antecederam. Ela se concentrou nas ONGs ambientalistas e sociais, nas universidades, em alguns deputados estaduais, entre outras representações. A luta foi organizada no processo de expansão da cana-de-açúcar e quando já estava em curso à produção da soja, do boi e, por último, a floresta de eucalipto. Ao contrário da disputa que houve entre o capital bovino e o capital sucroalcooleiro na campanha de Bodoquena, nos anos de 2000 o produtor rural começou a fazer parceria com o usineiro arrendando terras para a lavoura canavieira. Eis aí um traço distintivo entre as duas campanhas.

É fato que o Estado é um estruturador de relações sociais. Sendo assim, ele configurou e legitimou o espaço do movimento contra usinas no Pantanal/MS com o fim de amortecer os conflitos sociais que possam advir da produção sucroalcooleira.

Sob esta ótica, a política energética – Proálcool, BNDES, carro flex etc – instituída pelo Estado pode ser vista como um elemento constitutivo das campanhas na sua conjuntura econômica e política. Nessa configuração, o movimento ao atuar por campanhas não ameaça o setor sucroalcooleiro e ao fazer a resistência às usinas, o movimento consegue vitórias, como as já mencionadas (Bodoquena, 2003, 2005 e 2009). Porém, tanto a derrota (esta gera a passividade, o desânimo) como a vitória, ambas resultam na desarticulação do movimento. Nas duas campanhas o Estado respondeu às pressões do movimento por meio da concessão e/ou da coerção. Quando não há essa conveniência, o governo simplesmente vira as costas para o movimento. Mas, tanto a concessão como a coerção adotadas pelo governo estão intrincadas na defesa da propriedade privada.

Na vitória do movimento dos anos de 2003-2009 foi inegável a influência do episódio do ambientalista Francelmo, bem como o alerta que o movimento fez à comunidade internacional, ao dizer que se o álcool fosse industrializado no Pantanal ele seria um álcool “sujo”. Mas, o que de fato deu ganho aos ambientalistas, desta vez, foi a crise de 2008/2009 que retirou do mercado a quantidade de dinheiro que estava disponível para o agronegócio canavieiro dos estados brasileiros, inclusive, para o Mato Grosso do Sul.

Isso prova que o movimento não é fruto da ideia brilhante de uma figura grandiosa, bondosa e que a vitória e/ou a derrota do movimento não estão presas a um líder ambientalista, logo, não cabe aqui o argumento que engrandece lideranças e/ou governos, o que pode levar um e outro para a história. O que se obteve é que o processo de resistência em alguma medida está imbricado no interior do projeto sucroalcooleiro. O movimento contra usinas no Pantanal/MS exerce o seu papel político mediando interesses de classe na sua relação com o Estado ao mesmo tempo em que luta em defesa do Pantanal/MS.

Mesmo que o movimento não faça a luta de classes não se deve perder de vista a possibilidade de ele lutar para que todos tenham acesso ao ecossistema pantaneiro. Então, o mesmo movimento que serve à burguesia, realiza o combate vitorioso em defesa do ecossistema pantaneiro. O acesso ao ecossistema como um bem natural é impossível na ordem burguesa. Ainda que não seja nessa sociedade, a luta pelo acesso ao bem natural deve ser pensada no coletivo para ser agregada às tantas outras lutas defendidas pelos diferentes sujeitos coletivos.

É esse espaço de disputa de interesses que produz as pressões e as concessões do Estado para obter o controle social. De fato, o movimento não existe somente para defender a burguesia, ele também é o porta voz da sociedade civil. O projeto neoliberal está cercado de ideologias fascinantes que confluem para desmobilizar a sociedade e isso vem provocando perdas de espaço para os movimentos sociais, como acontece nas parcerias entre Estado e ONGs. No movimento ambientalista de MS Alcides Faria, da ECOA, passou a fazer parte do Conselho Assessor da Sociedade Civil do BID. A parceria entre Estado e ONGs é uma característica da sociedade neoliberal, por conseguinte, não há lugar para o movimento levar a discussão sobre as usinas de álcool no Pantanal/MS para a sociedade.

A defesa que o movimento faz acerca do Pantanal/MS se argumenta na destruição do ecossistema pantaneiro sem qualquer conexão com o processo de produção capitalista. Nos moldes que o movimento se configurou ele se encaixa nos “Novos Movimentos Sociais”, explicitados por Montaño e Duriguetto (2011, p. 266) como “[...] ‘novas’ formas de contestação e de luta [...],” (Grifo do autor), que alcança o imediato e “[...] que se esgota em si mesma quando concluída.” Já na década anterior Mészáros (2002, p. 95) salienta os “[...] novos ‘movimentos sociais’ (hoje valorizados em *oposição* ao trabalho e desprezando todo o seu potencial emancipador) [...]” (Grifo do autor). Vê-se, então, que o movimento contra as usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS - uma vertente do movimento ambientalista de MS o qual se inseri nos movimentos de “questão única” que compõem os “novos movimentos sociais” - trata a questão ambiental fora dos padrões capitalistas (MÉSZÁROS, 2002, p. 95-96). Esse formato do movimento pode explicar, em parte, a sua operacionalização por campanhas que, como dizem Montaño e Duriguetto (2011, p. 266) “[...] se esgota em si mesma quando concluída.” Se a questão ambiental é uma manifestação da questão social, o movimento realiza a luta ambientalista que é uma “luta social” derivada da “luta de classes” (MONTAÑO; DURIGUETTO 2011, p. 118). É possível assumir que a campanha contra usinas é constitutiva do movimento ambientalista em MS.

Por exemplo, enquanto a Lei n. 328/1982 permaneceu intocável – entre 1982 e 2003 - as propostas de usinas no Pantanal/MS ficaram adormecidas, conforme os dados decifraram. O período de 2003 e 2009 foi um período de intensa movimentação da resistência às usinas por conta das persistentes propostas do

governo, numa conjuntura econômica de abundância de recursos para o setor sucroalcooleiro. Posterior a 2009 e até os dias atuais perpetua um silêncio no governo. A crise de 2008-2009 fez as propostas de usinas sucroalcooleiras recuarem. Porém, a passeata planejada para o dia 11 de outubro de 2009 obrigou o governo a dar uma resposta para o movimento. Com certeza, em tempos em que as catástrofes ambientais já são uma ameaça à sobrevivência humana e à sobrevivência da natureza, o governo de MS não poderia descuidar da sua imagem ambiental e social. A luta ambientalista resulta da separação entre a questão ambiental e a questão social: movimento ambientalista, conselho de meio ambiente, Fórum de meio ambiente, EA, entre outros. Essa luta é uma luta parcial que atende a sociedade burguesa.

Sabendo que o pano de fundo do setor sucroalcooleiro é o modelo de desenvolvimento agrário que produz por monocultura e que determina o movimento contra usinas no Pantanal/MS, é importante que a discussão não fique restrita às usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS. Mas, que ela se estenda a toda a BAP, que vem sendo alvo de outros projetos degradadores do meio ambiente.

Por ser uma vertente do movimento ambientalista que é considerado um “movimento de questão única”, o movimento contra usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS faz a sua luta fora da luta dos trabalhadores, isto é, o movimento é uma “mediação de segunda ordem”. Desse modo ele atua somente no âmbito das consequências (MÉSZÁROS, 2002, p. 179).

O processo desse trabalho revelou que o recuo das propostas de usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS, nas campanhas realizadas entre 2003 e 2009, teve por determinante a diminuição do dinheiro para investimentos neste setor em MS. Assim como, a disponibilidade de recursos foi determinante para a expansão da cana-de-açúcar e das usinas sucroalcooleiras em MS. Portanto, nesse jogo do capital, o movimento se organiza e/ou se desmobiliza sendo que a vitória e/ou a derrota resultam na sua desmobilização. Por isso, o movimento não se antecipa às demandas e se restringe a responder as propostas do governo. Isto ocorre porque o movimento assumiu na sua origem a defesa da propriedade privada.

O fato de a defesa da propriedade privada obstaculizar articulações que apontem para a superação da sociedade burguesa confirma que a campanha, no seu limite, é constitutiva do movimento ambientalista de MS nas suas diferentes bandeiras de luta. O movimento emergiu de um processo social ambientalista que

vinha se fazendo (contra a caça e a pesca predatórias) e se enraizou na monocultura e na agroindústria canavieira, sendo assim, o movimento não se interessa por uma EA crítica e por qualquer ação que coloque em cheque a sociedade burguesa. Ao contrário disso, o limite da campanha impõe analisar as propostas de usinas como se elas ocorressem fora das leis capitalistas que regem a monocultura canavieira, o que não condiz com o que Mészáros (2002) elucidou acerca da questão ambiental.

Mas, a campanha não pode ser vista somente como um instrumento de luta que serve ao capital. Acima de tudo, a campanha é também um instrumento de combate às usinas, resistência essa que pode vir a ser uma possibilidade de os sujeitos coletivos potencializarem a sua luta. A campanha é sim uma ação básica para a resistência nas condições concretas estabelecidas. Mas, a resistência não deve ser restrita à campanha. Antes de tudo ela deve motivar um trabalho educativo que promova o conhecimento e a compreensão dos processos usineiros no âmbito da produção capitalista. Vale lembrar que o capitalismo rege a produção do espaço rural e urbano. Por isso, a sociedade – a sul-mato-grossense, em especial, - e o ecossistema pantaneiro merecem um trabalho permanente com os sujeitos coletivos, mesmo ciente de que na ordem burguesa os projetos sucroalcooleiros colocam os seus interesses acima das necessidades das classes subalternas. O que acontece, entretanto, é que esses projetos estão acabando com os sonhos e com as possibilidades de vida dos seres humanos e do ecossistema pantaneiro e da natureza, condição necessária para que o assistente social atue com a temática das usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS.

Ao constatar a relevância do Serviço Social neste tema, o debate no GTP “Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social”, nos ENPESS (2012 em Juiz de Fora e o de Natal, em 2014) suscitou nessa autora a possibilidade de a comissão de formação do CRESS/MS vir a ser um espaço para deflagrar a discussão sucroalcooleira em MS. Então, a comissão articularia com as universidades que possuem o curso de Serviço Social em Campo Grande (MS) - UCDB, UNIDERP/ANHANGUERA, FACSUL e do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) - uma discussão das usinas no Pantanal/MS e as possíveis formas de enfrentamento, assim como, o uso do ecossistema pantaneiro pelas comunidades tradicionais e outros temas ambientais.

Diante da complexidade do cotidiano dos profissionais, o tema parece não ser tão atrativo à comissão, entretanto, os depoimentos aqui registrados reconheceram este tema. Quem sabe o GTP “Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social” pudesse inserir o debate das usinas na oficina da ABEPSS itinerante da região Sul II, que engloba o estado de MS. Vale registrar que uma das diretrizes orientadoras da gestão da ABEPSS (2015, online) “Ousadia e sonhos em tempo de resistência” (2015-2016): é a participação da ABEPSS “[...] nas comissões de formação dos CRESS pelas regionais”.

É preciso ressaltar, ainda, que a questão ambiental também se expressa no meio urbano. Pode ser que alguns usuários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), um dia tenham feito parte de comunidades tradicionais e/ou do trabalho em alguma usina sucroalcooleira. Outros, ainda, podem ser frutos de algum processo de revitalização de uma área urbana que desconsiderou a memória, o jeito de viver deles em uma comunidade e acabou com a forma original de ocupação. Em geral, os espaços urbanos são revitalizados para a reprodução do capital e, por isso, quem retirava o seu sustento daquele local é jogado para um lugar que não lhe oferece nenhuma referência e, às vezes, nem condições de se equiparar ao padrão de vida que tinham ali. Importante realçar a opção ambiental que o GTP4 “Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social” da ABEPSS adotou de tratar a questão ambiental no modelo de desenvolvimento agrário e urbano.

No que concerne à preservação do Pantanal/MS, pode-se observar dois pontos. Um deles se refere à declaração que define o Pantanal como patrimônio da humanidade. Se houver um olhar crítico para a exploração capitalista do Pantanal/MS, nota-se o equívoco que há nessa declaração. Como o Pantanal pode ser patrimônio da humanidade se o próprio governo estadual endossa projetos que podem contribuir para a sua destruição, desconsiderando por completo decisões que foram tomadas por outros governos? O outro ponto é que, mesmo com as campanhas e as mobilizações da comunidade que o movimento consegue fazer, um imenso número de moradores da periferia de Campo Grande (MS), por exemplo, fica sabendo das propostas de usinas sucroalcooleiras no Pantanal/MS somente pelas emissoras de TV, em especial a Rede Globo local. Alguns não conseguem, sequer, a sua representação por meio de entidades do seu bairro. José Fernando Silva (2013, p. 249-250) indica a realização de um trabalho “[...] para forcejar seus limites

e contribuir com a concentração de forças populares, comunitárias e regionais (forças genuinamente sociais).” José Fernando Silva (2013, p. 250) acrescenta:

Isso exige, necessariamente, conversar com os que vivem da venda da força do trabalho, falar e decodificar sua língua, seus códigos, pensar criticamente com eles, favorecer o florescimento da potência individual-coletiva contida nele e em suas vidas e histórias desumanizadas.

A comissão de formação do CRESS/MS poderia realizar uma conversa nas unidades do CRAS e do CREAS para refletir sobre funcionamento da sociedade capitalista. E, a partir daí, incorporar no debate a resistência às usinas e outras bandeiras do movimento ambientalista com vistas à formação política ambiental. O trabalho deve se reportar à dinâmica do capital que institui formas ideológicas de atuar, sem romper com as estruturas sociais. Como foi dito, na campanha não há espaço para uma EA crítica que queira ver o movimento na sua essência.

Foi exaustivamente debatido que as bases sobre as quais se assentou o conceito de meio ambiente em Estocolmo (1972) liga as partes da vida social dividida pelo capital: a ecológica, a econômica, a política, a ética etc; no entanto, nem de longe considera a questão ambiental no conflito capital e trabalho. Daí a confusão que a ideologia suscita propositadamente ao se referir ao “todo” (o conjunto dos aspectos sociais) e à “totalidade”.

À vista disso e da preocupação que os ambientalistas registraram com o retorno das propostas de usinas no Pantanal/MS, a comissão de formação do CRESS/MS realizaria com o movimento ambientalista o primeiro encontro, cuja temática poderia ficar a cargo de um líder do movimento que ainda estivesse no exercício. Isto porque, alguns líderes, hoje, exercem cargo oficial. Acredita-se que o encontro faria a primeira aproximação entre o CRESS/MS e o movimento.

Posteriormente, a comissão em conjunto com o GTP “Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social” e com a coordenação de relações internacionais da Executiva Nacional da ABEPSS, articularia com o movimento ambientalista e a Rede Pantanal (engloba entidades de MS, MT, Bolívia e Paraguai) o segundo encontro sobre as usinas no Pantanal/MS, incluindo neste as demais frentes de ataque do capital à BAP, como a hidrovia Paraguai-Paraná, as hidrelétricas de pequeno/médio/grande porte e os projetos que foram citados pelo jornalista ambientalista (9 de julho de 2013) os polos gás-químico e minero-siderúrgico, a

política de pesca altamente prejudicial às populações que vivem da pesca profissional. Tudo indica que o GTP da ABEPSS e a comissão poderiam adensar o movimento em defesa da BAP. Este trabalho, ao fortalecer o movimento ambientalista de MS, fortaleceria também o projeto ético-político do Serviço Social.

De fato, o Serviço Social em MS, com o seu aparato teórico e metodológico e as suas representações ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, pode acumular forças para o movimento ambientalista coordenando uma EA que subsidie a análise das usinas nas invasões do capital na BAP. Uma EA que faça a devida crítica ao discurso ideológico, visto que esse, ao capturar o pensamento e a vontade dos sujeitos, converte os mesmos sujeitos em meros objetos manipuláveis e submissos. A exemplo disso, quando os pequenos proprietários vendem as suas terras para os usineiros quase sempre perdem a referência, o sentimento de pertencimento. Em geral, eles vão se instalar em lugares que eles não conhecem perdendo a capacidade de pensar, de discutir e de fazer escolhas para suas vidas.

Assim, o Serviço Social daria continuidade ao trabalho que foi tentado no PLANURB e no FORMADS nos anos de 1990. Mas, não sob o prisma do culto a um saudosismo irreal porque nos dias atuais, as condições objetivas do movimento são outras. Atualmente, enquanto o Estado exerce uma parceria remunerada com as ONGs, para o FORMADS não há dotação orçamentária, o que faz supor um descontentamento de alguns ambientalistas. O espaço agora parece ser a comissão de formação do CRESS/MS, não mais retornar ao FORMADS como indicava o início dessa pesquisa. Mas, durante o evento “O Pantanal e a Bacia do Prata: Estratégias frente as alterações climáticas e obras de infraestrutura”, realizado em Campo Grande, (19-20/11/2014), foi criada a Rede Clima Pantanal em 19/11/2014 (em fase de implantação), sendo o CRESS/MS uma entidade com representação na Rede.

O Serviço Social promoveria um debate na perspectiva de construir estratégias para a agricultura de subsistência, em vez de aceitar passivamente o comando do agronegócio. E, assim, procurar decifrar os vínculos das usinas de álcool no Pantanal/MS com a hidrovía, com a política do BNDES, com o próprio BID, enfim, com o agronegócio canavieiro, uma das vertentes do modelo de desenvolvimento econômico agroindustrial. A luta contra usinas de álcool no Pantanal/MS é pontual, mas não pode se deixar levar pelo fatalismo e nem pelos apologismos. O Serviço Social deve discutir também a campanha como uma resposta esperada que o movimento dá ao governo e ao empresariado.

É preciso considerar que o Serviço Social de MS comece a prestar mais atenção no movimento contra as usinas no Pantanal/MS. Se as propostas de usinas voltarem à cena, o ecossistema pantaneiro poderá ter sérios prejuízos, inclusive, o de correr o risco de ser destruído, uma vez que o governo e o empresariado já contam com os instrumentos legais, econômicos e educativo-ideológicos. Os instrumentos educativos-ideológicos seduzem a população, deixando-a refém dos interesses sucroalcooleiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostra que o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS não atua de forma independente e autônoma. Diferentemente do que o Estado quis mostrar, o movimento foi manejado quando Puccinelli – pressionado pelo anúncio da passeata de 11/10/2009 que não aconteceu – chamou o movimento para negociar em 2009, e, quando Zeca do PT editou a Lei n. 3.335/2006. Tanto um fato como o outro indicam traços nítidos do intrincamento do movimento ao Estado.

Outro acontecimento que expressa essa amarração foi a crise de 2008/2009, a grande responsável pela retirada do dinheiro destinado às usinas sucroalcooleiras, que bloqueou as propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS. Nem mesmo a crise de 2008/2009 pode tirar o mérito do movimento, ainda que a pressão que ele exerceu não tenha sido decisiva para o bloqueio das usinas de álcool no Pantanal/MS.

Somou-se a esta interpretação alguns dados extraídos da dissertação de Lemos (2004) que elucidaram a origem do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS. A campanha de Bodoquena (1980-1982) foi a maior expressão da resistência que o movimento fez contra usinas de álcool no Pantanal/MS, tanto é que em 2003, na reorganização do movimento, os ambientalistas trouxeram de volta Astúrio, primeiro presidente da FUCONAMS. Organizada pelo Comitê de Defesa do Pantanal com o suporte da FUCONAMS, a campanha de Bodoquena (1980-1982) encobria o interesse de manter a hegemonia da pecuária na economia do Estado, em nome da defesa do ecossistema pantaneiro.

Em outras palavras o movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS, representado pela FUCONAMS, foi organizado na disputa entre o capital bovino e o capital sucroalcooleiro para defender a propriedade privada. Essa é a base ontológica do movimento. O vínculo com a propriedade privada que impediu e continua impedindo a autonomia do movimento, acompanhou a campanha de Bodoquena (1980-1982) e as campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS (2003-2009). Desprovido de autonomia o movimento estabeleceu com o Estado uma relação intrincada que se expressa na Lei n. 3.335/2006 e na negociação de 2009, entre outras manifestações.

É inevitável na produção sucroalcooleira a destruição dos trabalhadores e da natureza. Mas, como a destruição não pode ficar às claras para a sociedade, o

projeto sucroalcooleiro já tem o movimento como um dos seus componentes. Mesmo sabendo que o movimento atua na consequência - portanto, ele não elucida as propostas de usinas - o movimento conseguiu sim impedir avanços na destruição do ecossistema pantaneiro. Essa é mais uma expressão do vínculo do movimento com o Estado/empresariado.

A esse vínculo se imbricam a disponibilidade ou não de recursos financeiros para a produção sucroalcooleira no Estado, bem como a resistência que o movimento armou para responder às sucessivas tentativas de implantação de usinas de álcool no Pantanal/MS. Foi o vínculo com a propriedade privada que impediu e impede o movimento de realizar um trabalho permanente de organização e de educação continuada, por isso, na vitória e na derrota, a luta termina sempre com o fim da campanha.

Os insistentes e persistentes contatos com os ambientalistas - num momento de total apatia e desmobilização em que muitos deles abandonaram a militância política-, bem como as idas à dissertação de Lemos (2004) e às fontes da resistência nos anos de 2000, procurando descobrir os seus nexos, foram essenciais para captar a relação intrincada que o movimento estabelece com o Estado. O movimento está amarrado aos interesses dominantes porque a sua base é a defesa da propriedade privada, por isso ele não foi uma iniciativa de uma figura excepcional. Este trabalho, então, alcançou o objetivo de discutir as campanhas contra usinas no Pantanal/MS na relação entre o movimento e o Estado.

Para captar o movimento na sua relação com o Estado, foi essencial, apreender que em MS, a defesa da propriedade privada foi um elemento central na luta contra a caça e a pesca predatórias (1978), na luta contra a usinas de álcool de Bodoquena pela FUCONAMS (final de 1979-1982) – que tirou a primazia da luta anterior – e na luta contra a invasão dos “coureiros” nas fazendas do pantanal do Rio Negro feita pela SODEPAN (1986).

Importante registrar que o idealizador da SODEPAN foi Cândido de Castro Rondon, da fazenda Rio Negro. A título de ilustração, o pantaneiro Abílio Leite de Barros, em sua obra “Gente Pantaneira”, ao fazer alusão à ocupação dos pioneiros na Fazenda Firme, localizada onde é hoje o Pantanal da Nhecolândia, assinala que essas terras têm como limite “[...] ao sul, o rio Negro e os Rondons [...]”. Junto com os Gomes da Silva e os Barros. Os Rondons são considerados os pioneiros da região do Rio Negro e da região da Nhecolândia (BARROS, 1998, p. 88).

É fato que, na década de 1980, parte da burguesia sul-mato-grossense precisou argumentar em defesa do ecossistema pantaneiro para proteger a produção bovina. Só que, nos anos de 2000, o capital bovino não disputou com o capital sucroalcooleiro, mas, eles se associaram nos arrendamentos de terras para o cultivo da cana-de-açúcar: a matéria-prima do açúcar e do etanol.

Então, não é o apreço pelo Pantanal/MS e nem o apreço pela prática conservadora de alguns pantaneiros da Nhecolândia e de outros pantanais de MS, que determinaram a luta em defesa do ecossistema pantaneiro. É a manutenção da hegemonia do boi na economia sul-mato-grossense, nos anos de 1980; e, nos anos de 2000, a lucratividade que a monocultura da cana-de-açúcar vem apresentando. Foi a rentabilidade econômica que agregou os produtores de boi e produtores de cana-de-açúcar e de soja.

Quem sai na frente é o grande capital e não o movimento. E o movimento, por sua vez, entra como coadjuvante, já que, de fato, ele não participa de todas as fases do projeto sucroalcooleiro, posto que ele foi configurado para responder às demandas e não para ser o sujeito social que se destaca na implantação de usinas no Pantanal/MS. Se assim é, na mesma medida, a articulação e/ou a desarticulação do movimento respondem ao avanço e/ou ao recuo de propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS, configurando uma complementaridade oposta, na qual um se funde no outro, sem, portanto, fazer a luta de classes. O movimento, então, não consegue se antecipar às demandas; ao contrário disso, a sua organização e/ou reorganização ocorrem em resposta ao Estado, um protetor fiel do setor sucroalcooleiro.

Quando as propostas de usinas no Estado se estenderam para a parte alta da BAP, o movimento se rearticulou, e o governo o incluiu em sua agenda, como ocorreu na campanha de Bodoquena (1980-1982). O fato é que o movimento atrelado ao Estado realiza um trabalho imediato. Daí a surpresa que o movimento teve em 2003, quando o Estado apresentou novas propostas de usinas. Entretanto, os depoimentos de ambientalistas já registraram uma probabilidade de volta às usinas de álcool no Pantanal/MS, o que leva a crer que, nos dias atuais, eles não se surpreenderão mais. No entanto, mesmo compartilhando disso, os ambientalistas não conseguiram se antepor ao Estado, até o momento.

No percurso deste estudo, foi importante conhecer que as propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS tiveram o seu início no final de 1979, com a implantação da usina de Sonora e com o projeto Bodoquena, empreendimentos que,

por si só, já exigem o monocultivo da lavoura canavieira. Foi relevante saber que não houve incrementos dessa lavoura no Estado, antes da segunda metade da década de 1970, como foi à prática canavieira no nordeste brasileiro desde o século XVI. No século XIX, a parte sul do “velho” Mato Grosso viveu a experiência monopolista da erva-mate, sob os auspícios do capital financeiro (CENTENO, 2009, p. 192). Então, de fato, a monocultura da cana-de-açúcar não se realizou nas terras sul-mato-grossenses antes da década de 1980. O projeto sucroalcooleiro em MS teve sim o apoio governamental do Proálcool (1980-1990) e da política de biocombustíveis (2003-2010). Assim se deu o rebatimento da produção sucroalcooleira brasileira em Mato Grosso do Sul (MS), objetivo do primeiro capítulo.

A análise descritiva do processo de produção das duas campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS, objetivo do segundo capítulo, constatou que a campanha de Bodoquena (1980-1982) e as campanhas contra usinas de álcool no Pantanal/MS (2003, 2009) foram realizadas em distintas conjunturas econômica e política. A primeira, foi marcada pela disputa entre o capital bovino e o capital sucroalcooleiro, como foi dito, e a segunda, foi marcada pelas parcerias entre as diversas produções no Estado, nas quais o boi, a soja, a floresta dividem o território sul-mato-grossense com a cana-de-açúcar.

Com a evaporação do dinheiro do setor sucroalcooleiro, o governo Puccinelli retirou de cena as propostas de usinas e negociou com o movimento, passando a imagem de que seu governo se preocupava com o Pantanal/MS e dialogava com os ambientalistas. Por sua parte, o movimento colocou na pauta de negociações com o governo a:

[...] questão do GLTBS que tinha polícia batendo maltratando gays, a questão do Minc e a ‘questão indígena’ (REPRESENTANTE DO CEDAMPO, 2010, 10 janeiro). (informação verbal). (Grifo do autor).

Se, de um lado, a negociação significou a vitória do movimento que custou o “racha” no movimento, de outro lado, a desmobilização que é um fator inerente ao final da campanha, com certeza será contabilizada na próxima mobilização.

Outra tecla em que o governo Puccinelli bateu forte foi tentar disseminar o entendimento de que o Pantanal/MS se resume na planície pantaneira. O governo Puccinelli não só abriu as portas da parte alta da BAP para os investimentos sucroalcooleiros como também ostentou a sua preocupação com o ecossistema

pantaneiro. De fato, Puccinelli pôde dizer que ouvia a sociedade nas suas decisões econômicas, só que a própria construção histórica do movimento prova que quando o capital determina, o governo o atende de prontidão. Foi o que aconteceu na conjuntura do Proálcool, no governo de Figueiredo (1979-1985) e na conjuntura da política de biocombustíveis, no governo Lula (2003-2010), pois ficou claro o apoio governamental para o setor sucroalcooleiro em MS (VALDEZ, 2011a, p. 43). Contudo, o autor não deu a devida atenção às conquistas democráticas do governo Lula frente aos “horrores” da ditadura militar. Primeiro, os governos disponibilizaram recursos para o setor sucroalcooleiro em MS, depois foi armada a resistência contra as usinas de álcool no Pantanal/MS. Em tempos de redes sociais, o movimento contou com a internet, o que não ocorreu com a campanha de Bodoquena. Mas, a mobilização na campanha de Bodoquena teve a força das entidades, em especial, da maçonaria.

A participação de Astúrio para o enfrentamento em 2003-2009 não foi decisiva para as vitórias e/ou para as derrotas do movimento. Não basta transpor modelos de atuação para o movimento, uma vez que ele tem que se ajustar ao dinamismo das demandas do capital. Foi muito mais importante a interlocução de Alcides com o movimento ambientalista internacional, pois a partir disso, pôde alertar quanto ao álcool “sujo” produzido no Pantanal/MS. Entretanto, a presença de Astúrio constatou que a campanha de Bodoquena (1980-1980) continua viva na lembrança do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS.

É bom lembrar que o recuo das propostas de usinas do governador Puccinelli foi determinado pela crise de 2008-2009, mas, a pressão entrou no jogo da negociação. Quando o governo precisou da legitimação, ele se rendeu à pressão do movimento e editou leis, retirou propostas de usinas; porém, no essencial ele já havia honrado seus compromissos com o capital sucroalcooleiro. As circunstâncias em que ocorreram a negociação com o movimento ambientalista em 2009 e a crise de 2008-2009, deixaram claro que o agronegócio canavieiro em MS está intrincado em decisões políticas e econômicas internacionais que fogem às decisões locais. Uma coisa é certa, a campanha contra usinas de álcool no Pantanal/MS não consegue se desvencilhar da propriedade privada. Esse é um obstáculo intransponível na ordem social vigente.

Neste estudo verificou-se também que a ECOA (1989) - que deu sequência à vertente do movimento ambientalista que surgiu na UFMS, iniciada na primeira

década de 1970, com o professor Arnaldo - coordenou as mobilizações contra usinas entre 2003 e 2009. A ECOA foi a ONG que substituiu a FUCONAMS na condução das lutas ambientalistas em MS. Pensando bem, o enfraquecimento da FUCONAMS - pós-vitória da campanha de Bodoquena – e a atomização do movimento, deixou o movimento à revelia das demandas burguesas que iam surgindo, isto é, o movimento ficou sem uma ONG que congregasse nela as bandeiras ambientalistas. Entre as ONGs da década de 1980, a FUCONAMS, a ECOA, a SODEPAN e a ASPADAMA, a ECOA já adentrou os anos de 1990 assumindo a liderança do movimento e nos anos de 2000 passou a mediar as relações entre as ONGs de MS e as ONGs internacionais, como também a relação com o BID.

Alcides, da ECOA, hoje, faz parte do Conselho Assessor da Sociedade Civil do BID, uma das instituições financeiras internacionais que emprestam dinheiro para os projetos ambientais e sociais. O exercício dessa assessoria tira ainda mais o caráter denunciante da ECOA, e tende a diminuir o seu poder de pressão. Pelo papel que a ECOA desempenha no movimento de MS, a sua participação no Conselho poderá trazer prejuízos para uma possível luta contra usinas de álcool no Pantanal/MS. É certo, no entanto, que a ECOA conquistou este espaço no BID para representar o movimento ambientalista de MS. De fato, a ECOA levou para o Conselho as ameaças e violências que as comunidades vinham sofrendo, mas, ela não faz a resistência combativa. A representação da ECOA no Conselho do BID é uma típica expressão do neoliberalismo de acabar com os movimentos sociais via parcerias entre governo e sociedade civil. Também é verdade que essa assessoria, direta ou indiretamente, pode facilitar, sobremaneira, os empreendimentos sucroalcooleiros e outros tipos de empreendimentos na BAP.

No agronegócio canavieiro está implícita a degradação ambiental e social. Mediante a possibilidade de ocorrência de um desastre ambiental no Pantanal/MS e de uma possível reação da sociedade, o Estado criou o espaço para o movimento contra usinas no Pantanal/MS. O movimento, então, desempenhou o papel de acalmar os ânimos sociais e de proteger a imagem ambiental do governo - que representa a burguesia – diante da questão ambiental. Portanto, o movimento contra usinas de álcool em MS se estruturou para prevenir possíveis manifestações contrárias que tanto a degradação ambiental como a social pudesse causar. Sem a degradação ambiental e social previstas na produção sucroalcooleira não haveria o

movimento; logo, ela pode ser vista como um elemento estruturante desse movimento.

Ao estabelecer uma complementaridade oposta, como foi dito, o movimento e o Estado se fundem e impedem a luta de classes, excluindo, portanto, a chance de o movimento lutar na superação da ordem burguesa. Porque, essencialmente, ele é um “movimento de questão única” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96) e tem na campanha o seu instrumento de luta.

A campanha de Bodoquena (1980-1982) e a campanha contra usinas (2003-2009) – essa última contou com as redes sociais neoliberais - conseguiram mobilizações de grande porte, porém elas tiveram um tempo de duração. Essa é uma característica da campanha. Foi observado que as duas não requereram um processo de organização e de educação continuada, mas, conseguiram reunir entidades sociais e outros segmentos da população. Após o término da luta, o movimento se dispersou e foi atrás de outras demandas. Isso expressa que o movimento foi plasmado para atuar somente na “consequência” (MÉSZÁROS, 2002, p. 179), cumprindo o que Gramsci (1968, p. 32) elucidou: “[...] na realidade fatural, sociedade civil e Estado se identificam [...]”. Essa identificação também se manifestou no processo de construção histórica do movimento contra usinas de álcool no Pantanal/MS, ainda que entre os ambientalistas alguns possam desconhecer e não concordar com esse esclarecimento, bem como, com o fato de o movimento e o Estado serem frutos do sistema capitalista.

O fato de a campanha não prever qualquer esforço de uma ação organizativa e educativa permanente não deve ser levado em conta a ponto de excluir a campanha do movimento. Não cabe na campanha um trabalho educativo permanente, considerando que ela foi plasmada para responder às propostas do governo. A vitória e/ou a derrota do movimento são elementos de continuidade conservadora que estão presentes na campanha e não elementos de superação da ordem social. Entretanto, os ganhos que as campanhas obtiveram em favor da sociedade e do ecossistema pantaneiro provam que o movimento não está de braços cruzados. Frise-se que a campanha foi um instrumento que denunciou e chamou a atenção da sociedade para as propostas de usinas de álcool na BAP, apesar do comando do capital financeiro. A campanha deve ser avaliada como um instrumento primordial de luta contra as usinas de álcool no Pantanal/MS.

As duas campanhas não questionaram os argumentos divulgados pelos meios de comunicação, argumentos que não tiveram qualquer pretensão de aclarar o que está obscurecido. Nessa interpretação não cabe à atribuição da vitória e/ou da derrota do movimento à competência ou não de uma ONG e/ou de uma liderança, como já foi observado. O que acontece é que a campanha esbarra no limite ontológico do movimento: a defesa da propriedade privada. Mas, ela poderá motivar um trabalho de organização e de educação política continuada. Se essa é a conformação da campanha, não há como dizer que o movimento seria diferente noutra ordem social, porque esse movimento foi criado, sobretudo, para manter o equilíbrio social e ambiental nas propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS.

Sem vislumbrar a educação política permanente não há como pensar em um trabalho que coloque em xeque a ordem burguesa, visto que o limite do trabalho imediato pode suscitar um desânimo e um sentimento de impotência nos ambientalistas. O movimento precisa discutir as determinações do capital no empreendimento sucroalcooleiro. O Serviço Social poderá ajudar o movimento e outros segmentos da sociedade a pensar criticamente as usinas de álcool no Pantanal/MS e articular estratégias em favor das comunidades tradicionais e de outros segmentos das classes subalternas. De fato, o movimento não pode ser visto como “o salvador da pátria”. O movimento necessita de um acúmulo de forças pois ele esteve sempre pronto para organizar e/ou reorganizar a resistência às propostas de usinas de álcool no Pantanal/MS

O Serviço Social, via comissão de formação do CRESS/MS, articularia com as lideranças do movimento ambientalista de MS a realização de encontros para discutir as usinas sucroalcooleiras, as hidrelétricas, a hidrovía Paraná-Paraguai e outros empreendimentos propostos para a BAP, conclamando, em especial, os cursos de Serviço Social de Campo Grande (MS), os CRAS e o CREAS.

Ao Serviço Social cabe discutir a questão ambiental como decorrente do antagonismo entre capital e trabalho, para apreender a apropriação capitalista da BAP. Originalmente, o homem ia à natureza e apanhava nela o necessário para a sua sobrevivência. Depois, o capitalismo se apropriou do processo de trabalho para o lucro, explorando o homem e a natureza. O uso exclusivo da BAP para a produção sucroalcooleira, além de expulsar as comunidades tradicionais, destrói os elementos vitais para a sobrevivência humana e para o ecossistema pantaneiro. Da parte da campanha, o Serviço Social pode ajudar o movimento e outras entidades sociais a

pensarem que a resistência precisa da campanha e de um trabalho organizativo e educativo permanente. A campanha se constitui em uma resposta esperada do movimento para o governo e o empresariado.

O uso da BAP para as comunidades tradicionais, para os empresários sucroalcooleiros e outros empresários precisa ser discutido levando em conta o projeto de sociedade da burguesia voltado inteiramente para o lucro. Daí o papel das alianças que o Serviço Social fará com as entidades ambientalistas e sociais e com outros aliados. Isso passa por conversar com os trabalhadores dos CRAS e dos CREAS, deixando às claras os prejuízos que as usinas podem causar e mostrando a importância da organização social nessa luta. Pode ser que alguns usuários dessas unidades um dia tenham feito parte de comunidades tradicionais e/ou do trabalho em alguma usina sucroalcooleira em MS. Outros, ainda, podem ser frutos de algum processo de revitalização de uma área urbana que desconsiderou a memória, o jeito de viver deles em uma comunidade e acabou com a forma original de ocupação.

Cabe ao Serviço Social promover o debate sobre as usinas de álcool no Pantanal/MS na interpretação que vincula a questão ambiental à sociedade capitalista. A partir desse conteúdo, o Serviço Social contribuirá para que o movimento acumule forças para a luta de classes. Ao contrário de uma proposta conciliatória, o Serviço Social elucidará as contradições - que aprofundam a destruição ambiental e social que fazem o movimento operar articuladamente com o governo -, aliando-se aos que lutam em defesa dos trabalhadores na perspectiva de outra ordem social.

Num cenário neoliberal, de acúmulo de forças para as autoridades políticas que votam projetos que acabam com os direitos dos trabalhadores e com a proteção do ecossistema pantaneiro, o Serviço Social qualificará o debate capitalista do uso da BAP e concorrerá para reafirmar o projeto ético-político profissional que defende a liberdade, os direitos humanos, a democracia e a superação da ordem social capitalista injusta, desigual e excludente.

É preciso encorajar os profissionais e os estudantes de Serviço Social de MS que se interessam por discutir a questão ambiental na relação capital e trabalho. Numa sociedade em que o ensino está voltado para o lucro, o trabalho educativo tem sido depreciado assustadoramente. A luta é árdua.

Acentue-se que a defesa da propriedade privada na origem do movimento acompanhou a campanha de Bodoquena (1980-1982) e as campanhas contra

usinas de álcool no Pantanal/MS (2003-2009) e que a crise financeira de 2008-2009 determinou o bloqueio das usinas de álcool no Pantanal/MS. Então, o movimento foi plasmado para operar articuladamente com o Estado e não para realizar um trabalho organizativo e educativo permanente. Noutra direção o referencial teórico crítico que o Serviço Social utiliza, colocará luzes nas contradições profundas expressas na degradação ambiental e social e adensará o enfrentamento do movimento contra usinas de álcool e de outros empreendimentos na BAP, acumulando forças. Daí a relevância da comissão de Formação do CRESS/MS e da Rede Clima Pantanal como espaços de discussão crítica.

Importante destacar que esta pesquisa prescindiu de certos detalhes impostos pelo dinamismo do capital, que não foram percebidos, compreendendo que o conhecimento está em processo de construção e que sempre há o que aprofundar, o que não permitiu clarificar ainda mais a relação entre o movimento e o governo. Entretanto, no desenrolar do trabalho, os depoimentos dos sujeitos da pesquisa ajudaram a descortinar alguns elementos da relação intrínseca entre o movimento, o governo/empresariado. Outros pontos que não foram percebidos pela pesquisadora e que ficaram obscurecidos poderão motivar pesquisadores que se interessarem em estudar a persistência capitalista no uso da BAP. Assim, esse debate será aprofundado na riqueza dos subsídios teóricos que esmiúçam a sociedade capitalista.

Este estudo reverencia o movimento ambientalista de MS que, no seu limite, esteve sempre pronto para organizar e/ou reorganizar a resistência às usinas de álcool no Pantanal/MS. Essa luta vem sendo construída historicamente e está na memória da sociedade sul-mato-grossense.

Ainda é preciso sublinhar que o processo deste trabalho ofereceu a segurança para fazer uma reverência à atuação dessa luta histórica do movimento ambientalista de MS. A par disso, a gratidão aos sujeitos da pesquisa, em especial, aos ambientalistas e aos assistentes sociais, ao produtor rural do Pantanal da Nhecolândia/MS – visto que outros foram convidados, mas ficaram temerosos quanto ao tema – e à estudante de Serviço Social entrevistada. Sem a contribuição desses sujeitos não teria sido possível decifrar o movimento até onde a pesquisa pôde ir. Gratidão especial à orientação da professora doutora Célia Maria David. Um parêntese: a gratidão ao grupo Teoria Social de Marx da Unesp-Franca/SP que, de fato, ampliou o horizonte desta pesquisa, e ao grupo do HISTEDBR de MS, no

mestrado. Gratidão também pelas conversas com o professor doutor Gilberto Luiz Alves, orientador da dissertação de mestrado, e às conversas com a professora doutora Alexandra Anache da UFMS.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Plataforma da chapa “Ousadia e sonhos em tempo de resistência” – gestão 2015-2016**. Brasília, DF, [2014]. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/files/up/PLATAFORMA%20DA%20CHAPA%20%E2%80%93%93%20gest%C3%A3o%202015-2016%20-%20Ousadia%20e%20Sonhos%20em%20Tempos%20de%20Resist%C3%Aancia%20%E2%80%93%93%20.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2015.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

AGROLINK. **Recurso para o Programa ABC cresce 200%, segundo dados do BNDES**. 6 ago. 2012a. Disponível em: <http://agrolink.com.br/noticias/recurso-para-programa-abc-cresce-200---segundo-dados-do-bndes_154085.html>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **BNDES otimista com o agronegócio brasileiro**. 6 ago. 2012b. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/gripeaviaria/noticia/bndes-esta-otimista-com-o-agronegocio_154084.html> Acesso em: 10 jan. 2014.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande-MS: Ed. UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. **Mato Grosso do Sul: o universal e singular**. Campo Grande-MS: Ed. Uniderp, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Perenidade e superfluidade do trabalho: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 7, n. 2, p. 59-84, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/site/capas_detalhes.php?id=13>. Acesso em: 10 mar. 2014.

ARAÚJO, Reginaldo Alves. **O paladino do Pantanal**. Campo Grande-MS: Associação de Novos Escritores de MS, 2002.

ASSUNTO é alvo de polêmica. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 10, 2 mar. 2005.

AVANCINI, Aline. Dagoberto ignora os pantaneiros, critica Almir Sater. **ECO A**, Campo Grande-MS, 4 maio 2005. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/canal.php?mat=6626>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

AZEVEDO, José Roberto Nunes. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul: relação capital x trabalho e reconfiguração espacial**. 2008. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/dissertacoes/dissertacao-jose-roberto-nunes-de-azevedo.pdf/view>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

_____. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A aliança entre estado e capital na agroindústria canavieira sul-mato-grossense. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php?orderBy=inscricoes.nome>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BACKES, Thaine Regina. **O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção**. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/dissertacoes/thaine-regina-backes>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

BARROS, Rogério. Demandas mundiais aquecidas devem favorecer setor sucroenergético brasileiro. **Cana Mix**, Ribeirão Preto, ano 5, n. 52, p. 38-39, out. 2012.

BARROS, Francisco Anselmo Gomes de. **Terra, até quando?** Campo Grande-MS: Saber, 1992.

_____. **Terra, até quando?** 2. ed. Campo Grande-MS: Saber, 2006.

BARROS, Abílio Leite de. **Gente pantaneira: crônicas da sua história**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. Organização do Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira; PRIETO, Élisson Cesar. Educação ambiental: disciplina versus tema transversal. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 24, p. 173-185, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3891/2321>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

BITENCOURT, Regis. Assembleia reage contra alteração da lei de usinas. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, 3 mar. 2005, p. 14a.

BRASIL. Decreto Federal n. 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei n. 6398/1981 estabelecendo os critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF, 10 jul. 2002. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/decretos/2002_Dec_Fed_4297.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BRASIL. Decreto n. 6.961, de 17 de setembro de 2009. Aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, ano 146, n. 179, seção 1, p. 1, 2009. Disponível em: <http://sites.unasp.edu.br/portal/secretariageral/Documentos/DOU/2009-2/09/DO1_2009_09_18.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2015.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. Ministério de Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior. **Governo estabelece adição de etanol na gasolina**. Brasília-DF, 4 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=13639>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Alterada pela Lei n. 7.804, de 18 de julho de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: <http://www.itapira.sp.gov.br/agricultura/conselho_defesa_meio_ambiente/legislacao/politica_nacional_meio_ambiente.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2014.

_____. Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília-DF, 12 out. 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp31.htm> Acesso em: 6 abr. 2014.

BRUNETTO, Maristela. Deputados criticam vinda de Marina Silva ao Estado. **Campo Grande News**, Campo Grande-MS, 16 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.campogrande.news.com.br/versaoimpressa.htm?id=313866>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

CAMARGO Renata. Minc diz que governador do MS é um “truculento”. **Congresso em Foco**, Brasília-DF, 22 set. 2009. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/minc-diz-que-governador-do-ms-e-um-truculento/>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

CAMPANHA 'Não as Usinas de Alcool no Pantanal' faz ação em frente Assembleia Legislativa. **ECOIA**, Campo Grande, 21 set. 2005. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Campanha++Nao+as+Usinas+de+Alcool+no+Pantanal++faz+acao+em+frente+Assembleia+Legislativa/7804>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

CAMPO GRANDE. **Uma contribuição para o projeto de lei de educação ambiental**. Centro de Documentação Técnica do Planurb. Campo Grande-MS: PLANURB, 1995. (Texto digitado).

CARVALHO, Denise. O etanol virou problema. **Revista Exame**, São Paulo, ed. 932, 27 nov. 2008. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/932/noticias/etanol-virou-problema-404751>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

CENTENO, Carla Villamaina. Educação no campo numa região de fronteira (1870-1930). In: ALVES, Gilberto Luiz (Org.). **Educação no campo**: recortes no tempo e no espaço. Campinas-SP: Autores Associados, 2009.

CFESS. Resolução n. 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 14 mar. 2002. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

CLIVONEI, Roberto. Seca afeta o etanol nos EUA. “Miopia” atinge o etanol no Brasil. **Cana Mix**, Ribeirão Preto, ano 5, n. 51, p. 3, set. 2012.

COREDES apoia instalação de usinas no Pantanal. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 14, 22 mar. 2005.

COSTA, Larissa et al. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília-DF: WWF-Brasil, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas de educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Gaia, 1993.

ECO.A. **2000**: 2000-2008. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Canal/2000/662/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

ENTIDADES pedem apoio político. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 7a, 4 maio 2005.

EQUIPE BeefPoint. **IBGE**: rebanho bovino cresceu 1,6% em 2011, atingindo 213 milhões de animais. 2013. Disponível em: <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/ibge-rebanho-bovino-cresceu-16-em-2011-atingindo-213-milhoes-de-animais/>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

ESTADO quer alterar lei para atrair 26 usinas de álcool. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 10, 2 mar. 2005.

EXPORTAÇÕES de produtos industrializados atingem U\$ 1,81 bilhão em 8 meses. **MS Industrial**, Campo Grande-MS, ano 5, n. 51, p. 10, , out. 2012. Disponível em: <<http://www.fiems.com.br/adminrevista/vibo/visualizar/?id=10>> Acesso em: 16 mar. 2014.

FARIA, Alcides. Carta à Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil. **ECO.A**, Campo Grande-MS, 27 nov. 2014.

FRANCO, Simone; GUIMARÃES, Iara. **Senado aprova cana-de-açúcar em áreas de cerrado e da Amazônia**. 15 maio 2013. Disponível em: <<http://www.agrosoft.com/br/?s=senado+aprova+plantio+de+cana-de-a%C3%A7ucar+em+areas+de+cerrado+e+da+amazonia>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

FRATA, Ângela Maria; FARIA, Alcides Bartolomeu. A expansão da cana-de-açúcar e o recorte em bacias hidrográficas: o etanol na sub-bacia do rio Ivinhema. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande-MS. **Anais eletrônico....** Campo Grande-MS: SOBER, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/500.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

GALDINO, Sérgio; VIEIRA, Luiz Marques; PELLEGRIN, Luiz Alberto. **Impactos ambientais e socioeconômicos na bacia do rio Taquari – Pantanal**. Corumbá-MS: EMBRAPA-Pantanal, 2006.

GOVERNO vai revogar decreto das usinas de álcool no Pantanal. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 1, 8 out. 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel: a política e o estado moderno**. Tradução Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. 2009. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

HALFEN, Vera. Lei pode conceder até 90% de incentivo às usinas de álcool. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 15a, 22 jun. 2005.

HIDROVIA Paraná-Paraguai. **ECO.A**. [2011]. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Canal/Hidrovia+Parana+++Paraguai/261>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

HOLLANDA FILHO, Roberto. Das 24 usinas que operam no MS, 11 produzirão exclusivamente etanol nessa safra. [22. abr. 2013]. Entrevistador: Greizi Ciotta Andrade. TV UDOP de Notícias, Cuiabá (MT). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HQx5Q_SdJAU>. Acesso em: 5 dez. 2013.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e a emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

INDÚSTRIA do Estado cresce 9,6% em 2012 e projeta aumento de até 17,47% para 2013. **MS Industrial**, Mato Grosso do Sul, ano 6, n. 54, p. 18-31, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.fiems.com.br/adminrevista/vibo/visualizar/?id=14>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

ISHI, Allison. Álcool ameaça o Pantanal. **O Eco**, [Rio de Janeiro], 14 dez. 2006. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/1821-oeco_20019>. Acesso em: 27 dez. 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEMONS, Enilda. Maria. **A Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (Fuconams) e as origens do movimento ambientalista no Estado**: 1979 a 1989. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Campo Grande-MS, 2004.

_____.; DAVID, Célia Maria. Por uma atuação do Serviço Social em espaços ambientais de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul (Campo Grande, MS). Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). In: ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 13., 2012, Juiz de Fora-MG. **Anais...** Juiz de Fora-MG: Ed. UFJF, 2012.

_____.; _____. Serviço Social e mentalidade ambiental. In: ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 14., 2014, Natal. **Anais...** Natal: Ed. UFRN, 2014.

_____.; ALVES, Gilberto Luiz. Movimentos ambientalistas e a Fundação para conservação da natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS). **Ensaio Ciências**, Campo Grande-MS, v. 8, n.1, p. 53-62, 2004.

LIMA, Carolina Albuquerque. **O zoneamento ecológico e econômico como instrumento político de planejamento e como instrumento jurídico**: sua dimensão política e regulatória à luz da compreensão dos atores no estado de Mato Grosso do Sul. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais). Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/ppgsd/dissertacoes/carolina_albuquerque2008.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2012.

LOPES, Jacqueline. Depois da polêmica, ZEE será debatido com entidades ambientalista. **AMAPE**, Campo Grande-MS, 6 out. 2009. Disponível em: <<http://amapems.blogspot.com.br/2009/10/depois-da-polemica-zee-sera-debatido.html>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LUKÁCS, George. Marxismo e questões de método na ciência social. In: PAULO NETTO. (Org.). **Lukács**. São Paulo: Ática, 1981.

MANDELLI, Mariana. MEC aprova diretrizes nacionais para a Educação ambiental. **O TPE**, São Paulo, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/23210/mec-aprova-diretrizes-nacionais-para-a-educacao-ambiental/?pag=23>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, S Friedrich. **A ideologia alemã: (L-Fuerbach)**. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. .5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução e apresentação de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital**: crítica à economia política. Tradução Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MATO GROSSO DO SUL. Lei n. 328, de 25 de fevereiro de 1982. Dispõe sobre a proteção e preservação ambiental do Pantanal Sul-Matogrossense. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande-MS, ano 4, n. 779, p. 6, 26 fev. 1982.

_____. Portaria do Imasul n. 142 de 26 de outubro de 2010. Estabelece as instruções gerais e rotinas para divulgação de audiências públicas como parte do licenciamento ambiental no âmbito do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande-MS, 27 out. 2010. Disponível em: <<http://www.imasul.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=86094>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

_____. Lei n. 3.839, de 28 de dezembro de 2009. Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a Primeira Aproximação do Zonamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande-MS, ano 31, n. 7.612, p. 1, 29 dez. 2009. Disponível: <https://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/supplements/DO7612_29_12_2009_SUP01.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de MS (SEPROTUR/MS). **Relatório de processos: cadeia produtiva - cana-de-açúcar**. Campo Grande-MS, 21 fev. 2014.

_____. Lei n. 3.335, de 21 de dezembro de 2006. Altera a lei n. 328, de 25 de fevereiro de 1982. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande-MS, ano 28, n. 6874, p. 4, 22 dez. 2006. Disponível em: <https://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO6874_22_12_2006.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. Decreto n. 1.581 de 25 de março de 1982. Regulamenta a Lei n. 328/1982, que dispõe sobre a proteção do Pantanal Sul-Mato-Grossense. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande-MS, ano 4, n. 799, p. 4, 26 mar. 1982. Disponível em: <https://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO799_26_03_1982.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Ata da Assembleia Geral Extraordinária. Realizada aos 2 de junho de 1980, na Fazenda Bodoquena. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande-MS, ano 2, n. 386, p. 12-13, 22 jul. 1980. Disponível em:
<https://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO386_22_07_1980.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. **Ambientalistas comemoram arquivamento de projeto das usinas**. Campo Grande-MS, 30 nov. 2005. Disponível em:
<<http://www.al.ms.gov.br/Default.aspx?Tabid=56&ItemID=17317>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Kemp convida membros da Frente para ato contra usinas no Pantanal. Campo Grande-MS, 2 set. 2005. Disponível em:
<http://www.al.ms.gov.br/DesktopModules/Noticias/ImprimeNoticias.aspx?tabid=196&mid=490&ItemID=16213&ctl=Print&dnnprintmode=true&SkinSrc=%5BG%5DSkins%2F_default%2FNo+Skin&ContainerSrc=%5BG%5DContainers%2F_default%2FNo+Container>. Acesso em: 8 maio 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2007.

_____. **O século XXI**: socialismo ou barbárie. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

MILANEZ, Artur Yabe; NYKO, Diego. O futuro do setor sucroenergético e o papel do BNDES. In: BNDES. **BNDES 60 anos**. Brasília-DF, 2012. v. 2. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_VOL2Biocombustiveis.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2014.

MISTURA de etanol na gasolina deve subir de 25% para 27% este mês. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 fev. 2015. Disponível em:
<<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/mistura-de-etanol-na-gasolina-deve-subir-de-25-para-27-este-mes-ejgsp0o7mffwz55h632ncjdji>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

_____.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 5).

MULHERES clamam em defesa do Pantanal e das suas moradias. Habitantes das comunidades tradicionais expõem suas dificuldades durante evento promovido pela **ECOIA**, Campo Grande, 3 maio 2005. Disponível em: <<http://riosvivos.org.br/noticias-ecoia/mulheresclamamemdefesadopantanaledassuasmoradias3/>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

PAULO NETTO, José. Karl Marx, 1818-1883. Emancipação política e emancipação humana. In: _____. (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: subtítulo do módulo. mod. 1. Brasília-DF: Cead : ABEPSS : CFESS, 1999. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 597 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2009/oliveira_ams_dr_prud.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2014.

PARCERIA pode ajudar a levantar a Usina Quebra Coco em Sidrolândia. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, 28 jan. 2014. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/parceria-pode-ajudar-a-levantar-a-usina-quebra-coco-em-sidro_2064/>. Acesso em: 28 jan. 2014.

PETROBRAS congela investimento no alcoolduto de MS. **Campo Grande News**, Campo Grande-MS, 19 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/economia/petrobras-congela-investimento-no-alcoolduto-de-ms-08-19-2009>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

POPOV, Daniel. No embalo da energia verde. **Dinheiro Rural**, São Paulo, ano 9, ed. 99, p. 24-25, jan. 2013.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

REDE PANTANAL. **O que é a rede pantanal?** Disponível em: <<http://www.redepantanal.org/redepantanal.php>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

RODRIGUES, Gumercindo Clóvis G. Contra usinas de álcool no Pantanal! **O Panfúcio**, 19 out. 2006. Disponível em: <<http://opafuncio.blogspot.com.br/2006/10/contra-as-usinas-de-lcool-no-pantanal.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

RODRIGUES, Eduardo. Mistura do álcool na gasolina sobe para 27% em 16 de março. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar. 2015. Geral. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mistura-do-alcool-na-gasolina-sobe-para-27-em-16-de-marco,1644383/>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial: ações de governo e dinâmica do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 202-222, set./dez. 2010.
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVENHAGO, Igor. Seca nos Estados Unidos não deve aumentar exportação de etanol brasileiro. **Cana Mix**, Ribeirão Preto, ano 5, n. 51, p. 23-25, set. 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Giselle Souza da. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégias de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canaveira paulista. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2002.

_____.; DOMINGUES, Alex Torres. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 34, p. 138-160, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/459/1818>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

THUSWOHL, Maurício. Marina Silva e Zeca do PT duelam por usinas no Pantanal. **Repórter Brasil**, São Paulo, 18 nov. 2005. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2005/11/b-artigo-b-marina-silva-e-zeca-do-pt-duelam-por-usinas-do-pantanal/>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

UNICA. Setor Sucroenergético. **Conquistas do setor sucroenergético na matriz energética brasileira**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XRTO99YVG6sJ:www.unica.com.br/faq/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

UNICA. Unidata. Produção. **Área cultivada com cana-de-açúcar**. 2012. Disponível em: <<http://www.unidata.com.br/historico-de-area-ibge.php?idMn=33&tipoHistorico=5&acao=visualizar&idTabela=1522&produto=%C3%81rea+Plantada&anoIni=2012&anoFim=2012&estado=MS>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

_____. **Ganhos para o consumidor, o meio-ambiente e a saúde pública justificam aumento da mistura de etanol na gasolina, diz ÚNICA**. 14 abr. 2014. Disponível em: <http://www.unica.com.br/imprensa/1772993292034578544/ganhos-para-o-consumidor-por-cento2C-o-meio-ambiente-e-a-saude-publica-justificam-aumento-da-mistura-de-etanol-na-gasolina-por-cento2C-diz-unica/>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

USINA SONORA. **Histórico**. Disponível em: http://www.tudook.com.br/usina_sonora/a-usina>. Acesso em: 6 dez. 2013.

USINAS no Pantanal são alvo de protesto. **Correio do Estado**, Campo Grande-MS, p. 2, set. 2005.

VALDEZ, Robsom Coelho Cardoch. **A internacionalização do BNDES no governo Lula**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011a. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32890/000787517.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

_____. A atuação do BNDES como agente indutor da inserção comercial do Brasil no governo Lula. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABRI, 2011b. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a41.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

VIEGAS, Anderson. Em 4 anos, rebanho bovino de MS 'encolhe' em 1,2 milhão de animais. **G1**, Rio de Janeiro, 16 dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/12/em-4-anos-rebanho-bovino-de-ms-encolhe-em-12-milhao-de-animais.html>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

WWF-Brasil. **O bioma**: conservar o pantanal é pensar a bacia como um todo. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/pantanal/bioma_pantanal/>. Acesso em: 25 abr. 2015.

ZERLOTTI, Patrícia. Francelmo entrega sua vida para salvar Pantanal. **ECO**A, Campo Grande-MS, 14 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Francelmo+entrega+sua+vida+para+salvar+Pantanal/8177>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO AOS SUJEITOS DA PESQUISA

a) ONGS: Associação Bálamo, Centro de Apoio aos Movimentos Populares (CEDAMPO), FUCONAMS, SOS Pantanal e ECOA.

1. Entre 1989 e 2009 quais as campanhas que o movimento ambientalista de Mato Grosso do Sul organizou para fazer resistência às propostas de implantação de usinas de álcool nas bacias hidrográficas que pertencem ao Pantanal/MS?
2. Por que as ONGs são contra a implantação das usinas de álcool nas bacias hidrográficas que pertencem ao Pantanal-MS?
3. Quais as ONGs que estiveram à frente da campanha pela não implantação de usinas de álcool no Pantanal-MS?
4. Como as ONGs se organizaram para dar início à campanha pela não implantação de usinas de álcool no Pantanal-MS?
5. Que formas de mobilização e de sensibilização da população as ONGs utilizaram na campanha?
6. A campanha alcançou espaços de debates da base?
7. Discorra sobre algum ponto que você deseja comentar.

b) Instituição: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR)

1. Quais os motivos que levaram os governos do Estado a fazerem alterações na Lei 328/1982? Que alterações foram feitas na Lei 328/1982?
2. Qual a área da região pantaneira de MS que compõe a faixa de terras que é destinada à produção da cana-de-açúcar? Que municípios abrange a referida faixa de terra? Argumente.
3. A produção da cana-de-açúcar na região da Bacia do Alto Paraguai (BAP) traz prejuízos ao meio ambiente?

c) Instituição: Secretaria de Estado de Fazenda de Mato grosso do Sul (SEFAZ/MS)
O representante da SEFAZ/MS falou sobre álcool anidro e álcool desidratado, programas de incentivo fiscal do governo estadual, incentivo do ICMS, produção de energia das usinas, período de pouca implantação de usinas por causa da crise de 2008.

d) Instituição: Assembleia Legislativa

1. Com quem você se articulou na campanha?
2. O que levou você a entrar na campanha contra a implantação de usinas de álcool no Pantanal-MS?
3. Quais os pontos conflitantes sobre o plantio da cana-de-açúcar no Pantanal-MS do Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul?

e) Assistentes sociais do CRESS/MS

1. O que você entende por meio ambiente?
2. Você participou ou acompanhou alguma campanha contra usinas de álcool no Pantanal/MS?
3. O que pensa sobre a participação do Serviço Social nas campanhas de usinas álcool no Pantanal/MS?

f) Estudante de Serviço Social

1. O que você entende por meio ambiente?

g) Produtor rural do Pantanal da Nhecolândia

1. A prática da cana-de-açúcar na parte alta da Bacia do Alto Paraguai (BAP) pode prejudicar a planície pantaneira?
2. Existe conflito entre a produção da pecuária e da cana-de-açúcar em MS?

ANEXOS

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**UNIVERSIDADE DE FRANCA - UNIFRAN - PLATAFORMA BRASIL
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Pesquisador: Enilda Maria Lemos

Título da Pesquisa: O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E AS PROPOSTAS DE IMPLANTAÇÃO DE USINAS DE ÁLCOOL NO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL: 1979-2009

Instituição Proponente:

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 05022612.0.0000.5495

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 138.672

Data da Relatoria: 19/10/2012

Apresentação do Projeto:

Correta

Objetivo da Pesquisa:

São três os objetivos e todos pertinentes e passíveis de alcance de acordo com os procedimentos propostos

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos

Os benefícios estão explicitados no projeto

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem comentários

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos apresentados adequadamente

Recomendações:

Sem comentários

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Sem pendências

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP

O parecer do relator foi acatado, projeto aprovado. Solicitamos o envio da Declaração da Instituição CoParticipante até o dia 19/11/2012 (se houver), utilizando o botão „Notificações“ para fazer o upload do documento pela Plataforma Brasil. O relatório final e demais documentos deverão ser entregues até 30/11/2014. Importante lembrar que todas as folhas do TCLE deverão ser rubricadas pelo sujeito da pesquisa e também pelo pesquisador responsável e equipe, quando houver.

FRANCA, 05 de Novembro de 2012

Assinado por:

Carlos Henrique Gomes Martins

(Coordenador)

Endereço: Av. Dr.Armando Salles de Oliveira, 201

Bairro: Parque Universitário - CEP: 14.404-600

FRANCA-SP

Telefone: (16)3711-8904 - Fax: (16)3711-8829 - E-mail:cepe@unifran.br /

martinsc@unifran.br /

ANEXO B – DECLARAÇÃO QUE APROVA O RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA



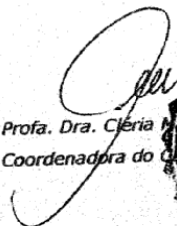
www.unifran.edu.br

Av. Dr. A. N. de Sá, 1.000, Franca, SP
13404-600
Fone: (16) 3409-1000
Fax: (16) 3409-1001
E-mail: info@unifran.br

Franca, 03 de julho de 2015.

DECLARAÇÃO

Declaro que o relatório final de pesquisa (CAAE nº 05022612.0.0000.5495), intitulado "**O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E AS PROPOSTAS DE IMPLANTAÇÃO DE USINAS DE ALCOOL NO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL (1979-2009): UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL PARA O SERVIÇO SOCIAL DE MS**" de autoria da pesquisadora **Enilda Maria Lemos** por estar de acordo com os Princípios Éticos de Pesquisa em Humanos adotados pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEPE) da Universidade de Franca-SP (registrado no Ministério da Saúde sob o nº 128118/2005), foi deliberado **APROVADO** na reunião do dia 26 de junho de 2015.


 Profa. Dra. Cléria Maria de Bittar
 Coordenadora do CEPE da Universidade de Franca


Retredenciada pela Portaria Ministerial nº 1.450, D.O.U. 07/10/2005

Scanned by CamScanner